



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

PAULO RAFAEL MONTEIRO NASCIMENTO

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DAS
POTENCIALIDADES DO TURISMO RELIGIOSO NO “TERRITÓRIO
DE FÉ” EM SALVADOR, BAHIA**

Salvador

2023

PAULO RAFAEL MONTEIRO NASCIMENTO

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DAS
POTENCIALIDADES DO TURISMO RELIGIOSO NO “TERRITÓRIO
DE FÉ” EM SALVADOR, BAHIA**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientadora: Prof.^a Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer

Salvador

2023

Escola de Administração - UFBA

N244 Nascimento, Paulo Rafael Monteiro.

Governança territorial: uma análise das potencialidades do turismo religioso no “Território de Fé” em Salvador / Paulo Rafael Monteiro Nascimento. – 2023.

202 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

1. Administração local – Itapagipe, Península de (Salvador, BA).
2. Turismo – Itapagipe, Península de (Salvador, BA) - Aspectos religiosos. 3. Gestão social. 4. Instituições religiosas.
5. Desenvolvimento social. 6. Comunidades – Organização para o desenvolvimento. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 263.0428142

PAULO RAFAEL MONTEIRO NASCIMENTO

**GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO
TURISMO RELIGIOSO NO “TERRITÓRIO DE FÉ” EM SALVADOR, BAHIA**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito para o título de Doutor em Administração.

Aprovada em: 19 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora: Tânia Maria Diederichs Fischer (UFBA)

Doutora em Administração pela Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Examinador: Francisco Raniere Moreira da Silva

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
Universidade Federal do Cariri

Examinador: José Antônio Gomes de Pinho

Doutor em Planejamento Regional na London School of Economics – LSE, University of
London, Reino Unido.
Universidade Federal da Bahia

Examinador: André Luis Nascimento dos Santos

Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, Bahia, Brasil
Universidade Federal da Bahia

Examinador: Silvio Humberto dos Passos Cunha

Doutor em Economia pela Universidade de Campinas, São Paulo, Brasil
(Examinador Externo)

Com muito amor, carinho e gratidão, à minha querida mãe Edite Monteiro Nascimento que, incessante e incansavelmente, se dedicou e se doou na plenitude de sua alma e de seu coração, ao longo de toda a sua vida, a servir a todos os seus. Não teria me tornado o ser humano que sou, se não tivesse a sua proteção, a sua presença, a sua luz e o seu incomensurável amor em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, Santa Dulce dos Pobres, N. Senhor do Bonfim, N. Sra dos Alagados, São João Paulo II e a Oxum que me guiaram em todas as fases desta empreitada. A minha fé inabalável no Supremo deu-me a força necessária para chegar até aqui, superando todos os obstáculos e as dificuldades. É Sua esta vitória.

A todos os meus familiares e amigos que, de algum modo, me apoiaram nesta travessia e foram privados da minha presença durante o período em que me dediquei a este projeto de grande importância para a minha realização pessoal e profissional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

À minha orientadora Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer, pela inspiração, sensibilidade, estímulo, compreensão e apoio incondicional nessa longa caminhada.

Aos Profs. Dr. José Antônio Gomes de Pinho e Dr. Francisco Ranieri Moreira da Silva, que muito contribuíram para o desenvolvimento desta tese desde a disciplina de Seminário de tese e qualificação do projeto.

Às Prof.as Andréa Ventura e Elizabeth Matos, pelas valiosas contribuições na Etapa de Seminário de Tese.

A Anaélia Almeida, pelo apoio e suporte que, nos aspectos burocráticos acadêmicos, esteve sempre presente em todos os momentos dessa trajetória.

Aos representantes de instituições Edson Costa (Rede Emunde), Tânia (Casa de Oxum), Rosa Brito (Obras Sociais Irmã Dulce), Hilda Almeida (Paróquia N. Sr.a dos Alagados e São João Paulo II), Rosemma Maluf (Outlet Center), Andrea Bulcão (Pastoral do Turismo), Anderson Teixeira (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Rejane Mira (Cria Rumos), que acreditaram fielmente neste projeto como uma iniciativa propositiva e catalisadora das demandas do “Território de Fé” da Península de Itapagipe.

Ao amigo Antônio José Melo Marques, pelos aconselhamentos e parceria no compartilhar deste projeto.

Ao Prof. Dr. João Lago, pela parceria, apoio e importantes contribuições ao trabalho.

Ao amigo Dr. Max Augusto Franco Pereira, pela disponibilidade para, por diversas vezes, conversarmos sobre o rumo das pesquisas e ter sempre uma palavra de incentivo.

À Prof.^a Dra. Hortência de Abreu Gonçalves (*in memoriam*), pela força, pelo contumaz apoio e pelas palavras de otimismo que ecoam até os dias de hoje, para seguir com este projeto.

Ao Prof. Antônio Carrilho, amigo e guru, pelos aconselhamentos e reflexões sempre equilibradas, ponderadas e de valor inestimável.

Ao amigo Escritor Mestre José Alberto Costa Silva, pelas frequentes sugestões de referências e suas inteligentes provocações sobre as religiões.

À Sra Maria José Bacelar, pelas importantes contribuições.

Ao amigo Carlos Edgar Andrade Leite, pelo empenho e ajuda nessa caminhada.

Ao meu pai, José Vieira do Nascimento Netto (*in memorian*), de quem, seguramente, herdei a força, a resiliência e a capacidade de enfrentamento das adversidades da vida.

À minha mulher e companheira de todas as horas Keila Sousa dos Santos Monteiro, pela força, pela crença, pela cumplicidade e pelas intermináveis críticas, sugestões e contribuições nos momentos mais difíceis que atravessamos durante este processo. O meu mais sincero agradecimento.

Às minhas filhas Anna Beatriz e Anna Clara pelo apoio incondicional a este trabalho. No caso de Anna Clara, agradeço pela assessoria ao longo das várias etapas da construção da tese, na troca de ideias, na revisão de parte do texto e no auxílio nas transcrições.

Aos meus irmãos Carlos Augusto, Luiz Carlos e Nadja, que, talvez mesmo não entendendo tamanha obstinação, respeitaram e me apoiaram neste projeto.

Ao meu tio Carlos Alberto Monteiro Vieira (*in memorian*), a quem serei eternamente grato por acreditar em mim sempre, desde a minha infância e adolescência até todo sempre.

À minha tia Rita e Antônio Carlos, pelo acolhimento e carinho em sua residência e pelas conversas amistosas. Sem o apoio de vocês esta caminhada seria muito mais árdua.

Ao meu tio Paulo Rodrigues Alves, pelo contumaz incentivo e por sempre acreditar em mim, mesmo quando, por várias vezes e em tantas situações adversas, nem eu mesmo acreditava ser possível e viável alcançar com êxito este projeto.

Ao meu primo, amigo, irmão e também professor Fernando Monteiro Marcelino, pelas trocas de ideia, pela parceria e pela admiração mútua.

*Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Que a fé 'tá na mulher
A fé 'tá na cobra coral
Oh, oh
Num pedaço de pão
A fé 'tá na maré
Na lâmina de um punhal
Oh, oh
Na luz, na escuridão
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá (olêlê)
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Olálá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Oh, menina
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
A fé 'tá na manhã*

*A fé 'tá no anoitecer
Oh, oh
No calor do verão
A fé 'tá viva e sã
A fé também 'tá pra morrer
Oh, oh
Triste na solidão
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Oh, menina
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Olálá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Certo ou errado até
A fé vai onde quer que eu vá
Oh, oh
A pé ou de avião
Mesmo a quem não tem fé
A fé costuma acompanhar
Oh, oh
Pelo sim, pelo não
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Olêlê
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Olálá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Andá com fé eu vou
(Que a fé não costuma faiá) (olêlê, vamos lá)
Andá com fé eu vou
(Que a fé não costuma faiá) (costuma, costuma a fé não costuma faiá)
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá (costuma, costuma a fé não costuma faiá)
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá
Andá com fé eu vou
Que a fé não costuma faiá (olêlala)
Andá com fé eu vou que a fé não costuma faiá*

(Canção “Andar com fé” – Autor Gilberto Gil)

NASCIMENTO, Paulo Rafael Monteiro. **Governança Territorial**: uma análise das potencialidades do Turismo Religioso no “Território de Fé” em Salvador, Bahia. Orientadora: Prof.^a Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer. 2023. 203 f. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

Este trabalho buscou entender como a governança do Turismo Religioso promovido pelo “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local. A fundamentação teórica está sustentada na Governança Territorial e no Turismo Religioso, estabelecendo um diálogo transversal com a gestão social e suas dimensões, como capital social, poder local, redes interorganizações e intersetorialidade. A abordagem metodológica adotada foi a pesquisa qualitativa e realizou-se um estudo de caso integrado com múltiplas unidades de análise. As unidades foram representadas por instituições religiosas que delimitavam, de forma contígua, o “Território de Fé” na Península de Itapagipe no município de Salvador, Bahia, Brasil. As unidades de análise foram escolhidas pela relação simbólica e/ou geográfica com o “Território de Fé” da Península de Itapagipe, bem como pelo potencial do Turismo Religioso desse itinerário. As instituições religiosas de confissão de fé católica, objeto deste estudo, foram Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bonfim e Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II. Na instituição religiosa de matriz africana, no caso em questão o Candomblé, a unidade de análise foi o terreiro denominado “Casa de Oxum”. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e observação participante. O material coletado foi codificado e analisado por categorias. A aplicação de um *framework* como arcabouço de um diálogo teórico-empírico com as dimensões e categorias propostas possibilitou avaliar a eficácia da metodologia proposta. Foram entrevistados 18 atores diretamente vinculados ao “Território de Fé”, como: Representantes das instituições religiosas, Associações de Moradores, Turistas e Peregrinos, Empreendedores locais, Operadores Turísticos, Gestores Públicos e Fundações/Organizações não Governamentais. Os resultados demonstraram que a Governança Territorial, apesar das iniciativas já realizadas e empreendidas no “Território de Fé”, tem potencial para a requalificação do Turismo Religioso no “Território de Fé”, impactando favoravelmente no desenvolvimento do território, especialmente com a observância e incorporação das dimensões da gestão social. Pôde-se concluir que há demanda e oportunidade para a requalificação do “Território de Fé”, tendo o Turismo Religioso como principal vetor de desenvolvimento do território.

Palavras-chave: Governança Territorial. Gestão Social. Turismo Religioso. Território de Fé.

NASCIMENTO, Paulo Rafael Monteiro. **Territorial Governance: an analysis of the potential of Religious Tourism in the “territory of faith” in Salvador, Bahia.** 203 pp il, 2023. Doctoral Thesis - School of Management, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

This work sought to identify the limits and challenges of the social management and territorial governance system on the “territory of faith” on the Itapagipe Peninsula, in Salvador, Bahia, in order to requalify religious tourism on this route as a driving force for local development. The theoretical foundation is based on territorial governance and religious tourism, establishing a transversal dialogue with social management and its dimensions such as - a) social capital; b) local power; c) interorganizations and d) intersectorality. The methodological approach adopted was qualitative research and an integrated case study was carried out with multiple units of analysis. The units were represented by religious institutions that contiguously delimit the territory of faith on the Itapagipe Peninsula in the municipality of Salvador, Bahia. The units of analysis were chosen due to the symbolic and/or geographic relationship with the path of faith on the Itapagipe Peninsula, as well as the potential for religious tourism on this route. The religious institutions of Catholic faith, the object of this study, were: Sanctuary of Santa Dulce dos Pobres, Basilica Santuário Senhor do Bonfim and Paróquia Nossa Senhora dos Alagados and São João Paulo II, and the religious institution of African origin, in this case question, Candomblé, the unit of analysis was the terreiro called “Casa de Oxum”. Data were collected through semi-structured interviews and participant observation. The collected material was coded and analyzed by categories. The application of a framework as the framework for a theoretical-empirical dialogue with the proposed dimensions and categories made it possible to evaluate the effectiveness of the proposed methodology. 18 (eighteen) actors directly linked to the territory of faith were interviewed, such as: Representatives of religious institutions, Associations of Residents, Tourists and Pilgrims, Local Entrepreneurs, Tour Operators, Public Managers and Foundations/NGOs. The results showed that territorial governance, despite the initiatives already carried out and undertaken in the territory of faith, has potential for the requalification of religious tourism in the path of faith, favorably impacting the development of the territory, especially with the observance and incorporation of the dimensions of the management system Social. It can be concluded that there is demand and opportunity for the requalification of the path of faith, having religious tourism as its main vector for the development of the territory.

Keywords: Territorial Governance. Social Management. Religious Tourism. Territory of Faith.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Localização das unidades de análise na Península de Itapagipe	28
Quadro 2 – Fatores concorrentes para a construção de uma teoria	30
Quadro 3 – Desenho metodológico da pesquisa	35
Quadro 4 – Categorias e descrição da Gestão Social	58
Quadro 5 – Desenho metodológico para o estudo de caso	78
Quadro 6 – Segmentos e quantidade de entrevistados	83
Quadro 7 – Codificação, duração média e quantidade de entrevistas	84
Quadro 8 – Codificação, dimensão e definição das categorias de análise	89
Quadro 9 – Características-chave da participação dos atores sociais no planejamento do turismo	126
Quadro 10 – Grupos de <i>stakeholders</i> do Turismo Religioso da Península de Itapagipe	129
Quadro 11 – Protocolo de observação – Bloco 1	200
Quadro 12 – Protocolo de observação – Bloco 2	200
Quadro 13 – Protocolo de observação – Bloco 3	201

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Península de Itapagipe	27
Figura 2 – <i>Framework</i> preliminar para a Governança Territorial e Turismo Religioso	91
Figura 3 – Representação de Santa Dulce dos Pobres	94
Figura 4 – Santuário Santa Dulce dos Pobres	96
Figura 5 – Oratório de Santa Dulce dos Pobres	96
Figura 6 – Pinturas de artista de rua no “Território de Fé”	97
Figura 7 – Pintura de um morador de rua	97
Figura 8 – Ambulatório Presidente José Sarney	99
Figura 9 – Pátio interno do Ambulatório Presidente José Sarney	99
Figura 10 – Loja de produtos e <i>souvenirs</i> de Santa Dulce dos Pobres (Parte externa)	100
Figura 11 – Loja de produtos e <i>souvenirs</i> de Santa Dulce dos Pobres (Parte interna)	100
Figura 12 – Marca da Loja de Conveniência	101
Figura 13 – Interior da Loja de Conveniência	101
Figura 14 – Ações da Trezena no Shopping Outlet Center (Uruguai)	102
Figura 15 – Vista aérea da Basílica Santuário Senhor do Bonfim	105
Figura 16 – Vista externa da Basílica Santuário Senhor do Bonfim	105
Figura 17 – Vista interna da Basílica Santuário Senhor do Bonfim	106
Figura 18 – Imagem de Senhor Bom Jesus do Bonfim	107
Figura 19 – Festa da Lavagem do Bonfim	107
Figura 20 – Empreendedor local (venda de fitas do Senhor do Bonfim)	108
Figura 21 – Pequenos empreendedores locais/Ambulantes	108
Figura 22 – Atual Reitor da Basílica Santuário Senhor do Bonfim e Capelão da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim – Padre Edson Menezes da Silva	109
Figura 23 – Vista externa da Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II	112
Figura 24 – Vista interna da Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II	112
Figura 25 – Visita do Papa João Paulo II	113
Figura 26 – Visita de Madre Tereza de Calcutá	113
Figura 27 – Placa representativa da terra “pisada” por três Santos	114
Figura 28 – Visita à Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II. No registro, com Hilda Almeida, Secretária Executiva da Paróquia	114

Figura 29 – Representação do Orixá – Oxum	115
Figura 30 – Cuscuz de Cansação	118
Figura 31 – Feira de São Joaquim	119
Figura 32 – Loja de venda de insumos para a culinária	119
Figura 33 – Loja de artefatos religiosos	120
Figura 34 – Rota do Bode (Feira de São Joaquim)	120
Figura 35 – Momento <i>Griot</i> na Casa de Oxum após a realização da rota afroturística na Feira de São Joaquim	121
Figura 36 – Visita à Casa de Oxum. No registro, com a Ialorixá Tânia, sacerdotiza do terreiro, Edson Costa, coordenador da Rede EMUNDE e Tatiana Fiuza, da Afoxetur	122
Figura 37 – Reunião com representantes do Terreiro <i>Ati Itá Tianá Tupã Suriazala</i> e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia	123
Figura 38 – Celebração de Iniciação no Terreiro <i>Ilé Àse Ofa Omi</i>	123
Figura 39 – Principais eventos e iniciativas da Governança do Turismo	131
Figura 40 – Logomarca do Território Santo	132
Figura 41 – Proposta de <i>Framework</i> da Governança do Turismo Religioso	162

LISTA DE SIGLAS

ABAM	Associação Nacional das Baianas de Acarajé
ABAMPA	Associação Baiana de Marisqueiros e Pescadores
ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABIH/BA	Associação Brasileira de Bares e Restaurante da Bahia
ACM Neto	Antonio Carlos Magalhães Neto
Airbnb	<i>Air Bed and Breakfast</i> (Ar, cama e café da manhã)
AMEX	Assessoria de <i>marketing</i> executivo da Devoção do Senhor do Bomfim
APL	Arranjo Produtivo Local
APLTS	Arranjo Produtivo Local do Território Santo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
Cadastur	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAMMPI	Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CIAGS	Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DLS	Desenvolvimento Local Sustentável
DTI	Destinos Turísticos Inteligentes
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
Fecomércio-BA	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia
FGM	Fundação Gregório de Matos
FMLF	Fundação Mário Leal Ferreira
FPV	Fundação Pierre Verger
GS	Gestão Social
GT	Governança Territorial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LED	<i>Light Emitting Diode</i> (Diodo Emissor de Luz)
MPME	Micro, pequenas e médias empresas
NAI	Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe

OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização não Governamental
OSID	Obras Sociais Irmã Dulce
PASTUR	Pastoral do Turismo
PCI	Plano de Cultura de Itapagipe
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Plano Local de Cultura
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODETUR	Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo
PRDI	Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe
Rede EMUNDE	Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo
REPROTAI	Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEBRAE/BA	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia
SECULT	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
SEDUR	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SESOL	Superintendência de Economia Solidária
SETUR	Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia
SINGTUR	Sindicatos dos Guias de Turismo do Estado da Bahia
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TR	Turismo Religioso
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UCSal	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	O TURISMO E SUAS ESPECIFICIDADES	36
2.1	TIPOLOGIAS DO TURISMO	36
2.2	CONTEXTO DO TURISMO RELIGIOSO NO BRASIL	42
3	GOVERNANÇA TERRITORIAL ENQUANTO ESTRATÉGIA DE POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO	47
3.1	GOVERNANÇA TERRITORIAL, APORTES CONCEITUAIS E APLICAÇÕES	47
3.2	GESTÃO SOCIAL E SUAS APROXIMAÇÕES COM GOVERNANÇA TERRITORIAL	54
3.3	CAPITAL SOCIAL	58
3.4	PODER LOCAL	61
3.5	INTERORGANIZAÇÕES	63
3.6	INTERSETORIALIDADE	65
4	TURISMO RELIGIOSO	67
4.1	CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS	67
4.2	SAGRADO E PROFANO	70
5	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	76
5.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA	76
5.2	DESENHO METODOLÓGICO	77
5.3	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CASO E DOS SUJEITOS	79
5.4	COLETA DE DADOS	81
5.5	ANÁLISE DE DADOS E VALIDAÇÃO DO <i>FRAMEWORK</i>	87
6	GOVERNANÇA TERRITORIAL E TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO “TERRITÓRIO DE FÉ” DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	92
6.1	CONTEXTO DA GOVERNANÇA DO TURISMO RELIGIOSO NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	92
6.1.1	Santuário de Santa Dulce dos Pobres	94
6.1.2	Basílica Santuário Nosso Senhor do Bonfim	103
6.1.3	Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II	110
6.1.4	Casa de Oxum	114

6.2	PRESENÇA DOS ELEMENTOS DA GESTÃO SOCIAL	137
6.3	ATRATIVOS MATERIAIS E IMATERIAIS E INFRAESTRUTURA TURÍSTICOS NO “TERRITÓRIO DE FÉ”	153
7	PROPOSTA DE UM <i>FRAMEWORK</i> E DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO NO “TERRITÓRIO DE FÉ” DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE	160
7.1	PRINCIPAIS LIMITAÇÕES E FRAGILIDADES NA GOVERNANÇA DO TURISMO RELIGIOSO	162
7.2	AÇÕES PROPOSITIVAS PARA UMA REQUALIFICAÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO VOLTADOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	172
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
	REFERÊNCIAS	183
	APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas	197
	APÊNDICE B – Protocolo de observação	200
	APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	202

1 INTRODUÇÃO

A reflexão acerca da trajetória e das escolhas profissionais, acadêmicas e pessoais confirma o esforço deste pesquisador para abarcar elementos amplos e ambíguos, na tentativa de contemplar sentido e explicação para as coisas. Nessa perspectiva, iniciou o estudo em engenharia elétrica ainda bem jovem, por influência de um parente próximo, que sempre tinha explicação para tudo de forma racional e calculada, o que, em alguma medida, refletia os anos políticos da época. Essa visão “racional” acompanha-o até os dias de hoje, mas os elementos humanísticos já tomam um espaço considerável na sua vida e já se impregnam em suas ações com maior profundidade.

Ao concluir o curso de Engenharia, teve a oportunidade de trabalhar em uma empresa “estatal” e exercer funções gerenciais que lhe possibilitaram desenvolver competências que não havia experimentado até então. Essa experiência motivou-o a realizar a segunda graduação, que seria o curso de Administração, no qual pôde articular, em alguma medida, as teorias estudadas com a prática da gestão em um modelo altamente hierarquizado e formal.

Ao longo dos anos, foi se aproximando cada vez mais e de forma indelével da administração e das suas preocupações, sempre na busca de articular as teorias com a prática das organizações, tema que sempre o inquietou. Uma dessas inquietações materializou-se na dissertação de mestrado, na área de desenvolvimento humano e responsabilidade social, na qual desenvolveu um estudo que buscava compreender o impacto da privatização nas empresas e seus desdobramentos nas perspectivas das pessoas e do social. Essas inquietações foram intensificando-se em outras áreas e dimensões, sobretudo nas sociais e ambientais.

Para avançar nessa sua busca do conhecimento e, em alguma medida, ampliar os elementos para a gestão em uma perspectiva social, solidária e cooperativa, iniciou os estudos em Ciências das Religiões. O propósito foi não só ampliar a compreensão dos fenômenos religiosos e aprofundar o conhecimento das ciências humanas, mas também encontrar algo transcendente e espiritual que desse conta de explicar e apontar caminhos para um mundo mais solidário, justo e de bem-estar comum.

Nessa perspectiva, manifestou o interesse em pesquisar, no doutorado, temas que contemplassem essas indagações e possibilidades que foram tomando corpo. Nesse sentido, os campos de estudo da Governança Territorial (GT) e do Turismo Religioso (TR) permitirão uma contribuição de forma propositiva, partindo de seus estudos e experiências. Para tanto, estarão articulados com a Gestão Social (GS), para entender como a governança do Turismo Religioso promovido pelo “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local.

Na problemática da pesquisa, identificou que o setor de serviços vem ocupando posição de destaque na economia. Esse fato vem sendo evidenciado por meio da participação desse setor na ocupação de mão de obra e na geração de riqueza no Produto Interno Bruto (PIB). Esse setor, além de ser responsável pela maior parcela do PIB mundial, apresenta-se, talvez, como a parcela mais dinâmica da economia (CORRÊA; CAON, 2002).

Em 2021, o setor de serviços do Brasil cresceu 10,9%, na comparação com o ano anterior. Essa é a maior taxa para um acumulado de janeiro a dezembro desde o início da série histórica, em 2012. O turismo, que foi impactado pelas medidas de restrição impostas pela Covid-19, teve crescimento em 2021 na comparação com o mesmo período do ano anterior. O agregado especial de atividades turísticas cresceu 21,1%, impulsionado, sobretudo, pelos ramos de transporte aéreo, hotéis, restaurantes, rodoviário, coletivo de passageiros e locação de automóveis (GOMES, 2022).

Ao longo das décadas, o turismo tem experimentado crescimento contínuo e uma diversificação aprofundada para se tornar um dos setores econômicos de mais rápido crescimento no mundo. O turismo moderno está intimamente ligado ao desenvolvimento e abrange um número crescente de novos destinos. Essas dinâmicas transformaram o turismo num motor chave para o progresso socioeconômico (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2021).

O crescimento do PIB em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador [...] Desses 2,9% de crescimento em 2022, os serviços foram responsáveis por 2,4 pontos percentuais. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia do ano. (CAMPOS, 2023).

“No período entre 2009 e 2019, o crescimento real das receitas do turismo internacional (54%) superaram o crescimento do PIB mundial (44%)”¹ (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020, p. 2, tradução nossa). O turismo traz, em seu bojo, um caráter inclusivo, pois “[...] gera milhões de empregos diretos e indiretos, com alta participação de mulheres e jovens. Além disso, há uma diversificação no porte das empresas, sendo a maioria delas de turismo micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). As mulheres representam 54% da força de trabalho do turismo [...]”² (WORLD TOURISM ORGANIZATION, 2020, p. 6, tradução nossa).

¹ *Between 2009 and 2019, real growth in international tourism receipts (54%) exceeded growth in world GDP (44%).*

² *[...] generates millions of direct and indirect jobs, with a high share of women and young people, most tourism enterprises (around 80%) are micro, small and medium sized enterprises (MSMEs) which employ a high share of women and young people and economy. Women make up 54% of the tourism workforce (as compared to 39% in the overall economy [...])*

A economia do turismo, no ano de 2019, superou a casa dos R\$ 20 bilhões, a considerar a arrecadação federal na economia do turismo, alcançando a marca de U\$ 3.800,00 do PIB *per capita*. Esta economia abrange alojamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aquaviário, transporte aéreo, aluguel de transporte, agências de viagem, cultura e lazer (BRASIL, 2022).

As atividades turísticas na Bahia cresceram 13,6%, em maio de 2023, quando se compara com esse mesmo mês de 2022, enquanto o crescimento nacional foi de 8,6%, segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (RAMOS, 2023).

[...] o aumento foi resultado da movimentação econômica, principalmente, de empresas dos ramos de transportes aéreo e rodoviário, locação de automóveis, alimentação e agências de viagens. O estudo aponta que em 2023, as atividades turísticas na Bahia seguem em alta, com crescimento de 12%, entre janeiro e maio. No mesmo período, o Brasil registrou aumento de 8,4%. (RAMOS, 2023).

Nesse contexto, o Turismo Religioso destaca-se como um dos segmentos do turismo que mais cresce no Brasil e no mundo, sendo, portanto, o objeto central deste trabalho. Trata-se do turismo conectado com a dimensão religiosa, entendendo-se como religião, na perspectiva de Geertz (2022, p. 67):

(1) um sistema de símbolos que atua para (2) estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens através da (3) formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e (4) vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que (5) as disposições e motivações parecem singularmente realistas.

Neste sentido, o Turismo Religioso é um segmento do turismo que se diferencia do turismo tradicional de forma peculiar e característica, na medida em que a sua motivação é de caráter religioso e místico. Busca-se, no Turismo Religioso, um “encontro” com o sagrado e o transcendente, portanto, a experiência de fé. Trata-se de uma jornada espiritual e transformadora que, em alguma medida, impacta e transforma as pessoas ao fim dessa experiência. Nesse contexto, outros elementos, tais como culturais e patrimoniais, entre outros, são manifestações de valor que presumem uma demanda de proteção e preservação para o futuro dos indivíduos e das sociedades (DIAS; SILVEIRA, 2003; GOMES, 2015).

Não obstante o Turismo Religioso ter como principal motivação a busca do sagrado, do transcendente e do divino, tem-se a preocupação com os demais aspectos que viabilizam esta tipologia de turismo como modal do deslocamento, os seus aspectos logísticos de transporte, hospedagem e alimentação. Adiciona-se a isso o fato de que as peregrinações modernas têm de ser entendidas em um quadro de referências que inclui a cultura, o patrimônio e ainda o tempo de lazer, que é direcionado e emoldurado no ato de fé propriamente dito (ABUMANSUR, 2013).

Abumanssur (2013, p. 616) entende que

[...] os seres humanos creem que há lugares, pessoas, objetos e seres que são diferentes e que têm poder ou qualidades que os distinguem das coisas corriqueiras ou, ainda, que são receptáculos de um carisma incomum. A peregrinação acontece porque se crê que coisas, lugares e pessoas possuem um grau de sacralidade distintos, e o ser humano sente necessidades das coisas mais sagradas e atração por elas. A peregrinação existe em oposição à experiência religiosa cotidiana e regular do fiel. A busca do peregrino pelo lugar sagrado obedece a ditames outros que não aqueles que regem a sua prática devocional cotidiana.

São várias as manifestações do culto ao sagrado, seus símbolos e significados, que, em suas expressões, confundem o profano. Entretanto, como assevera Eliade (2018, p. 166): “[...] o homem profano, queira ou não, conserva ainda os vestígios do comportamento do homem religioso, mas esvaziado dos significados religiosos.” As festas religiosas expressam a cultura e decorrem de uma busca espiritual e da prática religiosa, em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, que envolvem peregrinações, romarias, rituais, festejos e grandes eventos. Muitas dessas atividades são realizadas em conjunto com o patrimônio histórico ligado à religião existente no país. São elementos, portanto, que compõem uma rica oferta para o turista religioso (BRASIL, 2022a).

Para Dias e Silveira (2003, p. 170): “[...] o turismo religioso é aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas. Compreende romarias, peregrinações e visitação a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas.” Nesse sentido, o Turismo Religioso, a despeito de toda a atividade turística, sugere uma abordagem interdisciplinar, que contemple seus aspectos econômicos, sociais, espaciais e culturais envolvidos. Com efeito, turistas e peregrinos assumem um comportamento de consumo turístico, pois utilizam equipamentos e serviços com uma estrutura de gastos semelhante à dos turistas reais. A variável de permanência, no caso, estará intimamente ligada ao tempo de duração de cerimônias, ritos e celebrações religiosas (BENI, 2019).

Na discussão propositiva dos campos de pesquisa na área do Turismo Religioso, as abordagens pesquisadas relacionam-se a: Turismo, Religião e Consumo (BERGER; ZIJDERVELD, 2012; DIAS; SILVEIRA, 2003; SECALL, 2002), Peregrinações e romarias nos caminhos de fé (GOMES, 2015; HERVIEU-LÉGER, 2015), Sagrado e Profano (ABUMANSUR, 2013; BERGER, 1985; ELIADE, 2018; OTTO, 2017) e Dinâmica da Fé (TILLICH, 1980; WACHTEL, 2009).

Nesse sentido, a presente pesquisa traz novas reflexões e perspectivas acerca da Governança Territorial, que permitam formas alternativas de gestão capazes de romper com

antigos paradigmas e suas práticas ultrapassadas que, muitas vezes, excluem a sociedade do seu protagonismo e dos benefícios do Turismo Religioso nos territórios de fé.

Na perspectiva de Zaoual (2006), o resgate da comunidade e a proliferação das economias dissidentes (economia social, solidária, desenvolvimento local, economias paralelas) têm despontado dada a incapacidade de os atuais modelos econômicos responderem a uma reestruturação que atenda a toda a sociedade, ainda que esse “retraimento” comunitário seja um modelo socialmente fragmentado. Para esse autor:

[...] o homem precisa crer, pertencer a algo e ser integrado em uma sociedade [...] essa necessidade escapa às ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que permanece dominada por valores utilitaristas, mercantis e instrumentais e não leva em consideração as múltiplas dimensões da existência humana: identidade, civismo, cidadania, ajuda mútua, solidariedade, qualidade de vida etc. (ZAOUAL, 2006, p. 16).

Para compreender melhor sob quais condições o turismo pode reduzir a pobreza, como pode objetivar outros resultados menos econômicos e mais sociais, recorre-se a Donaldson (2007). Para este autor, novas dimensões devem ser incorporadas na construção de novos modelos de desenvolvimento local, de modo que os resultados tragam benefícios para a qualidade de vida das comunidades de forma mais ampla e profunda.

Ademais, o olhar e a observância para a Governança Territorial dos caminhos de fé, bem como para os elementos da gestão social, que estão imbricados e incorporados na gestão territorial, e para as suas dimensões econômicas e ambientais, podem suscitar reflexões, contribuições e intervenções propositivas que podem potencializar o Turismo Religioso no “Território de Fé”.

Dowbor (2017, p. 301) cita o relatório *World Development Report* de 2017, para trazer o conceito de Governança em uma explicitação útil: “Governança é o processo que permite que atores do Estado e não-estatais interajam e implementem políticas no quadro de um conjunto de regras formais e informais que conformam o poder, e por ele são conformadas.”

Nessa perspectiva, torna-se necessária e premente a construção de um novo modelo de governança que propicie um ciclo da economia no qual os investimentos de fato promovam a produtividade e favoreçam o consumo e o crédito. Além disso, é preciso que os recursos de todo esse processo permitam o fomento de políticas sociais e de infraestrutura que proporcionem o bem-estar social (DOWBOR, 2017).

Quanto à Governança Territorial, as abordagens envolvem os temas: Desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2016; FISCHER, 2002, 2012a), Políticas Territoriais (ACSELRAD, 2018; FUINI, 2015), Verticalidades e Horizontalidades (SANTOS, 2014), Território e Cidadania (SANTOS, 2002, 2004, 2020a).

O conceito de território como espaço social e de construção política enfatiza a ação coletiva, isto é, as ações empreendidas por um conjunto de atores que se relacionam com a solução de um problema coletivo. A ação coletiva nasce da mobilização de grupos, interesses organizados e instituições territoriais, num processo em que as interações dos atores podem levar a resultados diferentes (BAGNASCO; LE GALÈS, 2000; DALLABRIDA, 2016; SANTOS, 2002, 2004, 2020a, 2020b).

Na visão de Dallabrida (2007, p. 46), a Governança Territorial refere-se “[...] ao conjunto de iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente, para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais [...]”. O autor justifica a dinâmica territorial de desenvolvimento em função daquilo que ocorre no território, na região, no município ou mesmo em uma determinada localidade com a interação de atores no nível micro e macro, com seus interesses e demandas territoriais que sugerem a estruturação de um sistema de governança que contemple todo esse contexto.

Com efeito, sustenta-se que há uma relação direta entre o desenvolvimento e a dinâmica territorial que envolve elementos sociais, econômicos, ambientais, culturais, políticos, entre outros, das diferentes tipologias de territórios. O nível em que se estabelecerão as forças que atuam nessa dinâmica é que poderá favorecer ou não o desenvolvimento de determinado território (DALLABRIDA, 2007).

Na perspectiva de Davoudi *et al.* (2008, p. 37, grifo do autor, tradução nossa):

Os diferentes objetivos que caracterizam um processo de governança, e que vêm dos diferentes papéis desempenhados pelo território no processo, pode ser resumido considerando *governança territorial* como processo de organização territorial da multiplicidade de relações, que caracterizam interações entre atores e diferentes interesses, mas não conflitantes. Esta dimensão organizacional refere-se à construção de uma visão territorial compartilhada, baseada na reconhecimento e valorização do capital territorial para criar coesão territorial sustentável em diferentes níveis.³

Nesse contexto, o desafio estaria em criar as condições de alinhamento dos interesses em diferentes níveis, o que passa pela qualidade relacional nas perspectivas do contexto, que seriam as características territoriais e suas dinâmicas, das políticas institucionais do território e das ações governamentais voltados para a avaliação dos processos e dos resultados (DAVOUDI *et al.*, 2008).

³ *The different objectives that characterize a governance process, and that come from the different roles played by the territory in the process, can be summarized by considering territorial governance as the process of territorial organisation of the multiplicity of relations that characterize interactions among actors and different, but non-conflictual, interests. This organisational dimension refers to the construction of a shared territorial vision, based on the recognition and valorisation of the territorial capital to create sustainable territorial cohesion at different levels.*

Para França Filho e Eynaud (2020), os modelos de gestão, de forma geral, são desprovidos de componentes ou preocupações sociais, de cooperação, de solidariedade e de alguma configuração da economia social. Nesse sentido, seria importante identificar o momento da história da gestão em que essas dimensões foram negligenciadas no contexto da gestão das organizações. Uma das “pistas” desse processo pode ser encontrada na própria complexidade do fenômeno de articulação entre as ciências da gestão e a economia. Assim, fica perceptível o vácuo da solidariedade e também de outras dimensões sociais, quando se parte da premissa de que o individualismo teria sido também um dos fatores causais desse processo.

Fitoussi (2004, p. 17, tradução nossa⁴) reitera essa posição ao asseverar que

[...] toda extensão da esfera pública reduz quantitativamente o alcance da esfera privada; toda regulação decidida pelo legislador diminui a eficácia do mercado. Nesse sentido, o mercado precisa apenas de indivíduos atomizados, elétrons livres, para funcionar, e qualquer intrusão do coletivo só pode levar a uma alocação não ideal de seus recursos.

Para França Filho e Eynaud (2020), há uma clara fundamentação acerca do fato de que a solidariedade e a preocupação com a coletividade não encontram ressonância nas lógicas do mercado e nos modelos organizacionais vigentes. Os autores reiteram que o modelo organizacional, em alguma medida, é reproduzido na configuração e no comportamento das instituições públicas, das organizações sociais e das economias domésticas. Nesse contexto, essas tipologias podem impactar na identidade e na lógica de instituições outras voltadas para a solidariedade. Por isso, autores, como Laville (2009), alertam para que se busque novas formas de gestão que incorporem a solidariedade, a exemplo de cooperativismo e associativismo.

França Filho e Eynaud (2020, p. 22) entendem que “A abordagem conceitual de uma gestão solidária requer certamente um retorno sobre os fundamentos da economia e sobre os modos de produção histórica do conhecimento”. Com essa afirmação, pode-se inferir que as organizações podem incorporar elementos da gestão social e solidária, invertendo a lógica de subjugação e submissão ao mercado. Autores, como Adam Smith, pressupõem uma herança e influência de pensadores e suas respectivas categorias de pensamento na gestão das organizações, com a divisão de trabalho e, particularmente, com o conceito de “mão invisível” dentro de uma perspectiva de autossuficiência dos mercados e da autorregulação. Este entendimento acabou por valorizar o egoísmo individual, que impacta, em alguma medida, no senso de coletividade, cooperação mútua e, por conseguinte, na solidariedade.

⁴ [...] *toute extension de la sphère publique réduit quantitativement l'ampleur de la sphère privée; toute réglementation décidée par le législateur amoindrit l'efficacité du marché. En ce sens, le marché n'a besoin pour fonctionner que d'individus atomisés, d'électrons libres, et que toute intrusion du collectif ne peut que à une affectation non optimale de ses ressources.*

Na visão de Araújo (2014), a gestão social, para dar conta do seu espectro de demandas, tem como atributos plasticidade, fluidez e hibridismo. Estes permitem maior robustez e aderência para assumir novas tipologias organizacionais frente aos desafios no campo da gestão. Este é um recurso indispensável para estabelecer as relações e os processos sociais necessários à sua existência, refletindo o caráter multidisciplinar e complexo da realidade social.

A gestão social oferece ações públicas que podem ser empreendidas por instituições governamentais, por grupos organizados ou associações que tenham interesse em projetos para a coletividade. Essas manifestações podem influenciar o poder público, levando-o a elaborar políticas públicas que atendam às demandas locais, de modo que as associações populares auto-organizadas e autogeridas possam exercer, por assim dizer, a sua cidadania copartícipe da construção do desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. A ação coletiva e a ação pública podem ser coincidentes ou sobrepostas em favor de um sistema de políticas públicas das diversas partes interessadas. Busca-se, nessa perspectiva, o exercício da gestão social na prática, para qualificar as políticas públicas locais, visando ampliar o compartilhamento dos benefícios do território local e seus autóctones (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020).

Alguns autores seguem a reflexão da gestão social na perspectiva da solidariedade e da economia social (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020), do capital social como relações de confiança, reciprocidade e sistemas de participação cívica (D'ARAÚJO, 2010; PUTNAM, 2008), do poder local (FISCHER, 1991, 1992, 1993, 2002; PAGÈS *et al.*, 2008), das abordagens acerca das interorganizações (FISCHER, 2012a) e Intersetorialidade (JUNQUEIRA, 2014).

Não obstante os avanços do turismo em determinadas áreas e regiões, persiste o desafio de ampliar a abrangência econômica e social dessas conquistas no âmbito local. Neste sentido, busca-se novos modelos de Governança Territorial que viabilizem o Turismo Religioso dentro de uma perspectiva que possa proporcionar maior participação dos territórios locais nos benefícios advindos desse segmento, reduzindo a pobreza, melhorando as condições de emprego e renda e reduzindo a desigualdade social.

Dias e Silveira (2003, p. 15) asseveram que

O desenvolvimento de práticas religiosas é um importante fator na determinação de locais com potencial turístico. Neste sentido, o Brasil, onde a fé católica é predominante, possui um número bastante significativo de locais religiosos que atraem viajantes de todo tipo: peregrinos, romeiros, pessoas atraídas pela cultura do espaço religioso etc. Na maioria das localidades, onde existem santuários ou ocorrem as manifestações religiosas, a infraestrutura para receber os visitantes ainda é precária, muitas vezes devido à pouca compreensão da visitação periódica.

Neste sentido, o Turismo Religioso demanda infraestrutura adequada e de qualidade para local de descanso, alimentação, transporte etc., portanto, os mesmos equipamentos necessários a outras tipologias de turismo (DIAS; SILVEIRA, 2003).

Com efeito, busca-se compreender o modelo de Governança Territorial vigente em um dado “Território de Fé”, visando identificar eventuais lacunas e elementos para uma requalificação daquele território, dentro das premissas de uma Governança Territorial que se aproxime de uma gestão social voltada para o fortalecimento do Turismo Religioso e seus atributos, mais inclusivo, participativo e equânime, que permita maior participação da comunidade local e do seu entorno, amplie os benefícios advindos desse segmento da economia, reduza a pobreza e melhore as condições de emprego e renda. Desta forma, a necessidade de eleger um recorte espacial não tem a intenção de reduzi-lo, mas decorre da necessidade de delimitar o espectro de análise e a ação para promover análise e intervenção propositiva, tal como recomenda Santos (1994).

Na perspectiva de Fischer (1996, p. 14), “A cidade é um conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identificações, uma megaorganização – real, virtual e simbólica”. Para a autora citada, a cidade é constituída de muitas unidades organizativas que, vistas em conjunto, representam um todo maior que a soma das partes. Confusão e desordem, organização e solidariedade, partes e todo em interação real e simbólica.

O recorte empírico adotado para este estudo está circunscrito e delimitado no chamado “Território de Fé” de caráter geográfico e simbólico no município de Salvador, nas seguintes unidades organizativas: Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bonfim e Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e a instituição religiosa de matriz africana, no caso em questão, o Terreiro de Candomblé denominado Casa de Oxum. Entende-se que essas unidades organizativas configuram-se em objeto de análise do fenômeno do Turismo Religioso pesquisado, uma vez que carregam os elementos materiais e imateriais característicos dessa tipologia de turismo.

Os critérios de escolha dessas instituições adequaram-se, de forma ilustrativa, didática e contributiva, ao objeto da presente pesquisa, pois assumem a problemática apresentada nos campos de estudo da Governança Territorial e do Turismo Religioso, como unidades organizativas contíguas ao território da Península de Itapagipe, em Salvador.

As instituições católicas romanas, no Brasil, acolhem, segundo o censo do IBGE de 2010, uma população de 123 milhões de fiéis, posicionando-se, portanto, com o maior número

de fiés no país. No estado da Bahia, esta população configura-se em um pouco mais de 9 milhões de pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Andrade e Meneses (2013, p. 1) afirmam que os dados do Censo 2010 do IBGE apontam três tendências: “1) a proporção de católicos segue a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores; 2) o segmento evangélico é o que mais cresceu no Brasil no período intercensitário; e 3) o aumento do número de adeptos do espiritismo e dos sem religião.” Assinalam “[...] o decréscimo e/ou estagnação das religiosidades afro-brasileiras” e alertam:

Quando se fala em aumento da diversidade religiosa no Brasil, é preciso não desconsiderar que o segmento cristão possui ampla maioria e que o crescimento evangélico não se verifica em todo o segmento de forma homogênea. O aumento dos sem religião não significa, necessariamente, aumento da descrença religiosa. (ANDRADE; MENESES, 2013, p. 1).

Neste sentido, as instituições pesquisadas, apresentam elevado potencial para o Turismo Religioso, no que tange aos seus atrativos, que contemplam os atributos culturais, históricos, patrimoniais, religiosos e o culto ao sagrado. Em contrapartida, há uma elevada demanda por equipamentos turísticos nesses territórios, exigindo a requalificação da Governança Territorial, para que seja possível potencializar as oportunidades do Turismo Religioso em todas as suas dimensões. Estes aspectos sugerem uma análise mais aprofundada, dentro de uma perspectiva econômica, social e ambiental.

Fundamenta-se também, neste estudo, a demanda pela inserção de instituições religiosas de matriz africana, a exemplo do Candomblé, não obstante a Umbanda e o Candomblé representarem, no Brasil, quase 600 mil pessoas. Outrossim, na Bahia, este quantitativo chega a 47 mil praticantes das religiões de matriz africana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), apresentando, portanto, um contexto ainda mais complexo e instigante, na medida em que envolve, por um lado, um elevado grau de preconceito e de intolerância religiosa e, por outro, um elevado potencial para se exercer o Turismo Religioso, a considerar, dentre outros atributos, a sua riqueza histórica, cultural, mítica, ritualística e simbólica, que carece de resgate. Para tanto, precisa-se de uma governança que esteja à altura de suas possibilidades e contribuições para o município de Salvador, para o estado da Bahia e para o Brasil.

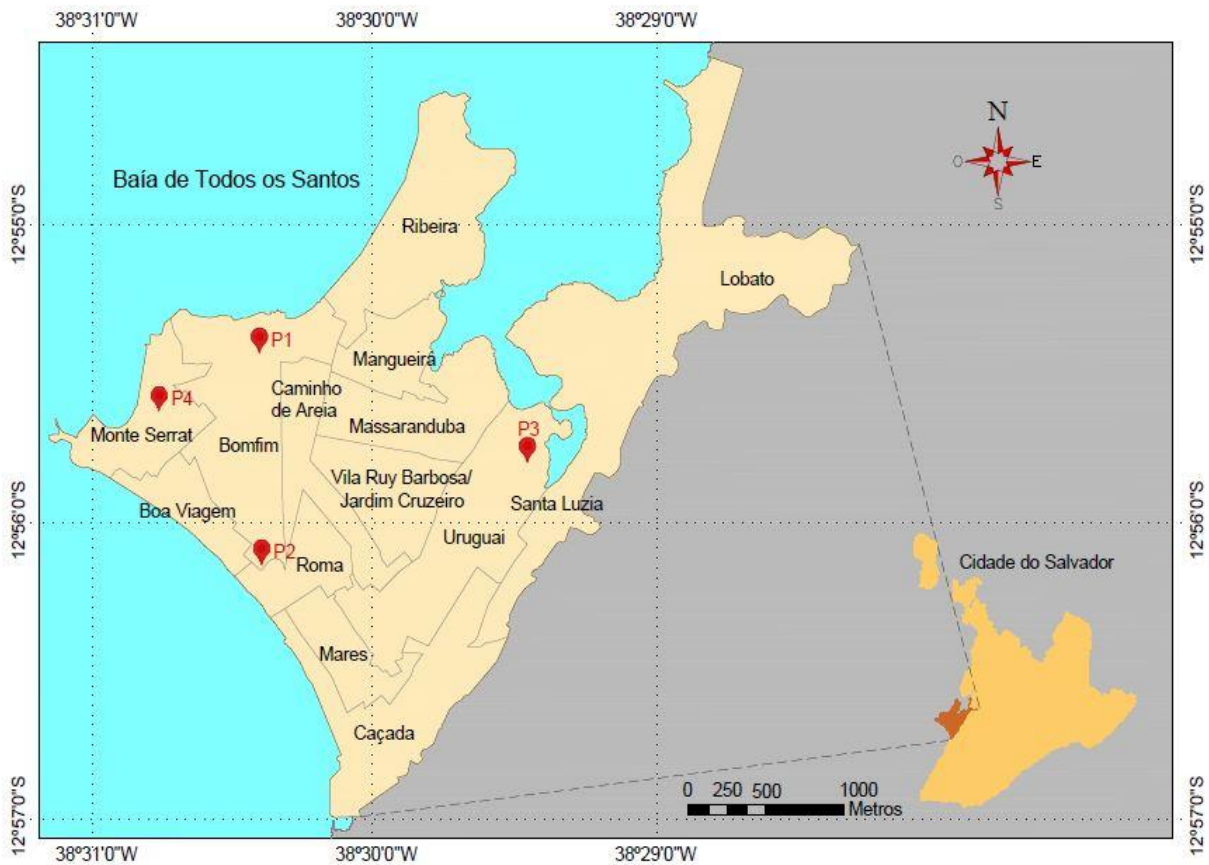
Sobre o candomblé, Bastide (2001, p. 23) considera que

[...] mesmo que os traços de culturas africanas tenham sofrido modificações, na verdade o candomblé não deixa de constituir um sistema harmonioso e coerente de representações coletivas e de gestos rituais. Mesmo se a religião africana subsiste porque responde a certas funções ou a certas necessidades, isso não impede que o candomblé

tenha sua estrutura e essa estrutura mereça estudo paciente e especial. Faz-se necessário, portanto, apresentar que os cultos, por exemplo, não são um tecido de superstições, pelo contrário, subjaz uma cosmologia, uma psicologia e uma teodicéia, que posiciona o pensamento africano como um pensamento culto.

A Península de Itapagipe é composta por um conjunto de 14 bairros: “Boa Viagem, Bonfim, Calçada, Caminho de Areia, Mangueira, Mares, Massaranduba, Monte Serrat, Ribeira, Roma, Santa Luzia, Uruguai, Vila Ruy Barbosa/Jardim Cruzeiro e Lobato.” (SALVADOR, 2021, p. 15)._A Figura 1 é ilustrativa.

Figura 1 – Península de Itapagipe



Fonte: elaboração própria com base em J. Souza, L. Souza e Spinola (2019).

O Quadro 1 expõe a localização das unidades de análise e Instituições Religiosas situadas na Península de Itapagipe.

Quadro 1 – Localização das unidades de análise na Península de Itapagipe

Pontos / Localização	Unidades de análise / Instituições Religiosas
P1	Basílica Santuário Senhor do Bonfim
P2	Santuário Santa Dulce dos Pobres
P3	Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II
P4	Terreiro Ylê Axé Omin Lewy – Casa de Oxum

Fonte: elaboração própria.

Esta pesquisa está fundamentada na premissa de que a governança do turismo promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, apresenta limitações e fragilidades que dificultam a potencialização do turismo religioso desse território como força propulsora do desenvolvimento local.

A questão que norteia a pesquisa é a seguinte: Como a Governança do Turismo Religioso promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local?

O objetivo geral deste estudo é entender como a governança do Turismo Religioso promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local.

São objetivos específicos deste estudo:

- a) levantar e analisar os elementos históricos, patrimoniais, sociais, econômicos, culturais, ambientais e religiosos que caracterizam as potencialidades do “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, para a promoção do desenvolvimento local;
- b) identificar as principais iniciativas e os projetos implantados para a promoção do “Território de Fé” na Península de Itapagipe, dirigidos para potencializar o Turismo Religioso voltado para o desenvolvimento local e promover bem-estar social;
- c) investigar o papel desempenhado pelos principais representantes de Instituições Religiosas, Líderes de Redes e Associações de Moradores, Empreendedores Locais, Operadores Turísticos, Gestores Governamentais estaduais e municipais, Organizações Não Governamentais (ONG) e Fundações que evidenciem iniciativas no contexto da Península de Itapagipe, Salvador, Bahia;

- d) identificar os fatores que limitam a capacidade e a qualidade da Gestão Social e Governança do “Território de Fé”, de modo a potencializar o desenvolvimento local;
- e) propor uma agenda de ações, no âmbito da Governança Territorial e da Gestão Social, que vise requalificar e potencializar o Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia.

Esta pesquisa justifica-se pela relevância dos temas Governança Territorial e Turismo Religioso que apresentam potencial para serem explorados especialmente no “Território de Fé” na Península de Itapagipe em Salvador, Bahia. Embora existam certos construtos acerca dessas temáticas, sobretudo na literatura internacional, esta pesquisa pretende suprir lacunas ainda presentes nesses temas, relacionadas ao fortalecimento do Turismo Religioso, e auxiliar em pesquisas futuras.

A investigação sobre os temas é importante e necessária, pois há escassez de trabalhos que analisem novas formas alternativas de desenvolvimento nos territórios de fé que atendam, de forma equânime, aos anseios da população menos favorecida, com propostas para a redução da pobreza e da desigualdade social. Esta pesquisa destina-se a pesquisadores da área de ciências sociais aplicadas, do turismo e outras áreas, docentes, alunos e profissionais da gestão pública que buscam compreender o impacto do turismo comunitário nos territórios de fé.

Acredita-se que esta investigação permitirá não só ampliar a compreensão acerca da Governança Territorial, como também possibilitar o entendimento de como suas categorias poderão favorecer o fortalecimento do Turismo Religioso no “Território de Fé”, respeitando suas capacidades sociais, ambientais, econômicas, culturais, patrimoniais, político-institucionais, servindo de modelo de governança para outros potenciais “territórios de fé”, para outras regiões do estado da Bahia, assim como para outras regiões do Nordeste brasileiro e do Brasil.

Entende-se, portanto, como relevante contribuição teórico-empírica desta pesquisa apresentar um sistema de elementos constitutivos da gestão social incorporado à Governança Territorial. A conjugação dessas categorias com elementos da governança e do turismo forma um *framework* que estabelece um conjunto de ações de intervenção propositiva que contribuirá para uma requalificação do Turismo Religioso no território da Península de Itapagipe.

Diante do exposto, o Quadro 2 apresenta as sete principais questões que sumarizam o entendimento de Whetten (2003) com relação às contribuições teóricas dos trabalhos científicos que fundamentam as premissas deste ensaio teórico.

Quadro 2 – Fatores concorrentes para a construção de uma teoria

Principais questões	Propostas /contribuições
O que é de novo?	A tese propõe-se a contribuir de modo significativo, na medida em que desenvolve uma análise multidisciplinar e articulada com a Governança Territorial e o Turismo Religioso, tendo como fundamento as premissas do desenvolvimento sustentável.
E daí?	Embora existam determinados construtos acerca da Governança Territorial e do Turismo Religioso, sobretudo na literatura internacional, espera-se que este trabalho auxilie nas pesquisas futuras sobre o desenvolvimento territorial.
Por que dessa forma?	Entende-se que a lógica que fundamenta o trabalho é convincente, na medida em que se optou por estudar o fenômeno que envolve a Governança Territorial e o Turismo Religioso, dada a aderência à realidade.
Bem feito?	O trabalho reflete, em alguma medida, a complexidade e a profundidade da temática pesquisada, buscando a devida consistência conceitual.
Bem elaborado?	Busca-se, por meio das dimensões e categorias desses campos do conhecimento, expor os argumentos de modo acessível, dentro dos padrões científicos.
Por que agora?	Considera-se que esta proposta apresenta-se no momento em que se buscam novas alternativas de desenvolvimento com maior robustez, que atendam, de forma equânime, aos anseios das comunidades menos favorecidas.
Quem se importa?	Acredita-se que este construto, que incorpora, de forma particular, os elementos da Governança Territorial e do Turismo Religioso, possa melhorar a qualidade de vida de todos os atores envolvidos no território.

Fonte: elaboração própria, adaptado de Whetten (2003).

Antes mesmo de se definir uma estratégia de pesquisa ou mesmo empregar um determinado método de investigação, é necessário estabelecer claramente as bases ontológicas

e epistemológicas que embasarão a pesquisa (BURREL; MORGAN, 1979). A opção paradigmática deve orientar a atividade de investigação do pesquisador, relacionando-se com a crença acerca da realidade das coisas, definindo a sua vertente epistemológica, ontológica e metodológica no desenvolvimento de pesquisas (ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991). Os pressupostos ontológicos, epistemológicos e teóricos do pesquisador, segundo Creswell (2010), determinam a coerência entre a noção de sujeito e as relações com o objeto, e acabam por definir a “escolha” metodológica da investigação.

A questão ontológica, segundo Burrel e Morgan (1979, p. 1, tradução nossa), envolve observar-se, quanto à “realidade”:

Se a “realidade” a ser investigada externamente ao indivíduo – impondo-se de fora à consciência individual – ou o produto da consciência individual; se a “realidade” é de natureza “objetiva” ou produto da cognição individual; se a “realidade” é um dado “lá fora”, no mundo, ou o produto da mente de alguém..⁵

A epistemologia, por outro lado, refere-se a como alguém pode começar a entender o mundo e comunicar esse conhecimento para outros seres humanos. Isto é, são preocupações acerca das formas pelas quais o conhecimento pode ser obtido e como filtrar as informações que podem ser consideradas verdadeiras ou falsas (BURREL; MORGAN, 1979).

Nesta pesquisa, adotou-se uma abordagem subjetiva, tendo em vista que o estudo converge para um paradigma interpretativo, no qual o mundo social é visto como um processo social emergente criado pelos indivíduos envolvidos, tal como explicado por Burrel e Morgan (1979).

Neste sentido, optou-se por uma abordagem qualitativa, pois aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, como ensina Minayo (1994).

Segundo Triviños (2013, p. 129):

A pesquisa qualitativa do tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, como também sua essência. Busca-se, porém, as causas da existência dele, procurando explicar a sua origem, suas relações, suas mudanças e se esforça por intuir as consequências que terão para a vida humana.

Neste sentido, entende-se que o paradigma interpretativo adéqua-se de forma mais apropriada a esta pesquisa, pelo fato de estar voltada para uma preocupação em entender o mundo como ele é, e também a natureza fundamental do mundo social no nível da experiência

⁵ *Whether the ‘reality’ to be investigated external to the individual – imposing itself on individual consciousness from without – or the product of individual consciousness; whether ‘reality’ is of an ‘objective’ nature, or the product of individual cognition, whether ‘reality’ is a given ‘out there’ in the world, or the product of one’s mind.*

subjetiva. Busca-se, portanto, a explicação dentro do domínio da consciência individual e da subjetividade, dentro de um quadro de referência do participante em oposição ao observador da ação (BURREL; MORGAN, 1979).

Na visão de Orlikowski e Baroudi (1991, p. 14, tradução nossa):

O interpretativismo afirma que a realidade, assim como nosso conhecimento acerca dela, são produtos sociais, portanto, incapazes de serem compreendidos independentemente do ator social que constrói e dá sentido a essa realidade [...] O objetivo de toda pesquisa interpretativista é entender como os membros de um grupo social, através de sua participação no processo social, representam suas realidades particulares e as dotam de significado, e mostram como esses significados, crenças e intenções dos membros ajudam a constituir sua ação social.⁶

Do ponto de vista ontológico, a pesquisa interpretativa assume que o mundo social (relações sociais, organizações, divisão do trabalho etc.) não é dado. Em vez disso, o mundo social é produzido e reforçado pelos humanos, por meio de suas ações e interações. Nesse contexto, organizações, grupos e sistemas sociais não existem separados dos humanos e, portanto, não podem ser apreendidos, caracterizados e medidos de maneira objetiva ou universal. Os pesquisadores interpretativistas acreditam, portanto, que a realidade social só pode ser interpretada (ORLIKOWSKI; BAROUDI, 1991).

Do ponto de vista epistemológico, adotou-se uma perspectiva múltipla, fundamentada, portanto, no interpretativismo, que enfoca a compreensão dos fenômenos sociais e humanos com base em múltiplas perspectivas e significados atribuídos pelos indivíduos envolvidos (BURREL; MORGAN, 1979), e no contrucionismo, no qual o conhecimento é construído ativamente pelo sujeito, e não simplesmente descoberto. Isto é, enfatiza a importância das interações sociais, das experiências individuais e da construção social da realidade na formação do conhecimento (BERGER; LUCKMANN, 2009).

Utilizou-se o método de estudo de caso, de um caso único, considerando um único contexto de caráter integrado de múltiplas unidades de análise (unidades organizativas), conforme define Yin (2014). Na visão de Stake (2003, p. 134, tradução nossa):

Os estudos de caso têm se tornado um dos mais comuns modos de fazer uma investigação qualitativa, muito embora este método não seja essencialmente qualitativo. O estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do que é estudado. Neste sentido, por quaisquer métodos, escolhemos estudar o caso. Poderíamos estudá-

⁶ *The interpretivism asserts that reality, as well as our knowledge thereof, are social products and hence incapable of being understood independently of the social actors that construct and make sense of that reality [...] The aim of all interpretivist research is to understand how members of a social group, through their participation in social processes, enact their particular realities and endow them with meaning, and to show these meanings, beliefs and intentions of members help to constitute their social action.*

lo analiticamente ou holisticamente, inteiramente por medidas repetidas ou hermeneuticamente, organicamente ou métodos mistos – mas nos concentramos, pelo menos por enquanto, no caso.⁷

Os estudos de caso, tipicamente, combinam método de coleta de dados, tal como arquivos, entrevistas, questionários e observações. As evidências, portanto, podem ser qualitativas (por exemplo, palavras) e quantitativas (por exemplo, números) ou ambas (EISENHARDT, 1989). No caso em questão, trata-se de uma abordagem de cunho qualitativo.

Flyvbjerg (2006), que realizou um estudo acerca dos principais mal-entendidos em pesquisa, assevera que o estudo de caso é um método necessário e suficiente em tarefas de pesquisas importantes nas Ciências Sociais, sendo, portanto, um método bem posicionado, quando comparado a uma gama de outros métodos de pesquisa nessa área.

Estas foram as premissas que nortearam a abordagem metodológica adotada nesta pesquisa. O corte empírico estabelecido para esta tese foi a unidade organizativa das seguintes instituições religiosas: Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bonfim, Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II e o Terreiro de Candomblé Casa de Oxum.

Para organizar a exposição de todos os aspectos envolvidos na investigação, bem como a análise e os resultados, a tese está estruturada da forma descrita na sequência.

Na Introdução, são apresentados o tema, a problemática e a questão norteadora da pesquisa, os objetivos gerais e específicos, a justificativa, o campo empírico do estudo, o percurso metodológico e a estrutura da tese.

A segunda seção apresenta o contexto do turismo e suas tipologias. Buscou-se conhecer o contexto do Turismo Religioso no Brasil. Intentou-se compreender o campo de estudo do Turismo Religioso dentro de uma perspectiva multidisciplinar e integrada, voltado para o desenvolvimento local, suas fragilidades e oportunidades no “Território de Fé”.

A terceira seção apresenta uma discussão acerca da Governança Territorial e suas aproximações com a Gestão Social representada pelas seguintes dimensões constitutivas: capital social, poder local, interorganizações e intersectorialidade.

⁷ *Case studies have become one of the most common ways to qualitative inquiry, but they are neither new nor essentially qualitative. Case study is not methodological choice but a choice of what is to be studied. By whatever methods, we choose to study the case. We could study it analytically or holistically, entirely by repeated measures or hermeneutically, organically or culturally, and by mixed methods – but we concentrate, at least for the time being, on the case.*

A quarta seção expõe os conceitos e as abordagens do Turismo Religioso, sua caracterização e seus atrativos e motivações. A relação entre o sagrado e o profano no contexto do Turismo Religioso. A fé, seus rituais e significados.

Na quinta seção são apresentadas as estratégias metodológicas desdobradas por meio do delineamento da pesquisa, do desenho metodológico, dos critérios de seleção do caso e dos atores e sujeitos, da coleta de dados e da análise de dados e validação do *framework*.

A sexta seção estabelece o diálogo teórico-empírico, refletindo acerca das percepções dos atores sobre a Governança Territorial do Turismo Religioso no “Território de Fé”, tendo como unidades de análise e como campo empírico de destino turístico religioso as instituições religiosas Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bonfim e Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e a instituição religiosa de matriz africana Casa de Oxum. Neste sentido, buscou-se entender o contexto da governança do Turismo Religioso na Península de Itapagipe, verificar a presença dos elementos da gestão social e suas interrelações, bem como os atrativos materiais e imateriais e os equipamentos turísticos.

A sétima seção apresenta as oportunidades e perspectivas de requalificação da governança do Turismo Religioso e uma proposição de *framework*, assim como as ações de intervenção para a requalificação do Turismo Religioso.

A oitava seção apresenta as considerações finais do estudo e as proposições.

Nos pós-textuais, constam as Referências e os Apêndices.

O Quadro 3 permite a visualização do desenho metodológico da pesquisa, detalhando os termos teóricos, problema, objetivos, técnicas de coleta, abordagem metodológica e análise de dados.

Quadro 3 – Desenho metodológico da pesquisa

Título	Problema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Técnicas de Coleta	Abordagem metodológica	Análise de Dados
Governança Territorial: uma análise das potencialidades do Turismo Religioso no “Território de Fé” em Salvador, Bahia.	Como a Governança do Turismo Religioso promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local?	Entender como a governança do Turismo Religioso promovido pelo “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local.	Levantar e analisar os elementos históricos, espaciais, patrimoniais, sociais, econômicos, culturais, ambientais e religiosos que caracterizam as potencialidades do “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, para a promoção do desenvolvimento local.	Análise documental	Abordagem qualitativa/ Estudo de Caso	Análise de Conteúdo (qualitativa) Associações entre as categorias/ dimensões Validação do <i>Framework</i>
			Identificar as principais iniciativas e os projetos implantados para a promoção do “Território de Fé” na Península de Itapagipe, dirigidos para potencializar o Turismo Religioso voltado para o desenvolvimento local e promover bem-estar social.	Análise documental/ Entrevistas semiestruturadas		
			Investigar o papel desempenhado pelos principais representantes de Instituições religiosas, Líderes de Redes e Associações de Moradores, empreendedores locais – Associações, Operadores turísticos, Organizações Não Governamentais (ONG) e Fundações –, que evidenciem iniciativas no contexto da Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia.	Entrevistas semiestruturadas		
			Identificar os fatores que limitam a capacidade e a qualidade da Gestão Social e da governança do “Território de fé”, de modo a potencializar o desenvolvimento local.	Análise documental/ Entrevistas semiestruturadas /Observação Participante		
			Propor uma agenda de ações, no âmbito da Governança Territorial e Gestão Social, que vise requalificar e potencializar o Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia.	Entrevistas semiestruturadas /Observação Participante		

Fonte: elaboração própria.

2 O TURISMO E SUAS ESPECIFICIDADES

Esta seção apresenta o turismo e suas tipologias, o contexto histórico e as perspectivas do Turismo Religioso, o Turismo Religioso no Brasil, seus atrativos materiais e imateriais como atrativos turísticos, patrimoniais, sociais, econômicos, culturais e ambientais no “Território de Fé”.

2.1 TIPOLOGIAS DO TURISMO

O turismo como atividade econômica e social tem uma história relativamente recente, começando a ganhar força a partir do final do século XIX e início do século XX. Antes disso, as viagens eram vistas como uma atividade para a elite e geralmente eram realizadas por motivos de saúde, estudos ou negócios. Foi a popularização dos meios de transporte, como o trem e o navio a vapor, que permitiu as viagens mais acessíveis e populares (DIAS; SILVEIRA, 2003; RUSCHMANN, 2016).

Com o desenvolvimento das tecnologias e dos meios de transporte, o turismo passou a ser uma atividade em crescimento constante, com impactos significativos na economia global e nas relações sociais e culturais entre os povos. Ao longo do século XX, tornou-se um dos principais setores da economia em muitos países, gerando emprego, renda e impulsionando a indústria de serviços (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2022).

No entanto, com o aumento da popularidade do turismo, surgiram também as preocupações em relação aos impactos ambientais, sociais e culturais que a atividade pode causar. O turismo de massa, por exemplo, pode levar à degradação do meio ambiente e à perda da autenticidade cultural dos destinos. A exploração de trabalhadores no setor é também uma preocupação crescente (COHEN, S.; COHEN, E., 2019; RUSCHMANN, 2016). Com isso, tem-se buscado promover um turismo mais sustentável, que leve em consideração as necessidades das comunidades locais, a preservação dos recursos naturais e culturais e a garantia de condições de trabalho dignas para os profissionais do setor.

A queda abrupta no número de viagens e na receita gerada pelo setor durante o enfrentamento da pandemia da COVID-19 vem sendo superada e as perdas de negócios desse período, que foi afetado de forma significativa, vem se recuperando. Apesar das incertezas ainda existentes quanto ao futuro, espera-se que haja maior valorização do turismo interno e regional, bem como a busca por experiências mais autênticas e responsáveis (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2022).

Ademais, para atender a uma demanda reprimida, foram criados outros importantes desafios operacionais e de força de trabalho em empresas de turismo e infraestrutura, a exemplo dos aeroportos e outros modais logísticos. Além dessas, outras questões de ordem mais estratégica e complexa afetam o setor do turismo, como o aumento da inflação, que eleva o custo de vida, reduz o orçamento doméstico e pressiona as pequenas e médias empresas. Outro fator não menos importante traduz-se na combinação de aumento das taxas de juros em todas as principais economias, aumento dos preços de energia e alimentos e as crescentes perspectivas de uma recessão global, conforme indicado pelo Banco Mundial (o crescimento global cairia de 5,7% em 2021 para 2,9% em 2022), que se configuram em grandes riscos para a recuperação do turismo doméstico e internacional até o final de 2023 (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2022).

Independentemente dessas questões, a atividade turística, segundo Dias e Silveira (2003), envolve ainda aspectos positivos e negativos gerados pelo movimento constante de pessoas que se deslocam de um local de origem a um destino e vice-versa e permanecem longe de seu local de moradia, provocando profundas alterações econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais. Para esses autores:

[...] o turismo, no início do século XXI, cada vez mais se impõe como uma das principais atividades econômicas. Além de ser o setor que mais emprega pessoas em todo mundo, apresenta as melhores perspectivas de expansão para os próximos anos, principalmente pelo aumento do tempo livre, resultante da diminuição da jornada de trabalho. (DIAS; SILVEIRA, 2003, p. 7).

A definição de turismo relacionada ao deslocamento de pessoas é também apresentada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), ao conceituá-lo como um fenômeno de aspecto social, cultural e econômico diretamente relacionado com o deslocamento de pessoas para lugares fora do seu ambiente pessoal, seja uma localidade próxima, seja até mesmo outro país. A essas pessoas dá-se o nome de visitantes, nomenclatura que inclui turistas e excursionistas, residentes ou não residentes. O turismo diz respeito às atividades desses indivíduos, assim como às suas despesas com serviços, como transporte, hospedagem e comércio (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2022).

Desse modo, o turismo potencializa a socialização, na medida em que favorece os encontros de indivíduos de culturas e origens diferentes, por meio do intercâmbio das experiências entre as pessoas, gerando um ambiente psicológico favorável. Contribui para o conhecimento de outras culturas, costumes e valores e, neste sentido, estimula a alteridade e o convívio com diferenças étnicas, religiosas e culturais de forma harmônica e equilibrada (DIAS, 2003a).

Ruschmann (2016) traz um aspecto do turismo relacionado ao perfil dos turistas, ao identificar que vem mudando ao longo do tempo, pois, no passado, o acesso ao turismo limitava-se às pessoas que dispunham de melhores recursos financeiros para realizar as viagens. No contexto atual, entretanto, houve um aumento significativo do turismo doméstico e internacional. Do mesmo modo, tem-se verificado um número expressivo de ocorrências desse fenômeno nos países em desenvolvimento, que se expressa na realização de viagens turísticas uma ou várias vezes ao ano. Assim sendo, o turismo já é uma realidade para pessoas das várias camadas sociais, fazendo parte de um segmento diferenciado mais pelo estilo de vida do que propriamente pelas condições econômicas e financeiras.

Ruschmann (2016, p. 13) segue argumentando sobre as experiências envolvidas nas viagens turísticas:

Uma viagem pode estender-se de alguns quilômetros até milhares deles, incluindo um ou vários tipos de transportes e estadas de alguns dias, semanas ou meses nos mais diversos tipos de alojamentos, em uma ou mais localidades. A experiência da viagem envolve a recreação ativa ou passiva, conferências e reuniões, passeios ou negócios, nas quais o turista utiliza uma variedade de equipamentos e serviços criados para o seu uso e para a satisfação de suas necessidades.

Para os viajantes que buscam experiências e vivências emocionantes em regiões com recursos naturais, materiais, imateriais, patrimoniais, históricos e culturais consideráveis, as viagens turísticas tornaram-se acessíveis com o crescimento da demanda e, conseqüentemente, da oferta turística, assim como as facilidades para as viagens (RUSCHMANN, 2016).

Ruschmann (2016) esclarece ainda que o ambiente mundial vislumbra novas perspectivas e possibilidades para a atividade turística, que advém, sobretudo, da tecnologia da informação, do processo de desregulamentação das tarifas aéreas, de agências de fomento, desenvolvimento e financiamento do turismo, pressão dos concorrentes, mudanças do padrão de consumo dos turistas e, de alguma forma, a desmistificação do ócio, dentre outros fatores.

Um aspecto do turismo que tem gerado discussão relaciona-se ao grau e alcance do impacto da atividade turística no meio ambiente. Ruschmann (2016, p. 27) salienta que “É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que a atratividade dos recursos naturais não seja a causa da sua degradação”. No entendimento da autora, o Estado deve cumprir o seu papel, principalmente no que se refere à aplicação das leis ambientais e ao zelo pelo seu cumprimento, porém é essencial que as coletividades dos locais turísticos, assim como os outros agentes de seu desenvolvimento contribuam igualmente para a proteção dos atrativos naturais que estimulam o afluxo dos turistas. Assim, outras formas de

turismo, com a denominação de “alternativo”, “responsável”, “ecológico” e “sustentável”, são propostas para conter os impactos negativos da atividade.

A Organização Mundial do Turismo (2005) define ainda o turismo como o conjunto de atividades em que as pessoas afastam-se temporariamente do seu ambiente habitual, por um período não superior a um ano, e para uma ampla gama de lazer, negócios, razões religiosas, de saúde e pessoais, excluindo a obtenção de remuneração no local visitado ou de residência de longo prazo. Ainda de acordo com essa instituição, há várias razões pelas quais o turismo pode relacionar-se bem com as necessidades das pessoas pobres, a saber:

- a) é consumido no momento da produção, proporcionando uma oportunidade direta de interação, compras e renda indireta;
- b) as áreas rurais, onde vive a maioria da população pobre, muitas vezes são ricas em ativos de valor para a indústria do turismo, a exemplo da música, da arte, dos animais selvagens ou das condições climáticas;
- c) é um trabalho intensivo, que oferece mais oportunidades de emprego para mulheres e jovens, além de novos tipos de empregos e competências;
- d) contribui para o fortalecimento do capital social dos pobres;
- e) promove a criação de empresas pequenas e micro;
- f) apoia a construção de infraestruturas públicas e a conservação de patrimônio natural e cultural, proporcionando orgulho cultural, maior consciência do ambiente natural e senso de propriedade das comunidades.

Outra forma de conceituar o turismo é proposta por Jafari (2005). Este autor propõe quatro plataformas do conhecimento do turismo que permitem identificar as abordagens que contribuíram para o alcance de uma dimensão mais avançada e profundidade científica dos estudos nessa área: “Apologética, Precaução, Adaptação e Cientificismo” (JAFARI, 2005, p. 39, tradução nossa)⁸. A opção por uma dessas plataformas permite identificar-se a maneira pela qual a atividade turística é estudada. Sucintamente, a primeira plataforma, por exemplo, representa apenas os benefícios da atividade; a segunda, enfatiza os males, as consequências não desejáveis; já a terceira, questiona como deve ser planejada a atividade, para que se possa minimizar os impactos e potencializar os benefícios; já a quarta, procura identificar uma estrutura científica e conceitual para explicar o fenômeno.

⁸ *Apología, Precaución, Adaptación y Cienciocentrismo.*

Ao reconhecer as principais limitações que o turismo podia oferecer conceitualmente, Jafari (2005) afirmava que ele podia ser definido como o estudo das pessoas fora do seu hábitat natural, do aparato e da relação dialética entre o mundo ordinário (cotidiano) e o não ordinário (turístico). Essa definição distancia-se de conceitos antigos, que se preocupavam com a medição do fluxo de turistas entre os lugares e sua relevância econômica, passando a considerar o turismo como sistema total, em que a economia não é apenas uma dimensão absoluta, e sim uma dimensão importante e significativa.

Sobre o desenvolvimento da indústria do turismo, Jafari (2005, p. 40, tradução nossa) avalia:

Possivelmente, poucas indústrias desenvolveram-se tão rápido quanto o turismo. Apesar de suas origens antigas, esse crescimento ocorreu nas últimas décadas, assim que várias comunidades e países descobriram suas possibilidades econômicas e esforçaram-se para explorar seu potencial. O automóvel de passageiros tornou-se rapidamente uma fonte ativa de negócios, um setor da economia internacional e uma megaindústria global. Em pouco tempo, o turismo começou a gerar apenas um pouco menos de dinheiro do que o petróleo; logo o alcançou e, em pouco tempo, o superou, tornando-se a maior indústria do mundo hoje.⁹

Para Kotler, Kartajaya e Setiawan (2021), o turismo e seus “produtos turísticos” carregam em si características de “serviços”, pois são intangíveis, a produção e o consumo ocorrem simultaneamente, é consumido no local onde é ofertado, é mais suscetível a sazonalidade, é mais difícil estabelecer padrões de atendimento e de qualidade, e cada serviço é uma experiência.

O turismo pode ser segmentado pelas seguintes tipologias (ANSARAH, 1999; BARRETO, 2000; CORIOLANO, 2006; COSTA, 2009; OLIVEIRA, 2004; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2022):

- a) turismo de lazer ou turismo de recreação – o tipo mais comum, ocorre quando as pessoas viajam para se divertir e relaxar. As atividades incluem visitas a pontos turísticos, praias, parques temáticos, resorts, entre outros locais de entretenimento;

⁹ *Posiblemente pocas industrias se hayan des-arrollado tan rápido como el turismo. A pesar de sus antiguos orígenes, ese desarrollo se ha producido en unas pocas décadas recientes. Tan pronto como diversas comunidades y países descubrieron sus posibilidades económicas y se esforzaron por explotar su potencial, el turismo se convirtió con rapidez en una activa fuente de negocios, en un sector de la economía internacional y en una mega-industria global. En un breve plazo, el turismo empezó a generar tan sólo un poco menos de dinero que el petróleo; pronto se puso a la par con él y en otro poco de tiempo lo superó, para convertirse en la mayor industria mundial del presente.*

- b) turismo de negócios – quando as pessoas viajam para participar de reuniões, congressos, feiras e outros eventos relacionados a trabalho;
- c) turismo cultural – materializa-se na visitação e no conhecimento *in loco* de recursos dos patrimônios culturais. Essas atividades podem incluir visitas a museus, sítios históricos, teatros, galerias de arte, entre outros;
- d) turismo gastronômico – trata-se de proporcionar ao viajante uma experiência em relação a conhecer e degustar a culinária local. Ademais, o turista experimenta os pratos típicos da região e participa ou acompanha o processo de produção de algum produto típico do destino;
- e) turismo de saúde – quando as pessoas viajam para cuidar da saúde ou realizar tratamentos médicos em outro país ou região;
- f) turismo de aventura – envolve atividades ao ar livre, como escalada, *rafting*, trilhas, rapel, entre outras atividades que proporcionam emoção;
- g) turismo ecológico – promove a conservação da natureza e o desenvolvimento sustentável, com o objetivo de preservar a biodiversidade e os ecossistemas naturais;
- h) turismo de compras – quando as pessoas viajam para fazer compras em outro lugar, para adquirir produtos;
- i) turismo religioso – aquele que não perdeu sua raiz peregrina e continua motivado pelo exercício místico da celebração. A festa, por assim dizer, contempla a multiplicidade de lugares sagrados e o contato com o divino, com o transcendente, por meio da fé das mais variadas e diversificadas religiões.

Cabe ressaltar que, não obstante essas categorizações do turismo, observa-se que o mesmo tipo de turismo pode abranger diversas atividades e diferentes experiências. Cada pessoa pode ter sua própria forma de vivenciar o turismo.

Diante dessa diversidade de categorias de turismo, a Lei n. 11.771/2008 (BRASIL, 2008), prescreve:

Art. 21. Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta Lei, as sociedades empresárias, sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:

- I - meios de hospedagem;
- II - agências de turismo;
- III - transportadoras turísticas;
- IV - organizadoras de eventos;
- V - parques temáticos; e
- VI - acampamentos turísticos.

Nesta subseção, buscou-se apresentar alguns conceitos acerca do turismo, suas características e seu desdobramento em seus vários segmentos. Neste sentido, intentou-se trazer elementos para subsidiar o contexto do Turismo Religioso como uma derivação do turismo e como uma atividade econômica e de negócios.

2.2 CONTEXTO DO TURISMO RELIGIOSO NO BRASIL

Nesta subseção, são apresentados os conceitos preliminares acerca do Turismo Religioso, que serão aprofundados na fundamentação teórica, com o objetivo de subsidiar o contexto do Turismo Religioso no Brasil.

O Turismo Religioso pode ser entendido como uma atividade desenvolvida por pessoas que se deslocam motivadas por uma causa religiosa ou experiência de fé que, em alguma medida, remete a um contato com o divino ou culto a uma divindade religiosa à qual pertença. Neste sentido, as peregrinações, romarias, visitas a locais de caráter histórico e festas de manifestações culturais e religiosas são, por assim dizer, caracterizadas como Turismo Religioso (CAIO, 2004; DIAS; SILVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 2004).

Na visão de Vázquez de la Torre, Fernández e Naranjo (2010), o Turismo Religioso é um fenômeno social que requer uma adaptação do patrimônio, tanto a sua preservação como a disponibilização de infraestrutura para a prestação de serviços desta atividade turística, como hotéis, restaurantes etc. Um bom exemplo disso seria a cidade francesa de Lourdes, cujo censo não excede 20 mil habitantes e com capacidade hoteleira de 35 mil leitos para acomodar mais de 5 milhões de visitantes anuais.

Shinde e Olsen (2023) salientam que, anualmente, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo viajam para locais sagrados de adoração e culto ao sagrado. A experiência da peregrinação tem uma longa tradição e é uma importante etapa de muitas tradições religiosas e de desenvolvimento espiritual para muitas pessoas. Não obstante a importância dessa atividade, muitos estudiosos buscam discutir como tornar esta atividade o mais sustentável possível.

Segundo Oliveira (2004), o Turismo Religioso no Brasil segue a mesma tendência de crescimento do mundo, atraindo milhões de fiéis e turistas todos os anos. Configura-se em um importante vetor da economia local, ao gerar empregos e impulsionar o setor de serviços. Além disso, a atividade também contribui para a preservação do patrimônio cultural e religioso.

Há, no Brasil, três grandes tipos de roteiros turísticos religiosos. O primeiro é aquele que estabelece o padrão no intercâmbio entre o profano e o de maior sacralidade, a morada da divindade ou do santo padroeiro (OLIVEIRA, 2004). Entende-se o sagrado como algo

extraordinário em contraposição ao profano, que está relacionado às coisas ordinárias e mundanas (DURKHEIM, 2021). Este tipo de roteiro pressupõe que condições mínimas de acesso do peregrino não são condizentes com a sacralidade do destino. Estes destinos incluem pequenos centros de peregrinação devotados aos santos mais populares (Nossa Senhora, Bom Jesus, Divino Espírito Santo) e também grandes Santuários, como o de Nossa Senhora Aparecida, em São Paulo (OLIVEIRA, 2004).

O segundo tipo de roteiro com caráter simbólico-ritual “[...] é representado pelas procissões, cortejos e pequenos trajetos feitos no entorno ou no interior do santuário que centraliza o espaço religioso” (OLIVEIRA, 2004, p. 32). Denomina-se roteiro ritual, por ser capaz de reconhecer que a sacralidade do lugar depende de uma encenação simbólica do movimento peregrino. Neste sentido, o Círio de Nazaré, no mês de outubro, em Belém do Pará, é considerado o bem-acabado roteiro nacional desse tipo (OLIVEIRA, 2004).

Uma terceira tipologia do Turismo Religioso, por assim dizer, está mais aberto à inovação e traz, em alguma medida, o risco de uma eventual descaracterização do vínculo religioso em sua manifestação “pura” de fé. Trata-se dos roteiros de espetáculo de forte apelo artístico, econômico e cultural. Este tipo de roteiro favorece a revitalização ambiental e patrimonial construída nos dois tipos anteriores. “As adaptações nacionais, por exemplo, o caminho de Santiago, entre Anchieta e Vitória, ao longo de três dias, demonstram o potencial empreendedor desses roteiros para toda a região.” (OLIVEIRA, 2004, p. 32).

Silveira (2007) destaca N. Sra. Aparecida, em São Paulo, Brasil, e N. Sra. de Lourdes, na França, como centros da religiosidade popular, que

[...] atraem a circulação de milhares de pessoas, passagem de fluxos e comunicação, desejos, comércio, ritos, tornam-se mais do que elementos de fé, de crença, de peregrinação e de romaria; transformam-se num espaço no qual se desenrolam práticas de deslocamento e consumo que, acopladas à forma como a religião se representa, fabricam um novo tipo de arranjo social. (SILVEIRA, 2007, p. 41).

As festas religiosas, sejam elas ligadas ou não à tradição católica, são comuns nos municípios brasileiros. Com séculos de história, elas espalham-se por extensa faixa territorial, passando por cidades dos estados de Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro (SILVEIRA, 2007). Pode-se, entretanto, observar uma dicotomia ou mesmo uma distorção na compreensão do Turismo Religioso entre o sentido real e a perspectiva e expectativa do turista em um espaço sagrado, como observa Richards (1996, p. 267, tradução nossa): “[...] as estratégias do consumo cultural dependem de uma efetiva demanda entre uma nova demografia e os atores sociais.

Estão incorporados na reflexão ou na mediação voltado para o consumo, daí então reforçam uma produção autoconsciente.”¹⁰

Uma vez que os elementos religiosos carregam em si muitas vezes um viés cultural importante, como suscita Hervieu-Léger (2015), a dimensão cultural é definida no contexto religioso. A cultura reúne

[...] o conjunto dos elementos cognitivos, simbólicos e práticos que constituem o patrimônio de uma tradição religiosa em particular: a doutrina, os livros, os conhecimentos e suas interpretações, as práticas e os códigos rituais, a história do grupo, as representações e modos de pensar sedimentados nas práticas da comunidade, os costumes alimentares, sexuais... vestuários, terapêuticas etc. associadas ao sistema de crenças, à arte, às produções estéticas, aos conhecimentos científicos desenvolvidos em relação às crenças etc. Esta dimensão cultural cuja riqueza e variedade marcam a profundidade de uma tradição de longa duração pode igualmente hoje ser apropriada como “bem comum cultural” sem implicar, ou cada vez menos, a adesão pessoal ao sistema de crenças que produziu este patrimônio de conhecimentos e símbolos. Pode-se reivindicar, por exemplo, as “raízes judaicas”, ou “raízes cristãs”, sem se definir como fiel de uma comunidade particular, nem como crente de uma fé qualquer. (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 67).

Dias e Silveira (2003) classificam os atrativos religiosos em seis diferentes tipos:

1) Santuários de peregrinação – relacionados com os santuários de peregrinação, podem apresentar várias características, como, por exemplo: podem adotar algum tipo de restrição; ou suas características históricas-culturais podem apresentar tanta força motivacional como os valores espirituais; ou há aqueles que apresentam, de vez em quando, em datas especiais, manifestações de massa significativas.

2) Espaços religiosos de grande significado histórico-cultural – refere-se ao turismo realizado nesses espaços religiosos, que exibem obras artísticas e construções com significado histórico-cultural.

3) Encontros e celebrações de caráter religioso – aqueles que têm por objetivo organizar e definir diretrizes, doutrinação, reafirmação de fé etc.

4) Festas e comemorações em dias específicos – eventos que ocorrem em datas específicas

[...] dedicados às figuras sagradas e/ou reverenciadas na religião ou podem ser lembrados eventos histórico-religiosos de grande significação. Inclui-se, nesse contexto, desde as procissões a outros aspectos de veneração, festas periódicas previstas em calendário litúrgico ou manifestações de devoção popular. (DIAS; SILVEIRA, p. 30).

¹⁰ *Strategies of cultural consumption rely on effective demand among new demographic and social actors. But just as they are embedded in reflexive – or highly mediated and intellectualized – consumption, so they reinforce self-conscious production.*

A cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, importante destino de Turismo Religioso no Brasil, é conhecida por sua forte tradição religiosa, com destaque para as religiões católica, protestante, espírita e de matriz africana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Entre os principais locais sagrados de Salvador estão a Basílica Nosso Senhor do Bonfim, importante centro de peregrinação para os fiéis católicos, também conhecida pela famosa Lavagem do Bonfim, que ocorre na segunda quinta-feira depois do Dia de Reis (6 de janeiro). Manifestações do sincretismo religioso^{11,12}, que envolvem figuras do candomblé e da religião católica com aproximadamente 1 milhão de pessoas a cada ano, que se deslocam da Igreja da Conceição da Praia até a Igreja do Bonfim, um percurso de 8 km (FERRETI, 2013). Também a festa de Bom Jesus dos Navegantes, realizada em Salvador, todos os anos, no dia 1 de janeiro, e a Festa de Iemanjá, a Rainha do Mar, promovida por praticantes do candomblé no dia 2 de fevereiro. Estima-se que 200 mil pessoas reúnem-se anualmente nesta festa. Outro exemplo é o Círio de Nazaré, em Belém do Pará, do qual participa cerca de um milhão de pessoas. Começa no segundo domingo de outubro e dura 15 dias (DIAS; SILVEIRA, 2003).

5) Espetáculos artísticos de cunho religioso – são encenações artísticas de eventos e fatos marcantes da história religiosa, realizados periodicamente, com a participação da população local, que faz o papel de atores. A mais famosa desse tipo é a Encenação da Paixão de Cristo, realizada na cidade-teatro de Nova Jerusalém, em Brejo da Madre de Deus (PE).

6) Roteiros de Fé – são aqueles que se constituem em caminhadas de cunho espiritual, pré-organizadas num itinerário turístico-religioso. São muitos os roteiros de fé no Brasil e no mundo. Dentre as rotas mais conhecidas, cita-se o “Território de Fé” entre o município de Tambaú (SP) e Aparecida (SP), com uma extensão de 415 km. Os peregrinos recebem um passaporte na partida, oficializado pela Igreja Católica, com o nome da “mariana”, que deve ser carimbado em cada pousada do trajeto. Ao final, quem tiver com 24 carimbos do percurso, receberá o certificado de peregrino no Santuário Nacional de Aparecida.

¹¹ Bastide (1971) relata que, para subsistir durante todo o período escravista, os deuses negros foram obrigados a se dissimular por trás da figura de um santo ou de uma virgem católica. Esse foi o ponto de partida para o que se denominou sincretismo religioso, isto é, o casamento entre o cristianismo e a religião africana, em que, como todas as uniões, as duas partes deviam igualmente mudar, de forma profunda, para se adaptar à outra.

¹² Ferreti (2013) sistematizou fases nos debates sobre o sincretismo religioso afro-brasileiro. A primeira foi a da teoria evolucionista de Nina Rodrigues; a segunda foi a da teoria culturalista, com Arthur Ramos e seguidores, passando por Herskovits, seu principal teórico; a terceira fase foi a de Roger Bastide, com explicações mais sociológicas sobre o sincretismo; uma quarta fase se desenvolve nas décadas de 1970 e 1980 e analisa o mito da pureza africana. Há ainda uma quinta tendência, que inclui outros pesquisadores atuais, a partir da década de 1980. Há uma crítica à versão mais difundida de sincretismo como máscara colonial para escapar à dominação. Critica-se, portanto, a ideia generalizada do sincretismo como justaposição, pois, em muitos casos, a religião continua como um todo integrado.

Dias e Silveira (2003, p. 34) salientam que “[...] a motivação religiosa é muito forte e o visitante se desloca de qualquer modo. No entanto sua permanência deve ser trabalhada com o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços e equipamentos que faça com que sua estada seja agradável”. Nessa lógica, a integração do Turismo Religioso com outros segmentos do turismo pode ser uma alternativa sustentável para a otimização e o uso permanente desses equipamentos e infraestrutura, quanto à migração de um modelo sazonal para uma utilização contínua dos recursos.

3 GOVERNANÇA TERRITORIAL ENQUANTO ESTRATÉGIA DE POTENCIALIZAÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO

Esta seção busca apresentar a Governança Territorial como vetor de potencialização do Turismo Religioso, seus aportes conceituais e suas perspectivas de desenvolvimento local. Ademais, traz reflexões acerca das aproximações de suas abordagens com a GS e suas dimensões.

3.1 GOVERNANÇA TERRITORIAL, APORTES CONCEITUAIS E APLICAÇÕES

A análise de governança do setor público e outras instituições concentra-se em quatro funções importantes – “estabelecimento de metas, coordenação das metas, implementação, avaliação e reações” (PETERS, 2013, p. 29) – que devem ser implantadas com qualidade, para que a governança seja bem-sucedida. A identificação dessas funções da governança permite “[...] avaliar como a governança é executada nos diferentes sistemas políticos, sejam eles em democracias avançadas, regimes autocráticos ou algo intermediário” (PETERS, 2013, p. 29). Ademais, identificar essas funções possibilita a compreensão acerca de “[...] falhas na governança e então considerar também os mecanismos para aperfeiçoar a qualidade do desempenho do setor público, assim como de seus parceiros no processo” (PETERS, 2013, p. 29).

Para Peters (2013, p. 29):

[...] a raiz da palavra governança vem de um vocábulo grego que significa direção. Assim, logicamente, o significado fundamental da governança é dirigir a economia e a sociedade visando objetivos coletivos. O processo de governança envolve descobrir meios de identificar metas e depois identificar os meios para alcançar essas metas. Embora seja fácil identificar a lógica da governança e os mecanismos para atingir essas metas sejam muito bem conhecidos pela ciência política e administração pública, a governança ainda não é uma tarefa simples.

Para compreender como se processa a governança em um dado território, é preciso conhecer conceitual e epistemologicamente o território. Segundo Dallabrida (2016, p. 15):

[...] o território é o espaço de relações que se mesclam entre as formas de disputa de poder. Segundo esse autor, são relações conflituosas, ou de cooperação, pois é onde se expressam as diferentes formas de pensar e agir das pessoas, não só daquelas que habitam o território, mas também daquelas que, mesmo de fora, têm interesses projetados naquele recorte espacial. Além disso, os atores internos ou externos – sociedade civil, agentes estatais e mercado.

A noção de território como um conceito que não tem sofrido alterações ao longo do tempo é questionada por Santos (2014, p. 137):

[...] vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território em si mesmo, que faz dele o objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva.

Essa configuração de gestão, que contempla a participação não apenas do Estado, mas também de representações sociais e do mercado no processo de tomada de decisão, é denominada de Governança Territorial (DALLABRIDA, 2016).

A governança refere-se, portanto, às estruturas de coordenação e de tomada de decisões na rede de relações entre unidades de produção e fornecedores-compradores, envolvendo a combinação de diferentes formas de hierarquia, subcontratação, parceria, “atmosfera”, agências públicas e de cooperação em tecnologias etc. (BENKO, 1996).

Na visão de Fuini (2015, p. 82):

[...] a governança vai além da simples forma de organização interempresarial, concebida por relações mercantis, passando a caracterizar modalidades de coordenação econômicas mais complexas que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo de regulação misto entre a política e economia, eminentemente locais.

A governança do território passa pelo ordenamento dos recursos voltados para atender às demandas, estando inserida na dinâmica de poder e de interesse dos atores, que carregam em si significações e simbolismo daquele espaço com as suas próprias configurações e identidades. Importa destacar que o patrimônio territorial refere-se ao conjunto de ativos e recursos materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados de um determinado território. A Governança Territorial pressupõe seu caráter democrático e participativo (DALLABRIDA, 2016).

Neste aspecto, Dallabrida (2016) conceitua o patrimônio territorial, que está implícito nesse contexto, como conjunto de ativos e recursos materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados de um determinado território. Assim, a GT pressupõe seu caráter democrático e participativo. Esse tipo de gestão pode interferir na competitividade das regiões, ao definir formas de distribuição de poder em cadeias produtivas e outras formas de relacionamento comercial, institucional e industrial, fazendo convergir, em torno de um ator

central, uma grande empresa, ou compartilhando, entre vários atores articulados por uma instância coletiva, a tarefa de definir estratégias competitivas principais de um aglomerado produtivo local (DALLABRIDA, 2016).

Neste sentido, a GT enfrenta desafios em convergir suas ações que atendam as questões sociais, econômicas e ambientais, oportunizando um desenvolvimento local equânime, harmonioso e incluyente. Fischer (2012b) e também Rodrigues e Faria (2019) problematizam que a contínua tendência à concentração da população nos centros urbanos e o modo de vida associado às cidades, que aflora e se processa desde a modernidade sob o jugo da revolução industrial, desdobra-se na contemporaneidade em complexas tensões socioambientais articuladas à dinâmica do mercado e às disputas políticas.

Cada vez mais as questões climáticas, somadas ao crescimento demográfico e aos elevados níveis de consumo, têm anunciado um cenário de ampla degradação socioambiental. Torna-se necessário e premente reconfigurar as relações sociais sob parâmetros éticos e sustentáveis, capazes de ressignificar a noção de cidade em prol de projetos de vida coletivos. Neste sentido, apresenta-se outra dimensão das tensões socioambientais que concerne à vida nas cidades e que também diz sobre os limites do compromisso político com um pacto coletivo na direção da garantia de justiça social e de qualidade de vida dos cidadãos (RODRIGUES; FARIA, 2019).

Nesse contexto, a GT torna-se um fator relevante, pois a sua falta ou insuficiência impacta em um desenvolvimento urbano desigual, tendo como resultado a gentrificação como um fenômeno de exclusão que decorre, dentre outros fatores, da elevação da precificação e, conseqüentemente, do aumento do custo de vida. Trata-se, paradoxalmente, de um desenvolvimento às avessas, na medida em que não beneficia os moradores locais dos territórios revitalizados (RODRIGUES; FARIA, 2019).

Segundo Fischer (1996, p. 13):

[...] o discurso sobre a cidade contemporânea tem algumas palavras-chave que decodificam: a cotidianidade expressa relações entre a sociedade e seu espaço; o localismo traduz relações de fronteira e contigüidade; a identidade fala de tradições preservadas, de patrimônio comum; a integração remete às tramas e jogos de poder que definem as relações.

A autora citada argumenta que existe um sistema de atores articulados pelo cotidiano e hierarquizados pelo poder, que detêm uma das formas de representação da cidade. Já a construção e organização coletivas são algumas das muitas delimitações do local. Fischer (1997, p. 75) complementa:

Singular em história e identidades, a cidade é plural em suas relações e manifestações [...] Ordem e desordem, solidariedade e conflito, partes e todo em interação real e simbólica fazem da cidade um todo maior que a soma das partes, constituída por um sem-número de unidades organizativas, das mais simples às mais complexas. Esta teia organizacional densa e virtual é uma organização com presente, passado e talvez futuro.

Ademais, Santos (2020) chama a atenção para o efeito desestruturador da tecnologia que, muitas vezes, leva a uma reorganização do território que impacta em uma reordenação de papéis dos atores e suas relações com o território, servindo, por exemplo, a interesses outros, como os mercantis, causando mudanças, desequilíbrios e transformações profundas no território, mesmo que alcancem parcelas reduzidas da economia.

Nesse contexto, em consonância com Santos (2020b, p. 251):

[...] o endurecimento da cidade é paralelo à ampliação da intencionalidade na produção de lugares, atribuindo-lhes valores específicos e mais precisos, diante dos usos preestabelecidos. Esses lugares, que transmitem valor às atividades que aí se localizam, dão margem a uma nova modalidade de criação de escassez, e a uma nova segregação. Esse é o resultado final do exercício combinado da ciência e da técnica e do capital e do poder, na reprodução da cidade.

Santos (2020b) aponta para uma falta de prioridade da agenda social no planejamento territorial, a considerar pelo caráter residual dos recursos para este fim. As demandas de ordem social são atendidas com o que sobra de outras prioridades, consideradas mais importantes e que se incluem, de maneira geral, na órbita do econômico, do político, do militar e do estratégico. Por isso, as somas direcionadas à educação, à saúde, à cultura e ao lazer estão sendo sempre reduzidas, enquanto aumentam as necessidades reais criadas pela pressão da modernidade. O resultado, portanto, são os déficits permanentes e crescentes nessas áreas.

França Filho, Magnelli e Eynaud (2020) explicam os efeitos do divórcio entre economia e sociedade em pelo menos três dimensões: uma mais macrossocial, que é estruturante no plano institucional, e outras duas no plano micro e mesossocial, afetando as dinâmicas territoriais e as subjetividades individuais e coletivas. Desta lógica, apontam que “[...] as características que conformam a dinâmica econômica no capitalismo contemporâneo definem seus efeitos sobre a sociedade e sobre o *desenvolvimento*. A principal característica da dinâmica econômica contemporânea é seu elevado grau de financeirização [...]” (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020, p. 171, grifo do autor). Isto quer dizer, em linhas gerais, que a produção dá lugar ao mercado financeiro quando se fala em geração de riqueza. Esse desequilíbrio e desbalanceamento da “geração desse capital” apresenta algumas consequências: impactos ambientais e ecológicos; incapacidade desse modelo de abranger

toda a sociedade, para proporcionar bem-estar social a todos; e concentração de poder fora das instituições públicas.

Em relação ao sistema socioambiental, o seu impacto decorre da aceleração do processo de consumo e da finitude dos seus recursos. Do ponto de vista econômico, a concentração de renda e poder amplia o fosso da desigualdade social. Quanto ao aspecto político, é consequente dessa lógica de concentração e apropriação desigual das riquezas e da desterritorialização da produção e das finanças. Essa lógica está “[...] na origem de um enfraquecimento da capacidade de organização da vida econômica e de promoção dos direitos por parte dos Estados-nação” (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020, p. 172).

Os autores seguem descrevendo a dimensão meso e microssocial. “No nível meso-social, percebemos como o capitalismo financeirizado e desterritorializado atua sobre as dinâmicas locais e regionais.” (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020, p. 173). Há uma forte dependência do território em relação a esse modelo econômico, pois o processo decisório sai do território no nível local, regional ou mesmo de nações. Verifica-se uma subordinação às grandes corporações e governança global, esvaziando a participação das comunidades nas questões locais, estendendo-se até o nível político. O que se vê nesse contexto é que o modelo neoliberal, por não dar conta das demandas sociais, econômicas e ambientais, tem gerado desigualdades sociais, violência, aumento do custo de vida, favelização e gentrificação, desemprego, perda de qualidade de vida, enfraquecimento das relações de confiança, entre outras consequências negativas (FRANÇA FILHO; MAGNELLI; EYNAUD, 2020).

Boisier (2001) pondera que a referência ao conhecimento acumulado nos territórios aproxima-se do entendimento de transformar atores sociais em acadêmicos ou enciclopédias sobre desenvolvimento territorial. Trata-se de socializar uma forma de conhecimento, chamada aqui de conhecimento pertinente, equivalente, nem mais, nem menos, ao mínimo de conhecimento suficiente para compreender a natureza sistêmica, aberta e complexa do problema que ela acarreta, neste caso, a estrutura do território e a dinâmica dos processos de mudança – crescimento e desenvolvimento – no território. Isso significa ser capaz de compreender (não apenas conhecer) o ambiente do sistema territorial, isto é, o ambiente e o interior desse mesmo sistema, além de seus processos de mudança. Este entendimento apresenta, entretanto, um dilema: reduzir a complexidade do ambiente, atuando seletivamente nele e tornando relevantes apenas as informações pessoais. Para esse autor:

Será chamado de "conhecimento estrutural" o saber que permite compreender que um território organizado [...] é uma estrutura de natureza sistêmica, aberta, complexa. Assim, seria perfeitamente compreensível para um leitor perguntar-se: Será que os

especialistas, principalmente os acadêmicos, desconhecem algo tão elementar? Minha pergunta seria: Nós realmente sabemos? Porque se examinamos tanto a literatura teórica como a “prática”, é perfeitamente evidente que, na grande maioria dos casos, a região ou qualquer outro segmento territorial utilizado para fins analíticos ou políticos, é tratado em uma abordagem que privilegia decididamente o recipiente em relação ao conteúdo e há poucas referências à natureza sistêmica, aberta e complexa do conteúdo, que é o que define o recipiente e não vice-versa. (BOISIER, 2001, p. 20, tradução nossa)¹³.

As perspectivas de Boiser (2001) e Fuini (2015) complementam-se quanto ao propósito de uma requalificação inclusiva e participativa, tendo como elementos norteadores a produtividade e a competitividade. Inclui ainda o modo como se processam as formas de poder nas cadeias produtivas e as outras formas de relacionamento comercial, institucional, industrial, na geração de serviços, na busca uma convergência para o bem-estar da coletividade, estabelecendo estratégias competitivas e mais inclusivas em um dado território (FUINI, 2015).

Fuini (2008, p. 144) comenta sobre competitividade e território:

[...] os principais elementos que fazem da competitividade uma noção mais ampla e complexa, face aos processos econômicos contemporâneos, caracterizados pela mudança nas formas de organização das empresas em redes, com maior ênfase na inovação e no aprendizado tecnológico, fica patente que o território – em sua condição de configuração espacial de processos econômicos, políticos e sociais – adquire grande proeminência nos processos econômicos atuais. Trata-se, portanto, de um “retorno” ao território como elemento essencial do desenvolvimento econômico, através de contextos locais bem-sucedidos na promoção de suas atividades econômicas, em uma densidade de atores e instituições reguladoras que possibilitam a criação de interdependências positivas e recursos específicos.

Fischer (2019, p. 12), ao conceituar o desenvolvimento territorial, argumenta que o surgimento do território ocorre como

[...] algo dinâmico, complexo e passível de desenvolvimento. O território e, em consequência, o desenvolvimento territorial são finalmente caracterizados como objeto de gestão social. Territórios inteligentes, hiperconectados pelas tecnologias, *smart cities* como expressão da hipermodernidade, trazem antigos e novos desafios à gestão, pois caracterizam-se pela diversidade, multi e transterritorialidades, conflitos, mediações e convergências possíveis, no sentido do desenvolvimento.

Acsehrad (2018) atenta, de forma destacada, para o que denominou de “ancoragem territorial”, para alinhar as expectativas e os discursos das empresas que desejam de fato

¹³ Se denominará como “conocimiento estructural” al saber que permite comprender que un territorio organizado (llámese región, departamento, provincia, localidad, o como se desee) es una estructura de naturaleza sistémica, abierta, compleja. Por supuesto, sería perfectamente comprensible que un lector se preguntase, ¿es que acaso los especialistas, en particular, los académicos, desconocen algo tan elemental? Mi pregunta sería más bien, ¿lo abemos en realidad? Porque si se examina la literatura tanto teórica como “práctica” es perfectamente evidente que en la gran mayoría de los casos la región o cualquier otro segmento territorial usado para fines o analíticos o políticos, es tratada mediante un enfoque que privilegia decididamente el contenedor por sobre el contenido y son escasas las referencias a la naturaleza sistémica, abierta y compleja del contenido, que es el que define el contenedor, y no a la inversa.

participar de um esforço coletivo e sinérgico de uma GT ampla, inclusiva e compartilhada com os diversos atores envolvidos, bem como as discussões subjacentes ao processo. Sabe-se que, na lógica empresarial, são muitas as interpretações que devem, de algum modo, equalizar e harmonizar os discursos com os diversos sujeitos presentes nos espaços de interesse do grande projeto de investimento, mesmo aqueles que não estabeleçam relações diretas de trabalho com a empresa. Desse modo, o “território” é entendido pelas empresas como uma rede de atores com os quais elas buscam adotar “políticas de dissuação” com relação à manifestação eventual de críticas.

A GT, para Dallabrida (2016, p. 35):

[...] pode ser concebida como o governo dos territórios, um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais que envolve atores diferenciados, tais como agentes estatais e atores empresariais e sociais, que transcorre em contextos de sociedades complexas, conflituosas implicando desafios na sua prática.

A GT configura-se como um cenário de interdependência entre os atores socioeconômicos e político-administrativos no compartilhamento de objetivos e metas. Dessa forma, multiplicam-se as formas de intervenção, ação e controle do espaço territorial. Essa dinâmica que ocorre nos territórios alterna situações de conflito e de cooperação, sendo, portanto, a inovação, a colaboração, a empatia e a horizontalidade as características mais demandadas desse processo. Assim sendo, esses elementos devem estar incorporados no planejamento e na gestão do território (DALLABRIDA, 2016).

Pecquer (2004, p. 29, tradução nossa) fundamenta essa interação entre os atores sociais no território, ao mencionar que

Numa abordagem trivial, o nível mesoeconômico estaria entre o micro e o macro, entre o indivíduo e a totalidade. O espaço de referência do local não poderia ser um pequeno espaço intermediário entre o ponto global e o individual, da mesma forma que o nível mesoeconômico não é definido apenas como o nível de coordenação de grupos de atores, intermediário entre inter-individual coordenação (microeconomia) e a agregação de escolhas num grupo regulamentado (macroeconomia). Na verdade, o grupo constitui o corpo coletivo construído pelos atores (organizações ou redes de organizações) que constitui o espaço-território, mas a coordenação dos grupos (internamente, entre eles, no que diz respeito ao sistema produtivo global) não é suficiente para determinar nível mesoeconômico. Na verdade, grupos de atores já foram tratados como indivíduos de uma perspectiva microeconômica, respeitando o princípio do individualismo metodológico.¹⁴

¹⁴ *Dans une approche triviale, le niveau méso-économique serait quelque part entre le micro et le macro, entre l'individu et la totalité. On a vu plus haut que l'espace de référence du local ne pouvait pas être un intermédiaire de petit espace entre le global et l'individu-point, de même le niveau méso-économique ne se définit pas seulement comme le niveau de la coordination de groupes d'acteurs, intermédiaire entre la coordination inter individuelle (micro-économie) et l'agrégation des choix dans un ensemble régulé (macro-économie). En effet, le groupe constitue bien l'instance collective construite par les acteurs (organisations ou réseaux d'organisations) qui constitue l'espace-territoire mais la coordination des groupes (en interne, entre eux, vis-à-vis du système productif global) ne suffit pas à déterminer le niveau méso-économique. En effet, les groupes d'acteurs ont déjà été traités comme des individus dans une perspective micro-économique respectant le principe de*

A governança, portanto, consoante Fuini (2015, p. 141):

[...] vai além de uma simples forma de organização interempresarial, concebida por relações mercantis, associando-se também às modalidades de coordenação econômicas mais complexas, que abarcam instituições, convenções, registros de ação e formas de incerteza, definindo, assim, um tipo misto de regulação misto entre o político e o econômico, entre o local e o nacional, com forte conteúdo territorial.

Neste sentido, Zaoual (2006) reitera que o resgate do senso de comunidade e da proliferação das economias dissidentes (economia social, solidária, desenvolvimento local, economias paralelas) têm despontado dada a incapacidade dos atuais modelos econômicos de responderem a uma reestruturação que atenda a toda a sociedade, ainda que esse “retraimento” comunitário seja um modelo socialmente fragmentado.

Segundo Zaoual (2006, p. 16):

[...] o homem precisa crer, pertencer a algo e ser integrado em uma sociedade [...] essa necessidade escapa às ciências racionais, notadamente à ciência econômica, que permanece dominada por valores utilitaristas, mercantis e instrumentais e não leva em consideração as múltiplas dimensões da existência humana: identidade, civismo, cidadania, ajuda mútua, solidariedade, qualidade de vida etc.

Assim sendo, dentre os desafios da GT tem-se a inserção e ampliação do protagonismo dos autóctones para participarem do processo decisório e de poder local, de modo a contribuir para as estratégias e o planejamento dos projetos e das ações que assegurem um desenvolvimento local mais inclusivo e solidário também quanto aos resultados e benefícios.

3.2 GESTÃO SOCIAL E SUAS APROXIMAÇÕES COM GOVERNANÇA TERRITORIAL

A GT e a GS são duas abordagens teóricas que têm em comum a preocupação com a gestão participativa e colaborativa de territórios e a busca pelo desenvolvimento sustentável. Ambas enfatizam a importância da participação e do envolvimento dos atores locais, incluindo organizações da sociedade civil, empresas, instituições governamentais e comunidades locais, na tomada de decisões que afetam o território e suas populações.

Gaulejac (2007) adverte que a gestão não pode utilizar o homem, desrespeitando os seus valores humanos, considerando-o como “coisa”, como mero instrumento para atender os anseios do mercado. Chama atenção para a necessidade de se repensar a gestão, vislumbrando

outras formas mais eficazes e justas de atender os interesses de todos os envolvidos no processo, preservando o respeito pelo meio ambiente e as demandas sociais em sua plenitude.

Muito embora o repensar a que se refere Gaujelac (2007) aproxime-se do que propõe a GS, os modelos organizacionais vigentes, segundo França Filho e Eynaud (2020), ainda não estão adaptados para construir as novas bases de uma gestão mais inclusiva, mais justa e solidária. Os atores – clientes, pessoal, comunidade e acionistas – atribuem essa desadaptação, de um lado, à dominância imposta pela lógica do mercado e, por outro, ao imbricamento que os modelos de gestão assumiram junto à economia de mercado. Parece ainda prevalecer que a GS não se apresenta como um paradigma. Por isso, é necessária a construção de um “mapa” que lhe dê significado (FISCHER, 2002). Nesse sentido, é necessário e importante o aprofundamento da discussão sobre os elementos fundantes da GS, que aponte para um repensar da gestão de forma ampla e abrangente.

Sobre a gestão, Gaulejac (2007, p. 39-40) questiona:

O que é gestão? Nos manuais, ela é apresentada como um conjunto de técnicas destinadas a racionalizar e otimizar o funcionamento das organizações. Esse objetivo operacional compreende diversos aspectos:

- práticas de direção das empresas: do gerente ao manager, trata-se de definir orientações estratégicas, de otimizar as relações entre os diferentes elementos necessários para pôr em ação um sistema de ação coletiva, de definir a estrutura e a política da organização;
- discursos sobre os modos de organizar a produção, de conduzir os homens que a isso contribuem, de ordenar o tempo e o espaço, de pensar a empresa como uma organização racional;
- técnicas, processos, dispositivos que conciliam as atividades, fixam os lugares, as funções e os estatutos, definem regras de funcionamento.

Segundo Fischer (2012b, p. 114):

A gestão social do desenvolvimento territorial depende de profissionais qualificados, orientados pelas necessidades do contexto. A primeira questão que se deve responder se refere aos destinatários da gestão social: para quem se faz? A segunda questão será sobre as instituições que fazem a gestão social: que instituições fazem? A terceira versa sobre os tempos e espaços da gestão e sobre os instrumentos da ação pública utilizados: onde, quando e como se faz?

[...]

A gestão é um ato relacional, que se processa entre atores sociais em tempos e espaços territorialmente delimitados. A gestão é uma manifestação de poder ou uma forma sensível de poder em qualquer tempo e qualquer espaço.

Ao se enfatizar a dimensão social da gestão, está implícito que o alvo principal é a sociedade, que é também a origem e o entorno desses processos.

A gestão ocorre em tempos e espaços territoriais que requerem ações individuais e coletivas de produção de bens, serviços e significados.

A autora citada salienta que a gestão deve estar orientada para a mudança e subordinada à mudança no nível de microunidades organizacionais com elevado grau de hibridização. Nesta

lógica estão as interorganizações que atuam nos territórios. Entende-se que a pulverização dessas unidades organizacionais pode favorecer a GS, proporcionando impactos importantes sobre o bem-estar social, ampliação de oportunidades e oferta de benefícios sociais para a comunidade do entorno do “Território de Fé”, assim como para toda a sociedade.

No entendimento de Fischer (2012b, p. 116):

A gestão social pode ser considerada um campo de conhecimentos e práticas tendo, portanto, dimensões epistemológicas e praxiológicas articuladas.

[...]

Quando a gestão social é orientada ao desenvolvimento de territórios, temos uma dimensão praxiológica substantiva.

O que nos solicitam as práticas em tempos de convergência? Como gerir interorganizações como um consórcio público, que congrega prefeitos, sindicatos, gestores empresariais, gestores de cooperativas, movimentos sociais, lideranças indígenas e afrodescendentes e outras redes como fóruns e conselhos?

As propostas de desenvolvimento territorial decorrem da identificação de problemas de educação, saneamento, habitação, saúde e outras que, por sua vez, estão imbricadas em produção de bens, serviços, conectadas com organizações de mercados plurais (empresas, cooperativas, associações de produtores).

Os espaços de prática e os domínios de conhecimento e suas tecnologias articulam-se em interorganizações, de um lado, e em composições multi, inter e transdisciplinares, do outro.

Dessa relação das teorias e das práticas, emergem os perfis de gestores sociais necessários para atuar em nós organizacionais (governo, empresa, movimentos) nas conexões interorganizacionais (pactos, conselhos, fóruns), nas redes de redes mais complexas e em outros níveis escalares cada vez mais complexos.

Cançado, Pereira e Tenório (2011, p. 698) sintetizam que a GS não se esgota, em termos conceituais, na administração como área de conhecimento, pois consideram-na

[...] uma alternativa teórica e prática ao pensamento organizacional hegemônico [...] a gestão social é antitética à gestão estratégica, uma vez que a sua preocupação é com o envolvimento de todos os concernidos no processo de tomada de decisão contrária, portanto, à gestão estratégica cujo arcabouço conceitual e instrumental não potencializa processos decisórios participativos, mas sim mecanismos decisórios hierarquizados acentuando, cada vez mais, a luta de classes no interior das organizações e destas com a sociedade. A visão social de mundo da gestão social tem como seu determinante a sociedade, enquanto o enfoque adotado pela gestão estratégica é o mercado.

Araújo (2014, p. 85, grifos do autor) entende a “gestão social” como um conceito que

[...] busca criar significados cotidianos para as novas formas de ação coletiva e interorganizações [...] Não se trata apenas de mais uma adjetivação simples para o *como fazer gestão* aplicada a algum tipo de organização, mas de uma busca por respostas também ao *por quê e para quê fazer gestão*, gerando tensões inquietantes para compreender sentidos ideológicos e práticas das relações sociais. Trata-se, portanto, da busca de uma gestão diferenciada, não taylorista, não filantrópica ou benemerente, caracterizada pelos princípios e valores ético-políticos, pela participação e dialogicidade, pela horizontalidade nas relações de poder. A gestão social passa a ser pensada não apenas enquanto modo ou processo, mas pelas suas finalidades e pelos seus objetos, implicando em alterações e alternativas para gerar mudanças sociais.

Na visão de Araújo (2014), a GS, para dar conta do seu espectro de demandas, é composta de plasticidade, fluidez e hibridismo. Estes atributos permitem maior robustez e aderência para assumir novas tipologias organizacionais frente aos desafios no campo da gestão, recurso indispensável para estabelecer as relações e os processos sociais necessários à sua existência, refletindo o caráter multidisciplinar e complexo da realidade social.

A GS oferece ações públicas que podem ser empreendidas por instituições governamentais ou por grupos organizados ou associações que tenham interesse em projetos para a coletividade. Essas manifestações podem influenciar os poderes públicos para elaborarem políticas públicas que atendam às demandas locais, para as associações populares auto-organizadas e autogeridas exercerem, por assim dizer, a sua cidadania copartícipe da construção do desenvolvimento e bem-estar da comunidade local. A ação coletiva e a ação pública podem ser coincidentes ou sobrepostas em favor de um sistema de políticas públicas das mais diversas partes interessadas. Busca-se, nessa perspectiva, o exercício da GS na prática, para qualificar as políticas públicas locais, visando ampliar o compartilhamento dos benefícios do território local e seus autóctones (FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020).

A GS é composta por partes constitutivas que estabelecem entre si uma interdependência orgânica e estrutural. Com o apoio dos conceitos apresentados, foram preliminarmente selecionadas algumas categorias constitutivas da GS que podem compor o *framework* proposto com a configuração de suas interfaces e interrelações com a GT e o Turismo Religioso. As categorias constitutivas da GS são: capital social, poder local, interorganizações e redes intersetoriais.

Entende-se que essas categorias são constitutivas da GS, na medida em que estabelecem uma relação de interdependência entre si e uma simetria nas relações de poder, além de suas funções serem harmônicas e voltadas para um objetivo comum. Supõe-se que a atuação integrada dessas categorias, tal como um sistema, dará conta dos propósitos da GS (BERTALANFFY, 2014).

Cançado (2013, p. 196) identifica categorias de GS e organiza-as em consonância com a relação existente entre elas da seguinte forma:

[...] 1) Interesse Bem Compreendido, o ponto de partida da gestão social abriga duas categorias complementares, quais sejam, a solidariedade e a sustentabilidade; 2) Esfera Pública será tratada como uma categoria intermediária do processo de gestão social, pois constitui o locus e a condição essencial de seu desenvolvimento. Além disso, essa categoria abriga outras complementares: Comunidades de Prática, Democracia Deliberativa, Dialogicidade, Interorganizações, Intersubjetividade e Racionalidade; 3) Emancipação, por fim, é o ponto de chegada e de retroalimentação da gestão social.

O Quadro 4 descreve as categorias constitutivas da GS e lista autores que tratam do tema sob a perspectiva descrita:

Quadro 4 – Categorias e descrição da Gestão Social

Categorias da Gestão Social	Descrição	Autores
Capital Social	Confiança, reciprocidade e sistemas de participação cívica	D’Araújo (2010) Putnam (2008)
Poder Local	Relações simétricas de poder	Fischer (2002)
Interorganizações	Integração com os atores envolvidos no território	Fischer (2012b)
Intersetorialidade	Operacionalização	Junqueira (2014)

Fonte: elaboração própria com base em Pimentel *et al.* (2011).

3.3 CAPITAL SOCIAL

O construto do capital encontra um alinhamento contributivo para o sistema de GS na sua proposta de fortalecer os laços e as conexões com as redes dos entes envolvidos nos projetos de desenvolvimento de interesse local. Putnam (2008) define o capital social como traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns. A confiança, conforme argumenta o autor, exerce a função de lubrificante da vida social e gera resultados econômicos. Neste entendimento, as sociedades com alto grau de confiança tornam-se e mantêm-se prósperas, pois se transformam em sociedades cívicas. Em uma comunidade cívica, o contrato moral, mais do que o contrato formal, é o que mantém a cooperação.

Bourdieu (1986, p. 251, tradução nossa) define capital social como “[...] a soma dos recursos adquiridos por um indivíduo ou grupo em virtude da posse de uma rede de relacionamento duráveis mais ou menos institucionalizadas de mútuo conhecimento e reconhecimento”¹⁵. Este autor alega que o poder e o conflito são elementos inerentes às relações sociais e o volume do capital social possuído por um agente depende do tamanho da rede de conexões que pode efetivamente mobilizar.

¹⁵ *The sum of resources acquired by an individual or a group by virtue of possession of a durable network of more or less institutionalized relationships of mutual acquaintance and recognition.*

Assim, o capital social “[...] expressa basicamente a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (D’ARAÚJO, 2010, p. 10). A autora faz referência à mudança promovida pelo Banco Mundial a partir dos anos 1990, quando passou a diferenciar, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: capital natural, que trata dos recursos naturais de que é dotado o país; capital financeiro, aquele produzido pela sociedade e que se expressa em infraestrutura, bens de capital, capital financeiro, imobiliário, entre outros; capital humano, definido pelos graus de saúde, educação e nutrição de um povo; e, finalmente, capital social, que expressa, em linhas gerais, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. O capital social é, portanto, na visão de D’Araújo (2010, p. 10), “[...] a argamassa que mantém as instituições em contato entre si e vincula-as ao cidadão, visando à produção do bem comum e coletivo”.

D’Araújo (2010) caracteriza o capital social como relacional e sua aplicação dá-se nos níveis individual, social e institucional, como uma categoria analítica em diferentes campos disciplinares. Destaca-se ainda a sua capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos. A autora entende que o capital social facilita a cooperação espontânea e que a cooperação voluntária baseia-se na confiança, ao se estabelecerem as regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica. Desse modo, o capital social, além de facilitar a cooperação espontânea, minimiza custos de transação. Estes custos, na perspectiva de Williamson (1981), abrangem os custos de preparar, negociar e salvaguardar um acordo e também os custos dos ajustamentos e das adaptações que ocorrem quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas.

Neste sentido, o capital social está fundamentado na cooperação das pessoas entre si, na ajuda mútua, no zelo do bem público e na promoção da prosperidade. Portanto, seus resultados são compartilhados e coletivos (D’ARAÚJO, 2010).

Serafim (2014, p. 31, grifos do autor) destaca:

[...] capital social parte da premissa de que os relacionamentos importam na criação de possibilidades de obtenção de benefícios referentes à informação, poder, prestígio e desenvolvimento individual e da comunidade. Trata-se da qualidade e da quantidade das nossas conexões sociais e de como e quanto o indivíduo ou o grupo ganha com tais conexões. Ou, dito de outra forma, refere-se à mobilização de estruturas das relações sociais para facilitar a ação individual ou social.

Com efeito, o capital social configura-se em um estoque relacional que fortalece laços e vínculos entre as pessoas, o que permite ampliar o nível de cooperação e de ajuda mútua. Favorece, por conseguinte, o planejamento e a implementação de projetos de interesse comum que acabam por gerar novas possibilidades para o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida e do bem-estar social (PUTNAM, 2008).

Nesse contexto, o capital social tem se tornado um importante conceito nos discursos relacionados ao desenvolvimento, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento de base comunitária. Os laços sociais da comunidade configuram-se elementos-chave para o conceito de capital social, e a ação coletiva é vista como uma qualidade essencial para que uma comunidade seja engajada e viabilize o desenvolvimento sustentável (KASSAHUN, 2010).

Uma das características específicas do capital social, consoante Putnam (2008), é o sentido de unidade e coesão social que se estabelece entre os entes sociais, que envolve confiança, regras de reciprocidade e cadeia de relações sociais.

Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e é suprido pelos agentes privados. (PUTNAM, 2008, p. 180).

Granovetter (1973), em caráter pioneiro, categorizou os laços sociais existentes entre as pessoas de uma sociedade, distinguindo-os como fortes (aqueles nos quais os indivíduos dispõem mais tempo, intensidade emocional e trocas) e fracos (nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas). O autor destaca a importância das relações concretas e das estruturas (ou “redes”), tendo como origem a confiança e o desencorajamento da má-fé, compreendendo, portanto, o grau de integração (laços) entre indivíduos e grupos.

A confiabilidade e a cooperação entre os atores sociais e as instituições que validam a existência das respectivas sociedades são fundamentais, pois, somente assim, conforme Granovetter (1973), será alcançado o desenvolvimento sustentável harmônico. Esta interação pacífica é imprescindível, pois, enquanto governos, sociedade e organizações sem fins lucrativos disputam seus papéis frente ao meio ambiente, entidades mistas têm surgido no intuito de alinhar elementos lucrativos em uma melhor eficiência no uso de recursos naturais por uma perspectiva não lucrativa de criação de valores sociais (ADHIKARI; GOLDEY, 2010; AUSTIN; STEVENSON; WEI-SKILLERN, 2006; PUTNAM, 2008; TAMMAJINDA, 2013).

Neste sentido, entende-se que o capital configura-se em um importante recurso na GT, na medida em que contribui para a promoção da cooperação, coordenação e confiança entre os diversos atores envolvidos na gestão, em especial do Turismo Religioso, assim como na mobilização da comunidade para o desenvolvimento local, por meio do Turismo Religioso no “Território de Fé”. Ademais, o capital social é um vetor de agregação e aliança fundamentais para potenciais parcerias público-privadas para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos e a valorização da identidade cultural e religiosa dos territórios de fé.

3.4 PODER LOCAL

Para que o processo de tomada de decisão seja participativo, é necessária uma simetria e equidade entre as forças de poder na relação entre os atores sociais, buscando-se o interesse comum. Fischer (2002) salienta que, na perspectiva das relações sociais, o poder pode ser entendido tanto como capacidade geral de agir quanto como capacidade de produzir comportamentos específicos.

Ainda na visão da autora, o poder manifesta-se na GS como forma de representação articulada em interorganizações que buscam projetos e programas de interesse comum em um dado território. Não obstante a reciprocidade do caráter relacional que caracteriza a gestão, há conflitos e desequilíbrios que, por outro lado, abrem possibilidades de ação de aproximações e distanciamentos que fornecem maior legitimidade para o processo de construção de projetos coletivos (FISCHER, 2012a).

A participação da comunidade e de outros atores no território visa ajustar o equilíbrio do poder e reassentar a visão da comunidade local contra aqueles “desenvolvedores” ou autoridades locais e redefinir o profissionalismo que podem determinar as condições de sucesso da participação e prevenir a manipulação do processo de participação (TOSUN, 2000, 2006).

Os territórios, consoante Fischer (1997), são as arenas de atuação dos poderes locais daqueles de detêm o poder e regem a forma como se dão as alianças e os conflitos entre os atores sociais, estabelecendo suas respectivas hierarquias. Esse entendimento, entretanto, sugere uma utopia do desenvolvimento. Sobre a noção do “local”, Fischer (1993, p. 10) esclarece:

[...] contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o “local” refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado como base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância a uma certa inércia, contém igualmente o sentido abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns.

Nesse sentido, a análise do “local” sugere o estudo do poder enquanto relações de forças, por meio das quais se processam as alianças e os conflitos entre os atores sociais, bem como ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas. Ao se falar em local, reporta-se a um conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou confronto, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cuja fronteira é estabelecida pela configuração desse conjunto (FISCHER, 1993).

A expressão “poder local” remete espontaneamente ao conceito de espaço delimitado e à formação de identidades e práticas políticas específicas.

[...]

O que entendemos por espaço é também uma abstração de relações sociais privilegiadas entre atores e grupos sociais que interagem na disputa e na cooperação. O limite territorial de suas relações é definido menos como um espaço físico e mais como um conjunto de redes sociais interligadas em torno de interesses, recursos e valores, onde os atores utilizam estratégias de sobrevivência e desenvolvimento (FISCHER, 1991, p. 88).

O poder, na visão de Castells (2005, p. 51):

[...] é aquela relação entre os sujeitos humanos que, com base na produção e na experiência, impõe a vontade de alguns sobre os outros pelo emprego potencial ou real de violência física ou simbólica. As instituições sociais são constituídas para impor o cumprimento das relações de poder existentes em cada período histórico, inclusive os controles, limites e contratos sociais conseguidos nas lutas de poder.

Fischer (1992, p. 107) salienta, acerca do poder local:

A identificação de redes sociais constitutivas da localidade leva a indagações sobre o espaço político local, sobre as agendas e regras de convivência e cooperação, competição e conflito, sobre a memória política local e as formas de exercícios do poder. Como objeto de investigação, o local não é, portanto, apenas fisicamente localizado, mas socialmente construído.

Dentro da perspectiva das relações sociais, Fischer (1992, p. 107) argumenta:

[...] o poder pode ser entendido tanto como a capacidade geral de agir, quanto a capacidade de produzir comportamentos específicos.

O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco, mas também sugere desequilíbrio no momento em que há atores que exercem o poder, enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidades de ação.

Em síntese, são muitas as manifestações de poder – o poder enquanto legitimação de autoridade, de disciplina, de instrumento de resistência e conflito, de identidade e de

emancipação – que podem ser exercidas como dominação de determinados interesses, por meio de hierarquias nas organizações tendo por base suas estruturas de cargos e funções (HARDY; CLEGG, 2009). No exercício das várias formas sob as quais o poder apresenta-se, subjaz um jogo de forças antagônicas em que há uma dominação eventual, mas também, por outro lado, sugere uma margem de liberdade e de possibilidades de ação (FISCHER, 2002).

3.5 INTERORGANIZAÇÕES

Na perspectiva de Fischer e Melo (2004, p. 16), as “Interorganizações são estruturas hibridizadas e, como tal, definidas pelo entrelaçamento (processo) ou tecido (resultado) que se processa quando as organizações trabalham em conjunto, dinamizando os territórios”.

As interorganizações, na perspectiva da GT, referem-se à cooperação e coordenação entre organizações de diferentes setores e níveis de governo que atuam em um determinado território, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população local. Essas organizações podem incluir governos locais, empresas, organizações não governamentais, associações de moradores, entre outras (ELCHE; MARTÍNEZ-PÉREZ; GARCÍA-VILLAVERDE, 2017; FISCHER; MELO, 2004; SILVA, 2014).

Silva (2014, p. 156) assevera:

Sendo a gestão social um campo fecundo de novas práticas e relações sociais marcadas pela ação coletiva e pela articulação entre atores públicos, privados e societários, a abordagem interorganizacional emerge tanto como possibilidade interpretativa quanto como estratégia de atuação. As redes interorganizacionais estão no cerne dos processos de coprodução e cogestão de bens e serviços públicos. Como exemplos dessas iniciativas, podem ser citados: as redes locais de economia popular e solidária; as redes de cidades e territórios; os arranjos interinstitucionais formados para a discussão dos problemas públicos, como os conselhos e fóruns; as redes constituídas para a implementação de programas públicos, na forma de consórcios, parcerias etc.

Na perspectiva de Fischer (2012b), as interorganizações são compostas por organizações que estão ligadas por interesses e propósitos comuns. Neste sentido, as interorganizações configuram-se em arenas nas quais as organizações atuam em escalas crescentes e com conexões e interdependências.

Consoante esse entendimento, Silva (2014) ensina que o termo “redes interorganizacionais” diz respeito tanto às relações estabelecidas entre os atores diversos quanto à estrutura organizacional na qual essas relações são construídas e estabelecidas. Assim, “As redes interorganizacionais são arranjos formados por duas ou mais organizações, por vezes

distintas em natureza e finalidade, conectadas por propósitos comuns ou complementares, que se inter-relacionam direta ou indiretamente” (SILVA, 2014, p. 155).

Silva (2014) segue argumentando que as interorganizações são configurações alternativas que viabilizam a integração e a sinergia dos atores de um determinado território. Nesse contexto, essas tipologias de organização proporcionam interação e fluxo de informações para gerar benefícios comuns, como o intercâmbio de experiências, ajuda mútua, além de melhores condições para o enfrentamento das incertezas.

Na concepção de Fischer (2002, p. 13), as interorganizações, híbridas por natureza,

[...] são conformadas pelos interesses, recursos, valores convergentes, acordos e convenções que articulam Estado, mercado e a sociedade mais ou menos organizada, tendo a cidade como ponto de confluência e protagonismo no processo de desenvolvimento local e regional. A construção social utópica do desenvolvimento local é, então, forjada por interorganizações que refletem os interesses plurais de instituições que operam em territórios delimitados real e virtualmente.

Em complemento a este posicionamento e dada a dinâmica das redes interorganizacionais, Fischer e Melo (2004, p. 19) ponderam:

[...] a transversalidade ou a complexidade das relações de poder entre dominantes e dominados, com as tensões, avanços e recuos permanentes, com ganhos e perdas reais e simbólicas que podem ser avaliados diferentemente conforme a perspectiva faz com que se reconheça a crescente pluralidade do poder espacialmente localizado, exercido nos chamados espaços públicos.

As redes interorganizacionais, na visão de Castells (2005), são uma nova forma organizacional que surgiu com a adaptação das organizações industriais, a fim de lidar com a incerteza causada pelo ritmo das mudanças.

Nesta lógica, um olhar transversal acerca das redes de interorganizações com algumas dimensões do capital social, como propõem Elche, Martínez-Pérez e García-Villaverde (2017), podem assegurar o sucesso da organização, aumentando a sua capacidade competitiva por meio de diversas combinações de configurações das redes. Em outras palavras, as organizações ou instituições que estabelecem vínculos e ligações com vários atores dessas redes interorganizacionais e, por conseguinte, acessam outros conjuntos de informações e promovem essa transferência, geram, por assim dizer, relações de confiança e estáveis. Neste sentido, deter o capital social favorece ainda mais as condições de se produzir novas informações, aumentando o resultado e a *performance* (ELCHE; MARTÍNEZ-PÉREZ; GARCÍA-VILLAVÉRDE, 2017).

3.6 INTERSETORIALIDADE

A intersectorialidade, na perspectiva da GS nos territórios fé, é necessária no tocante à articulação entre diferentes setores e atores sociais que atuam nesse tipo de território, a fim de promover a gestão integrada e participativa e considerar as especificidades e necessidades dos diferentes grupos que nele atuam (CAMPOS, 2000; JUNQUEIRA, 2004, 2014).

A intersectorialidade incorpora a idéia de integração, de território, de equidade, enfim dos direitos sociais; é uma nova maneira de abordar os problemas sociais. Cada política social encaminha a seu modo uma solução, sem considerar o cidadão na sua totalidade e nem a ação das outras políticas sociais, que também estão buscando a melhoria da qualidade de vida. (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

Para o autor citado, essa abordagem suscita a consideração dos problemas sociais onde eles se manifestam. Nessa perspectiva, a cidade, no caso em questão o território, seria o espaço privilegiado para se realizar a ação intersectorial. É um espaço definido territorial e socialmente, onde as pessoas vivem e se reproduzem.

A ação intersectorial é um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que deve resultar em uma gestão integrada, capaz de responder com eficácia à solução dos problemas da população de um determinado território, saindo, entretanto, do âmbito da necessidade para o da liberdade.

[...]

É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza e homem/homem que determinam a construção social da cidade. (JUNQUEIRA, 2004, p. 27).

Junqueira (2004, p. 30) indica que

[...] o conceito de gestão intersectorial e de rede cria novas possibilidades de intervenção, gerando em cada um de seus membros a participação que viabiliza a reconstrução da sociedade civil. Ocasiona a criação de respostas novas aos problemas sociais, tornando mais eficaz a gestão social, que se caracteriza por ser intersectorial, articulando instituições e pessoas para construírem projetos, recuperar a vida e a utopia.

A intersectorialidade é um dos elementos constitutivos do sistema de GS. Para Junqueira (2014, p. 106), ela

[...] pode ser vista, ao mesmo tempo, como um instrumento de gestão e como uma nova lógica de governar os problemas sociais, tais como planejar, implementar e avaliar a prestação de serviços e as políticas públicas municipais. Em ambos os casos, ainda que em diferentes medidas, a intersectorialidade implica na rearticulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. Dentre os maiores desafios dessa rearticulação, a cultura organizacional alcança lugar de destaque, pois

deverá lidar com valores e processos cognitivos consolidados sobre uma percepção setorializada das políticas sociais, além de resistências previsíveis de grupos e de interesses contrariados.

Desse modo, para o autor, “[...] o território, por si só, já é uma unidade de gestão intersetorial, pois é nele que percebemos que a setorialização dos problemas sociais só faz sentido para fins de análise, pois mesmo para fins de gestão ela pode se tornar limitada” (JUNQUEIRA, 2014, p. 107). No entanto, diante do risco da fragmentação desses problemas, a intersetorialidade seria “[...] capaz de reorganizar a atuação das organizações municipais, que passaria a promover a integração de saberes e de percepções do homem e de sua realidade socioterritorial” (JUNQUEIRA, 2014, p. 107).

Reitera o autor que

Tal fragmentação pode ser superada mediante uma ação integrada [...] Assim, mesmo para quem acreditasse que os problemas sociais pudessem se manifestar setorialmente, sua solução estaria na dependência de suas ações de tratamento e governo, ou seja, na intersetorialidade – incluindo outras dimensões ou setores que, à princípio, podem não parecer apresentar interfaces com as políticas sociais, tais como infraestrutura e ambiente, mas que também podem determinar a sua organização e regular a maneira como se dão as relações entre os diversos segmentos sociais. (JUNQUEIRA, 2014, p. 106).

Assim, a intersetorialidade tem sua importância destacada como uma

[...] nova lógica para a gestão social das políticas sociais, particularmente em contextos municipais, que busca superar o fantasma da fragmentação das ações e de seus efeitos, a partir da consideração do cidadão em sua totalidade, implicando em novas relações homem/natureza e homem/homem, que determinam a construção social da cidade. (JUNQUEIRA, 2014, p. 106).

Neste sentido, a ação intersetorial requer uma perspectiva de superação das forças de poder e de interesses particulares e individuais para a construção de um espaço de diálogo e de negociação, compreendendo as peculiaridades de cada um e as suas diversidades, mas, sobretudo, atuando na direção de uma sinergia voltada prioritariamente para a percepção da realidade socioterritorial (CAMPOS, 2000).

4 TURISMO RELIGIOSO

Intenta-se, nesta seção, compreender os principais conceitos e características do Turismo Religioso, o perfil do turista e do peregrino, suas motivações para o turismo, os elementos atrativos no nível do sagrado e como se processam os caminhos da fé no contexto religioso.

4.1 CONCEITOS, CARACTERÍSTICAS E ABORDAGENS

O tipo de turismo que tem registrado crescimento significativo no Brasil e no mundo é o religioso, além do turismo de férias e de negócios. Para Andrade (2000, p. 79), além de questões que envolvem o misticismo e os dogmas, “[...] as religiões assumem o papel de agentes culturais importantes, em todas as suas manifestações de proteção a valores antigos, de intervenção na sociedade atual e prevenção no que diz respeito ao futuro dos indivíduos e das sociedades”.

O conceito de Turismo Religioso, segundo Maio (2004), é objeto de debate em função do termo “religioso” e suas várias perspectivas de abordagem. O Turismo Religioso, em alguma medida, pode potencializar, valorizar e preservar as práticas espirituais das mais variadas manifestações de confissões de fé e, concomitantemente a este processo, estimular o desenvolvimento local por meio da melhoria na economia, na cultura, na preservação do patrimônio e na qualidade de vida da população local. Neste sentido, o autor argumenta que o Turismo Religioso pode transformar espaços e territórios ao alavancar o desenvolvimento de atividades voltadas à sua prática.

A ampliação conceitual do significado de turismo religioso [...] é pertinente, pois abre um leque de possibilidades para o desenvolvimento prático da atividade turística, que é [...] um fenômeno interdisciplinar. Assim, os aspectos econômicos, sociais, culturais, históricos e religiosos podem ser contemplados em um plano de desenvolvimento do turismo religioso. (MAIO, 2004, p. 55).

O Turismo Religioso contempla, em alguma medida, ritos e rituais religiosos. Segundo Vilhena (2013, p. 514):

Os ritos são ações simbólicas, coletivas ou individuais, embasadas em sistemas de crenças que postulam a existência de modo único, alternado ou combinado, de forças ou energias que podem ser tanto internas como externas aos sujeitos, de seres transcendentes como entidades, deuses, espíritos da natureza ou de ancestrais, encantados, orixás, caboclos, almas, divindades, gênios, demônios e santos. Na multiplicidade das

representações religiosas, essas forças ou seres podem assumir características pessoais e impessoais, personificadas ou amórficas, múltiplas ou unificadas, hipostasiadas ou não em humanos, em seres, em objetos da natureza ou artefatos. A eles são atribuídas regências sobre aspectos, fases ou a totalidade da vida. Os ritos religiosos tentam estabelecer contatos entre os humanos com algumas destas dimensões mais amplas da existência que transcendem ao empírico, mas que para os sujeitos que assim o creem são reais.

Dias e Silveira (2003, p. 17) entendem que “O turismo religioso é aquele empreendido por pessoas que se deslocam por motivações religiosas e/ou para participação em eventos de caráter religioso. Compreende romarias, peregrinações e visitação a espaços, festas, espetáculos e atividades religiosas”. Para esses autores, o Turismo Religioso, como toda atividade turística de modo geral, exige uma abordagem interdisciplinar e transversal, que contemple os aspectos econômicos, sociais, espaciais e culturais envolvidos. Este tipo de turismo, por apresentar interseção com o fenômeno religioso, deve merecer uma atenção especial em sua abordagem pelas ciências sociais, pois trata-se de dois importantes sistemas sociais que apresentam uma complexidade particular.

Na perspectiva de Oliveira (2004, p. 16):

O turismo religioso é aquele turismo que não perdeu sua raiz peregrina e continua motivado pelo exercício místico da celebração. Isso significa que a festa religiosa contém e explica a multiplicidade de lugares sagrados, nas mais diversas religiões do planeta. Em outras palavras, o turismo religioso é um turismo motivado pela celebração.

Abumanssur (2013) traz algumas considerações acerca do caráter fluido e maleável das religiões que, em alguma medida, transformaram a peregrinação em Turismo Religioso. O primeiro aspecto refere-se à experiência individual a considerar que a religião passa a ser uma das facetas humanas e não a única, portanto intrínseco à natureza subjetiva individual do ser humano. O segundo aspecto está relacionado à abertura da religião para outros olhares e perspectivas, o que a insere nesse novo contexto, o mercadológico. Assim sendo, essa aliança entre a devoção pessoal e a racionalidade econômica dá, em certa medida, origem ao que se denomina Turismo Religioso.

Secall (2002) formula a seguinte pergunta: Qual seria o sentido profundo da peregrinação? O autor detalha as seguintes funções e características das peregrinações: social, espiritual, penitencial, viagem mística e outras funções sociais, a exemplo de viagem para o equilíbrio do ser humano. A função social refere-se às inter-relações sociais realizadas na viagem, com o objetivo de obter-se a união dos que estão desagregados; a segunda seria a função espiritual, que se trata da peregrinação das sociedades sedentárias e apresenta elementos que refletem certa sobrevivência do processo característico de fusão de sociedades

eminentemente nômades, nas quais subsiste o sentido de integração e prima mais pela perspectiva espiritual do que a estritamente material; a terceira função, a penitencial, refere-se à peregrinação institucional de transformação da viagem, isto é, uma formalização da noção de viagem que purifica, limpa e translada o errante do lugar de suas transgressões; a quarta função, “a viagem mística”, é um novo sentido da peregrinação, como o “sagrado”, cujo contato com Deus transcende o aspecto concreto e físico; a quinta função refere-se à busca da harmonia e do equilíbrio entre a alma e o corpo e outros sentidos mais profundos que tem a peregrinação; a sexta, refere-se a outras funções sociais, isto é, da mesma maneira que o culto religioso tem um conteúdo social, a peregrinação, como uma modalidade de religiosidade popular, não está fora de uma conotação social de grande interesse, com o reforço do nacionalismo ou da identidade cultural de um povo.

Da mesma forma que o culto religioso tem um conteúdo social, a peregrinação, como uma modalidade de religiosidade popular, não tem uma conotação social de grande interesse. “Numa perspectiva individual, os homens têm peregrinado para obter favores da divindade, fazendo do sacrifício pessoal um instrumento de troca para conseguir seus objetivos essencialmente materiais, como saúde ou uma simples indicação oracular acerca do êxito ou do fracasso [...]”¹⁶ (SECALL, 2002, p. 6, tradução nossa).

Aulet e Vidal (2018, p. 241, tradução nossa) asseveram:

A inserção do turismo como uma atividade nesses espaços sagrados podem gerar transformações na realidade ambiental e territorial tanto quanto deixa uma marca em suas características socioculturais que fazem deles o que eles são”. A prática do turismo envolve, portanto, o consumo de lugares e sua adaptação para a comodar o turismo por sistemas de intermediação, interpretação, representação e transformação.¹⁷

Nessa lógica, o Turismo Religioso tem uma característica muito própria e peculiar em relação a sua motivação, quando comparada com tipologias outras do turismo, pois há uma motivação do culto ao sagrado, transcendente por meio de uma experiência de fé. Desse modo, o turista, peregrino ou romeiro buscam esta vivência em caráter principal, que pode ser potencializado com outras experiências ofertadas por outros segmentos do turismo.

¹⁶ *Desde la perspectiva individual, los hombres han peregrinado para obtener favores de la divinidad, haciendo del sacrificio personal un instrumento de cambio para conseguir objetivos esencialmente materiales como salud, o una simple indicación oracular acerca del éxito o fracaso que se cernía sobre cualquier tipo de empresa.*

¹⁷ *The insertion of tourism as an activity in these spaces can generate transformations in their territorial and environmental reality, as well as leaving a mark on the sociocultural characteristics that make them what they are. The practice of tourism involves the consumption of places and their adaptation to accommodate tourism by systems of intermediation, interpretation, representation and transformation.*

4.2 SAGRADO E PROFANO

Nesta subseção, busca-se compreender a motivação do culto ao Sagrado por meio do Turismo Religioso, isto é, a experiência do encontro com o Sagrado, compreender como se dá a ambiguidade e as aproximações entre o profano e a fé e seus significados e subjetividades.

A vida individual, qualquer que seja o tipo de sociedade, consiste em passar sucessivamente de uma idade a outra e de uma ocupação a outra. Nos lugares em que as idades são separadas, e também as ocupações, esta passagem é acompanhada por atos especiais, que, por exemplo, constituem, para os nossos ofícios, a aprendizagem, e que entre os semicivilizados consistem em cerimônias, porque entre eles nenhum ato é absolutamente independente do sagrado. Toda alteração na situação de um indivíduo implica aí em ações e reações entre o profano e o sagrado, ações e reações que devem ser regulamentadas e vigiadas, a fim de a sociedade geral não sofrer nenhum constrangimento ou dano. (GENNEP, 2013, p. 24).

Na visão de Geertz (2022), os símbolos sagrados, mesmo com suas ambiguidades, ajudam a elaborar a diferenciação empírica da atividade religiosa ou da experiência religiosa. Neste sentido, o homem estabelece uma relação de dependência em relação aos seus sistemas de símbolos, a ponto de eles serem, por vezes, decisivos para a sua existência enquanto criatura. O homem pode adaptar-se, em geral, a qualquer coisa que sua imaginação possa enfrentar, mas ele não pode confrontar-se com o caos e o desconhecido, que venha a desorganizar seu quadro mental como algo que transcende a sua compreensão.

Segundo Hervieu-Léger (2015, p. 61):

[...] toda religião implica, com efeito, uma mobilização específica da memória coletiva. Nas sociedades tradicionais, cujo universo simbólico-religioso está inteiramente estruturado por um conjunto de mitos, que explicam a um tempo a origem do mundo e do grupo, a memória coletiva é dada. Ela está inteiramente contida nas estruturas, na organização, na linguagem, nas práticas cotidianas de sociedades regidas pela tradição.

Para Oliveira (2004, p. 28), o Turismo Religioso reafirma:

[...] a fé, como a principal motivação desse tipo de viagem, é capaz de construir e dinamizar a estética dos espaços, tornando-os materialmente religiosos. Isto, entretanto, permitiria uma associação inversa: o turismo como meio de sacralização. Possibilitaria ainda a multiplicação de acessos aos espaços religiosos – como roteiros da fé. Os espaços religiosos, sacralizados em seus lugares centrais (santuários), são espaços de irradiação e constituem zonas de influência, verdadeiras redes de cultivo da fé. Todos os espaços religiosos estão submetidos à mesma complexidade de organização do mundo contemporâneo, porém com esse diferencial místico: os aspectos pertinentes à trajetória nesses espaços são geralmente mais importantes que o alcance de seu destino final.

Há uma significação da experiência do presente que se baseia no acontecimento do passado, que é transmitido simbolicamente como uma referência que não está sujeita a mudanças. Nesse contexto, os crentes compõem um grupo religioso que perpetua a crença como uma continuação da fé, por meio da memorização dos símbolos que, em alguma medida, são uma reinterpretação permanente da tradição em função do contexto presente (HERVIEU-LÉGER, 2015).

Silveira (2007) chama a atenção para a “naturalização” do conceito de Turismo Religioso, que se aproxima do que entende Hervieu-Léger (2015), ao apontar esse movimento em busca do mistério da fé ou a devoção a algum santo ou religião que, ao longo do tempo, vem assumindo novas configurações dentro de uma perspectiva política, cultural, religiosa e turística.

Os caminhos do peregrino são reconhecidos no Turismo Religioso como “caminhos da fé”. Se, de um lado, os destinos religiosos, enquanto polos de convergência (altares, templos, santuários e cerimoniais), são responsáveis pela principal motivação do peregrino, de outro não se pode ignorar a força mística da experiência que os viajantes têm nos “caminhos de fé” (OLIVEIRA, 2004).

A experiência do encontro com o sagrado, por meio das religiões, da espiritualidade com o divino ou transcendente traz, em seu bojo, alguns significados, como anunciam Filoramo e Prandi (1999, p. 43, grifos dos autores):

- a) a iniciativa é do sagrado (e isso, para o crente, não é uma ilusão, mas realidade);
- b) o sagrado manifesta-se no tempo e no espaço (território), mediante uma multiplicidade de formas;
- c) cada uma dessas formas ou manifestações, se, de um lado, apresentam-se como uma individualidade que possui um “espírito particular” (*Sondergeist*) que funda sua especificidade, um “centro vital” que constitui seu irrepitível *principium individuationis*, de outro lado tem em comum com as demais formas de identidade a sua essência.

Para Otto (2017), o detectar e reconhecer algo como “sagrado” é, em primeiro lugar, uma avaliação peculiar que ocorre somente no campo religioso. O autor apresenta um elemento ou “momento” bem específico, que foge ao racional no sentido utilizado, sendo algo “impronunciável” e “indizível”, na medida em que foge totalmente à apreensão conceitual. Neste sentido, o sagrado é uma categoria composta. Ela apresenta componentes racionais e irracionais. Entretanto, contra todo o sensualismo e contra todo o evolucionismo, é preciso afirmar com todo o rigor que, em ambos os aspectos, trata-se de uma categoria estritamente *a priori*. Uma coisa é apenas acreditar no supra-sensorial, outra é vivenciá-lo.

Na visão de Otto (2017, p. 180):

[...] uma coisa é ter ideias acerca do sagrado, outra é perceber e dar-se conta do sagrado como algo atuante, vigente, a se manifestar em sua atuação. É convicção fundamental de todas as religiões e da religião em si que também a segunda possibilidade é viável, que não só a voz interior, a consciência religiosa, o discreto susurro do espírito no coração, o palpito e o anseio prestem testemunho a seu respeito, mas que seja possível encontrá-lo em eventos, fatos, pessoas, em atos de autorrevelação, ou seja, que além da revelação interior no espírito também haja revelação exterior do divino. Essas revelações atuantes, essas manifestações do sagrado em perceptível autorrevelação, a linguagem da religião chama de “sinais”. Desde a época da mais primitiva religião sempre se considerou sinal tudo aquilo que conseguisse despertar o sentimento do sagrado no ser humano, estimulá-lo, fazê-lo eclodir, isto é, todos aqueles elementos e circunstâncias de que se falou acima: o terrível, o excelso, o avassalador, o assombroso e muito especialmente o misterioso e o não-entendido, o *portentum* e o *miraculum*. Mas esses não eram apenas sinais e sim oportunidades que permitiram o sentimento religioso sair de si, onde a causa motivadora se achava no aspecto de mera similaridade de todas essas circunstâncias com o sagrado. Sua interpretação como manifestações reais do próprio sagrado foi resultado de se confundir a categoria do sagrado com algo que lhe correspondia apenas exteriormente, mas ainda não era “anamnese” genuína, um verdadeiro reconhecimento do sagrado em si em sua manifestação.

A palavra “fé” talvez seja uma das mais mal compreendida, distorcida e de difícil definição na linguagem religiosa. “Ela é um dos desses termos que precisam ser curados, antes de poderem curar pessoas” (TILLICH, 1980, p. 5). Nesse sentido, há uma grande confusão na interpretação, que acaba por gerar ceticismo, fanatismo, propensão a emoção, rejeição e intolerância genuína de religião, entre outras consequências. Não obstante, nesse contexto não surgiu nenhum outro termo que conseguisse expressar a realidade expressa pela fé.

Segundo Ferreira (2004), o verbete “fé” tem os seguintes significados:

1) Crença religiosa ou valores espirituais; 2) Conjunto de dogmas e doutrinas que constituem o culto; 3) A primeira das virtudes teológicas: adesão e anuência pessoal a Deus e seus desígnios; 4) Firmeza na execução de uma promessa ou compromisso; 5) Crença, confiança e 6) Testemunho autêntico, escrito, de certos funcionários, que têm força em juízo.

O caráter intangível, imensurável e imaterial da experiência religiosa provoca, transcende e revela, no íntimo das pessoas, a importância da expressão da fé nas suas vidas (TILLICH, 1980).

Tillich (1980, p. 5-8) assim conceitua a fé:

[...] é estar possuído por aquilo que nos toca incondicionalmente. Como todos os outros seres vivos, o homem se preocupa com muitas coisas; sobretudo ele se preocupa com coisas tão necessárias como alimento e moradia. Mas à diferença de outros seres vivos, o homem também tem preocupações espirituais, isto é, estéticas, sociais, políticas e cognitivas. Algumas dessas preocupações são urgentes, muitas vezes até extremamente urgentes, e cada uma delas, tanto quanto as exigências do sustento, pode ser considerada como imprescindível para a vida de um indivíduo bem como de toda uma comunidade.

Quando isto acontece, a preocupação em foco exige dedicação total por parte daquele que aceita essa exigência. Mas ao mesmo tempo ela promete realização perfeita, mesmo se outras exigências passam para o segundo plano ou mesmo precisam ser rejeitadas. [...] é um ato da pessoa como um todo. Ele se realiza no centro da vida pessoal e todos os elementos desta dele participam. A fé, portanto, é um ato íntimo e global do espírito humano. Ela não é um processo que se dá numa seção parcial da pessoa nem uma função especial da vivência humana. Todas as funções do homem estão conjugadas no ato de fé. A fé, no entanto, não é apenas a soma das funções individuais. Ela ultrapassa cada uma das áreas da vida humana ao mesmo tempo em que se faz sentir em cada uma delas.

Berger (1985) estabelece uma dualidade entre o sagrado e o profano. O sagrado é algo carregado de significados e de poder em relação ao homem, enquanto o profano refere-se a uma realidade cotidiana. A perda eventual desse caráter extraordinário pode significar uma secularização, passando-se a considerar os acontecimentos estritamente profanos.

Geertz (2022, p. 93-94) discorre sobre os símbolos religiosos nas diferentes culturas:

[...] símbolos religiosos, dramatizados em rituais e relatados em mitos, parecem resumir, de alguma maneira, pelo menos para aqueles que vibram com eles, tudo que se conhece sobre a forma como é o mundo, a qualidade de vida emocional que ele suporta, a maneira como deve comportar-se quem está nele. Dessa forma, os símbolos sagrados relacionam uma ontologia e uma cosmologia com uma estética e uma moralidade: seu poder peculiar provém de sua suposta capacidade de identificar o fato com o valor no seu nível mais fundamental, de dar um sentido normativo abrangente àquilo que, de outra forma seria apenas real. O número desses símbolos sintetizadores é limitado em qualquer cultura e, embora em teoria se possa pensar que um povo poderia construir todo um sistema autônomo de valores, independentemente de qualquer referente metafísico, uma ética sem ontologia, na verdade ainda não encontramos tal povo. A tendência a sintetizar a visão de mundo e o ethos em algum nível, embora não necessária logicamente, é pelo menos empiricamente coercitiva; se não é justificada filosoficamente, ela é ao menos pragmaticamente universal.

Segundo Burke (2022), a cultura é um conjunto de práticas simbólicas compartilhadas. O autor enfatiza a importância dos rituais como expressões culturais significativas. Neste sentido, rituais e ritos são formas simbólicas de comportamento que apresentam significado cultural e social. São ações repetitivas e codificadas que ocorrem em contextos específicos e têm um propósito social. Os rituais desempenham um papel central na criação e na negociação de identidades individuais e coletivas, bem como na transmissão de valores e crenças culturais.

O autor enfatiza ainda a importância de analisar os rituais em seu contexto cultural e histórico específico, levando em consideração as mudanças e transformações que podem ocorrer ao longo do tempo. Ele também destaca a relação entre rituais e poder, mostrando como certos rituais podem ser usados para reforçar hierarquias sociais e estruturas de autoridade.

Ainda sobre rituais e ritos, Malinowski (2018) argumenta que são elementos essenciais da cultura, desempenhando funções importantes na vida social das comunidades. Os rituais são uma forma de lidar com situações que geram ansiedade, incerteza ou tensão nas comunidades.

Eles servem para reduzir a incerteza e fornecer um senso de ordem e segurança. Os rituais também podem ser vistos como formas de comunicação simbólica, por meio dos quais os indivíduos expressam suas crenças, valores e identidades culturais. Para esse autor, os rituais têm funções específicas, como promover a coesão social, estabelecer e reforçar normas e valores, marcar transições importantes na vida das pessoas (como nascimento, casamento e morte) e lidar com questões relacionadas à saúde, à agricultura ou a outras atividades importantes para a comunidade.

Segundo Geertz (2022), os rituais são formas simbólicas que desempenham um papel crucial na criação e manutenção da ordem social. Eles representam ações carregadas de significado cultural, que comunicam e reforçam valores, crenças e identidades compartilhadas por um grupo específico. Os rituais são considerados textos culturais que podem ser lidos e interpretados para obter *insights* sobre a vida social de um grupo. Eles fornecem pistas sobre a estrutura social, os sistemas de crenças, as relações de poder e as dinâmicas de uma determinada sociedade. Além disso, os rituais são uma forma de expressão simbólica que permite a indivíduos e comunidades darem sentido às suas experiências e construir um senso de identidade coletiva.

Na visão de Han (2021, p. 9):

[...] os rituais são ações simbólicas, que transmitem e representam todos os valores e o ordenamento que portam uma comunidade. Geram uma comunidade sem comunicação, enquanto hoje predomina uma comunicação sem comunidade. A percepção simbólica é constitutiva dos rituais. O símbolo (em grego, *symbolon*), significa originalmente o sinal de reconhecimento entre hóspedes (*tessera hospitalis*). Um dos amigos quebra a tábua, guardando para si uma metade e dá ao outro amigo a outra metade como sinal de hospitalidade. O símbolo serve, assim, como reconhecimento. Reconhecimentos não são uma série de encontros, mas reconhecer se chama: reconhecer algo como aquilo que já se conhece.

Han (2021, p. 10, grifos do autor) define ainda os rituais:

[...] como *técnicas simbólicas de instalação em uma casa*. Eles transformam o estar no mundo em um estar em casa. Fazem do mundo um lugar confiável. São no tempo o que uma habitação é no espaço. Fazem o tempo se tornar *habitável*. Sim, fazem-no *viável* como uma casa. Ordenam o tempo, mobiliam-no [...]

Han (2021) segue afirmando que as coisas, como os rituais, têm a mesma função de estabilizar a vida. Contudo, “Se as coisas são apenas exauridas e consumidas, a permanência já não é mais possível. E a mesma coação de produção desestabiliza a vida, na medida em que desmonta seu caráter duradouro” (HAN, 2021, p. 13).

Muitos são os produtos e serviços ofertados no mundo contemporâneo, entretanto não carregam em si elementos simbólicos que os configurem em coisas e rituais, dado o seu caráter efêmero e dinâmico, perdendo, portanto, o seu caráter estável e de repetição. Nessa lógica, Han (2021, p. 13, grifo do autor) complementa:

São formas rituais, como a polidez, que tornam possível não apenas um belo trato interpessoal, como também um belo trato, conservativo com as coisas. No âmbito ritual, as coisas não são consumidas ou exauridas, mas *usadas* [...] Práticas rituais zelam para que tratemos e ressoemos belamente não apenas outras pessoas, mas também as coisas.

Buscou-se, nesta seção, destacar os elementos do sagrado, do profano e as manifestações dos ritos e rituais presentes no contexto do Turismo Religioso, assim como a dualidade e a dicotomia do sagrado e do profano nos espaços religiosos e na experiência da fé. Também foram vistos os rituais como expressão e sustentação do permanente no impermanente, como condição de sobrevivência e de continuidade da existência humana.

5 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Nesta seção, são descritas as estratégias metodológicas adotadas na pesquisa, a fim de explorar a questão formulada na introdução deste trabalho, isto é: Como a governança do Turismo Religioso promovido pelo “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local?

No decorrer da investigação, buscou-se entender a visão e as perspectivas dos atores envolvidos direta ou indiretamente acerca de aspectos da Governança e do Turismo Religioso desdobrado em categorias da gestão social como: capital social, poder local, redes interorganizacionais e intersetorialidade. Buscou-se também mapear possíveis aproximações e articulações entre as categorias no campo empírico.

A seção está estruturada em: delineamento da pesquisa, desenho metodológico, critérios de seleção, coleta de dados, análise dos dados e validação do *framework*.

5.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Delinear uma pesquisa implica em traçar as linhas gerais que indicam o caminho a ser seguido pelo pesquisador, mediado pelas suas “[...] estratégias, iniciativa, invenção e arte [...]” (MORIN, 2000, p. 335).

Quanto à abordagem, foram empregadas técnicas qualitativas. A perspectiva qualitativa foca a essência, o entendimento, a descrição (BOGDAN; BIKLEN, 2008; GUBA; LINCOLN, 2005), o descobrimento e o significado do fenômeno (MERRIAM, 2002), considerando o seu contexto (GODOY, 1995). Sobre o método qualitativo, argumenta Patton (2002, p. 14, tradução nossa): “O método qualitativo facilita o estudo de questões em profundidade e em detalhes.”¹⁸ Diante dessas características e propósito, é a abordagem que apoiará o desenvolvimento desta investigação.

O termo “pesquisa qualitativa” é atribuído a qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados mediante procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Pode referir-se à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções e sentimentos, e também à pesquisa sobre funcionamento organizacional, movimentos sociais, fenômenos culturais e interação entre nações (STRAUSS; CORBIN, 2008).

¹⁸ *Qualitative methods facilitate study of issues in depth and detail.*

Merriam (2002) classifica a pesquisa qualitativa em cinco tipos: estudo qualitativo básico ou genérico, estudo etnográfico, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso. Nesta pesquisa, optou-se pelo último tipo. A utilização do estudo de caso tem sido crescente, por ser entendido como umas das mais efetivas estratégias de pesquisa (MERRIAM, 2002; STAKE, 2000; YIN, 2014) e por envolver a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo particular que, dentro de determinado contexto real, fornece evidências múltiplas (MERRIAM, 2002; YIN, 2014). Trata-se, portanto, de um estudo de caso de múltiplas análises de forma integrada, considerando-se o mesmo contexto, cujo *locus* está circunscrito na Península de Itapagipe, no município de Salvador, Bahia.

O presente trabalho assumiu um caráter exploratório, voltado a levantar os principais aspectos que vinculam a Governança Territorial e o Turismo Religioso no “Território de Fé” pesquisado. Assim sendo, não se buscou testar apenas as relações previamente estabelecidas no *framework* e as categorias pesquisadas, mas também procurou-se compreender as relações existentes entre os elementos teóricos e empíricos, no contexto específico, como define a pesquisa exploratória (RICHARDSON, 2009).

Foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos, relatórios e trabalhos publicados por instituições governamentais e ONGs relacionados ao território, dissertações e teses com as temáticas da Governança Territorial e do Turismo Religioso, articulados com os elementos constitutivos da Gestão Social.

Foram entrevistados indivíduos e grupos, membros ou não das instituições escolhidas como unidades de análise envolvidas no “Território de Fé” pesquisado, que estão direta ou indiretamente envolvidos com o Turismo Religioso na Península de Itapagipe. Os resultados emergiram das evidências empíricas e foram confrontados continuamente com os elementos teóricos coletados na literatura especializada, a fim de identificar oportunidades para o desenvolvimento da teoria sobre o tema da pesquisa.

5.2 DESENHO METODOLÓGICO

O desenho metodológico foi elaborado para apresentar as etapas da pesquisa e como se daria o detalhamento da interação com o material empírico nas etapas de coleta e análise de dados. A pesquisa parte do contato empírico das unidades de análise (instituições religiosas) com o “Território de Fé” selecionado *a priori* e os atores previamente envolvidos no Turismo Religioso. A seleção do caso e dos sujeitos obedeceu às seguintes etapas da pesquisa, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Desenho metodológico para o estudo de caso

Etapas	Pré-Coleta (E1)	Especificação (E2)	Aprofundamento (E3)
Entrevistas Semiestruturadas	Entrevistas preliminares com pessoas e instituições envolvidas direta ou indiretamente com o “Território de Fé”.	Entrevistas semiestruturadas com representantes de instituições envolvidas direta ou indiretamente com o “Território de Fé”.	
Análise documental	Triagem dos documentos relacionados com o Turismo Religioso no “Território de fé” e as instituições religiosas que serão objeto de estudo.	Documentos sobre os projetos de governança e Turismo Religioso no “Território de Fé” da Península de Itapagipe.	Documentos que contribuam com o detalhamento das ações que envolvam a governança e o Turismo Religioso no “Território de Fé” da Península de Itapagipe.
Observação Participante	–	Observação das romarias/peregrinações do Turismo Religioso.	Validação do protocolo de observação elaborado.

Fonte: elaboração própria.

A etapa E1 refere-se à fase na qual ocorreu o contato preliminar com o campo empírico, para melhor compreender o fenômeno e selecionar o caso, e os sujeitos envolvidos direta e indiretamente com o território previamente escolhido. Na etapa E2, buscou-se aplicar os instrumentos junto ao caso estabelecido e aos sujeitos selecionados. Por fim, na Etapa E3, ocorreu o aprofundamento quanto à relevância e ao acesso ao caso selecionado, bem como aos atores/sujeitos selecionados, para atender ao objetivo da pesquisa.

5.3 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CASO E DOS SUJEITOS

Nesta seção foram detalhados os critérios de seleção do caso e dos sujeitos selecionados para participação na pesquisa. Nesse sentido, buscou-se explicar os critérios para selecionar o *locus* da pesquisa, bem como os atores envolvidos direta ou indiretamente com o Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia.

A escolha do caso do “Território de Fé” da Península de Itapagipe deu-se em função do seu grande potencial turístico para a requalificação desse itinerário, visando a melhoria das condições socioeconômicas e a redução das desigualdades sociais no território, repercutindo de forma favorável e robusta para a economia local e reforçando a vocação do Turismo Religioso naquele território.

Não obstante a importância das instituições religiosas Santuário de Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bomfim, Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e o Terreiro Ylê Axé Omin Lewy (Casa de Oxum) para a cidade de Salvador, no contexto individual de sua unidade e de suas respectivas ações para seu entorno. Pelo fato de já atraírem muitos turistas e peregrinos em maior ou menor volume, a articulação com o Turismo Religioso de forma integrada pode potencializá-lo como pujante vetor da economia local.

Partindo dessa perspectiva, adotou-se como caso o itinerário do “Território de Fé” da Península de Itapagipe, tendo como unidades de análise as instituições religiosas mencionadas. Esta escolha decorreu da capacidade ilustrativa em relação a outros territórios que experimentaram a Governança Territorial e o Turismo Religioso. Ainda que este caso não possa traduzir-se em generalizações, o estudo das particularidades do caso escolhido, caracterizado como instrumental no processo desta pesquisa (CRESWELL, 2010; STAKE, 2000), é útil para a compreensão da Governança Territorial e do Turismo Religioso no contexto do “Território de Fé” a ser pesquisado.

O *locus* da pesquisa foi um recorte espacial e simbólico denominado “Território de Fé” da Península de Itapagipe, tomado por unidades organizativas contíguas para estudo e análise. Em consonância com Fischer (1997, p. 79), que diz “Assim como qualquer cidade, Salvador pode ser vista através de múltiplas perspectivas de análise, recortando-se de muitas formas a imensa teia organizativa que a constitui”, o recorte organizacional proposto vai além da perspectiva espacial. Isto é, trata-se de um recorte simbólico e imaterial que se configura

em: Santuário Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bomfim, Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II e Terreiro Ylê Axé Omin Lewy (Casa de Oxum).

Foram selecionados, para participar da pesquisa, representantes das instituições religiosas Santuário Santa Dulce dos Pobres, Basílica do Senhor do Bonfim, a Devoção/Irmandade Paróquia da N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II, a Casa de Oxum e representantes da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (EMBRATUR), Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia (SETUR), Associação Nacional das Baianas de Acarajé (ABAM), Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (SECULT), Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Renda (SEMDEC), Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), Fundação Pierre Verger (FPV), Fundação Gregório de Matos (FGM), Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo (Rede EMUNDE), Empresa de Consultoria SEBRAE/Cria Rumo, Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe (CAMMPI), Associação Baiana de Marisqueiros e Pescadores (ABAMPA), Pastoral do Turismo (PASTUR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia (SEBRAE/BA), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado da Bahia (Fecomércio-BA), Shopping Outlet Center Uruguai, Subprefeitura da Cidade Baixa, Sindicato dos Guias de Turismo do Estado da Bahia (SINGTUR) e Obras Sociais Irmã Dulce (OSID).

Para o processo de escolha dos atores/entrevistados, foram identificadas pessoas e instituições que estavam direta ou indiretamente envolvidas com os problemas sociais, econômicos e ambientais no “Território de Fé” da Península de Itapagipe, e com representatividade, relevância, ações e iniciativas empreendedoras individuais e/ou coletivas. Foi também aplicada a estratégia *snowball* (bola de neve), na qual aqueles que faziam parte da pesquisa, da árvore inicial, indicaram outros potenciais entrevistados. Esta metodologia é recomendada, sobretudo, quando há dificuldade de acesso às pessoas-chave que contribuirão para a pesquisa.

Lindstrom (2016) argumenta que, para a realização da técnica *snowball*, é necessário que haja um intermediário inicial. Um dos entrevistados localiza ou indica algumas pessoas às quais o entrevistador não tem acesso, com o perfil adequado, para participar da pesquisa. As pessoas indicadas são, então, solicitadas a indicar mais pessoas. Dessa forma, abrem-se novas possibilidades quanto à ampliação qualitativa da amostra.

5.4 COLETA DE DADOS

O trabalho de campo pressupõe períodos diferentes. Inicialmente, a pesquisa exploratória aparece como a primeira experiência do pesquisador com o objeto de estudo. Consiste na preparação, para se colocar diante das peculiaridades da área de estudo, com o objetivo de obter maiores informações e constatar algumas hipóteses e teorias a serem trabalhadas. Contempla a verificação de possíveis fenômenos sociais relevantes anotados em caderno de campo e também a realização de entrevistas com representantes de instituições religiosas, líderes comunitários, turistas/peregrinos, empreendedores locais, operadores turísticos, gestores públicos municipais e estaduais e representantes de ONGs e Fundações (TRIVINÓS, 2013). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, análise documental e observação participante.

A entrevista semiestruturada foi escolhida, tendo em vista que auxilia o pesquisador na apreensão das informações subjetivas e objetivas das experiências vivenciadas pelos participantes, de forma espontânea e, portanto, apresentando complexidade e contradições entre os entrevistados. Na entrevista semiestruturada, deixa-se ao entrevistado a decisão sobre a forma de construir a resposta (LAVILLE, 1999).

Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE C) foi elaborado e entregue a cada pessoa entrevistada, à qual foi assegurada a confidencialidade das informações. Este termo foi assinado após leitura e esclarecimento das dúvidas.

Foi elaborado um roteiro de entrevista constituído de perguntas abertas, claras e objetivas sobre aspectos relacionados com blocos temáticos e categorias da GT, GS e do TR, bem como sobre a percepção dos atores envolvidos. Sobre sua elaboração, Roesch (1999, p. 32) esclarece:

O grau de estruturação de uma entrevista em uma pesquisa qualitativa depende do propósito do entrevistador. Em entrevistas semiestruturadas, utilizam-se questões abertas, que permitem ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa. Dessa forma, o pesquisador não está predeterminando sua perspectiva através de uma seleção prévia de categorias de questões, como no caso de quem utiliza um método quantitativo.

O roteiro de entrevista contemplou as orientações gerais e os procedimentos iniciais e finais das entrevistas. Foi composto por três blocos: o Bloco 1 referiu-se às perguntas relacionadas à Governança/Gestão Territorial; o Bloco 2 expôs perguntas voltadas para a Gestão Social – capital social, poder local, interorganizações e intersetorialidade; e o Bloco 3 concerniu às perguntas relacionadas ao Turismo Religioso no “Território de Fé”, atrativos e equipamentos turísticos (APÊNDICE A).

O início da entrevista foi dividido em três momentos:

- a) apresentar os objetivos da pesquisa;
- b) solicitar autorização para a gravação da entrevista, ressaltando que seria transcrita;
- c) coletar os dados pessoais do entrevistado (nome, idade, gênero, escolaridade, ocupação, renda, tempo de residência e etnia).

No final da entrevista, foi solicitado ao entrevistado a indicação de alguém que pudesse fornecer informações relevantes acerca do “Território de Fé” pesquisado.

A escolha desse tipo particular de entrevista deveu-se ao fato de permitir a definição prévia de alguns tópicos a serem elaborados e dirigidos aos entrevistados, com a finalidade de provocar e revelar possíveis distorções.

As entrevistas atenderam às premissas de formação de um *corpus* de pesquisa, conceituado por Bauer e Aarts (2008) como uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com a (inevitável) arbitrariedade com a qual ele irá trabalhar.

Intentou-se buscar, no *corpus* da pesquisa, atender ao princípio da relevância – os assuntos devem ser relevantes e coletados com base em um ponto de vista apenas. Assim, os materiais, em um *corpus*, devem ter apenas um foco temático, apenas um tema específico. Os assuntos devem ter homogeneidade no que se refere à substância material dos dados. Os materiais textuais não devem ser misturados com imagens, nem devem ser confusos os meios de comunicação. Ademais, os textos devem ter sincronicidade – os materiais a serem estudados devem ser escolhidos dentro de um ciclo natural (estabilidade e mudança). (BAUER, 2008).

Quanto ao foco temático, refere-se à GT, GS e ao TR. Com relação à homogeneidade, foram utilizados apenas os registros de áudio gravados (individualmente e em grupo), que, separadamente, constituíram o *corpus* de pesquisa. O intervalo de tempo (sincronismo), considerado como critério de seleção para a construção do *corpus*, abrangeu o grau e o período de envolvimento dos entrevistados com o “Território de Fé” da Península de Itapagipe.

As entrevistas foram todas gravadas com a permissão dos entrevistados, sem tempo de duração predeterminado. O agendamento (local e horário) das entrevistas foi definido previamente com os participantes. Quando, eventualmente, algum participante escolhido manifestou desinteresse ou não foi localizado, foi substituído por outro. Antes de cada

entrevista, foram explicados aos entrevistados os objetivos da pesquisa e os principais conceitos teóricos utilizados, como orientam Quivy e Campenhoudt (2008).

Foram realizadas 18 entrevistas semiestruturadas entre 19 de julho e 15 de setembro de 2023 com, aproximadamente, 25 horas de gravação e registros de notas. Elas foram presenciais em sua maioria e também *on-line* e contemplaram representantes de instituições religiosas, líderes comunitários, turistas e peregrinos, empreendedores locais, operadores turísticos, gestores públicos municipais e estaduais e representantes de ONGs e Fundações. O Quadro 6 apresenta os grupos e a quantidade de entrevistados.

Quadro 6 – Segmentos e quantidade de entrevistados

Segmentos de entrevistados	Quantidade
A – Representantes de Instituições Religiosas	6
B – Representante de Associações de Moradores	1
C – Turistas e Peregrinos	2
D – Empreendedor Local	1
E – Operador Turístico	1
F – Gestores Públicos Municipais/Estaduais	4
G – Representantes de ONG/Fundações	3
Total	18

Fonte: elaboração própria.

Dada a diversidade de perfis de atores e dos *stakeholders* envolvidos na pesquisa, buscou-se uma sistematização dos sete segmentos de entrevistados (Quadro 5): segmento A – Representantes de Instituições Religiosas (seis entrevistas); B – Representante de Associações de Moradores (uma entrevista); C – Turistas e Peregrinos (duas entrevistas); D – Empreendedor Local (uma entrevista); E – Operador Turístico (uma entrevista); F – Gestores Municipais/Estaduais (quatro entrevistas); e G – Representantes de ONG/Fundações (três entrevistas). Os segmentos, codificação, duração média e quantidade de entrevistas por segmento podem ser visualizados no Quadro 7.

Quadro 7 – Codificação, duração média e quantidade de entrevistas

Segmento	Código	Duração	Número de Entrevistas
A	A1	38 min	6
	A2	50 min	
	A3	64 min	
	A4	97 min	
	A5	44 min	
	A6	85 min	
B	B1	64 min	1
C	C1	12 min	2
	C2	21 min	
D	D1	73 min	1
E	E1	31 min	1
F	F1	25 min	4
	F2	31 min	
	F3	13 min	
	F4	38 min	
G	G1	33 min	3
	G2	76 min	
	G3	24 min	

Fonte: elaboração própria.

A análise documental referiu-se à coordenação de operações que objetivaram estudar e analisar documentos, para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas que poderiam ter relação com o conteúdo (RICHARDSON, 2009).

No estudo em tela, a pesquisa documental foi realizada em *sites* de internet, teses, dissertações, artigos científicos, publicações de entidades governamentais e não-governamentais, como o Relatório do Bairro de Itapagipe, elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira, Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável de Itapagipe (PRDI) e Plano de Cultura de Itapagipe (PCI) elaborados pela Rede CAMMPI, Projeto do Território Santo, Inventário do atrativo turístico do Território Santo, materiais de apresentação em *powerpoint* do

SEBRAE/BA, sobre Arranjo Produtivo do Território Santo e Arranjo Produtivo Espaço de Esperança, Legado e Perspectivas e Apresentação em *powerpoint* sob o tema “Experiências em Espaços Sagrados das Religiões de Matriz Africana” referente ao projeto “Destinos Turísticos Inteligentes” coordenado pelo SEBRAE/BA, além de documentos dos Grupos de Trabalho do Território Santo, Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo (Rede Emunde), Rede CAMMPI, SETUR, SEMDEC, SECULT, Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo (SEDUR), FMLF, FGM, FPV, SEBRAE/BA, Fecomércio-BA, OSID, dentre outras.

A diversificação de tipos e origens dos documentos utilizados ampliou a variedade de representações no *corpus* do trabalho. Como orientam Bauer e Aarts (2008) e também Yin (2014), os documentos utilizados foram na forma escrita e não escrita, como relatórios, apresentações, projetos, conteúdos de sites de informações, publicações científicas, atas de assembleias, fotografias, filmes e vídeos. A utilização de fontes de documentação é importante para a análise do estudo de caso, porque auxilia a evidenciar e corroborar argumentos de outras fontes.

Utilizou-se também a observação participante como técnica de coleta de dados. O objetivo foi descrever o contexto do Turismo Religioso nas unidades de análise, as instituições religiosas objeto deste trabalho, sobretudo, mas incluiu-se instituições, eventos/celebrações, atividades, ações e atores outros que guardavam similaridade material e/ou simbólica (imaterial) e cujas observações complementavam com maior profundidade a compreensão do fenômeno estudado.

A observação é uma técnica de coleta de dados de “[...] importância capital nas ciências. É dela que depende o valor de todos os outros processos. Sem a observação, o estudo da realidade seria reduzido à simples conjectura e adivinhação” (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 31). A observação direta foi utilizada, por possibilitar verificar o que eventualmente não foi percebido no dia a dia, além de possibilitar a visualização de fatos que as pessoas não revelariam de forma voluntária (PATTON, 2002).

Na perspectiva de Richardson (2009), na observação participante, o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado; ele coloca-se na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado. Este tipo de observação é recomendado especialmente para estudo de grupos e comunidades. O observador participante tem mais condições de compreender hábitos, atitudes, interesses, relações pessoais e características da vida diária da comunidade do que o observador não participante.

Segundo Angrosino (2009, p. 56), “[...] a observação é o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador”. A observação pode parecer a mais objetiva das habilidades etnográficas, pois

aparenta requerer pouca ou nenhuma interação entre o pesquisador e aqueles que está estudando. Angrosino (2009) chama a atenção para o fato de que o olhar daquele que desenvolve a pesquisa pode estar impregnado dos próprios filtros e de quem é: os preconceitos que vêm com os próprios antecedentes socioculturais, gênero, idade etc. O ideal, portanto, é que a observação inicie no momento em que o pesquisador, no cenário do campo, faz o possível para colocar de lado todos os preconceitos, nada considerando como evidente. Conseqüentemente, o processo de observação começa pela absorção e registro de tudo com a maior riqueza de detalhes e o mínimo possível de interpretação.

Na perspectiva de Emerson, Fretz e Shaw (2001), na observação participante, a atividade central no trabalho de campo etnográfico estabelece-se em um lugar, em algum ambiente natural, em uma base relativamente longa para investigar, experimentar e representar a vida social e os processos sociais que ocorrem naquele ambiente.

Além das visitas destinadas às entrevistas, foram realizadas visitas *in loco* para a aplicação da técnica de observação participante nas instituições religiosas que compõem as unidades de análise, definidas no recorte da pesquisa no “Território de Fé” da Península de Itapagipe, objeto deste trabalho: Santuário Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bonfim, Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II e Casa de Oxum.

Foram realizadas também visitas a outras instituições religiosas, além das unidades de análise, para a aplicação do instrumento de coleta de dados para entrevistas (roteiro de entrevista semiestruturada – APÊNDICE A) e caderno de campo para a observação participante (Caderno de Campo – Protocolo de Observação – APÊNDICE B). Foram as seguintes as instituições visitadas, sendo algumas localizadas no território da Península de Itapagipe, como Igreja dos Mares, Igreja N. Sra. da Penha, Paróquia N. Sra. da Boa Viagem e Igreja N. Sra. de Monte Serrat (19 e 20/7/2023) e outras instituições em outros territórios, a exemplo da Procissão de Nosso Senhor dos Passos, que teve como ponto de partida (origem) a Igreja dos Capuchinhos, na Cidade de Aracaju, Sergipe, e como destino a Igreja Senhor dos Passos em São Cristóvão (3/3/2023), e os terreiros de Candomblé *Ati Itá Tianá Tupã Suriazala*, em Lauro de Freitas, Bahia (6/9/2023) e *Ilé Àse Ofa Omi* em N. Sra. do Socorro, Sergipe (21/1/2023 e 18/6/2023).

Participou-se também das caminhadas dos Festejos da “Lavagem do Bonfim” (12/1/2023) e da “Festa de Iemanjá” (2/2/2023), além da observação participante em celebrações ritualísticas em terreiros, especialmente no terreiro *Ilé Àse Ofa Omi*, em N. Sra. do Socorro, Sergipe, na celebração de iniciação (21/1/2022 e 18/2/23).

Foi realizada uma rota afroturística à Feira de São Joaquim, no dia 16/9/2023, com o objetivo de acompanhar os coordenadores do programa, representantes da Rede EMUNDE e da

Casa de Oxum (unidade de análise) e os turistas. Essa experiência envolveu turismo, cultura, culinária e religiosidade. Essa rota, em linhas gerais, contemplou visitas às lojas que comercializavam insumos para a preparação do “Cuscuz de Cansação”, iguaria desenvolvida pela Yalorixá Tânia Assis, sacerdotiza da Casa de Oxum, assim como visitas às lojas que comercializavam artefatos religiosos ligados ao Candomblé e na chamada “rota do bode”, onde localizam-se “barracas” que comercializam animais para os sacrifícios e oferendas do Candomblé.

Essas visitas tiveram o propósito de observar, nesses espaços, as interações entre as pessoas, a comunicação verbal e não verbal, gestos, manifestações culturais, artefatos materiais e simbólicos e a experiência, propriamente dita, com seus sentimentos, emoções e afetividades intrínsecas ao processo. O propósito foi perceber as devidas articulações com o objetivo da pesquisa, com base em novos elementos que pudessem emergir nesse momento, como recomenda Patton (2002). Os dados observados foram registrados em um caderno de campo, seguindo um protocolo previamente elaborado (APÊNDICE B).

5.5 ANÁLISE DE DADOS E VALIDAÇÃO DO *FRAMEWORK*

Qualquer análise de conteúdo visa não somente o estudo da língua ou da linguagem, mas também a determinação mais ou menos parcial do que se denomina condições de produção do texto, que são o seu objeto. O que caracteriza esse tipo de análise são essas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção constitui o campo das determinações dos textos (BARDIN, 2011).

Bardin (2011, p. 44) conceitua a análise de conteúdo como “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Reitera, entretanto, que isto não é suficiente para abarcar a especificidade da análise do conteúdo.

Intentou-se, nesta etapa, realizar a análise de conteúdo do material coletado nas entrevistas acerca das categorias da GT, da GS e do TR. As ações desta etapa abrangeram:

- a) explicitar o conteúdo das entrevistas, por meio da análise da comunicação;
- b) codificar os dados com base nas unidades de registro. O material foi explorado sob a forma de recortes e fragmentos dos textos;
- c) realizar a categorização – natureza das categorias, tipos de variáveis de código, organização da codificação, processo de codificação e o treinamento para a codificação (BAUER, 2008).

A análise dos dados coletados seguiu os pressupostos da pesquisa qualitativa, com base em Stake (2000). O autor esclarece que esse tipo de análise reduz a interpretação errônea, substituindo-a pelo uso de múltiplas percepções, no intuito de clarificar os achados.

No que tange aos dados coletados, foi realizada a análise de conteúdo, visto ser um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas. Embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo culmine em descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, para seguir orientação de Bauer e Aarts (2008), nesta tese, considerável atenção foi dada aos “tipos”, “qualidades” e “distinções”, antes que qualquer quantificação fosse feita.

Buscou-se, na primeira etapa da análise, organizar os dados referente às transcrições das entrevistas, os registros do material do caderno de campo resultante da observação e os documentos. Foram transcritas 18 gravações de áudio com durações que variaram de 18 minutos a 1 hora e 37 minutos, que corresponderam a 201 páginas. As transcrições foram submetidas a repetidas leituras e refinamentos, voltando-se, eventualmente, a alguns fragmentos das entrevistas, de modo a dar maior fidedignidade e precisão à análise e interpretação das informações, além de visar maior familiarização com os achados.

Na segunda etapa, os dados foram codificados com base em unidades de registro. A codificação constitui uma seleção teórica que incorpora o objetivo da pesquisa, possibilitando a interpretação do texto à luz desse referencial (BAUER, 2008). Para Bardin (2011, p. 133): “A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, por recorte, agregação e enumeração, que permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.”

Na terceira etapa, realizou-se a categorização. Segundo Bardin (2011, p. 147), a categorização é

[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero, com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.

Adotou-se, portanto, a partir a análise categorial, a análise temática, proposta por Bardin (2011), pois consiste em uma técnica mais ágil e eficaz para ser aplicada a discursos diretos e suas significações.

Na construção do referencial ou sistema de categorias, foram observadas as diversas considerações que entram em jogo, tal como indicado por Bauer (2008): a natureza das categorias, os tipos de variáveis de código, os princípios organizadores do referencial de codificação, o processo de codificação e o treinamento para codificação.

Conforme Merriam (2002), a análise de dados propicia o significado do material coletado indutivamente, entre o processo de descrição e a interpretação dos achados da investigação, oriundos de descrição, temas ou categorias. A coleta e análise de dados ocorreram, nesta pesquisa, de forma concomitante, pois tornou-se quase automática a inter-relação entre essas etapas, tal como recomenda Patton (2002).

Quadro 8 – Codificação, dimensão e definição das categorias de análise

(continua)

Código	Dimensão	Definição
10	Governança/Gestão	Forma de planejar, organizar, coordenar, controlar e dirigir projetos e organizações.
101	Planejamento	Previsibilidade na realização de projetos e ações.
102	Qualidade da Gestão	Expectativa de atendimento aos padrões dos produtos ou serviços.
103	Métodos	Emprego de técnica e habilidade para a realização das atividades.
104	Ferramentas	Tecnologia empregada para a realização das atividades.
105	Resultado	Atendimento das metas e dos indicadores estabelecidos.
106	Avaliação	Verificação de eventuais desvios das metas estabelecidas.
12	Capital Social	Capacidade coletiva, solidária e de confiança das pessoas em um determinado grupo social.
121	Relações de confiança	Credibilidade de uma pessoa junto a uma pessoa ou grupo de pessoas com base nos valores sociais.
122	Participação associativa	Grau de envolvimento em associações ou entidades.
123	Reciprocidade	Processo social que resulta em troca justa e equilibrada para os envolvidos.
124	Cooperação	Processo de ajuda mútua e coletiva para a realização de alguma ação ou projeto.
13	Ausência de Capital Social	Falta de confiança, individualismo, falta de cooperação e ausência de solidariedade.

Quadro 8 – Codificação, dimensão e definição das categorias de análise

(conclusão)

Código	Dimensão	Definição
14	Poder Local	Grau de influência e autoridade para atender determinados fins e objetivos.
141	Distribuição de poder	Como se dá o equilíbrio das relações de poder.
142	Centralização/ Descentralização	O poder é concentrado ou distribuído? É participativo ou concentrado?
15	Interorganizações	Nível de relação entre as várias organizações.
151	Alianças e Parcerias	Associação e parceria entre as organizações.
16	Intersetorialidade	Presença de diversos setores e segmentos da economia.
161	Coexistência de setores	Nível e grau de sinergia entre os setores e as cadeias de serviços.
162	Tipologia das redes setoriais	Arquitetura e interligações entre os setores produtivos e de serviços.
17	Turismo Religioso	Tipo de turismo que se baseia na experiência religiosa e espiritual em seus destinos turísticos.
171	Atrativos	Elementos materiais e imateriais que atraem turistas e peregrinos.
172	Equipamentos	Recursos físicos que viabilizam e apoiam a atividade turística (acomodações, transporte, serviços, segurança).

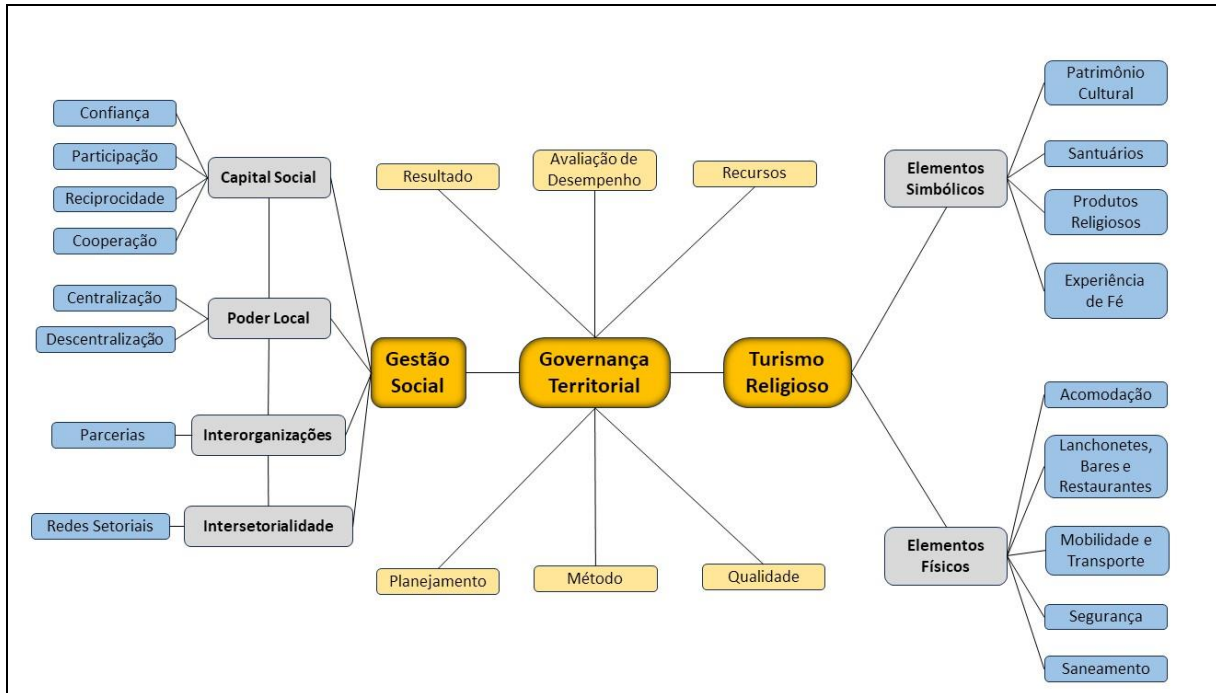
Fonte: elaboração própria.

Parte-se de um conjunto de ideias-chave acerca da necessidade de um *framework* de investigação que se proponha a colocar em diálogo um campo teórico e um campo empírico. Ao ser entendido como “estrutura de sustentação”, de justificação e de fundamentação das teorias e dos conceitos usados na análise, um *framework* é uma rede de conceitos-chave (e de relações entre esses conceitos) que suportam desenvolvimentos de teoria substantiva (teoria estritamente ligada aos dados recolhidos). Visto como “argumentação”, culmina numa série de razões para se adotar certos conceitos e não outros (EISENHART, 1991).

Neste sentido, sugere-se um estrutura de sustentação teórico-empírica, um *framework* orientado pelo problema de pesquisa e baseado nos conceitos e suas relações, que se articulam como uma rede coerente e lógica dentro de um quadro geral de teorias com e sobre as quais é

projetado. Esses conceitos devem ser entendidos como os mais pertinentes e relevantes para o problema de investigação (EISENHART, 1991). Neste sentido, o *framework* preliminar foi apresentado e validado no campo empírico (Figura 2).

Figura 2 – *Framework* preliminar para a Governança Territorial e Turismo Religioso



Fonte: elaboração própria

Intentou-se apresentar, nesta seção, a trajetória metodológica utilizada nesta pesquisa, o delineamento da pesquisa, os critérios de seleção do caso, com unidades de análise em um mesmo contexto, a coleta de dados, a análise de dados e um *framework* preliminar da Governança Territorial e do Turismo Religioso.

6 GOVERNANÇA TERRITORIAL E TURISMO RELIGIOSO: O CASO DO “TERRITÓRIO DE FÉ” DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

A Governança Territorial e o Turismo Religioso são importantes vetores para o desenvolvimento local. Neste sentido, intenta-se compreender e analisar o contexto das unidades de análise escolhidas para o estudo teórico-empírico deste trabalho. O *locus* deste estudo, portanto, foi o recorte da Península de Itapagipe no município de Salvador, Bahia, estabelecido pela natureza geográfica e simbólica de pontos contíguos representados pelas unidades de análise compreendidas pelo Santuário Santa Dulce dos Pobres, Basílica Santuário Senhor do Bomfim, Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II e Casa de Oxum.

6.1 CONTEXTO DA GOVERNANÇA DO TURISMO RELIGIOSO NA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Nesta seção, apresenta-se o contexto em que se dá a Governança Territorial e o Turismo Religioso no território da Península de Itapagipe, os principais atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a governança do turismo daquele território, as unidades de análise escolhidas como recorte de análise deste fenômeno, assim como a percepção, por parte de alguns, acerca da qualidade da governança do Turismo Religioso.

A Península de Itapagipe é região que apresenta, por um lado, uma expressiva população em condições de vulnerabilidade econômica e social e, por outro, dispõe de um elevado e relevante potencial turístico, composto por elementos materiais e imateriais que fazem dessa região um importante destino turístico, em especial o turismo religioso.

A Península de Itapagipe e seus principais atrativos históricos, patrimoniais, culturais, gastronômicos, religiosos, dentre outros, sugere um contexto econômico-social com as mesmas características em toda a sua extensão. Portanto, a compreensão das unidades de análise definidas representa, em menor ou maior grau, as condições de governança voltadas para o Turismo Religioso, podendo indicar os caminhos para uma requalificação da sua governança e gestão (FLEXOR; SCHWEIZER, 2011).

Flexor e Schweizer (2011, p. 11) informam dados da Península de Itapagipe relativos à população, educação e caracterização dos bairros que a constituem:

[...] população de 175 mil habitantes, e um índice de analfabetismo bastante elevado, é uma das áreas mais pobres da Cidade, constituída por quatorze bairros, pode ser assim caracterizada:

- a) eixo turístico – que concentra o patrimônio histórico e cultural, compreendendo os bairros da Ribeira, Bonfim, Monte Serrat e parte da Boa Viagem e do Uruguai;
- b) área mista – que compreende os bairros de Dendezeiros, Vila Rui Barbosa, Machado, Itapagipe, Roma e Mares, que abrigam comércio e residências;
- c) Área dos Alagados – constituída pelos bairros da Massaranduba, Jardim Cruzeiro e parte do Uruguai, que reúnem a maior parcela da população de baixíssima renda.

Não obstante esse contexto de vulnerabilidade social e econômica, a Península de Itapagipe é uma das áreas mais atraentes de Salvador, por deter um rico patrimônio histórico arquitetônico, ao qual somam-se belas e diferentes paisagens urbanas. Ademais, essa parte da cidade caracterizou-se também por ter abrigado, por mais de um século, a quase totalidade das indústrias de Salvador dos mais diversos segmentos (FLEXOR; SCHWEIZER, 2011).

Essas indústrias foram desaparecendo em decorrência de vários fatores, dentre eles a concorrência das indústrias do Centro-Sul do país e ainda o declínio da navegação de cabotagem, substituída pelas rodovias com a descoberta do petróleo, a pressão da população do entorno contra a poluição ambiental, a política de descentralização e criação de distritos industriais na Região Metropolitana. Ainda concorreram para esse declínio o movimento gradual e intenso da produção de tecidos sintéticos em substituição às indústrias têxteis que tinham como matéria-prima o algodão, as mais representativas localizadas em Itapagipe (FLEXOR; SCHWEIZER, 2011).

Na perspectiva de Maluf (2011, p. 75):

[...] a Península de Itapagipe já ocupou diferentes papéis na história da cidade. Inicialmente área de defesa da Baía de Todos os Santos, tornou-se, posteriormente, um ponto de veraneio para as famílias mais abastadas e, em seguida, polo industrial de Salvador, finalizando a década de 1970 sem perfil econômico definido, ambientalmente devastada e dona de um dos maiores bolsões de pobreza da cidade: a favela de palafitas de Alagados.

[...]

A Península de Itapagipe vem experimentando, desde 1997, diversas iniciativas voltadas ao seu desenvolvimento, resultantes de um acordo de cooperação de um grupo de instituições, na sua maioria públicas, capitaneadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que produziram resultados importantes para a região, com reflexos positivos no restante da cidade, tendo como destaque o fortalecimento organizacional, a formação do capital social, a integração das instituições que atuam no território e a construção coletiva do Plano Referencial de Desenvolvimento Sustentável da Península de Itapagipe [PRDI], que apresenta o diagnóstico, objetivos, estratégia e propostas concretas para impulsionar o desenvolvimento local.

Em Itapagipe localizam-se três importantes santuários para a fé católica: a Basílica de Nosso Senhor do Bonfim, o Santuário Santa Dulce dos Pobres e a Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II. Cada um deles está fortemente associado à história dos bairros dos quais fazem parte e a todo um conteúdo simbólico que não é referente apenas às práticas e tradições religiosas, mas a personagens, eventos e edificações que são indissociáveis da própria história de Itapagipe e potencializam o interesse cultural e turístico na região.

As unidades de análise da presente pesquisa correspondem às instituições religiosas que estão circunscritas no recorte definido como “Território de Fé” da Península de Itapagipe. Este recorte contempla um estudo de caso para um dado contexto, que contempla múltiplas unidades de análise, dentro de uma perspectiva integrada, como orienta Yin (2014). Com efeito, as instituições escolhidas guardam, em seus símbolos e significados religiosos e sagrados, seus rituais ou manifestações religiosas ou culturais, características e potencialidades que encontram ressonância com o que se denominou Turismo Religioso.

6.1.1 Santuário de Santa Dulce dos Pobres

A história do Santuário Santa Dulce dos Pobres é a expressão sagrada e imaterial de toda a personificação e representividade da obra de Irmã Dulce, sobretudo voltada para os pobres e desvalidos, com seu espírito de fraternidade, compaixão e caridade. Santa Dulce dos Pobres nasceu no dia 26 de maio de 1914, em Salvador, Bahia, Brasil e, desde criança, já se preocupava com os mais carentes. Aos 13 anos, expressou o desejo de tornar-se religiosa, o que só se concretizou no dia 13 de agosto de 1933, na Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus, na cidade de São Cristóvão, Sergipe, quando recebeu o nome religioso de Irmã Dulce (ROCHA, 2019).

O artista plástico Israel Melo assim ilustrou a representação da Santa Dulce dos Pobres:

Figura 3 – Representação de Santa Dulce dos Pobres



Fonte: Israel Melo.

A primeira missão de Irmã Dulce como freira foi ensinar em um colégio mantido pela sua congregação, no bairro da Massaranduba, na Cidade Baixa, em Salvador. Entretanto, o seu pensamento estava voltado mesmo para o trabalho com os pobres. Já em 1935, dava assistência à comunidade pobre de Alagados, conjunto de palafitas que se consolidara na parte interna do bairro de Itapagipe. Nessa mesma época, começou a atender também os operários, que eram numerosos naquele bairro, criando um posto médico e fundando, em 1936, a União Operária São Francisco – primeira organização operária católica do estado, que depois deu origem ao Círculo Operário da Bahia, que se tornaria, no futuro, o Santuário de Santa Dulce dos Pobres. Em 1937, fundou, juntamente com Frei Hildebrando Kruthaup, o Círculo Operário da Bahia, mantido com a arrecadação de três cinemas que ambos haviam construído com recursos provindos de doações – o Cine Roma, o Cine Plataforma e o Cine São Caetano. Em maio de 1939, Irmã Dulce inaugurou o Colégio Santo Antônio, escola pública voltada para operários e filhos de operários, no bairro da Massaranduba (PONTES, 2022).

O Santuário Santa Dulce dos Pobres, em funcionamento desde 2003, foi erguido graças à ajuda de fiéis e das doações. O Santuário está localizado em Salvador, ao lado da sede das Obras Sociais Irmã Dulce (OSID), no Largo de Roma, e tem capacidade para mais de 1.000 pessoas. A igreja começou a ser erguida em 2002, com as contribuições da Campanha do Tijolo, no mesmo local onde, na década de 1940, Irmã Dulce havia construído o Círculo Operário da Bahia e o Cine Roma (ROCHA, 2019).

É no Santuário que estão depositadas as relíquias (termo utilizado para designar o corpo ou parte do corpo de beatos ou santos) do Anjo Bom do Brasil, em um espaço chamado Capela das Relíquias – uma sala circular, com pé direito triplo, tendo ao centro o túmulo que guarda os restos mortais da Mãe dos Pobres (OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, 2023).

Segundo Rocha (2019, p. 9):

[...] os reflexos dos acontecimentos históricos moldaram as circunstâncias que Irmã Dulce encontrou na Bahia. Na Salvador em que ela viveu, a urgência da pobreza sempre fez da caridade um bem de primeira necessidade. A antiga capital da colônia reagiu com dificuldades aos desafios impostos pela crise econômica de 1930. Após a diminuição das exportações baianas, que dizimou as dívidas do Estado, ocorreram sucessivas secas no interior que deportaram para a capital o sertanejo pobre. Essa nova massa migratória, somada ao enorme número de descendentes de escravos que já vivia na penúria, incorporou à paisagem da cidade favelas cada vez maiores. Foi nesse ambiente que as obras sociais da então freira floresceram.

As Figuras seguintes exibem imagens do Santuário e do Oratório de Santa Dulce dos Pobres.

Figura 4 – Santuário Santa Dulce dos Pobres



Fonte: Obras Sociais Irmã Dulce (2023).

Figura 5 – Oratório de Santa Dulce dos Pobres



Fonte: acervo do autor.

Foi realizado, no chamado “Território de Fé” (Avenida Luiz Tarquínio), um mural para a exposição de obras de artistas com temática de Santa Dulce dos Pobres, como relata o Entrevistado F3:

Fizemos a galeria de Santa Dulce, que é a maior galeria. São 510 metros de galeria, a maior galeria de fé católica do mundo a céu aberto. Então, o que a gente vai fazer, vai ser uma galeria mutante, que a gente vai mudar sempre ela. A gente vai estar sempre trazendo novos artistas.

Figura 6 – Pinturas de artista de rua no “Território de Fé”



Fonte: acervo do autor.

Figura 7 – Pintura de um morador de rua



Fonte: acervo do autor.

As Obras Sociais Irmã Dulce foram a materialização dos esforços de caridade e devoção da então Irmã Dulce. O fragmento a seguir retrata como se deu a criação dessa importante instituição social para a Bahia e para o Brasil, que repercute o desejo da agora Santa Dulce dos Pobres.

No dia de suas Bodas de Prata [25 anos de vida religiosa de Irmã Dulce], 15 de Agosto, data em que se comemora a Ascensão de Nossa Senhora [...] nessa solenidade, Irmã Dulce recebeu das mãos de Dona Lavínia, esposa do governador Juracy Magalhães, o estatuto de fundação das Associações Obras Sociais Irmã Dulce, elaborado por seu pai, Dr. Augusto Lopes Pontes [...] Irmã Dulce vislumbrava um novo horizonte, cheio de esperança, fé e paz, clareando manhas que surgiram, quem sabe, com o sol brilhando para todos. (PONTES, 2022, p. 39).

O Portal Santa Irmã Dulce apresenta ao público informações sobre os Núcleos de Atendimento:

Atualmente, a entidade filantrópica [Obras Sociais Irmã Dulce] abriga um dos maiores complexos de saúde 100% gratuito do país, com cerca de 5,6 milhões de procedimentos ambulatoriais por ano, na Bahia, a usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), idosos, pessoas com deficiência e com deformidades craniofaciais, pessoas em situação de rua, usuários de substâncias psicoativas e crianças e adolescentes em situação de risco social. A organização conta com um perfil de serviços único no país, distribuídos em 21 núcleos que prestam assistência à população de baixa renda nas áreas de Saúde, Assistência Social, Pesquisa Científica, Ensino em Saúde, Educação e na preservação e difusão da história de sua fundadora.

Também conhecida como Complexo Roma, a sede das Obras em Salvador abriga, em seus 40 mil metros quadrados de área construída, 20 dos 21 núcleos da entidade, incluindo 727 leitos hospitalares para o atendimento de patologias clínicas e cirúrgicas. Desses núcleos, 19 apresentam atuação no campo da Saúde, a exemplo do Hospital Santo Antônio, Centro Geriátrico, Hospital da Criança, Unidade de Alta Complexidade em Oncologia, Centro de Acolhimento à Pessoa com Deficiência e Centro Especializado em Reabilitação e do Centro de Acolhimento e Tratamento de Alcoolistas. Somente no Complexo Roma são contabilizados por ano cerca de 2,2 milhões de procedimentos ambulatoriais.

Ainda na sede das Obras Sociais, local que atende diariamente cerca de 2 mil pessoas, são realizadas por ano 12 mil cirurgias, além de 18 mil internamentos. Atualmente, mais de 7 mil profissionais trabalham na organização, sendo 2,7 mil funcionários somente no complexo da capital baiana, local onde atuam ainda 300 médicos e 158 voluntários.

A atenção integral, multidisciplinar e humanizada é uma das características do atendimento prestado pelas Obras Sociais Irmã Dulce. São ações que cobrem todo o espectro da assistência à saúde e que incluem atenção básica, 40 especialidades médicas, exames laboratoriais e de bioimagem, internação, cirurgias de alta complexidade e reabilitação. Destaque também para o Centro de Pesquisa Clínica e o Centro de Ensino e Pesquisa Professor Adib Jatene, unidades dedicadas às áreas de Pesquisa e Ensino em Saúde. Como hospital escola, a OSID oferece ainda internato de Medicina e 19 programas em residências médicas, além da Residência Multiprofissional em Atenção à Saúde do Idoso e Residência em Odontologia. (OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, 2023).

Figura 8 – Ambulatório Presidente José Sarney



Fonte: acervo do autor.

Figura 9 – Pátio interno do Ambulatório Presidente José Sarney



Fonte: acervo do autor.

Integrado ao Memorial Irmã Dulce e ao Santuário Santa Dulce dos Pobres, o Dulce Café ocupa o prédio histórico que abrigou dois projetos da religiosa baiana: o Círculo Operário da Bahia, primeira organização operária católica baiana, e o antológico Cine Roma, que movimentou a cena cultural de Salvador nas décadas de 1960 e 1970 (ROCHA, 2019). Cercado de referências que remetem à memória de Irmã Dulce e dos baianos, o ambiente procura recriar essa atmosfera (OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, 2023).

A riqueza da história do Anjo Bom da Bahia desdobra-se no cardápio do Dulce Café, que oferece algumas das guloseimas produzidas no Centro de Panificação Santa Dulce, em Simões Filho, como o brownie e a broa de milho. Além dos itens de fabricação própria, são oferecidos produtos de fornecedores conceituados, como o café da Latitude 13, marca da Chapada Diamantina (OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE, 2023).

Figura 10 – Loja de produtos e *souvenirs* de Santa Dulce dos Pobres (Parte externa)



Fonte: acervo do autor.

Figura 11 – Loja de produtos e *souvenirs* de Santa Dulce dos Pobres (Parte interna)



Fonte: acervo do autor.

Figura 12 – Marca da Loja de Conveniência



Fonte: acervo do autor.

Figura 13 – Interior da Loja de Conveniência



Fonte: acervo do autor.

A festa de Santa Dulce, realizada anualmente em Salvador, inclui várias atividades e conta com o apoio da Prefeitura Municipal, como relatado:

É a festa da primeira Trezena de Santa Dulce, que entra com o calendário já oficial junto com a prefeitura [...] a Trezena sempre existiu no Santuário, hoje a Trezena é de Salvador. De 108 bairros, se não me engano [...] uma festa toda organizada, com carreatas, com procissão, com o serviço social. (Entrevistado D1).

E a Festa de Santa Dulce é muito importante pra nós, da Prefeitura Municipal. Estamos realizando a Trezena de Santa Dulce, que vai ser agora de 1º a 13 de agosto. Tem toda uma programação de todos os dias, com tudo no ar. A imagem da Santa está rodando Salvador. Estava na Praça Municipal, hoje está lá no Rio Vermelho, nos Principais Pontos... Cada dia tem uma programação, tem a quermesse. Tanto que o Largo de Roma já está lá com as barracas, com cinema. A prefeitura investiu muito alto [...] (Entrevistado F1).

Figura 14 – Ações da Trezena no Shopping Outlet Center (Uruguai)



Fonte: acervo do autor.

A trezena de Santa Dulce dos Pobres vem se configurando em um dos principais eventos católicos de Salvador, especialmente na Região de Itapagipe, e se estabelecendo no calendário de eventos da prefeitura de Salvador. Muitas são as ações que acontecem de forma concomitante em homenagem à trezena, como o registrado na Figura 14, uma procissão dentro do Shopping Outlet Center.

Na sequência, são descritas as demais unidades de análise escolhidas para este estudo.

6.1.2 Basílica Santuário Nosso Senhor do Bonfim

A Basílica Santuário Nosso Senhor do Bonfim, uma das instituições de grande representação da Igreja Católica, é uma das mais visitadas por devotos, turistas e peregrinos do Brasil, especialmente da Bahia, que buscam uma experiência de fé.

O santuário, localizado na Colina Sagrada, uma das poucas elevações da Península de Itapagipe, é ponto tradicional de peregrinação desde o século XVIII, quando foram entronizadas as imagens do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora da Guia, trazidas diretamente de Portugal, dando origem ao culto, às devoções e às tradições que se mantêm fortes no tempo e ultrapassam os limites locais. Exemplo dessas tradições, os ex-votos são testemunhos de fé deixados no templo em agradecimento por graças alcançadas pelos devotos com o intermédio do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora da Guia, e que, atualmente, podem ser visitados em um museu especialmente dedicado. Porém, o símbolo mais importante das devoções e tradições relacionadas ao Senhor do Bonfim são as famosas fitinhas introduzidas há cerca de duzentos anos, originalmente chamadas de “medidas”, porque correspondiam ao comprimento do braço direito da imagem principal do santuário. Com o tempo, as fitinhas tiveram o seu significado ampliado, transcendendo o simbolismo religioso para se converterem em uma das lembranças mais desejadas pelos visitantes da Cidade de Salvador. (SALVADOR, 2021).

Silva (2015, p. 17)¹⁹ informa, sobre a Basílica Santuário Senhor do Bonfim:

[...] foi inaugurada em 24 de junho de 1754, com o objetivo de continuar a devoção Senhor do Bonfim, que teve início em 1745, por iniciativa do capitão de mar e Guerra, Theodózio Rodrigues de Faria, de Portugal. Ele havia feito uma promessa, durante uma tempestade, de que, se sobrevivesse, traria para o Brasil as imagens do Senhor do Bonfim e de Nossa Senhora da Guia.

[...]

Quando a imagem chegou, em 18 de abril de 1745, ficou na Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, sendo exposta para visitação dos fiéis. Desde então, o local tornou-se centro de romarias. A capela teve suas obras iniciadas em 1746 e, em 1754, após a conclusão das obras internas, a sagrada imagem foi trazida em procissão da Igreja da Penha para a Colina do Bonfim. Em 1772, as obras da capela foram concluídas, com a ampliação dos espaços laterais correspondentes às torres. Em 1804, abriram-se as portas que ladeiam a entrada principal na fachada.

Sobre a devoção do Senhor do Bonfim, Silva (2015, p. 14) informa:

A devoção do Senhor do Bonfim é uma instituição religiosa, formada por católicos devotos leigos. O objetivo principal é difundir e perpetuar o estatuto e o culto ao Senhor do Bonfim e Nossa Senhora da Guia. Além disso, tem também como finalidade promover a evangelização e a catequese na Basílica, bem como conservar e manter todo bem que constitua patrimônio da Devoção e, principalmente, a responsabilidade de zelar pelo templo do Senhor do Bonfim.

¹⁹ A publicação foi editada pela equipe da Assessoria de *marketing* executivo da Devoção do Senhor do Bonfim (AMEX), sob a responsabilidade do jornalista José Expedito Silva.

A Festa do Senhor do Bonfim recebeu o título de Patrimônio Imaterial Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2014. Este evento é marcado pela fé e devoção ao Senhor do Bonfim, cuja tradição é mantida há mais de dois séculos. Os devotos reúnem-se para festejar, prestar homenagens e pagar promessas no cortejo que parte da Basílica N. Sra. da Conceição da Praia em direção à Colina Sagrada (SILVA, 2015).

A Basílica Santuário Senhor do Bonfim conta ainda com a Capelinha das Almas e de Santa Feliciano, sala de ex-votos e um museu de ex-votos. Este possui um acervo coletado em mais de dois séculos, concentrando, portanto, objetos dos mais variados frutos da devoção do povo (SILVA, 2015).

São muitas as iniciativas da Basílica Santuário Senhor do Bonfim. Dentre elas está o relevante projeto denominado “Projeto Bom Samaritano”, organização civil, beneficente, diretamente vinculado à Basílica Santuário Senhor do Bonfim, de natureza religiosa, inspirado na parábola do Bom Samaritano (Lc 10, 29-37), que procura desenvolver a mística da misericórdia, própria da Basílica Santuário, por entender que a prática da caridade é um dever da Igreja (SILVA, 2015).

Criado em 10 de março de 2008, o Bom Samaritano propõe-se a prestar atendimento aos ambulatórios do entorno da Basílica Santuário, aos ex-pedintes das escadarias e às pessoas carentes e suas famílias, que se encontram em condições de vulnerabilidade social, viabilizando encaminhamentos e orientações que promovam a inclusão social e o resgate da dignidade de cada um (SILVA, 2015).

O Entrevistado A1 comentou, sobre a iniciativa do Projeto Bom Samaritano na sua perspectiva de análise:

Nós criamos uma obra social, o projeto Bom Samaritano, que não tem um objetivo assistencialista, mas de promoção da dignidade da pessoa humana, de inclusão social. Nós fazemos um trabalho de... de qualificação profissional, de humanização, com os ambulantes aqui da praça.

As imagens a seguir mostram externa e internamente a Basílica:

Figura 15 – Vista aérea da Basílica Santuário Senhor do Bonfim



Fonte: acervo da Fundação Gregório de Matos de 2022.

Figura 16 – Vista externa da Basílica Santuário Senhor do Bonfim



Fonte: acervo do autor.

Figura 17 – Vista interna da Basílica Santuário Senhor do Bonfim



Fonte: acervo do autor.

Teixeira (1985, p. 103) comenta sobre a relação entre o morador da Península e seu trânsito nos demais bairros da cidade de Salvador:

Quem, nos dias atuais, vai ao Bonfim usando as vias normais do tráfego, já não tem o que lhe recorde a precariedade do transporte por terra entre a cidade e a Península de Itapagipe. Península que, de direito, sempre integrou o “termo” cidade mas que, de fato, abrigava um grupo social perfeitamente identificável, nos seus hábitos, na peculiaridade da sua vida social. Talvez, por seu pouco trânsito nos demais bairros. Havia quem nascesse, vivesse e morresse sem, jamais, ter subido as ladeiras da Água Brusca, do Taboão, da Misericórdia ou da Conceição. Se, todos os anos, em janeiro, bandos em romaria ou em festa, iam ao Bonfim e à Ribeira não se pode dizer que era verdadeira a recíproca dos peninsulares em relação às festas dos demais bairros da cidade.

As Figuras 18 e 19 apresentam a imagem do Senhor do Bonfim e da festa da lavagem do Bonfim:

Figura 18 – Imagem de Senhor Bom Jesus do Bonfim



Fonte: acervo do autor.

Figura 19 – Festa da Lavagem do Bonfim



Fonte: Gurgel (2018).

Dentre as ações e iniciativas empreendedoras, a mais visível e marcante no entorno da Basílica Santuário Senhor do Bonfim é a comercialização das “fitinhas” do Senhor do Bonfim, realizada pelos ambulantes de produtos relacionados aos símbolos e artefatos religiosos, por exemplo. Neste sentido, o entrevistado A1 adverte em relação ao contexto, às demandas e potencialidade desse negócio, por assim dizer:

Nós temos em torno de 100 ambulantes que acompanhamos [...] Eles são cadastrados, mas eles são *viciados* no modo de proceder que pouco evoluem, mas eu sinto falta do governo municipal, através da secretaria própria, que dá assistência para eles, de um trabalho mais contínuo, de um trabalho mais acompanhado, de um trabalho mais estruturado, entendeu? [...] Tudo isso desqualifica. Eles são, por exemplo, o nosso receptivo. Mas eles continuam insistindo muito na prática do assédio [...] Eu venho trabalhando com eles há 16 anos e tenho essa dificuldade de superação de uma prática que já virou cultura para eles, de que esse assédio é um modo de conseguir vender mais.

Figura 20 – Empreendedor local (venda de fitas do Senhor do Bonfim)



Fonte: acervo do autor.

Figura 21 – Pequenos empreendedores locais/Ambulantes



Fonte: acervo do autor.

A governança e gestão da Basílica Santuário Senhor do Bonfim é realizada de forma matricial. Do ponto de vista administrativo, patrimonial e operacional, o processo decisório fica a cargo da chamada Irmandade ou Devoção, formada por membros da sociedade civil. Já as questões eclesiais e paroquiais ficam sob a condução do reitor, atualmente Padre Edson, que está subordinado à Arquidiocese de Salvador.

Aqui no Bonfim, nós temos uma dificuldade localizada. A gestão daqui, a governança daqui da colina sagrada, particularmente, ela está com a Irmandade, que é a proprietária da igreja, dessas casas e de todo o entorno da praça. É mantenedora e proprietária. Só que é uma entidade arcaica, que não se renovou internamente e que não compreende esse lugar como santuário e não consegue enxergar o potencial daqui. Então, eu dependo, em parte, deles para poder implantar aqui essa perspectiva de santuário, como existe em Aparecida, que eu conheço, e em outros santuários. Então, falta esse entendimento, falta essa vontade política interna de oferecer essa estrutura conforme... a demanda... a demanda daqui. (Entrevistado A1).

Figura 22 – Atual Reitor da Basílica Santuário Senhor do Bonfim e Capelão da Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim – Padre Edson Menezes da Silva



Fonte: acervo do autor.

O entrevistado A2 apresenta sua percepção acerca da governança do turismo e da estrutura administrativa da Irmandade da Basílica Santuário Senhor do Bonfim:

A gente precisa ter esse olhar de carinho, de respeito por essas pessoas que nos visitam. Com relação também à infraestrutura, nós temos aqui um comércio, aqui na Cidade Baixa. A gente percebe muito isso no Centro Histórico. E eu acho que existe essa troca entre os comerciantes, porque todo mundo sai ganhando, é a verdade [...] Uma coisa que nós precisamos em termos de turismo religioso, que é um crescente, né, a cada dia [...] a gente precisa de políticas públicas. Eu tive a oportunidade, a felicidade de participar de uma audiência pública recentemente, e lá foi falado muito sobre esse ponto. É muito importante. Nós temos um ciclo festivo extremamente importante, significativo, participativo, juntamente ao governo estadual, ao governo municipal, que envolveram todas as suas instâncias de segurança, tudo, tudo, tudo, da saúde, tudo, da infraestrutura, para a gente poder trabalhar melhor essas manifestações religiosas, que são grandiosas. Então, não é só a lavagem do Bonfim que tem que ser vista. A lavagem do Bonfim é a parte profana da nossa festa do Senhor do Bonfim. O nosso ápice é no domingo, que é que nós fazemos, por exemplo, a procissão dos três pedidos, que ela vem crescendo de uma forma... É de arrepiar, é lindo. Então, a gente precisa de uma estrutura, transporte, a segurança, uma ambulância, porque envolve uma multidão. Então a gente não precisa estar todo ano pondo a mão na cabeça, poxa, vem aí a festa do Bonfim, do Senhor do Bonfim, vem aí a festa de Santa Dulce, vem aí a festa de Nossa Senhora dos Alagados e João Paulo II, vem aí a festa do Bom Jesus dos Navegantes, pensar de forma realmente sistemática, organizada, no calendário, a coisa estruturada, sim, envolvendo todos os setores.

6.1.3 Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II

A Igreja de Nossa Senhora dos Alagados, no bairro do Uruguai, constitui-se em um dos únicos templos católicos do mundo que recebeu três santos em vida: Papa João Paulo II, Madre Teresa de Calcutá e Santa Dulce dos Pobres. A construção na colina correspondente à antiga Ilha de Santa Luzia, incorporada ao continente em razão dos aterros na Enseada dos Tainheiros, foi especialmente projetada pelo arquiteto João Filgueiras Lima (o Lelé) para sediar a paróquia criada pelo então Papa João Paulo II, por ocasião de sua visita pastoral à Bahia em 1980. Com a canonização do Santo Padre, em 2014, a igreja passou a se chamar Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II (SALVADOR, 2021).

O protagonismo da paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II é de grande relevância na comunidade e no seu entorno, como aponta o entrevistado A6, ao mencionar alguns dos projetos sociais junto aos moradores dos Alagados e adjacências:

Porque tudo que acontece nesta comunidade aqui, no final de linha, termina aqui na Secretaria da Paróquia. Se uma pessoa morre, a missa de sétimo dia tem que vir aqui. Batizado, casamento, atestado de moradia, tudo é aqui. E tinha um problema de falar com padres, conversar, enfim... Tudo é aqui, aqui. Aqui tem advogado, a gente tem todos os projetos sociais. Todos os projetos sociais são, eles são, os beneficiados dos projetos sociais são moradores da comunidade. Esses meninos em torno de 90 são todos da comunidade. Nós temos o projeto Ser Criança em Alagados, que cuida do reforço escolar e do Projeto ECO. São dois, né? O ECO, eles são para meninos maiores de 12 anos até 15, já pré-adolescentes e adolescentes. Ele se envolve com a terra, com a horta, com esse movimento da terra. Então, tem esses meninos que têm de 7 a 15 anos, nesses dois blocos. Nós temos um outro projeto, que é o Sonho de Mãe, que cuida das mulheres grávidas. A gente tem crianças de 12 anos grávidas, né? Meninas de 12 anos grávidas...

Tem mulheres de 40. Então, eles chegam lá pra receber... [em relação às principais causas]. [...] Mas nós temos um acompanhamento personalizado com essas pessoas. Porque às vezes tem meninas aí que têm três, quatro, cinco filhos, seis filhos, sete filhos, dez filhos e que passaram por todas essas crianças. Toda essa gravidez passou pelo Projeto. Por esses programas todos. A gente já nasceu, a criança já troca de vida... Já tá ali, a mãe já foi cuidada no ventre quando cresceu, ele vem pro reforço, depois vai pro adolescente, entendeu? E dá um bom encaminhamento, né? Porque ele passa, tem a base, né? E depois, muitas dessas crianças, desses adolescentes, são coroinhas da igreja. Todo mundo paramentado lá nas missas. E aí você conduz a criança para um caminho mais correto, do que eventualmente não tivesse suporte, vai cair na marginalidade. Tem esses dois jovens, quando a gente desceu, tinha eu batendo na porta, tinha dois jovens. Um fez arquitetura, o mais alto, e o outra contabilidade, projeto daqui. Ela aqui também tem uma assistência social, o projeto é daqui. Ela fez toda a universidade, o projeto é daqui da Paróquia.

A Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II e o seu entorno está passando por obras de requalificação da infraestrutura e urbanística, conforme relata o Entrevistado A6:

Então a própria paróquia vai ser beneficiada por esse local onde a gente está aqui. A gente vai fazer toda a substituição desse piso aqui. A gente vai ter uma área de convivência aqui no fundo da paróquia. A recuperação dessa escadaria. E tem um acesso aqui por trás também. Exatamente, esse é outro acesso que é onde o pessoal sobe, os turistas, os moradores aqui. Tudo isso aqui vai ser requalificado. O palco vai ter um banheiro aqui. Essa área aqui vai ser requalificada. A rampa de acesso vai ser toda de uma pista travada. É aquele piso que tem na Barra. Geralmente eram pedras portuguesas, tem pedras de pontiço, toda essa área aqui que ia ser executada e a principal também, lá na frente, o piso da ponta da rua aqui. Tinha um grande problema aqui, e até hoje, a drenagem dessa passagem, o entorno da Igreja, que alagavam, né? Vem já de alagados, né? Toda parte da cidade baixa tem um pouco de aterro pra adequação da gente. Então, com a drenagem da água, a gente fez um grande problema que é de alagamento dos Alagados, né? Essa drenagem, uma parte dela vai dar pra maré, porque é água pluvial, água de chuva, então não tem problema. Outra parte é externa. Tem todas essas tubulações que estávamos vendo, tem todos os tubos que já foram comprados que vão estar intermitidos logo. Tem uma espécie de revitalização dessa praça aqui atrás também. Isso, que na verdade é de entorno, que é de entorno da ilha. Vai ser beneficiado. São duas praças, não sei se praças, mas são cinco praças, que as duas estão sendo requalificadas (bancos, pergolados). Então, tudo vai ser revitalizado. Porque assim, o acesso hoje por aqui tá um pouco mais difícil, vamos dizer assim né? Isso, até por conta da obra que tá sendo feita, né? Então, os dois acessos principais da igreja vão ser totalmente requalificados, que vai ser uma rampa de acesso e a escada. Vai ter a rampa e o que hoje só tem basicamente escada, né? Isso, uma rampa e a escada e essa outra parte onde vêm os carros e ônibus e tudo mais pra visitar a igreja, tudo é requalificado. A própria igreja, no caso, não nessa primeira etapa de obra, é só o entorno mesmo, uma parada em infraestrutura. Mas, com essa obra, você pode dar uma olhadinha depois do projeto. Você vê que [...] vai ter um ganho muito significativo para a questão do turismo principalmente, porque as vias e o acesso vão estar totalmente requalificadas, com uma cara totalmente nova, moderna. Então, vai ser fácil de chegar, fácil de sair com isso, com a segurança pública. Então, não consome. Tudo é integrado. A previsão de quando isso deve concluir, assim, uma estimativa pelo menos. Como a obra têm duas etapas, que a primeira é essa requalificação interna, que é mais fácil de fazer, o programa é que a gente avança com mais dois meses, provavelmente. Como a gente tem uma intervenção gigantesca na principal, e aí tem toda a questão de um pouco mais, porque a gente vai finalizar. Não é pra chegar ao fim do ano, né? Não é pra tanto não, mas uns três a quatro meses no máximo. Pra concluir as duas etapas.

Figura 23 – Vista externa da Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II



Fonte: acervo do autor.

Figura 24 – Vista interna da Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II



Fonte: acervo do autor.

Figura 25 – Visita do Papa João Paulo II



Fonte: acervo do autor.

Figura 26 – Visita de Madre Teresa de Calcutá



Fonte: acervo do autor.

Figura 27 – Placa representativa da terra “pisada” por três Santos



Fonte: acervo do autor.

Figura 28 – Visita à Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II. No registro, com Hilda Almeida, Secretária Executiva da Paróquia



Fonte: acervo do autor.

6.1.4 Casa de Oxum

O terreiro Ylê Axé Omin Lewy, também denominada Casa de Oxum, está localizado no Bairro Monte Serrat, rua Segundo Barreiro, nº. 35. Fundada em 1976, a casa pertence à nação Ketu e possui como regente Oxum. No candomblé, Oxum representa a “mãe da água doce”. No sincretismo religioso, representa N. Sra. da Conceição (TEIXEIRA, 2023).

Figura 29 – Representação do Orixá – Oxum



Fonte: Israel Melo.

Segundo Prandi (2001), as religiões africanas possuem uma concepção cíclica do tempo, na qual o universo é entendido como um processo constante de criação e destruição. Nesse entendimento, a natureza é vista como uma entidade viva e sagrada, composta por elementos que se complementam e interagem entre si.

Na cosmogonia africana, a criação do mundo é frequentemente atribuída a um deus criador, que é visto como o responsável por estabelecer a ordem cósmica. Esse deus criador é geralmente associado ao sol, que simboliza a luz e a vida, e é visto como a fonte de energia e poder que sustenta o universo. Desse modo, o mundo espiritual e o mundo físico estão intrinsecamente ligados, e os eventos que ocorrem em um têm impacto direto sobre o outro. Nesse sentido, as religiões africanas valorizam a importância dos rituais e das práticas religiosas, que buscam manter a harmonia e o equilíbrio entre os diferentes elementos do universo (PRANDI, 2001).

Assim, a cosmologia e cosmogonia das religiões africanas, na visão de Prandi (2001), são marcadas por uma visão cíclica do tempo, pela presença de divindades múltiplas e pela valorização da natureza e das práticas religiosas como forma de manter a harmonia cósmica.

A religião de matriz africana dos povos Yorùbá²⁰ é de tradição oral. No caso em questão, a religião é o Candomblé. Trata-se de narrativas mitológicas que teriam sido passadas para Exu, na condição de um orixá mensageiro, ao ouvir os dramas vividos pelos seres humanos, pelas próprias divindades, assim como por animais e outros seres. São histórias que retratam a felicidade e o sofrimento, lutas vencidas e perdidas, glórias alcançadas e insucessos sofridos, as dificuldades na luta pela manutenção da saúde contra os ataques da doença e da morte (PRANDI, 2001).

Prandi (2001, p. 17) relata:

[...] um dia, em terras africanas dos povos Yorùbás, um mensageiro chamado Exu andava de aldeia em aldeia à procura de solução para terríveis problemas que na ocasião afligiam a todos, tanto os homens como os orixás. Conta o mito que Exu foi aconselhado a ouvir do povo todas as histórias que falassem dos dramas vividos pelos seres humanos, pelas próprias divindades, assim como por animais e outros seres, que dividem a Terra do homem. Histórias que falassem da ventura e do sofrimento, das lutas vencidas e perdidas, das glórias alcançadas e dos insucessos sofridos, das dificuldades na luta pela manutenção da saúde contra os ataques da doença e da morte.

Todas as narrativas a respeito dos fatos do cotidiano, por menos importantes que pudessem parecer, tinham que ser devidamente consideradas. Exu deveria estar atento também aos relatos sobre as providências tomadas e as oferendas feitas aos deuses para se chegar a um final feliz em cada desafio enfrentado. Assim fez ele, reunindo 301 histórias, o que significa, de acordo com o sistema de enumeração dos antigos Yorùbás, que Exu juntou um número incontável de histórias (PRANDI, 2001).

Realizada essa pacientíssima missão, o orixá mensageiro tinha diante de si todo o conhecimento necessário para o desvendamento dos mistérios sobre a origem e o governo do mundo dos homens, mulheres e crianças e sobre os caminhos de cada um na luta cotidiana contra os infortúnios que a todo momento ameaçam cada indivíduo, ou seja, a pobreza, a perda dos bens materiais e de posições sociais, a derrota em face do adversário traiçoeiro, a infertilidade, a doença, a morte (PRANDI, 2001).

²⁰ “O yorùbá é um dos mais de 250 idiomas falados na Nigéria. É também uma das línguas naturais faladas em alguns outros países da África Ocidental, as repúblicas do Benin (antigo Daomé), Togo e Gana. O yorùbá é uma língua tonal, ou seja, ela não considera apenas o som, mas também o tom de cada palavra para lhe atribuir um sentido específico. Por isso, possui acentuações grave, média e aguda associadas às notas musicais: Àmì òkè, tom alto, corresponde à nota musical “mi”, Àmì àárin, tom médio, corresponde à nota musical “ré”, e Àmì ìsàlè, tom baixo, corresponde à nota musical “dó”. Até o século XIX, a língua yorubana não possuía uma forma escrita. Foi a partir desse século que alguns missionários yorubanos da igreja anglicana (o idealizador do projeto foi Samuel Ajayi Crowder, primeiro bispo africano da igreja anglicana), com a ajuda de alguns de seus colegas estrangeiros, criaram a escrita yorùbá inspirada no alfabeto europeu. O alfabeto yorubano possui 25 fonemas, sendo 18 consonantais e 7 vocálicos.” (NAPOLEÃO, 2011, p. 5).

Prandi (2001, p. 18) esclarece que, para os Yorùbás antigos,

[...] nada é novidade, tudo o que acontece já teria acontecido antes. Identificar no passado mítico o acontecimento que ocorre no presente é a chave da decifração oracular. Os mitos dessa tradição oral estão organizados em dezesseis capítulos, cada um subdividido em dezesseis partes, tudo paciente e meticulosamente decorado, já que a escrita não fazia parte, até pouco tempo atrás, da cultura dos povos de língua Yorùbá. Acredita-se que um determinado segmento de capítulo mítico, que é chamado *odu*, contém a história capaz de identificar tanto o problema trazido pelo consulente como sua solução, seu remédio mágico, que envolve sempre a realização de algum sacrifício votivo aos deuses, os orixás. O babalaô (sacerdote) precisa saber em qual dos capítulos e em que parte encontra-se a história que fala dos problemas do seu consulente. Ele acredita que as soluções estão lá e então joga os dezesseis búzios, ou outro instrumento de adivinhação, que lhe indica qual é o *odu*, e, dentro deste, qual é o mito que procura. Acredita-se que Exu é o mensageiro responsável pela comunicação entre o adivinho e Orunmilá, o deus do oráculo, que é quem dá a resposta, e pelo transporte das oferendas ao mundo dos orixás.

Burke (2022) assevera que o termo “sincretismo” carrega originalmente um viés negativo em sua terminologia quando, no século XVII, houve tentativas lideradas pelo teólogo alemão Georg Calixtus, de juntar diferentes grupos de protestantes. Já no século XIX, a palavra “sincretismo” adquiriu um caráter positivo no contexto de estudos da religião na antiguidade clássica e, especialmente, as identificações entre deuses e deusas de diferentes culturas. O autor reporta-se ao estudioso Melville Herskovits, para mencionar que o conceito de “sincretismo” auxilia no estreitamento, no caso da religião afro-americana, especialmente a identificação entre Santa Bárbara e o deus Xangô.

Para Burke (2022, p. 55): “[...] o termo hibridismo é um termo ambíguo ao mesmo tempo metafórico, descritivo e explicativo.” São vários os conceitos que se aproximam do sincretismo e hibridização, como mestiçagem, miscigenação, acomodação, conciliação, utilizados por Freyre (1992), e *métissage* e *interprénétration* empregados por Bastide (2001).

Os conceitos de sincretismo, mistura e hibridismo têm também a desvantagem de parecerem excluir o agente individual [...] “Hibridismo” evoca o observador externo que estuda a cultura como se ela fosse a natureza e os produtos de indivíduos e grupos como se fossem espécimes botânicos. Conceitos como “apropriação” e “acomodação” dão maior ênfase ao agente humano e à criatividade, assim como a ideia cada vez mais popular de “tradução cultural”, usada para descrever o mecanismo por meio do qual encontros culturais produzem formas novas e híbridas. (BURKE, 2022, p. 55).

Neste sentido, a Casa de Oxum suscita peculiaridades e características que a configuram como um terreiro de Candomblé com elevado potencial como destino turístico, que extrapola os elementos estritamente circunscritos no Turismo Religioso. Abarca também elementos culturais, gastronômicos e compras de insumos, que permitem ampliar sua atuação em outros espectros do turismo. Esta condição se dá por conta de sua liderança, a Yalorixá Tânia Assis, mais conhecida

como Tânia Tigresa, que acumula, por sua formação teórica e prática, muitas das competências e habilidades que viabilizam a criação desses elementos e manifestações.

Como exemplo, tem-se a criação do produto “Cuscuz de Cansação” (Figura 30), preparado com o feijão de corda, que faz referência e homenagem ao relevante papel histórico de Maria Felipa na Independência do Brasil, em 2 de julho de 1823. Na área artística e musical, a criação do “Samba do Cuscuz” e o desenho e operacionalização de duas rotas afroturísticas, como a Rota da Feira de São Joaquim (Figura 31), que tem por objetivo apresentar ao turista a dinâmica das compras dos itens utilizados na elaboração da culinária (Cuscuz de Cansação, por exemplo) e outros itens para fins dos ritos religiosos, como as oferendas.

A Rota Afroturística de São Joaquim termina seu roteiro com a visita à Casa de Oxum, que contempla a degustação do Cuscuz de Cansação, previamente preparada com o apoio de um dos filhos de Santo (Oiá). Concomitantemente com a degustação, a Yalorixá Tânia Assis Tigresa explica todo o processo de elaboração do Cuscuz de Cansação. Em seguida, a historiadora e Advogada Epifânia explica toda a história da criação do Terreiro e suas manifestações culturais. Por fim, a Yalorixá Tânia Assis Tigresa canta para os turistas e participantes algumas canções autorais e de outros compositores (CADERNO DE NOTAS, 2023).

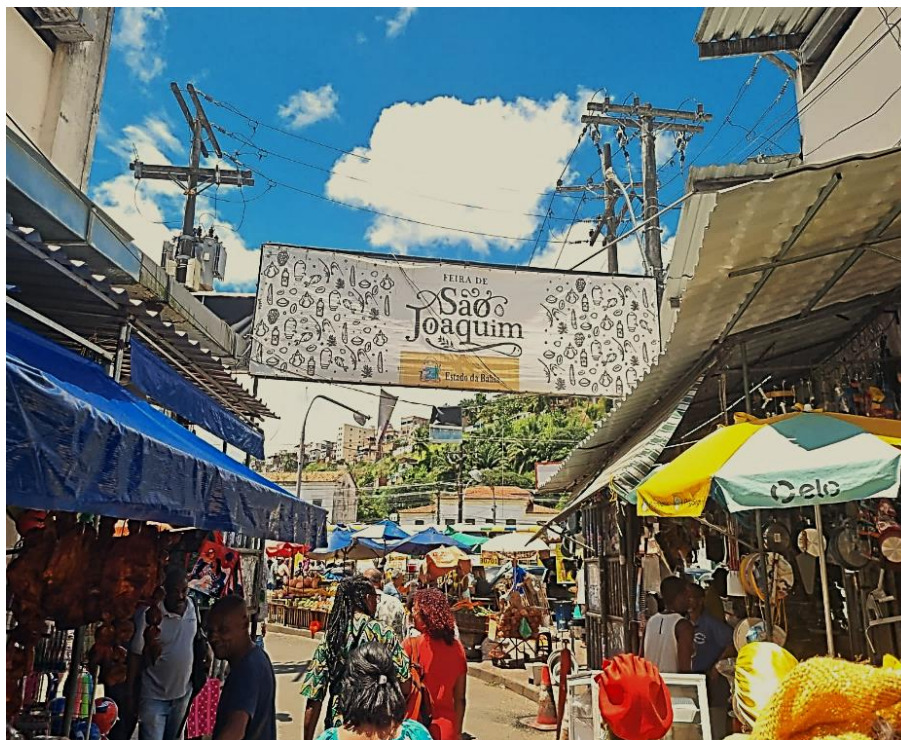
Registre-se que a Casa de Oxum conta com o apoio da Rede EMUNDE, coordenada pelo Sr. Edson Costa, no planejamento, na gestão, na coordenação e implementação das ações voltadas para o Turismo Religioso, cultural, gastronômico e o afroturismo.

Figura 30 – Cuscuz de Cansação



Fonte: acervo do autor.

Figura 31 – Feira de São Joaquim



Fonte: acervo do autor.

Figura 32 – Loja de venda de insumos para a culinária



Fonte: acervo do autor.

Figura 33 – Loja de artefatos religiosos



Fonte: acervo do autor.

Bastide (2001, p. 31) revela que a sacralização, no Candomblé,

[...] é um ritual que não é propriamente secreto, porém não se realiza senão diante de um número reduzido de pessoas que fazem de algum modo parte da religião [...] uma pessoa especializada em sacrifício, o axogum, tem essa função na hierarquia sacerdotal, é quem o realiza ou, na sua falta, o babalorixá, sacerdote supremo. O objeto do sacrifício, é sempre um animal, muda conforme o deus ao qual é oferecido.

Figura 34 – Rota do Bode (Feira de São Joaquim)



Fonte: acervo do autor.

Bastide (2001, p. 23) considera que

[...] mesmo que os traços de culturas africanas tenham sofrido modificações, na verdade o candomblé não deixa de constituir um sistema harmonioso e coerente de representações coletivas e de gestos rituais. Mesmo se a religião africana subsiste porque responde a certas funções ou a certas necessidades, isso não impede que o candomblé tenha sua estrutura e essa estrutura mereça estudo paciente e especial. Faz-se necessário, portanto, apresentar que os cultos, por exemplo, não são um tecido de superstições, pelo contrário, subjaz uma cosmologia, uma psicologia e uma teodicéia, que posiciona o pensamento africano como um pensamento culto.

Figura 35 – Momento *Griot* na Casa de Oxum após a realização da rota afroturística na Feira de São Joaquim



Fonte: acervo do autor.

Observou-se que, não obstante a escassez de apoio e recursos direcionados pelo poder público e setor privado para projetos e iniciativas voltadas ao fortalecimento do Turismo Religioso – no caso em questão religião de matriz africana, aqui na condição de unidade de análise, para melhor compreender o fenômeno –, o Entrevistado A4 narra que desenvolve, de forma autônoma e empreendedora, com o apoio de atores e parceiros, algumas iniciativas próprias que envolvem o turismo com elementos religiosos, culturais e gastronômicos:

Meu projeto está vivo porque eu continuo, né? Com o apoio da Rede EMUNDE, o apoio do SEBRAE, entendeu? As pessoas que conhecem... Eles ainda não apoiam financeiramente. Ainda não. Não tem um CNPJ [Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas] e a Rede EMUNDE está fazendo isso agora. E eu estou abrindo associação agora também. Eu já estou

providenciando isso, mas, pela Rede EMUNDE, o projeto, quando a gente faz caminhadas pela faculdade, o pessoal mesmo, os professores, os mestres, os alunos, eles dão um valor, e eu vou pra feira com eles, a gente faz aquele momento, faz o momento *griot*, quando chega aqui, e a degustação. O cuscuz de Cansação que é o carro chefe. Esse que é o carro chefe. Domingo eu vou fazer uma feijoada aqui. Feijoada de ogum. Mas, como a casa ainda está em luto, eu não posso tocar ainda, só depois... Mas a gente pode fazer em termos, entendeu? Só os filhos de santo e algumas pessoas que a gente convida pra vir comer o feijão. (Entrevistado A4).

Figura 36 – Visita à Casa de Oxum. No registro, com a Ialorixá Tânia, sacerdotiza do terreiro, Edson Costa, coordenador da Rede EMUNDE e Tatiana Fiuza, da Afoxetur



Fonte: Tatiana Fiuza (Afoxetur) em 18/07/2023.

Com o objetivo de entender o universo das religiões de matriz africana, em especial o Candomblé, bem como compreender outras realidades da experiência religiosa e cultural e do funcionamento como receptivo do Turismo Religioso, realizou-se visitas a dois terreiros de Candomblé: Ati Itá Tianá Tupã Suriazala, em Lauro de Freitas, Bahia, e Ilé Àse Ofa Omi, em N. Sra. do Socorro, Sergipe (CADERNO DE NOTAS).

Figura 37 – Reunião com representantes do Terreiro *Ati Itá Tianá Tupã Suriazala* e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na Bahia



Fonte: acervo de Rejane Mira, Consultora da Empresa Cria Rumo.

Figura 38 – Celebração de Iniciação no Terreiro *Ilé Àse Ofa Omi*



Fonte: acervo de Valéria Bonini.

É necessário identificar os principais atores e protagonistas sociais, que estão direta ou indiretamente envolvidos com o território de Itapagipe, pois os resultados advindos dos interesses e de sua participação impactam na elaboração de políticas de requalificação desse território. A construção de propostas de requalificação do território deve passar pelo envolvimento de atores individuais e coletivos, em redes e parcerias, sobretudo da comunidade autóctone (FLEXOR; SCHWEIZER, 2011).

No caso do “Território de Fé” pesquisado, inferiu-se que os *stakeholders*, definidos por Freeman (1984, p. 46, tradução nossa) como “[...] qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou ser afetado pela realização dos objetivos da organização”²¹, fossem os atores envolvidos e interessados no Turismo Religioso como atividade de desenvolvimento local.

Ertuna e Kirbas (2012) destacam que os interesses dos *stakeholders* podem ser divergentes e incongruentes no que diz respeito aos aspectos sociais, econômicos e históricos, bem como os seus propósitos para com o desenvolvimento do turismo. Neste sentido, as autoras reiteram a importância da clareza no entendimento dos propósitos e do planejamento e das expectativas das atitudes e das ações efetivas quanto à participação dos atores no desenvolvimento do turismo.

Não obstante esse contexto, alguns autores, a exemplo de Araújo (2008), Haywood (1988), Tosun e Thimoty (2003), defendem a ampliação do envolvimento dos *stakeholders* (representantes do governo local, cidadãos locais, empresários e planejadores) no processo de tomada de decisão e gestão do turismo, por meio da identificação das características e dos interesses efetivamente comuns desses grupos.

Nessa linha de reflexão, verifica-se que muitas das consequências econômicas e sociais que advêm das redes de *stakeholders* são recíprocas e simultâneas. Por isso, é necessário compreender os efeitos das ações sociais dos indivíduos e grupos como agentes responsáveis por suas ações em nível organizacional e na sociedade, tendo diferentes demandas e perspectivas (HARRISON; FREEMAN, 1999; ROWLEY, 1997).

Wisansing (2008) adverte quanto à necessidade de identificar os atores envolvidos nesse processo e o grau de participação que estão dispostos a empreender para tomarem parte em questões amplas e complexas relacionadas às demandas das comunidades. A autora sugere que sejam definidas metas de participação e as seguintes questões: Quem são os *stakeholders*, ou seja, quem tem interesse no desenvolvimento do turismo local? Quem poderia atuar como

²¹ [...] all of those groups and individuals that can affect, or are affected by, the accomplishment of organizational purpose.

promotor do planejamento participativo? Quais os tipos de métodos que seriam utilizados para conseguir a efetiva e eficiente participação?

Wisansing (2008, p. 55, tradução nossa) sumariza os critérios da seguinte forma:

Quem é(são) a(s) comunidade(s) afetada(s)?

Busca-se conhecer as divisões da comunidade, suas estruturas comunitárias e conhecimentos existentes, bem como a sua composição. A compreensão dessas informações vai ajudar a identificar quem deve participar de quê. Além disso, uma sólida compreensão do tema pode fixar de forma significativa o terreno para abordar a questão do que precisa ser feito para preparar as comunidades de modo a atingir a sua participação mais significativa.²²

Segundo a autora, a identificação de *stakeholders* do turismo tem se mostrado problemática, uma vez que os recursos turísticos “locais” têm legitimidade nacional e internacional como atrativos turísticos. Além disso, essas mesmas empresas ou organizações nacionais e internacionais têm seus interesses em “jogo” e, na maioria dos casos, têm “capitalizado” esses interesses no desenvolvimento do turismo local. Considerando esse componente, a participação da comunidade “local” em um desenvolvimento tão multifacetado torna-se uma questão cada vez mais complexa.

Quem selecionaria os *stakeholders*? Esta questão repousa na capacidade de corrigir o desequilíbrio das relações de poder. A autora sugere que parte dos problemas decorre de um quadro institucional ineficaz e da inadequação das ferramentas de governança. A boa governança e a boa gestão pública são prerequisites absolutos para a implementação do desenvolvimento do turismo, no caso em questão, o Turismo Religioso. Essas condições incluem esforços para garantir um processo governamental ético e transparente, além de práticas de tomada de decisão suficientemente ambíguas para os cidadãos.

Quem atuaria como promotor/organizador do planejamento participativo? Wisansing (2008) argumenta que o apoio do governo e a sua intervenção são necessários. Atividades como a escolha dos representantes das entidades relevantes dentro de uma comunidade, selecionando as questões a serem consideradas, e em constante comunicação com a comunidade em geral, precisam ser realizadas de forma sistemática. É ilusório acreditar que o empoderamento das comunidades vai emergir dentro das próprias comunidades. Como resultado, os planejadores de turismo necessitam criar inicialmente um corpo local mais forte, como, por exemplo, agentes governamentais locais respeitáveis ou residentes locais. A intervenção do governo nesse

²² *Who is (are) the affected community(ies)? Community divisions need to be further explored. An understanding of this issue will help identify who should participate in what. Furthermore, a solid grasp of this topic may significantly lay the ground for addressing the question of what needs to be done to prepare communities so as to achieve their more meaningful participation.*

assunto é um degrau fundamental para melhorar a participação da comunidade, uma vez que os governos, normalmente, dominam assuntos de planejamento do turismo e detêm o poder potencial para controlar o desenvolvimento dentro do sistema de planejamento local.

Que tipos de critérios seriam utilizados para alcançar a efetiva e eficiente participação pública? Consoante Wisansing (2008), as compensações entre profundidade e amplitude de participação precisam ser realizadas. O status de uma comunidade, questões de desenvolvimento atuais, objetivos da participação e etapas do planejamento devem dar forma a esse compromisso e fornecer os contornos para que a participação venha a emergir.

O Quadro 9 apresenta um conjunto de características-chave proposto por Wisansing (2008) acerca da participação dos atores sociais no planejamento do turismo. Esses critérios são organizados em cinco premissas que devem ser avaliadas para a concepção de um *framework*, a fim de avaliar a eficácia do planejamento do Turismo Religioso no “Território de Fé”.

Quadro 9 – Características-chave da participação dos atores sociais no planejamento do turismo

Critérios	Descrição
Metas de participação.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Democracia. ✓ Aceitabilidade. ✓ Distribuição equitativa dos benefícios.
1) Quem é(são) a(s) comunidade(s) afetada(s)? <ul style="list-style-type: none"> • Contexto da comunidade • Disposição da comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ História e estrutura. ✓ Unidade e solidariedade. ✓ Consciência do turismo e conhecimento. ✓ Os participantes devem reconhecer a necessidade do planejamento participativo. ✓ A participação deve ser voluntária. ✓ Identificação dos papéis das lideranças da comunidade. ✓ Capacidade institucional da comunidade.
2) Quem são os <i>stakeholders</i> do turismo?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Identificar planejamento de metas e questões. ✓ Definir os <i>stakeholders</i> afetados. ✓ Designar os representantes.

(continua)

Quadro 9 – Características-chave da participação dos atores sociais no planejamento do turismo

(conclusão)

Critérios	Descrição
3) Quem selecionaria os <i>stakeholders</i> ?	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Legitimidade. ✓ Relações de poder. ✓ Resolução de conflitos. ✓ Negociação.
4) Quem atuaria como promotor do planejamento participativo? <ul style="list-style-type: none"> • Apoio governamental. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Empowerment</i> e construção da comunidade. ✓ Os participantes devem ser treinados. Devem ser dados aos participantes: formação suficiente, financiamento e informações. ✓ Manter comunicação com os membros. ✓ Arranjos institucionais para facilitar a participação.
5) Que tipos de critérios seriam utilizados para alcançar a efetiva participação pública? <ul style="list-style-type: none"> • Projeto participativo • Método/<i>Trade-Off</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Notificações de oportunidades para participar devem ser dadas. ✓ Setores relacionados ao turismo devem estar comprometidos com o processo participativo. ✓ O número de participantes ou representantes deve ser gerenciável. ✓ Definir a necessidade para os recursos de participação. ✓ Um prazo realista e os recursos devem ser definidos. ✓ Seleção de questões a serem consideradas. ✓ Relações com a mídia.

Fonte: Wisansing (2008, p. 56-57, tradução nossa).

Espera-se que os critérios apresentados possam reduzir as dificuldades de participação no processo de planejamento do turismo, a saber: falta de conhecimento acerca do planejamento do turismo na maioria das comunidades; percepção de que a participação é desnecessária; ponto de vista da indústria com uma abordagem mais abrangente para o planejamento e maior responsabilidade para a sociedade poder representar uma ameaça, na medida em que as recomendações podem significar aumento de custo e falta de interesse por parte dos dirigentes oficiais em encorajar a representação democrática (WISANSING, 2008).

Segundo Mitchell, Agle e Wood (1997), não há um consenso acerca de que tipo de entidade pode ser considerado como *stakeholders*. Pessoas, grupos, vizinhos, organizações, instituições, sociedades e o ambiente de uma forma geral são geralmente qualificados como potenciais *stakeholders*.

Nesse sentido, Mayers (2005) divide os *stakeholders* em duas categorias: os que afetam as decisões e aqueles que são afetados pelas decisões. No que se refere ao turismo, entende-se que os *stakeholders* são atores envolvidos direta ou indiretamente com a atividade turística de uma determinada região, território, comunidade etc., que são afetados e/ou afetam, de algum modo, o desenvolvimento local por meio de suas ações. Frise-se a importância de uma congruência desses interesses, de forma que sejam minimizadas as assimetrias e os desequilíbrios das relações de influência e poder entre os *stakeholders*.

Araújo (2008) apresenta algumas abordagens para a análise dos *stakeholders* no processo de planejamento e gestão do turismo, a saber:

- a) examina se os *stakeholders* envolvidos no processo de planejamento de um determinado projeto representam, de forma efetiva, os indivíduos ou organizações;
- b) refere-se à transmissão de informações relativas à análise de determinados participantes envolvidos acerca dos reais interesses dos *stakeholders*;
- c) identifica os *stakeholders* com base em sua legitimidade, buscando fortalecer a capacidade de negociação e de tomada de decisão;
- d) questiona os *stakeholders* afetados por um projeto ou problema turístico, para identificar outros que, em sua opinião, poderiam ser de seu interesse especificamente;
- e) elaboração de diagrama estabelecendo as relações entre *stakeholders* potenciais e o problema ou projeto em questão.

Essas abordagens de análise têm como objetivo avaliar a relação entre os *stakeholders*, particularmente para identificar interdependência entre eles, bem como se suas respectivas posições na rede de relações influenciam suas oportunidades e limitações, e como seus comportamentos afetam a rede de relações da qual fazem parte (ARAÚJO, 2008).

Os *stakeholders* identificados nesta pesquisa são indivíduos ou grupos envolvidos com a atividade turística na comunidade, não se limitando à abrangência territorial, mas com a sua relação com o desenvolvimento local do turismo, vivendo ou não na comunidade. O Quadro 10 apresenta esses grupos.

Quadro 10 – Grupos de *stakeholders* do Turismo Religioso da Península de Itapagipe

Grupos de <i>stakeholders</i>	Definições/Exemplos
Representantes das Instituições Religiosas	Líderes sacerdotais das instituições religiosas que podem estar envolvidas diretamente ou não na gestão e governança do Turismo Religioso.
Líderes comunitários	Representantes de associações comunitárias/Redes, que lideram as associações e/ou cooperativas da comunidade.
Turistas e peregrinos	Turistas e peregrinos nativos ou migrantes.
Empreendedores Locais	Empreendedores ligados direta ou indiretamente à gestão e governança do Turismo Religioso no “Território de Fé”.
Operadores Turísticos	Entidades que prestam serviços relacionados à atividade turística no “Território de Fé”.
Gestores Públicos Municipais/Estaduais	Autoridades administrativas no âmbito municipal e estadual envolvidos com o Turismo Religioso no “Território de Fé”.
Representantes de ONGs/Fundações	Pessoas que representam Organizações Não Governamentais envolvidas com a gestão e a governança do Turismo Religioso no “Território de Fé”.

Fonte: elaboração própria.

Verifica-se que a Governança Territorial voltada para o Turismo Religioso da Península de Itapagipe é complexa e desafiadora, sobretudo por conta de sua geografia, demografia e condições de vulnerabilidade econômica e social. Ao longo dos anos, muitos foram os atores e as iniciativas que, em alguma medida, contribuíram para se chegar a um patamar inicial de qualificação do território. Neste sentido, as falas de alguns entrevistados convergem, tendo como pano de fundo elementos e fragmentos comuns à governança do território e à gestão social, sob vários aspectos e perspectivas, como a economia solidária, social e participativa, os atrativos físicos e simbólicos com a vocação turística, aqui tratados particularmente como

Turismo Religioso, mas que se desdobram em segmentos outros do turismo que potencializam ainda mais as oportunidades daquele território.

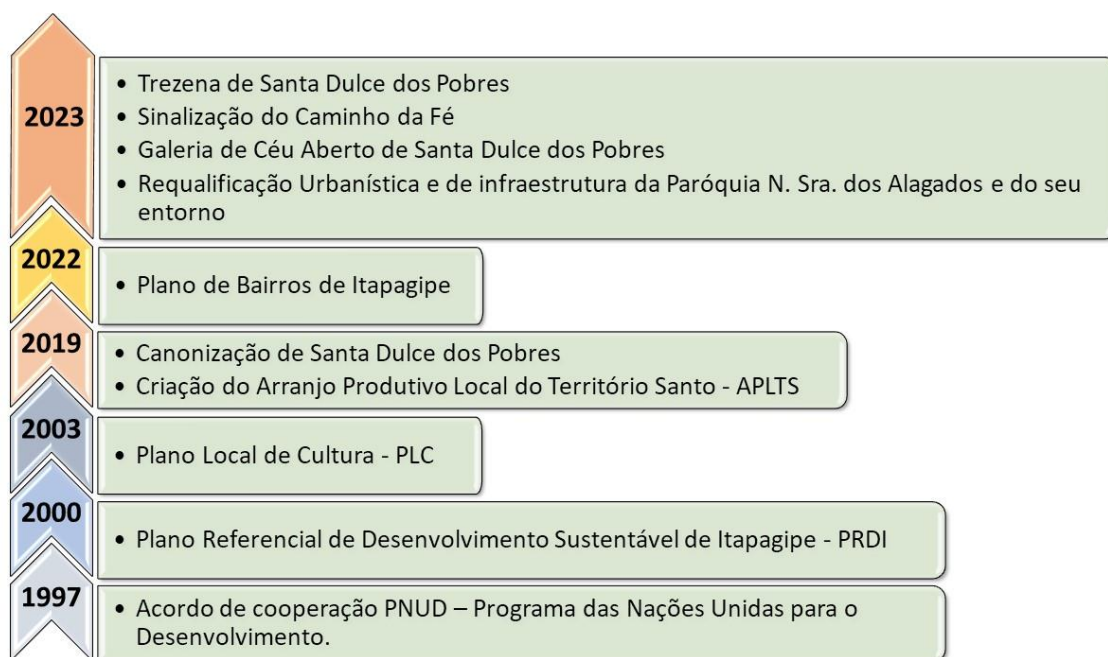
Assim sendo, para se compreender toda a construção do tecido da governança do turismo, é necessário entender o papel dos atores sociais/instituições que tiveram e têm uma função muito importante para se ter chegado ao estágio atual de qualificação da governança do turismo. Diversas iniciativas concretas e tangíveis observadas ajudam a apontar novos horizontes e oportunidades de qualificação em direção a um desenvolvimento local equânime e sustentável.

Muitos são os atores responsáveis por esse engendramento inicial, dada a abrangência e complexidade de se abacar a governança do território de Itapagipe. Neste sentido, houve a necessidade de se fazer um recorte e escolhas, tanto dos atores e sujeitos quanto das unidades de análise, enquanto delimitação geográfica e simbólica, para melhor compreensão do fenômeno como referência. Ainda assim, em algumas situações, eventualmente, pode-se ter extrapolado os atores ou áreas outras da mesma região, pois se trata de um território que integra 14 bairros e centenas de milhares de moradores.

Assim sendo, reitera-se que foram escolhidas como unidades de análise, a Basílica Santuário Senhor do Bonfim, Santuários Santa Dulce dos Pobres, Paróquia Nossa Senhora dos Alagados e São João Paulo II e a Casa de Oxum, todas localizadas na Península de Itapagipe, conforme Figura 1. Os atores entrevistados foram: representantes das instituições religiosas católicas e de matriz africana, no caso o Candomblé; Rede/Associações de Moradores; Turistas e Peregrinos; Empreendedores locais; Operadores de turismo; Gestores Públicos Estaduais e Municipais; e ONG/Fundações.

Na sequência, são identificadas as principais iniciativas e os projetos implantados para a promoção do itinerário do “Território de Fé” na Península de Itapagipe, dirigidos para potencializar o desenvolvimento local. Procurou-se reconhecer o papel desempenhado pelos representantes das instituições religiosas, Redes/Associações de Moradores, Empreendedores Locais, Operadores do Turismo, Gestores Públicos Estaduais e Municipais e ONG/Fundações, e também verificar a qualidade de governança percebida e seus resultados.

A Figura 39 expõe a linha cronológica das principais iniciativas e eventos que impactaram o Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, entre 1997 e 2023.

Figura 39 – Principais eventos e iniciativas da Governança do Turismo

Fonte: elaboração própria.

Dentre as iniciativas de governança da Península de Itapagipe está o Arranjo Produtivo Local do Território Santo (APLTS), que objetivou, inicialmente, estruturar ações para potencializar o Turismo Religioso, por assim dizer, com o advento da canonização que viria a acontecer em 13 de outubro de 2019.

Na perspectiva de Davoudi *et al.* (2008), os diferentes objetivos que caracterizam um processo de governança advêm dos distintos papéis exercidos pelos vários atores no território. Desse modo, a Governança Territorial é entendida como o processo de organização territorial da multiplicidade de relações que caracterizam as interações entre atores e diferentes, mas não conflituosos, interesses.

Nesse contexto, o projeto denominado APLTS circunscreve, especificamente, o Turismo Religioso católico. O Entrevistado D1 descreve os primeiros passos desse projeto:

Então, a proposta do projeto de fomento do turismo religioso católico surgiu em 2019, na reunião do Conselho das Obras Sociais Irmã Dulce, do qual eu sou membro. Na época, Irmã Dulce já era beatificada, já era beata, e surgiu o questionamento de que forma a canonização de Santa Dulce iria reverberar para o desenvolvimento da península de Itapagipe. Porque, para o desenvolvimento, para o incremento tanto das Obras Sociais Irmã Dulce como do Santuário, isso já era óbvio. O trabalho de Santa Dulce sempre foi extramuros. Ela nunca trabalhou enclausurada. Todo o trabalho de Santa Dulce foi no chão da comunidade junto aos mais carentes. Inclusive, ela é chamada do Anjo Azul dos Alagados por esse trabalho. Então, a preocupação dos membros do Conselho era como a canonização, a santificação de Irmã Dulce, na época, iria trazer reflexos positivos para a comunidade. Eu já tinha atuado em um projeto de arranjo socioprodutivo, o primeiro Arranjo Produtivo Local (APL) do estado da Bahia, que foi do vestuário, que eu que

idealizei, que trouxe, inclusive, essa metodologia aplicada para o estado. Foi o primeiro projeto de APL. E aí eu sugeri, na época, que nós atuássemos... no formato de arranjo socioprodutivo local, com foco no turismo católico. Considerando, em vez de identificar as carências de Itapagipe, eu busquei identificar as potencialidades, os eixos de desenvolvimento possíveis. E o turismo católico-religioso é um desses eixos, aliado ao turismo náutico e aliado ao turismo histórico, porque nós temos um acervo cultural, patrimônio cultural muito grande na Península, inclusive fabril. Mas eu sugeri ao Conselho que nós atuássemos no turismo católico, considerando a existência do Santuário do Bonfim, considerando a existência do Santuário do Colégio São José, considerando a existência do Santuário de Santa Dulce e considerando para mim um potencial santuário, que é a Igreja Nossa Senhora dos Alagados e João Paulo II, porque foi a primeira igreja construída em homenagem ao São João Paulo II, fora da Itália.

Figura 40 – Logomarca do Território Santo



Fonte: imagem cedida pela Coordenadora da Comissão do Arranjo Produtivo Local do Território Santo.

Na perspectiva do Entrevistado D1, foram muitos os resultados e as conquistas obtidos desde o APLTS, que podem ser resumidos em seis grandes projetos/resultados: reconhecimento do território de Itapagipe como Território Santo por parte do poder público, pois, até então, quando da criação do projeto, não havia essa percepção e este reconhecimento; construção do primeiro Plano de Bairro de Salvador, especificamente o Plano de Bairro de Itapagipe; requalificação urbanística do terminal de linha do Bairro Uruguai e da Igreja N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II; Festa da Trezena de Santa Dulce, que passou a integrar o calendário oficial da Prefeitura; criação de um mestrado em gestão social voltado para projetos de desenvolvimento da Península de Itapagipe; e criação de um grupo de trabalho para o turismo católico por parte da SETUR.

O Entrevistado D1 sintetizou sua percepção sobre a governança do “Território de Fé” de Itapagipe e os principais avanços e conquistas em relação ao Turismo Religioso. Na sequência, são encadeados fragmentos de suas falas que corroboram essas conquistas e iniciativas em ordem decrescente de importância, isto é, da mais relevante para a menos relevante:

Reconhecer. Até então ninguém via. Na Península de Itapagipe, eles viam as instituições, viam, digamos assim, a igreja do Bonfim, o Santuário, de forma... isolada. Isolada e sem uma articulação. Hoje nós criamos esse Território Santo. Isso é um produto turístico [...] A identificação, essa é a primeira. A legitimação, o DNA, o RG da Península de Itapagipe como um Santuário, não é mais o santuário de Santa Dulce, o Santuário do Bonfim. A Península é um Santuário. É um território abençoado. Então, isso, hoje, é um produto turístico. Até então ninguém falava da Península como um local de destino do turismo católico. O turista, quando vier, ele não vem só no Bonfim. Ele pode fazer um roteiro. Ele pode vir andando da Conceição, porque, para a gente, começa na Conceição, porque já vem até o Bonfim. Ele começa na Conceição, ele pode passar pela Feira de São Joaquim, ele pode passar pelas igrejas [pausa] todas as igrejas do território, o comércio, a feira de São Joaquim, que são toda a parte das igrejas. [...]

Mas o que eu preciso que você entenda é que algumas coisas funcionaram. Por exemplo, todas essas coisas de infraestrutura, por exemplo, agora a gente já tem sinalização, sabe? Que vem pra cá, que não existia, tem o próprio caminho da fé, o olhar da prefeitura, a prefeitura agora tá olhando pra Itapagipe.

[...]

O primeiro resultado, eu diria, concreto [Projeto do Território Santo] foi o primeiro Plano de Bairro de Salvador. Que até então não tinha. Então, não é um plano de bairro, é de bairros. Porque a Península de Itapagipe é formada em 14 bairros... Até então não tinha. Nenhum bairro de Salvador tinha. O primeiro, eu não sei quantos já foram feitos, mas esse foi o primeiro [...] hoje nós temos esse documento, que é, assim, uma diretriz da península. Serve para qualquer um... Seja um empresário, se ele quiser um perfil demográfico, se ele quiser uma questão de logística, tá tudo ali. E ali você mapeia as demandas.

[...]

A requalificação urbanística do fim de linha do Uruguai e da igreja dos Alagados. Isso já está fazendo. Isso, já é, com certeza, já é resultado. Observe, é isso que as pessoas não conseguem ainda visualizar.

[...]

A Trezena sempre existiu no Santuário. Hoje a Trezena é de Salvador. De 108 bairros, se não me engano. Conquista do Território Santo? Não. É uma festa toda organizada, com carreata, com procissão, com o serviço social...

[...]

A escolha da Península, foi fruto do trabalho... Quando eles viram esse trabalho que eu fazia aqui do território santo, já direcionou o mestrado para os projetos serem... Então... Isso já foi uma visão minha. Minha visão de estruturação da importância da academia no processo. Para justamente registrar, trazer. E todas... e, por exemplo, a UCSal [Universidade Católica do Salvador] ficou responsável pela pesquisa que foi feita no Bonfim. A UCSal fez uma pesquisa na Igreja do Bonfim, pra saber quanto tempo o turista ficava. Acho que a UFBA [Universidade Federal da Bahia] foi no santuário. Foi feita na Conceição da Praia, pesquisa. Foi feita na Igreja dos Alagados. Pesquisa com visitantes, de onde era, quanto tempo ficava, quanto gastava. Essas informações foram coletadas pelos trabalhos acadêmicos...

[...]

Eu tive um primeiro contato com a Coordenação de Turismo da SETUR [Secretaria de Turismo do Governo do Estado da Bahia], falei a ela do nosso turismo, a gente agendou com o secretário Maurício, e fruto dessa reunião nasce o Grupo de Trabalho de Turismo Católico na SETUR.

Na prefeitura também, a gente conseguiu incluir os roteiros católicos no site Visite Salvador. Nós conseguimos a sinalização turística da Península de Itapagipe com a SECULT [Secretaria Municipal de Cultura e Turismo]. A sinalização turística. Eu estou falando 2020.

Conseguimos o projeto Prodetur do BID [Banco Interamericano de Desenvolvimento] com a SECULT. Nós fomos contemplados nesse projeto com a sinalização turística da Península. Se você for hoje, todos os monumentos têm uma plaquinha. Você já viu a plaquinha? Ali foi nosso. A gente conseguiu inserir a Península no PRODETUR [Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo] da prefeitura do BID, Prefeitura/BID, e receber a sinalização turística [...] Depois, as iniciativas de projetos que aí relatam tudo isso: o papel dos

empreendedores, de todos esses atores, os fatores que limitam um pouco essa capacidade e a qualidade da gestão social, e uma agenda propositiva do que a gente pode fazer. Agenda propositiva do que pode fazer, mas que pode ainda avançar mais, talvez. Mas a gente tem uma agenda tão propositiva que não deu tempo de fazer, pois requer recursos... Não deu tempo. No Plano de Bairros, está lá no nosso propósito. Existe uma coisa que é fundamental para isso chama... palavra-chave... interesse genuíno. Você não faria isso que eu faço. Não é porque você não gosta, não que eu seja melhor. É porque o meu interesse é genuíno. Eu faço isso aqui de graça. E vou continuar. Não quero ganhar. Santa Dulce morreu, comprometeu a saúde dela, reduziu o tempo de vida dela em prol dos mais pobres. Por quê? Ganhava salário? Não. Saúde fragilizada. Ela diz, eu tô doente vou parar? Na cama, trabalhando, doente, morrendo. Isso chama interesse genuíno. Eu não estou me comparando na Santa não. Eu só estou dizendo que é isso que motiva. Isso que move. Isso que move. Não vai adiantar você dizer, vem Joãozinho do governo fazer. Aí ele perde o emprego dele, porque geralmente é cargo de confiança. Mudou o prefeito até o projeto esquece. Não é da comunidade... Não vive na comunidade. Não entende da comunidade. Ele não ganhou o salário dele. Ele vai ter que buscar sobrevivência dele. Não é isso? Não tem interesse genuíno. Eu tenho. Eu gosto. Eu sou Itapagipana, eu quero ver aqui. Não nasci, mas moro aqui. Moro não, trabalho aqui. Moro mais aqui, do que fora. Passo mais horas de vida aqui. Mas todo mundo gosta. *Eu tenho Itapagipe no sangue*. Isso aí você não vai ter. Por mais que o prefeito, por mais que o governador, por mais que goste, não vai ter. São sangue, é vibração, é nervoso. O sucesso disso é o interesse da comunidade.

O entrevistado G3 expõe sua percepção acerca da governança do território de Itapagipe e descreve como se deu a construção do Plano de Bairros de Itapagipe:

Na minha concepção, a Prefeitura de Bairros poderia ter um papel mais [estratégico] de gestor daquele território. Mas eles [os prefeitos de bairros] estão muito ocupados com a questão do cotidiano, da prestação de serviço da prefeitura. Então podia ir muito mais [...] Aí, por outro lado, nós recebemos aqui uma demanda, junto com o pessoal do turismo religioso, junto desse conceito de território santo, trouxeram para a gente. A gente estava fazendo território santo, mas a gente queria pensar alguma coisa do plano urbanístico, alguma coisa que pudesse pensar as ruas, pensar as calçadas, pensar... era uma coisa bem pequena. Aí a gente se debruçou sobre isso e, dentro do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano [PDDU], foi até uma experiência interessante porque, dentro do PDDU tem um conceito... PDDU é o plano diretor de desenvolvimento urbano da cidade. É o plano de urbanismo da cidade com todos. E dentro do plano diretor, ele fala de plano de bairros como uma estratégia de planejamento que sai do planejamento geral da cidade para um planejamento mais próximo. Você chega na escala do cidadão. Então, a gente foi através do plano de bairros. Foi essa ferramenta que a gente utilizou para pensar o território santo. No território santo, a gente pensava: Que tamanho é isso? Aí, fizemos uma primeira reunião, inclusive na época da pandemia, mapeamos algumas organizações sociais, pois a Península de Itapagipe é muito rica nisso. Eu acho que decorrente até da atuação de Alagados, onde teve a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental [ABES], que capacitou muita gente. Tem muitas organizações sociais. Aí, fizemos uma reunião com esse pessoal, A Rede CAMMPI. Isso tudo veio. Acho que lá tinha de Alagados. Com eles, mapeando qual era o nosso entendimento da Península. A gente não podia pensar. A Península falou: vamos melhorar as ruas, melhorar as praças, vamos ver como é que é isso. Como é que a população que mora aí? Como é que a população está? Como é que ela está de saúde? Como é que ela está de educação? Como é que ela se locomove? Como é que ela usa esse espaço? A estrutura urbana... água... esgoto... Tem um problema grave? E nisso... a gente foi mapeando com informações terciárias, secundárias. E fomos para reunião com eles. Eram 40 líderes, né? E aí apresentamos o mapeamento de Itapagipe. Itapagipe é composta de quatro territórios. Eles falaram bem assim. Em um território, é um território antigo, é um território tradicional, que é a península antiga. O segundo é um território social ambiental, que

é a parte de Alagados, que envolve um avanço sobre o mar e tem uma população com bastante carências. Um terceiro território é o território de Calçada, porque é um território onde tem uma atividade comercial muito grande. E, além disso, vamos renovar uma coisa. E tem o território do mar, porque esta parte de que é o lugar de Salvador, onde a relação com o mar se estabelece muito próxima. Nos outros bairros... os pescadores saem pro mar, as pessoas vão pra praia, comem na praia, mas lá, não. Lá tem uma relação. O parque, o pescador, é não sei o quê, é direto, é uma coisa mais próxima. Quatro territórios. Aí uma das pessoas da Rede CAMMPI falou assim: Ah, mas isso, exatamente por isso a gente tá nessa situação tão ruim! Por que vocês enxergam todos os investimentos? Vão pro território santo [rsss] o território antigo, que é o mais tradicional, que tem que ter que recuperar a igreja, ter que recuperar isso, não sei o quê, nada vem pra cá. Esse Itapagipe é um território único. Isso foi muito bom pra gente. E demos continuidade à discussão de Itapagipe dessa forma. A gente ia pro levantamento. A gente tava em época de pandemia. Eu ia, às vezes, escondido lá pro território, pra dar umas olhadas nas coisas, com uns colegas. A gente não podia sair, né? Mas fizemos isso e voltava e levava pro debate. Foi na pandemia e fomos fazendo isso, na medida que a gente foi se apropriando das informações. Então, lá pelas tantas, fez uma consulta, né? Olha, nós encontramos essas demandas todas aqui, mas, se tivéssemos uma prioridade, o que vocês fariam? Não fizemos uma consulta pra eles, fizemos pra cidade. Mas, na verdade, quem respondeu foi Itapagipe. E foi interessante que o pessoal da Rede CAMMPI mobilizou muita gente pra responder. Que eles falaram: Olha, é uma oportunidade que a gente tem, de falar sobre o que a gente tá precisando, é agora. Muita gente está estimulando os outros a responder... isso foi muito rico pra nós. Assim, o principal problema de Itapagipe, alagamento, drenagem. Então, o que apareceu assim, disparado na frente, é assim. Vamos mapear a drenagem, vamos ver o que precisa de serviços e vamos indicar projetos. Depois, segundo item que mais incomoda, mobilidade. Na hora do *rush*, tem gente que demora mais de uma hora pra sair, pra entrar em Itapagipe. E em época de festa, nem se fala! Ninguém sai, ninguém entra. Então, isso apareceu. E aí as outras coisas foram sendo identificadas. Aí dizem, bom, a gente vai fazer isso, agora vamos trabalhar por eixo temático. Já que tem uma indicação tão forte, vamos ver assim, no eixo temático de alagamento que está vinculado à drenagem, serviços urbanos, o que precisaria ser feito? O que a gente botou? Objetivos gerais, que seriam necessários. O que precisava ser feito? Aí, depois a gente trabalhou no conjunto dessas ações, e eles, juntos, eles davam conta daquela demanda que estava sendo... em que prazo seria isso? Então, o primeiro prazo, acho que era dois anos, segundo uma gestão municipal e o terceiro prazo. E trabalhamos nisso, trabalhamos no plano de Itapagipe, que é uma aplicação e ela foi construída assim. Pra gente, foi uma experiência enorme, porque a gente tava trabalhando em planos avulsos. E a partir daí nós fizemos outros, fizemos da Ilha de Maré, foi super interessante. A publicação tá saindo agora. E já estamos trabalhando, fechando também o de Canabrava. Mas foi uma experiência interessante.

Quanto ao entendimento e à percepção acerca da governança no “Território de Fé” da Península de Itapagipe, a suficiência das ações, projetos, iniciativas, resultados e oportunidades de requalificação, os Entrevistados A5 e F4 declararam:

Na escatologia tem uma máxima que diz assim: “O já e ainda não”. Já estamos salvos, já e ainda não. O céu já e ainda não. Então já e ainda não. Quer dizer, existem governanças e níveis de governança. E cada uma tem níveis. Existe uma governança que é uma governança secular no âmbito da igreja, isso, que é exatamente o que eu falei agora. Depois existe outra governança no âmbito da igreja que é minha. Vem aí do Concílio Vaticano Segundo. A gente está falando de 60 anos. Então, as paróquias se organizam em Foranias [...] As regiões episcopais, as Foranias, isso aí está... Existe um nível de governança, né? [...] começou a trabalhar empiricamente, viu? Empiricamente, tenho que confessar. E aí foi muito importante pra mim, esse tempo que eu passei com as aulas, né [mestrado]. Foi muito importante, sobretudo a

parceria que a gente fez com o SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apóio às Micro e Pequenas Empresas]. Então, de fato, quem vem praticando e ensinando a essa governança acontecer, no sentido mais amplo, porque é exatamente isso. Esse é um olhar que eu levo para diante... (Entrevistado A5).

[...] é um espaço já com algumas ações, alguma qualificação, mas me parece que há espaços para requalificação. Alagados, por exemplo, se, eventualmente, a gente fizer um fluxo de turista para lá, ainda tem uma demanda para se fazer. Por sinal, está sendo feito até um trabalho agora pela prefeitura, no entorno, de uma estruturação em termos de obra mesmo, mas há um espaço ainda [...] Não só a segurança, mas a parte asfáltica. Enfim, uma série de questões que ainda carecem, olhando no primeiro momento. Então, não é só o fluxo, só o turista, não é? Tem todo o trabalho anterior. (Entrevistado F4).

Em relação ao atual estágio da governança do Turismo Religioso no território de Itapagipe, o Entrevistado G1, comentou:

Não tem uma governança, na realidade. Não tem uma governança do modo clássico do que se diz... teria que ter de uma governança [...] E você tem algumas ações que são desenvolvidas, você tem uma determinada liderança e tem um mote hoje que você tem o quê? A Santa Dulce. Então, a OSID [Obras Sociais Irmã Dulce], teoricamente [...] por ser, inclusive, mais representativa do ponto de vista do turismo religioso. Então, você tem uma OSID que busca articular. Temos, por exemplo, Instituição A/Ator A, que faz essa interlocução de articulação, mas a governança, como uma institucionalidade, onde você tenha os papéis mais definidos, a sociedade civil mais interagindo dentro desse processo, incluídas com o projeto. Isso não, não tem. Então a gente tem ações ainda desconectadas [...] Existe uma relação próxima. Começamos a fazer, trouxemos a academia, trouxemos o governo do Estado, trouxemos a Secretaria de Turismo local, mas os atores da iniciativa privada e da sociedade civil participaram em algum momento, só que hoje isso não está, isso está disperso... não existe mais uma reunião, que eu acho que é algo que fragiliza, né, fragiliza do ponto de vista que você vê que as coisas fluem mais em direção ao elo mais forte, que é Santa Dulce, que tem o transbordamento para [...] a requalificação da igreja de João Paulo II, que isso tudo é fruto do momento inicial desses encontros da governança que a gente promovia junto com eles e aí que foi construindo uma articulação efetiva também de Instituição A/Ator A, que tem um trânsito dentro dessas secretarias, consegue articular. Mas, como uma governança forte, que tem periodicamente se reunido, discutido, projeto, ações e essas interlocuções com o mercado e com a iniciativa privada, buscando ter coisa, isso não existe. Efetivamente não existe. Existem pessoas, existem pessoas isoladas, pontuais, que estão fazendo movimento para fortalecer. E aí já cansando. E isso, para mim, é um ponto frágil desse processo, para se gerar uma continuidade [...] de uma ação que fortaleça mais ainda o turismo religioso na península. Porque você, hoje, está muito centrado em turismo religioso católico. Só que a gente sabe que lá, a gente tem representação da Igreja Evangélica [...] Então, para você ter um turismo religioso mais fortalecido, você teria que inserir nesta governança. Mais abrangente, né? Mas você teria que inserir nesta governança outras lideranças e outras representatividades dessas outras religiões. Porque aí, você, sim, consegue ter uma governança mais... democrática, vamos dizer assim, mais representativa dentro de um território, porque, quando você faz um movimento, como foi maravilhoso agora a experiência que teve, pra celebração foram treze dias de Santa Dulce, mas aí você percebe que é algo direcionado pra um único elemento simbólico.

Em relação a uma proposta de modelo de governança do Turismo Religioso no território de Itapagipe, o Entrevistado F2, argumentou:

Na minha visão, não deveria ser um player econômico ativo, e sim o ecossistema trabalhar junto para desenvolver. Porque aí você começa a ver outras questões. A igreja tem a sua imunidade tributária, a igreja é um player que não deveria engajar, às vezes, em temas econômicos. Porque lá eles [Exemplo Santuário de Aparecida] cresceram tanto que têm um exemplo do hotel. Se você perceber, eles começaram a perceber uma dificuldade do ponto de vista de estrutura hoteleira, porque os hotéis eram muito simples para o que você tinha ali. E aí, eles resolveram fazer um próprio hotel de qualidade, inclusive, foi o que a gente ficou, que é o Rainha. Enfim, só que aí, se você começar a lembrar, o hotel da Igreja tem uma vantagem competitiva em relação aos demais, porque, por exemplo, a igreja não paga impostos. Ela tem imunidade tributária. Então, assim, numa análise muito fria, eu não imagino que seja o caminho.

Esta seção apresentou o contexto da governança do Turismo Religioso da Península de Itapagipe, as instituições religiosas que foram objeto de análise e as primeiras iniciativas em direção ao Turismo Religioso naquele território.

6.2 PRESENÇA DOS ELEMENTOS DA GESTÃO SOCIAL

Nesta seção, são conhecidas as principais percepções do autor no campo empírico, acerca de como se manifestam os elementos da gestão social proposta, por meio das dimensões: capital social, poder local, interorganizações e intersetorialidade.

Em relação ao capital social, mostra-se como se dá a relação de confiança, participação, reciprocidade e cooperação entre os atores sociais envolvidos direta ou indiretamente com a governança do turismo no território da Península de Itapagipe.

Em relação à dimensão poder local, demonstra-se como são estabelecidas as relações entre os vários atores, se há, por exemplo, assimetrias nessas relações e eventuais consequências ou prejuízos para a governança do turismo. Como se dá o processo de decisão da governança do turismo: centralizado (autocrático) ou descentralizado (participativo).

No que se refere à dimensão das interorganizações, revela-se como são estabelecidas as parcerias e os grupos entre os vários atores e entidades organizacionais. Se essas interorganizações têm um caráter integrativo, dissociativo, sinérgico ou fragmentado.

Por fim, verifica-se a intersetorialidade com o objetivo de identificar as redes setoriais, isto é, os segmentos e setores de negócios, economia etc. envolvidos direta ou potencialmente na governança do Turismo Religioso na Península de Itapagipe. A intersetorialidade é também vista na perspectiva de como se estabelece a cadeia de fornecimentos dos produtos e serviços dos vários setores e segmentos envolvidos na indústria do Turismo Religioso.

Desse modo, a gestão social proposta é constituída de elementos e dimensões do capital social, poder local, redes interorganizacionais e intersetorialidade. Esses elementos coadunam-se

com o que traz Fischer (2012b) em direção a uma convergência das interrelações e articulações desses elementos no nível prático das relações na arena territorial, onde as coisas acontecem e se realizam.

Segundo Fischer (2012b, p. 116):

A gestão social pode ser considerada como um campo de conhecimentos e práticas tendo, portanto, dimensões epistemológicas [domínios do conhecimento] e praxiológicas [espaço de práticas] [...] Quando a gestão social é orientada ao desenvolvimento de territórios, temos uma dimensão praxiológica substantiva. O que nos solicitam as práticas de convergência? Como gerir interorganizações como um consórcio público que congrega prefeitos, sindicatos, gestores empresariais, gestores de cooperativas, movimentos sociais, lideranças indígenas e afrodescendentes e outras redes como fóruns e conselhos? As propostas de desenvolvimento territorial decorrem da identificação de problemas de educação, saneamento, habitação, saúde e outras que, por sua vez estão imbricadas em produção de bens, serviços, conectadas com organizações de mercados plurais (empresas, cooperativas, associações de produtores).

A distinção entre os recursos potenciais representados pelos laços pessoais e o compartilhamento das expectativas das ações dos residentes engajados em direção ao desenvolvimento da comunidade ajuda a examinar se o capital social influencia o desenvolvimento comunitário e de que modo isto ocorre (KASSAHUN, 2010).

Ressalta-se que o capital social corresponde aos recursos sociais, a exemplo de informações, ideias, influências e apoios que, diferentemente do capital físico (ferramentas, tecnologia, máquinas) e do capital humano (educação, competências, conhecimento), são acessíveis nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas (BURT, 1992; PORTES, 1998).

Para Burt (1992), a estrutura tem uma grande influência sobre o fluxo de recursos de uma dada rede. Os que ocupam posições-chave estratégicas na rede, especialmente aqueles cujos laços abrangem grupos importantes, pode-se dizer que têm mais capital social que seus pares, precisamente porque suas posições na rede ampliam-lhes o acesso a mais e melhores recursos.

Verifica-se, na fala do Entrevistado D1, a manifestação do capital social nas primeiras iniciativas de uma articulação com vários atores e a comunidade, para uma qualificação do território. Vê-se claramente, nessa perspectiva, uma percepção de engajamento por parte da comunidade, mas, por outro lado, informa que nem todos os atores e instituições participaram de forma efetiva e cooperativa no processo:

O território [Itapagipe] é bem delimitado geograficamente, com um pertencimento da sua comunidade muito forte, a ponto de que aqueles que nascem em Itapagipe é itapagipano e não é soteropolitano. Então, nós temos todo um senso de pertencimento, um território que, em 1997, houve uma intervenção muito forte do programa das Nações Unidas, o PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento], com a metodologia de DLS [Desenvolvimento Local

Sustentável], que, fruto desse trabalho, onde participaram vários atores sociais e institucionais, Banco do Nordeste, SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], órgãos do governo do Estado e da prefeitura e nascem daí dois núcleos de articulação: a Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe] com a comissão de articulação e mobilização dos moradores da Península de Itapagipe, e o outro o Núcleo de Articulação Institucional, o NAI. Um era da comunidade e outro das instituições. E criar isso foi o primeiro modelo de governança que surgiu do PNUD de 97. A Rede CAMMPI e o NAI. Uma da comunidade organizada da sociedade civil organizada e o outro das instituições. Aí foi o PNUD, o programa das Nações Unidas. Ele já veio com a metodologia. Ele entregou um documento, finalizou a consultoria... ele veio com a metodologia e aplicou [...] fruto daí surge esse documento, que é o Plano Referencial de Desenvolvimento da Península, que tem aí os eixos de atuação. Citava o turismo, mas não o turismo católico. E, na verdade, quando eu sugeri isso ao Conselho, eu trouxe junto com a metodologia. O Conselho é das Obras Sociais Irmã Dulce que conduzem. Então, o projeto Território Santo nasce dentro das Obras Sociais de Irmã Dulce. Não é um projeto da OSID [Obras Sociais Irmã Dulce] exclusivo, mas ele tem sua origem dentro das Obras Sociais de Irmã Dulce. Nasce ali. Uma proposta minha, que sou membro do Conselho das Obras Sociais, com a aprovação dos conselheiros. A partir dali, já que eu conheço a metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais, fiz o primeiro passo, que foi sensibilizar as instituições parceiras, potenciais instituições e a sociedade civil organizada e começar o processo de reuniões. A PASTUR [Pastoral do Turismo] entrou. Aí entrou a Arquidiocese, na verdade, entra arquidiocese, sendo a PASTUR representante. E aí nós fomos mapeando qual foi o primeiro processo: mapear todas as instituições que tinham interferência e pertencimento a um projeto dessa natureza. É um projeto de turismo religioso católico, onde a arquidiocese não podia estar nunca distante, óbvio. E vem aí a PASTUR. As obras sociais e representantes das principais igrejas. E aí eu cito, com atuação forte de uma representante da Paróquia de Nossa Senhora dos Alagados e João Paulo II, e uma representante da OSID [Obras Sociais Irmã Dulce] ponto focal. E o Bonfim não chegou. Participou, mas não houve um engajamento. Mas isso faz parte do processo. Os parceiros vão surgindo, até porque, como o Bonfim já tem uma estruturação muito desenvolvida, ele iria talvez ser um *benchmark*... não houve uma interpretação, digamos, do conceito de APL [Arranjo Produtivo Local], que é trabalhar a cooperação de todos os atores.

O Entrevistado D1 complementa, apresentando a sua percepção sobre confiança, uma das dimensões do capital social:

Como é que forma uma associação para a governança? Convivendo. Se você não convive diariamente com esses atores, você não gera confiança. Se não tem confiança, não tem cooperação, porque é convivência. É 3C, conviver para confiar, para cooperar. Nós temos essa cooperação. Essa reciprocidade. Nós temos essa cooperação, mas ainda solta. Fragmentada. [Em relação a confiança] A confiança existe porque o prefeito não ia aportar recursos sem confiança. Não é isso? Não é pouco recurso, é muito recurso. Não ia fazer uma festa, sem confiança. Não ia sinalizar o turismo, se não tivesse confiança. O SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] não ia criar uma marca e pagar um consultor, se não tivesse confiança. Confiança tem.

Na visão do Entrevistado A3, não obstante os avanços e as conquistas obtidos pelo comitê do APLTS, não se verificou um fortalecimento dos laços e vínculos entre os atores, tal como entende Granovetter (1973), manifestados pela ausência de confiança, participação, reciprocidade e cooperação, elementos constitutivos do capital social (PUTNAM, 2008).

Entretanto, são forças legítimas e, por vezes, conflituosas de poder que podem empreender novos caminhos para a Governança Territorial.

Eu não acho que nenhum deles tenha uma visão assim. Instituição A/Ator A vai dizer que Instituição B/Ator B estava com visão política. Não, não estava. Instituição B/Ator B queria ajudar a OSID [Obras Sociais Irmã Dulce]. O problema de Instituição B/Ator B é o seguinte. É que Instituição B/Ator B tem formas de fazer isso, que é diferente da forma da Instituição C/Ator C, que é diferente da forma de Instituição A/Ator A, que era o que eu estava tentando dizer pra todo mundo, sabe? Então, enquanto eu fiquei articulando, eu conseguia suavizar o pedido de Instituição B/Ator B. Aí, quando eu saí do processo, que Instituição B/Ator B ficou, aí bateu de frente e o projeto estagnou, porque as pessoas não estão acostumadas a receber ordens [...] E a Instituição B/Ator B, está acostumada a falar dessa forma. Uma gestão profissional de *performance* e tal, tanto quanto você pode ter esses grupos que têm perspectivas e visões e acha que é diferente, o resultado vai vir, aquela coisa. Você vai pegar uma Instituição C/Ator C, que muitas vezes tem vontade, mas não tem ferramental. Outras [instituições] que militam muito [...] Então, por isso que eu acho que a riqueza do trabalho é essa. Porque, digamos assim, no ambiente de forças legitimadas, forças sociais importantes, que alguns trazem mais elementos sociais, outros trazem elementos mais pragmáticos, mais econômicos, outros trazem elementos mais ambientais, outros políticos. (Entrevistado A3).

Em contraposição ao olhar de alguns outros atores, o Entrevistado A5 manifestou a sua percepção acerca do capital social:

E eu lembrava isso agora. Quer dizer, o ouvido atento para aprender quem era quem, quem é quem nesse multifator, ajudou a gerar um capital social e um clima de confiança. A compreensão de quem é quem. E a natureza da pastoral, a compreensão também da natureza da pastoral no sentido de que ela não é mais um ator supra institucional do *trade*. Então, compreender que a pastoral não vende, não hospeda, não comercializa, não guia. Nós não somos guia, nós não somos hotel, nós não somos... Sim, então não fornece os equipamentos. Nós não fornecemos. A pastoral é uma instância de articulação da comunidade. Agora, a gente prepara a comunidade. Aí, e como que a gente prepara a comunidade? A fé, a comunidade já tem. A experiência religiosa, a comunidade já tem. O que é que ela precisa? Ela precisa saber o que o turismo precisa para ser efetivo. Então, vamos trazer o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas]. O Sebrae criou a experiência de fé. O Sebrae assessorou na criação de *souvenir* identitários. O Sebrae, com a gente, articulou com artesãos e pequenas empresas, para criar *souvenir* identitário, a economia local. Então, quando a gente compreendeu quem a gente era, e quando a gente fez com que os atores todos entendessem isso, criou-se um clima de confiança e aí o capital social positivo.

O Entrevistado A6 revela a dinâmica do capital social nas relações entre a instituição e a comunidade:

[...] me fez lembrar de como que nós começamos, nos grupos de trabalho, a pensar nessa questão da comercialização, de serviços, dessas questões de indústrias. Mas servir o quê? A quem? Como? Onde? Claro, se você pensa no turismo de Irmã Dulce, lógico, já tem uma lojinha, tem um café, já tem uma estrutura que foi criada a partir da beatificação, a partir do movimento que foi criado, aperfeiçoado e agora tem uma grande reestruturação, reforma no memorial produto, fruto dessas articulações hoje necessárias para o tamanho, né? Do que se tornou. E aí vem o Bonfim, já tem quantos anos o Bonfim, né? E também nessa demanda de

olhar o turismo como turismo, porque antes era o Bonfim, era a venda da fitinha, era aquela confusão que tinha ali que o pessoal brigava tapas para vender uma fitinha. A partir da estruturação do turismo, da Pastoral do Turismo, foi se organizando e hoje está uma outra infraestrutura. Muito mais organizado. Envolvendo a comunidade e estruturando de acordo com a demanda. A demanda é essa. Aí começou a chegar especialistas, técnicos na realidade, para ir ajudando a administração da igreja [Paróquia N. Sra. dos Alagados e São João Paulo II]. Porque a administração da igreja não foi preparada para essas coisas, mas a pastoral, que é esse núcleo, que dentro dessa pastoral tem um representante de cada uma dessas igrejas na sua necessidade e juntos buscamos quem ajuda a organização. Eu entendo que a Paróquia dos Alagados, nós começamos pelos produtos, pelos serviços, por isso, para criarmos dinâmicas de venda de camisetas, das imagens disso... Porque havia um grupo aqui de tempos em tempos e o dinheiro ficava parado aqui na estante, que vinha para a igreja, subia as escadarias ali. Eu estava na igreja, mas não tinha uma lojinha, ou vinha de carro, subia, ficar na igreja, mas não tinha uma lojinha, tinha que descer as escadarias. Vinha aqui [...] quer dizer, é toda uma dinâmica de dificuldades. Então, você produz produto para si. Porque quem compra são os próprios paroquianos. Você entende? [...] Isso foi uma coisa feita nesse percurso que eu estou chegando, né? Aí a gente fazia assim, tinha a gente ficava igual a cachorro, né? A gente entre em si mesmo, né? Aí você produz as camisetas para os paroquianos comprarem [...] Você produz um terço, por exemplo, com a marca já da Nossa Senhora, para os paroquianos nos comprar. Mas quando vinha visitante, aí o visitante não tinha nem a oportunidade, às vezes, de ir... tão corrido que não tem esse tempo hábil de vim na Secretaria ou até mesmo que tenha uma mesinha ali vendendo. Mas é muito rápido e não dá tempo. Gente, então tem alguma coisa errada! A gente tem que parar. Então a gente... cuidamos agora da infraestrutura [ênfase]. Quais são as demandas? As demandas [de] que agora? As agências, que já estão mandando os seus grupos, que têm uma confiança maior agora, para que os seus turistas não sejam massacrados, como diziam naquela vez, massacrados, já tem uma outra confiança, já tem uma segurança, já tem um acesso melhorado e aí eles estão mandando os seus grupos, um ou outro vem, primeiro observa, sente que tem potencial, tem segurança e agora já está tomando corpo. As agências agora sabem que aqui tem uma agência. Faço contato com as agências, porque eu tenho uma agência. Eu tenho uma agência e estou dentro do mercado. Então, as pessoas me conhecem. Já tem um tempo que nós estamos nesse segmento de ir e vir. Então já tem uma. As portas já não estão semiabertas, já estão mais abertas. Se ampliando. Ampliando. Com essa revitalização, quando for inaugurar, aquelas pessoas que tinham medo, aquelas pessoas que não tinham muita confiança, aquelas pessoas que não sabiam que funcionava, aquelas pessoas que tinham curiosidade de vir, mas nunca teve oportunidade, vai ver na própria mídia as visibilidades, vai ser mais visíveis, tem uma visibilidade maior de comunicação, de acesso. É esse tempo que a paróquia vai estar se preparando, nessa gestão, de buscar os artefatos necessários, parceiros, os próprios moradores. Aí agora eles já vão estar preparados [...] Olha, a igreja mandou uma pauta, né? A programação de eventos que ela vai ter. Todo mundo vai saber agora, os eventos que tem [...] Não só os paroquianos, mas a comunidade toda vai saber que a festa da padroeira é do dia 28 de junho até o dia 7 de julho. Todo esse período vai ter movimento e que eu vou fazer um acarajé a mais, porque eu vou vender mais, porque vai ter mais. Então, a gente vai ver que tem uma quermesse lá em cima, com todo mundo subir e eu posso também dizer que a paróquia, que vamos também botar minha barraquinha lá, porque eu tenho meus artesanatos para vender. Não é só os membros da igreja que vão fazer, não. Agora está aberto, mas tem uma gestão, sabe? Pessoas ali para cuidar uns dos outros da comunidade. Aí a comunidade, não só a comunidade religiosa, católica, para estar envolvida, mas toda a comunidade. Vai ter ganhos, porque os ganhos, quanto mais eu me envolver, eles vão saber, né? Quanto mais eu me envolver com a realidade da paróquia, mais ganho eu vou ter.

O grau de desconfiança entre os órgãos públicos e a comunidade, em outras palavras, o baixo grau de confiança e, por assim dizer, o baixo nível de capital social, expressa-se na fala do entrevistado G3:

Olha... da experiência de Alagados... a gente fez esse trabalho com lideranças comunitárias. Então, não tinha muita vontade de que acontecesse. Então, a gente tinha um grupo de Alagados que estava super abandonados. O turismo religioso, quer dizer, tinha um foco bem, bem definido, mas sabia que o território, do jeito que tava, não podia, não seria favorável a ter uma demanda de turismo religioso, se o território não se instalava para isso. Tinha os santos, tinha as igrejas, tinha a fé, mas não tinha onde se ver. Então, assim, eu encontrei, na minha experiência pessoal, não tenho outra, neste caso, uma adesão por um objetivo né? Assim, tinha um objetivo comum. Todo mundo queria fazer um plano desse, né? E tinha. Houve trabalho. Agora, ao mesmo tempo, a gente conviveu o tempo todo com muita descrença. Ah, será que isso vai dar certo? Ah, isso é mais uma história. Quantas vezes a Prefeitura já veio aqui, fez um discurso, nada acontece? Isso a gente tá vendo também nos outros. Ah, só aparece aqui na época da eleição e não sei o quê. E agora vocês perguntando coisas pra gente e não dá em nada. A gente ouve isso. Em Itapagipe, a gente ouviu menos, porque a gente não estava direto com a comunidade, a gente estava com as lideranças. Nos outros bairros, a gente está ouvindo mais. Então, precisa uma ação paralela a um plano desse. O plano é uma coisa meio etérea. O que é um plano? Plano é uma estratégia de longo prazo. De curto, médio e longo prazo. Ninguém está acostumado a isso, porque a demanda que a gente estava falando lá do Prefeito [do] Bairro, está na porta. Eu não consegui me inscrever no SUS [Sistema Único de Saúde]. Eu não tenho saúde, eu não tenho educação, eu não consegui me inscrever na escola. Aí eles vão ter esse lado e ter esse lado é difícil a gente...

A perspectiva de poder analisada neste contexto refere-se a uma dimensão da gestão social que busca um equilíbrio das forças de poder e de um interesse comum. Neste sentido, entendeu-se como são estabelecidas as relações de poder entre os atores envolvidos direta ou indiretamente na Governança Territorial do Turismo Religioso na Península de Itapagipe. Como se dava essa relação de poder, se era vertical (de cima para baixo), se era em rede, participativa; como se dava essa interação com as comissões, associações, comunidade, poder público, entidades privadas, ONGs etc., e como isso era trabalhado nas comunidades.

Fischer (1993) entende a atuação do poder local como o exercício da influência e do interesse de pessoas ou grupos em um dado território. Esse contexto complementar, ambivalente e dual abriga, de um lado, o físico, o território delimitado e, do outro, as interações sociais que subjazem neste espaço com articulações e conflitos.

Sobre a noção de local, Fischer (1993, p. 10/11) esclarece:

[...] contém duas ideias complementares em um sentido e antagônicas em outro. Se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado e pode ser identificado com base, território, microrregião e outras designações que sugerem constância a uma certa inércia, contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar e, portanto, indica um movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns [...] ao se falar em local, alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e superpõem, com relações de cooperação ou conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto.

Neste sentido, algumas questões que emergem do processo de interação remetem a uma compreensão mais aprofundada, de modo a estabelecer os elos de interesse comum e de convergência.

Nesta lógica, Reed (2014) destaca que as interações sociais e os seus resultados sociológicos são manifestados com base em vários e diversos eventos em que ocorre a interação social. Isto é, a interação entre pessoas ocorre em todos os níveis e ambientes nos quais emergem questões de toda ordem, sejam políticas, étnicas e raciais, negócios, economia etc. É nesse contexto que se demandam processos de tomada de decisão, que culminam com as forças do poder revelando a sua potência, suas características e assimetrias. Neste sentido, o capital social revela os mecanismos de promoção e de troca, a posição dos atores-chave e a relação que estabelecem entre si, sendo, portanto, a confiança e os laços de reciprocidade e cooperação que podem determinar vantagens que diferenciam os atores e as suas relações de poder. Assim sendo, as pessoas ocupam posições de vantagem ou desvantagem, configurando a concepção relacional de poder.

É necessário e importante, a partir do relacional e da confiança, dissipar os conflitos de poder para alcançar-se um eixo comum, como sugere Morgan (1996), e chegar à solução. Nessa lógica, Morgan (1996, p. 163) conceitua o poder como “[...] o meio através do qual conflitos de interesses são, afinal, resolvidos. O poder influencia quem consegue o quê, quando e como”. O autor argumenta que não se chegou a uma definição consciente de poder. Enquanto algumas pessoas veem o poder como um recurso, como alguma coisa que alguém possui, outras o veem como uma relação social caracterizada por algum tipo de dependência, como um tipo de influência sobre alguma coisa ou alguém.

As relações de poder têm um caráter de embate e de discussão no campo das ideias para um bem comum, como argumenta o Entrevistado B1:

As relações, elas são relações que, algumas temporárias e pontuais em função de interesses pontuais, de intervenção, de alguns diálogos que a gente tensiona, porque é necessário a política, de fato, se efetivar, assim como a universidade, assim como são pontuais, atores no território, que, pela experiência de desenvolvimento territorial, você precisa e é necessário o diálogo, mais com uns, menos com outros, né? Mais fácil com um e mais difícil com outro. Com algumas resistências, tanto da Rede quanto algumas outras áreas e de outros campos, mas que é um espaço. A Rede tem sido um espaço de debate, de discussão. Como tudo na vida, tem é muita briga, assim, no sentido de buscar, de pedir, de querer, de reivindicar, né? E tem, de fato. Como qualquer lugar que junte mais de uma pessoa, as disputas são naturais. A gente não pode é achar que todo mundo vai ser, vai pensar igual, vai prevalecer o seu interesse. Então, tem as disputas, que é natural no sindicato, na escola, na nossa casa, na nossa vida, em todos os lugares. Mas não é isso que é o centro do... e nem pode ser o centro do nosso debate. O centro do nosso debate é o que converge, não o que separa. O que é que converge? É o que a gente está fazendo. O que

é que nós contribuimos com o debate, que não é da prefeitura, mas é do território, do plano de bairro? Contribuímos muito.

Observou-se não apenas conflitos de poder fora das instituições, mas também dentro delas. As organizações sempre foram arenas de governança, de disputas de poder, conflitos, competição, entre outros eventos. Verifica-se, no entanto, que, nos últimos anos, não obstante ocorrer um movimento de abertura da sociedade e das organizações de um modo geral, para as questões acerca da diversidade, gênero, racismo, misoginia, xenofobia etc., esse movimento revela manifestações que se refletem em iniciativas conscientes e de valorização dos seus produtos. Por outro lado, percebe-se também um acirramento dos conflitos dentro de algumas organizações motivadas, em alguma medida, pela presença, de forma subliminar, de alguns desses elementos causadores desses embates. Esses confrontos intraorganizacionais incluem também as instituições religiosas, que, igualmente, apresentam desequilíbrios e assimetrias de poder, como se verifica no relato do Entrevistado A1, acerca do que ele observa em uma das instituições e unidade de análise pesquisada:

[A irmandade] é uma organização religiosa sem fins lucrativos, formada por leigos, e ela criou uma concepção muito elitizada. Então, fazem parte da devoção pessoas que são influentes na cidade, que ocupam cargos, médicos, juízes, promotores, superintendentes, grandes empresários e que encaram a entrada e a participação na Irmandade como *status*, mas não como uma entidade religiosa e com esse empenho de trabalho, de trabalho para oferecer resultados, resultados, entendeu? E para explorar esse potencial, transformando aqui... lugar muito mais, muito mais, muito mais atraente. Eu sofro muito por não poder fazer o que eu gostaria. Eu sou um empreendedor, eu sou um visionário. Eu tenho uma sensibilidade muito grande de perceber o que precisa ser feito, mas fico com pés e mãos atados. Não é no sentido de que eu [...] não tenho o poder da governança, digamos assim. Eu tento fazer uma parceria, na medida do possível, passando para a questão social, tanto com empresas privadas, como profissionais, como prefeitura, governo do estado.

Em relação ao poder, o Entrevistador A5 comentou o seguinte:

[...] a gente exerce o poder com a igreja no que é da igreja, não é? Então, sei lá, não pode tirar foto com o chefe, com o flash, como se dizia antigamente, não pode entrar de biquíni na igreja. Só regra, não é? No que é de igreja, a gente exerce o poder, o que pode e o que não pode, mas no que é da gestão, a gente não é cabeça, a gente é um ente na colegialidade, oferecendo o que a gente tem que oferecer e dialogando e conversando, então o poder é partilhado. Na hora da governança, o poder é partilhado. E isso eu estou tentando deixar claro. É um esforço também, porque as pessoas olham para a igreja com olhar de autoridade, entendeu? E fica esperando. É uma decisão, né?

O contexto que se apresenta nesta unidade de análise é o de uma instituição religiosa católica cujo sistema de poder e de articulação territorial se vê enfraquecido de um modo muito

particular, na medida em que os papéis da sua governança são divididos com outra força de poder assumida pela Irmandade, que toma para si papéis outros de relevância na Instituição.

O poder religioso faz parte de um sistema de poder alternativo, que varia das outras formas de poder que se encontram no complexo político e econômico convencionais, embora, no seu campo de jurisdição ou de dominação territorial, para exercer a dominação monopólica, empregue tática similar. Isso se dá na Igreja Católica, através da articulação territorial (Diocese, Paróquias e Capelas), com meios adequados para dar força a essa pretensão de monopólio. É nisso que o poder simbólico da religião também se assemelha a outras modalidades de poder, especialmente à do poder político. (PEREIRA, 2008, p. 83).

Segundo Bobbio (2020, p. 100), o problema do poder, na filosofia política, é apresentado sob três aspectos que podem indicar três teorias fundamentais do poder:

[...] a substancialista, a subjetivista e a relacional. Nas substancialistas, o poder é concebido como uma coisa que se possui e se usa como outro bem qualquer. O poder subjetivo significa que o ordenamento jurídico lhe atribuiu o poder de obter certos efeitos. Porém a interpretação mais aceita no discurso político contemporâneo é a terceira, que se remete ao conceito relacional de poder e estabelece que por “poder” se deve uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria.

As relações de poder estão presentes na redes interorganizacionais sejam elas simétricas ou assimétricas, que incluem entre outras entidades as instituições governamentais. Nesse contexto, Ansell e Gash (2008) conceituam arranjo governamental como aquele em que uma ou mais agências públicas envolvem diretamente entidades não estatais como partes interessadas em um processo coletivo de tomada de decisão que é formal, orientado para o consenso, deliberativo e que visa fazer ou implementar políticas públicas ou gerir programas ou ativos. Essa definição enfatiza seis critérios importantes: o fórum é iniciado por órgãos públicos ou instituições, os participantes do fórum incluem atores não estatais, os participantes envolvem-se diretamente na tomada de decisão e não são meramente “consultados” por órgãos públicos, o fórum é organizado formalmente e se reúne coletivamente, o fórum tem por objetivo tomar decisões por consenso (mesmo que o consenso não seja alcançado na prática) e o foco da colaboração está nas políticas públicas ou na gestão pública.

As redes interorganizacionais são uma nova forma organizacional, que surgiu com a adaptação das organizações industriais, a fim de lidar com a incerteza causada pelo ritmo das mudanças (CASTELLS, 2005). Nesse contexto, como argumenta Fischer (2012a), as redes interorganizacionais ultrapassam os limites de uma organização e exercem-se em escalas de complexidade crescentes com conexões e interdependência.

Silva (2014, p. 156) esclarece, sobre as redes interorganizacionais:

No campo dos estudos organizacionais são comuns abordagens que tratam as redes interorganizacionais como modelo alternativo ao da grande firma integrada e hierarquizada. Nesta perspectiva, tais formatos organizativos são úteis por facilitarem a atuação conjunta e o intercâmbio de informações e recursos, gerando benefícios compartilhados como aprendizado, desempenho e redução de incertezas ambientais. Neste contexto, ganham destaque termos como redes de colaboração, alianças estratégicas, *joint ventures*, redes de micro e pequenas empresas etc.

Em relação às redes organizacionais, verificou-se, neste estudo, um histórico importante de formação de acordos, alianças, parcerias entre as inúmeras instituições públicas e da sociedade civil organizada voltado para os projetos de infraestrutura básica, especialmente nos Alagados. Entretanto, no contexto e na realidade atual, observa-se um certo esvanecimento dessas relações e um impacto do nível de capital social das instituições nas redes interorganizacionais. Nos relacionamentos, onde se percebeu baixo vínculo social, de confiança etc., não se viu a presença de confiança. Por conseguinte, não há formação de parceria.

O Entrevistado B1 comenta sobre as redes organizacionais:

E fomos construindo um conjunto de ações já em organização, ou seja, sobretudo na área cultural, não tinha Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe]. A Rede CAMMPI vai surgir com o PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] de 1998, 1999. Mas nós já éramos de um movimento antes do... Sim, bem lá atrás [...] Nós, na verdade, fomos na esteira da luta permanente da comunidade. Antes da Rede CAMMPI, teve comissão de grupos culturais, várias iniciativas de rede. Nós fizemos tentativas de articulação, de articulação em rede. Que aí não era uma rede só da área cultural, mas era gente que era ligada à associação, à luta pela habitação, pela educação, por um conjunto de outras... [demandas]. Outras que o território precisava e desejava. Chega em 1998, 1999, é que o PNUD chega no território. Aí você também tem todo um processo de urbanização, que passa a acontecer, da década de 80, né, pra erradicar as palafitas. E aí, algumas ruas vão consolidando, porque tudo foi entulhado a partir do lixo da cidade, e depois vai vindo o aterro, que é o aterro mais consolidado, com a abertura de ruas, com esgotamento sanitário [...] Urbanizando aquela parte do território que eu estou falando, de Alagados. Lá nos Alagados. E a Rede CAMMPI surge muito direcionado. Se você leu o objetivo do PNUD qual era, o foco principal era a geração de renda. É, mas com foco na geração de renda. A articulação comunitária estava muito focada nisso. Só que a luta por saneamento da habitação era tão forte no território que acabou caminhando, caminhando. E não é que sucumbiu a parte da geração de renda, mas ela acabou sendo maior do que o processo só da geração de rendas. Porque, para além da geração de renda, as outras coisas eram básicas e necessárias para a sobrevivência e a garantia de uma qualidade de vida para o território.

[...]

A CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe] surge nesse processo do PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento] e, posteriormente, essa rede assume a responsabilidade pela condução do processo do território, de desenvolvimento territorial. Sai da mão dos técnicos e vai muito para a mão da comunidade e das organizações sociais, a gestão. Mas nós não perdemos todos os técnicos, mas o núcleo do PNUD, ele deixou efetivamente de ter uma ação mais efetiva, mas a Universidade Católica permaneceu. Algumas áreas do município também, porque, na

verdade, o PNUD, ele atuava em rede, articulando o setor público, fazendo com que o setor público tivesse foco naquele território. E aí tanto o municipal quanto o público estadual. Então, alguns permaneceram, além da universidade, que não era poder público, mas sociedade civil. E nós fomos conduzindo o processo. Tinha um núcleo, que era um núcleo chamado NAI [Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe], que era um núcleo de apoio institucional, que é que, na verdade, na metodologia, fazia a ponte entre a comunidade e o poder público. Então, aquelas demandas, todas as demandas levantadas e que tinha sido formulado por várias mãos e que constituiu o plano de referência do território. Ano a ano a gente monitorava e o setor público tinha o papel de tornar isso efetivo, as políticas efetivas, as demandas [...] entrando na agenda mesmo. Na agenda pública, na verdade [...] E esse período foi um período que ano a ano a gente foi, a partir do plano que era a referência, constituindo um conjunto de outros instrumentos, como é o caso do plano de cultura. Nós fizemos um plano local de cultura que, antes do plano estadual e do plano nacional, a gente já tinha um plano de cultura. Então, nós subsidiávamos também o processo de construção da política de cultura no município e no estado, que nós fizemos o nosso. A gente tinha uma referência pelo nacional. Nós fizemos uma revisão do plano referencial, já em 2006, 2007, junto com a Universidade Católica, com o CIAGS [Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social] da UFBA [Universidade Federal da Bahia]. A UCSal [Universidade Católica do Salvador] tinha uma presença lá no início. E continuou. Mas chegou a UFBA, já em 2005 e 2006, focada, inclusive, no processo de gestão e de governança, e de planejamento de experiências parecidas com a nossa. Então, nós aproveitamos essa época para fazer uma espécie de avaliação do plano referencial. O que tinha previsto fazer em dez anos, em seis, cinco anos, nós não fizemos, e fomos fazer depois essa avaliação, dessa metodologia [que] foi aplicada no território e nós atualizamos a parte do diagnóstico. Atualizamos também porque, ano a ano, a gente fazia fórum de desenvolvimento local. A gente fazia um fórum anual que era, na verdade, para monitorar aquilo que estava sendo implementado pelo poder público, que estava sinalizado pelo plano. Aí juntava comunidade, setor público, setor privado e fazia aquele grande encontro e avaliava esse processo. Então, qual era a governança da rede? Pós PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento], porque, no PNUD, você tinha uma estrutura e você tinha também [...] uma estrutura de governança do programa. Do modelo deles. No outro momento, passou-se a ter uma governança [...] com a cara mais da comunidade, com o apoio técnico também de outros. Como é o caso da Universidade Católica, como é o caso depois da Universidade Federal, como foi o caso de alguns setores da Prefeitura, que também colaboraram no processo de estruturação da parte técnica mesmo. E depois nós [...] passamos a fazer a gestão mais geral da Rede. Eu lembro que, em 2002, 2003, já a Rede fez um projeto para o CESE [Coordenadoria Ecumênica de Serviço] que é a coordenação ecumênica de serviço [...] Aqui tem um fundo que financia vários pequenos projetos. Nós entramos no edital de redes, que foi um edital nacional, e nós fomos uma rede da Bahia contemplada por esse projeto, que era um projeto de três anos, que tinha o papel de fortalecer o processo de governança da rede, que aí a gente teve capacidade de fazer contratações, de desenvolver alguns projetos que eram de fortalecimento institucional das organizações sociais do território, seja elas no campo da geração de renda, por conta do forte apelo da economia solidária, organizações na área de educação, da área de saúde, da área de cultura. Resgatamos nesse processo também o que tinha no plano. A gente foi começando a implementar algumas demandas que o poder público não implementava, mas a gente passou a implementar, como é o caso do plano de cultura, como foi o caso de algumas ações que estavam no plano de cultura, a gente tornar ela real, como é o caso do encontro de “jegue de cueca com a jega de calçola”, que era uma troca criada lá atrás. Avançamos muito no campo da cultura, na gestão de Centro de Cultura dos Alagados. Na área de cultura, avançamos. Avançamos muito no debate sobre habitação, que era o coração, na verdade, da rede. É uma das áreas que a gente mais teve êxito no sentido de garantir que o poder público pudesse fazer a intervenção e chegar, de fato, à educação das palafitas. Então, nós mexíamos com todo mundo, com Caixa Econômica, com todos os atores possíveis para implementação, fazer com que aquela política chegasse efetivamente, do que nós produzimos do plano referencial lá em 1998, depois da revisão, é

parte básica do plano de bairro, esse último, né? Eles atualizaram um conjunto de coisas, mas tem muito elemento que foi do plano referencial que nós construímos.

[...]

Como eu disse pra você, hoje a gente não tem mais o número de organizações que nós tínhamos. Eu falo da Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe] com os outros, com as ONGs [Organizações Não Governamentais], operação logística de turismo, empresa de viagem, enfim [...] Porque, assim, cada organização, não todas, mas uma parte delas, elas têm uma ação efetiva que é ação. É, tem uma iniciativa com a Associação Santa Luzia e a Rede REPROTAI [Rede de Protagonistas em Ação de Itapagipe], que é uma rede de jovens. Tem uma iniciativa também. Aí você vai ter várias iniciativas conduzidas e gerenciadas pelas organizações, a partir dos projetos que são desenvolvidos por essas organizações. Então, só o grau de relação no território, há um reconhecimento por parte do público, de setores do setor privado. Por exemplo, o Outlet Center, sabe da existência da rede CAMMPI, o condomínio de fábrica sabe da existência da rede Rede CAMMPI, o CESE [Coordenadoria Ecumênica de Serviço] sabe da existência da rede. Então você tem forças vivas, seja de público, da sociedade civil, reconhece como importante no sentido, o território santo reconhece a importância da rede. A prefeitura de Salvador, quando vem fazer o plano de bairro, ela reconhece que tem a base, tem uma base constituída naquele território.

[...]

Óbvio que, no primeiro momento, nós tínhamos 48, 50 organizações sociais. Isso foi reduzindo. Hoje tem em torno 15 e 20 [...] Oscilando, né? Tem período que tem mais. São essas as organizações sociais. A gente fez uma opção de não institucionalizar a rede, para que ela tivesse autonomia. Cada organização, ela tem sua autonomia, e o papel da rede não era tirar a autonomia das organizações. Então, se a gente institucionalizasse, você acaba criando uma hierarquia, né? É, então, assim, não tem direção. Tem um corpo que se reúne. Que se reúne e que toma decisões, que toma decisões, que articula, que pensa o território, que organiza algumas ações.

O Entrevistado G2 revela o seu entendimento acerca da formação das redes interorganizacionais:

Bom, vou lhe dizer que é fragmentado, sim, rsss. Você só vê uma união, quando tem interesses comuns, mas é cada qual participando, *puxando para si*. Isso é fato. Quando é uma característica nossa, da nossa empresa x nossa metodologia é totalmente participativa. A gente não entra em nenhum trabalho com algo pronto de cima para baixo. Tudo é construído com a comunidade, para a comunidade. Seja qual comunidade for, se for de empresário, se for de comunidade quilombola, se for de terreiro, se for na igreja, sempre vai ser dessa forma.

O Entrevistado F4 posiciona-se em relação às redes interorganizacionais da seguinte forma:

Essa parte de qualificação não é do Estado, é da prefeitura. Nós estamos em diálogo permanente, tanto com os Santuários quanto com a própria Pastoral do Turismo [...] nossas ações são muito conduzidas de forma muito próximas, porque a gente parte do princípio que a própria Arquidiocese, ela é responsável por uma série de questões e tem questões que a gente precisa entender para poder depois atuar. Você não pode atuar sem entender como funciona. A gente faz sempre esse diálogo permanente, tanto que foi a partir do diálogo que nós fizemos uma reunião, essa atual gestão da Secretaria. Eu *botei* todos os atores numa reunião conjunta, foi a pastoral, foi em 2021. Foi o SENAC [Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial], o sistema F, o sistema S, o SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], foi a universidade, foram algumas secretarias, porque, por exemplo, você trabalha com um artesanato, que é o *souvenir*. Então, convidamos a SEPROMI

[Secretaria de Promoção da Igualdade Racial], porque ela é responsável pela parte da SESOL [Superintendência de Economia Solidária], que é uma parte de qualificação dos artesãos da Bahia. Uma das coisas que a gente *bate muito*, que a gente trabalha muito é a questão da sustentabilidade. Então, que o artesanato seja de produto que [...] não agrida o meio ambiente, certo? Tem uma sustentabilidade. Evita usar plástico, coisas que não sejam naturais [orgânicas]. E a gente está buscando, no dia a dia, a cada novo passo, buscando fortalecer o segmento, entendeu?

[...]

O que eu estou chamando é a transversalidade [...] por isso que a gente busca estar dentro dos nossos grupos de trabalho, outras entidades, para que a gente possa caminhar juntos, entendeu? Houve um trabalho que foi feito pela SEBRAE [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], chama Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), que fez tanto do católico quanto de matriz africana. Então assim [...] a Secretaria do Turismo faz parte dos dois destinos. Tanto o turismo católico e o turismo religioso quanto o... E aí a gente traz as demandas, aquilo que cabe à secretaria. Que nem sempre tudo cabe à secretaria. A gente não consegue, não consegue. Porque é muita coisa, mas a gente promove. Por exemplo, se você não sabe, a gente faz... tem uma grande feira católica, que é chamada Expocatólica, que acontece em São Paulo. É o segundo ano consecutivo que a gente leva cinco santuários. Porque a gente trabalha num aspecto do estado [da Bahia], a gente não pode trabalhar Salvador. Salvador é o maior município. Mas a gente tem que trabalhar o estado todo. É como se vendesse fora isso. A gente vende. A gente não fala a palavra venda, a gente faz promocional. A gente promove o destino [...] Essa folheteria... muito bem estruturada, e conventos e os mosteiros, a gente leva para essas feiras. E aí quando há também, vamos dizer assim [...] a romaria do Senhor Bom Jesus da Lapa. Nós fazemos uma folheteria específica. É falar, para falar um pouco da história e, quer dizer, eles não sabem a história. É, então, assim. A gente fala como começou toda história [...] como a Aparecida. Aparecida foi um pescador que achou uma imagem, trouxe, que ela era uma N. Sra. Negra. E aí, Aparecida. Na verdade, são outros santos, São Bento, e isso foi tomando proporções, porque deve ser algo... foi algo muito grandioso, mas a gente entende o turismo como um serviço que ele não é tão simples, ele é complexo. Na verdade, ele envolve todas as cadeias de serviço, que vai de serviços de deslocamento, a hospedagem, a alimentação.

O entrevistador G1 tem a seguinte visão acerca do contexto atual das redes interorganizacionais:

Como eu posso colaborativamente formar? Eu não vou deixar de levar o meu cliente, eu vou ter um custo muito alto. *Eu vejo em rede*, quem tem coisa e precisa de um operador. Então, onde você tem uma operadora, por exemplo, dentro da OSID [Obras Sociais Irmã Dulce] que faz os... É a Dulce Tour. Como é que é a relação da Dulce Tour com essas outras agências? Eu não tô vendo isso. Então, ela tá operando tudo sozinho. Tudo separadinho. Só que, quando a gente colocou isso no processo de governança mesmo, quiser retomar, é o seguinte, tá aqui. A Dulce Tour é uma operadora, mas ela tem que fazer a interlocução dela com os outros agentes do mercado, porque ela é operadora, ela forma o pacote e vende. Agora, ela fazer o pacote e operar é diferente. Então, como é que está o papel e a ação? É isso que precisa ser feito para poder dinamizar e organizar. Aí você vem com a Catedral, que quer contratar um receptivo local que vai fazer. A Catedral chegou pra gente e disse: Eu tenho, eu posso botar cinco mil pessoas pra levar cinco mil pessoas pra Salvador. Mas eu preciso de infraestrutura, de hospedagem, de uma série de coisas. Então, hoje, isso está se despontando já com o interesse do setor privado em ter. Você não tem, na Península Itapagipe, um hotel qualificado para permanecer esse peregrino ou esse turista que vem motivado pela fé, e ele faça os passeios na Península, que você retenha ele na Península. E isso é que precisa estar. Eu já conheço o histórico da Península de muita coisa. Então, isso precisa estar muito claro. Se eu chegar hoje e ficar hospedado aqui no Bom Pastor, ali atrás, no Bom Samaritano, ali atrás, ou lá em cima, o que que você me oferece, além da

experiência de fé? Aí eu posso pegar passeio de barco, eu posso ir em tal lugar, eu posso visitar o museu do sorvete, eu posso fazer isso. Então, é ter uma rota integrada, onde eu permaneço com essa pessoa para ir explorar Itapagipe. Eu posso ir para o ateliê de Prentice, para que ele faça um azulejo identitário com assinatura, e eu levo pra casa como *souvenir*. Eu conheço o ofício da pintura dele. Eu tenho a laje, a coisa que você tem. Então, você tem alguns atrativos. Esses atrativos, eles precisam se conversar. Eles precisam entender que eles fazem parte de uma rede e que a experiência é religiosa, mas a experiência do acolhimento, da hospitalidade, que é o que preconiza o turismo, entendeu? E como você faz isso de forma integrada? Esse é o meu pensamento, tá? Só que esse pensamento para ação tem uma distância aí. Tem uma lacuna. E outra, você tem os pioneiros que tentam fazer, mas como não tem uma continuidade, eles cansam. E aí eles desistem [...] essa coisa intermitente, que não gera uma continuidade, mesmo que seja pequena, mas precisa ter essa continuidade, precisa se criar o hábito e isso é algo que tem que ser discutido numa governança, onde você tem esses atores presentes que coloquem também com a sua dificuldade, que é uma visão minha, mas qual é a visão do empreendedor, o que é que ele fala? Isso que é importante ser trabalhado e fortalecido numa governança. É você fazer isso para quem vive. Como a máxima do turismo é se o local é bom para quem vive, é bom para quem visita.

Junqueira (2014, p. 106) assim entende a intersetorialidade:

[...] dimensão importante de um sistema de gestão social, na medida em que incorpora “uma nova lógica de governar os problemas sociais, ou seja, de planejar, implementar e avaliar a prestação de serviços e políticas públicas municipais”. Em ambos os casos, ainda que em diferentes medidas, a intersetorialidade implica na rearticulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses.

O autor destaca que a intersetorialidade pode ser potencializada no contexto municipal, considerando as suas especificidades e dimensão territorial. O território, por si só, já é uma unidade de gestão intersetorial, pois é nele que se percebe que a setorialização dos problemas sociais só faz sentido para fins de análise, pois, mesmo para fins de gestão, ela pode tornar-se limitada. Por isto, a intersetorialidade é uma nova lógica capaz de reorganizar a atuação das organizações municipais, que passaria a promover a integração de saberes e de percepções do homem e de sua realidade socioterritorial. Desse modo,

O conceito de gestão intersetorial e de rede cria novas possibilidades de intervenção, gerando em cada um de seus membros a participação que viabiliza a reconstrução da sociedade civil. Ocasiona a criação de respostas novas aos problemas sociais, tornando mais eficaz a gestão social, que se caracteriza por ser intersetorial, articulando instituições e pessoas para construir projetos, recuperar a vida e a utopia. (JUNQUEIRA, 2004, p. 30).

Góes e Machado (2013, p. 630) entendem as ações coletivas como articuladoras de processos como a construção de redes intersetoriais:

[...] diferentes setores sociais e se dá como um processo que possibilita: a) a integração convergente entre os diferentes segmentos sociais; b) a construção de redes intersetoriais capazes de articular, integrar e conhecer as reais demandas da população em situação de

vulnerabilidade social; c) o fortalecimento do poder dos setores populares; d) a produção de novos conhecimentos.

Em relação à intersectorialidade, verificou-se que, não obstante a realização de projetos e iniciativas voltados para o Turismo Religioso, não se verificou integração de todos os atores envolvidos no Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em torno de um desenvolvimento local inclusivo, participativo e abrangente, que trouxesse, de fato, um impacto e resultado favorável para mitigar as condições de vulnerabilidade social da comunidade daquele território. Os benefícios e a participação da comunidade do território devem, portanto, ser inseridos de forma objetiva e pragmática tanto nas iniciativas privadas como nas políticas públicas, a exemplo das iniciativas dos grupos da sociedade civil organizada, como alertam os Entrevistados B1 e G1:

As iniciativas todas de economia solidária que existe e tem, e outras iniciativas para além disso, precisava entrar nesse debate. Porque a lógica do Estado [...] é uma lógica que exclui, ao invés de incluir. Que, quando chega num território desse, que tem possibilidade de melhorar as condições de vida, ao invés de você pensar desenvolvimento de baixo pra cima, você pensa de cima pra baixo. Aí chegam exatamente as grandes [...] grifes de alimentação [...] As grandes grifes é que vai determinar e aquele que historicamente esteve ali vai ser apenas o prestador de serviço. Então, todo esse debate de desde o investimento em infraestrutura, da geração de trabalho-renda, da questão religiosa, das denominações diversas religiosas, confissões, da necessidade de investimento em infraestrutura, em áreas com menos infraestrutura, para que você pudesse de fato melhorar a qualidade de vida das pessoas, porque o entendimento nosso é que, se você está num território, você possibilita trabalho, você possibilita condições de vida para quem mora ali, você vai ter menos problemas de segurança pública, porque a solução é sempre botar a polícia para bater e matar e prender aqueles que são de origem no território e que não são beneficiados nesse processo. (Entrevistado B1).

Quando a gente fala que precisa ter um trabalho forte, de levar via Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe], via o NAI [Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe], por exemplo, esse entendimento e das possibilidades de oportunidade é para isso. Então, a governança tem que trabalhar nessa diretriz, de trazer suas oportunidades e fazendo essas articulações, para que crie essa ambiência favorável, para que você consiga dinamizar esse roteiro como um fator diferencial. Por exemplo, na cidade de Salvador, hoje, se você olhar, você tem o Centro Histórico, que concentra o maior número de igrejas de um patrimônio arquitetônico maravilhoso que você tem. E na Península de Itapagipe, você tem o quê? Você tem a fé. Você tem experiência religiosa, né? Experiência religiosa. É isso, experiência religiosa. Você tem a parte arquitetônica, a igreja do Bonfim, por exemplo, e tudo, mas você precisa trabalhar patrimônio cultural, experiência de fé. (Entrevistado G1).

Dentre os esforços envidados em direção às redes interorganizacionais e a intersectorialidade, destaca-se a elaboração do Plano de Bairros de Itapagipe.

O Plano de Bairros de Itapagipe objetiva contribuir para o desenvolvimento integrado e sustentável dos 14 bairros da região. Como instrumento do planejamento municipal, reporta-se às diretrizes e instrumentos da Política Urbana expressa no Plano Diretor de

Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU), assim como às escalas de tempo definidas para sua implementação e revisão. O conteúdo deve abranger: critérios e diretrizes sobre a mobilidade urbana; projetos de intervenção; critérios e restrições específicas de uso e ocupação do solo; proposta de ações indutoras do desenvolvimento local com base nas diretrizes do Plano Diretor e considerando as potencialidades locais; indicação de prioridades, metas e orçamentos. Metodologicamente, o Plano de Bairros possibilita uma maior aproximação com o território, uma mudança de escala que permite um olhar mais acurado sobre as especificidades geográficas, ambientais e populacionais, sobre as características da urbanização e sobre os problemas locais. Não se trata de um mero detalhamento do PDDU, mas de uma ampliação do alcance das análises e das soluções a partir de uma visão de dentro para fora do território ou, ainda, da relação dos territórios entre si e destes com a cidade da qual fazem parte. Nessa perspectiva, deve extravasar os limites territoriais e se vincular a um projeto de cidade. (SALVADOR, 2021, p. 16).

Entender como se deram os primeiros passos em direção a uma requalificação do Turismo Religioso do território santo, na perspectiva de outros atores e instituições, constituiu um ponto de interesse da pesquisa realizada. Iniciaram-se reuniões com os atores ligados ao território santo, especificamente referente à religião católica, com o intuito de preparar o território de Itapagipe para o advento da Canonização de Irmã Dulce. Esses trabalhos iniciais contribuíram para, mais à frente, construir-se o Plano de Bairros de Itapagipe.

Dentro dessas reuniões, cada especialista dessas organizações indicava o que precisava requalificar ou tomar, dar início a algo que naturalmente existia, mas que, por existir, naturalmente não era valorizado. Não. Cada um cuidava do seu. Não tinha essa coisa integrada, sistêmica, esse movimento, né? Não. Se você [...] quisesse falar com a paróquia dos Alagados, eu estava na Paróquia com os Alagados, porque eu estava. Mas, se você quisesse falar com o Bonfim, não. No Bonfim tem uma organização, tem a Paróquia, que você não sabe o que é. Com essas reuniões, viu-se que descobriu que não tinha um plano [...] Aí se chamou os técnicos, que eles estão aqui [...] Depois, apresentamos os relatórios que necessário, de descoberta do que realmente tinha e o que precisava ser feito. A Fundação Mário Leal Ferreira, o prefeito anterior era ACM [Antonio Carlos Magalhães] Neto, viu que ele tinha na mão, chamou a Fundação que era responsável pela requalificação de Salvador. E aí deu pra responsável pela Fundação esse trabalho de fazer esse levantamento de um plano. O Plano do Território de Itapagipe. Então [...] foi esse plano que deu a diretriz, deu início, meio e fim para toda a política da Itapagipe. O primeiro ponto a ser requalificado foi a educação do turismo, a esta coisa específica do turismo [...] Aí entrou o turismo religioso, que era o mapa, o turismo náutico, que, de qualquer maneira sempre existiu, mas está dentro desse plano também, e a requalificação dos 14 bairros dentro da visão como a amplitude do turismo. Mas, assim, isso também foi resultado já dessa, não vou dizer provocação, já dessas reuniões também. Foi resultado dessas reuniões, o plano [...] diretor, digamos assim. É, o plano de bairros da Península. Da revitalização dos bairros da Península. Foi fruto dessas reuniões. Não é fácil, não. É uma coisa bem, bem bacana. Então saiu um plano. (Entrevistado A6).

Nesta seção, revelou-se a presença dos elementos da gestão social – capital social, poder local, redes interorganizacionais e intersetorialidade – na dinâmica da governança do turismo na perspectiva dos atores envolvidos no Turismo Religioso no território da Península de Itapagipe.

6.3 ATRATIVOS MATERIAIS E IMATERIAIS E INFRAESTRUTURA TURÍSTICOS NO “TERRITÓRIO DE FÉ”

Nesta seção, apresenta-se a percepção dos atores entrevistados acerca dos atrativos materiais e imateriais do território da Península de Itapagipe.

Na visão do representante de uma instituição religiosa, Entrevistado A1, seriam atrativos da região de Itapagipe:

Eu considero a cidade baixa com essa região de Itapagipe privilegiada, primeiro com relação à natureza. É uma área muito bonita, é uma área com características interioranas. Temos praias belíssimas, avenidas belíssimas, temos essa realidade de Alagados, de pobreza, mas que tem uma história, tem um potencial muito grande. Nessa região, estão localizadas igrejas que são referenciais na cidade do Salvador. Temos Nossa Senhora dos Alagados, uma igreja que foi inaugurada pelo Papa Francisco. Temos outras igrejas, os Mares. Temos a Igreja da Penha, Igreja da Boa Viagem. E assim por diante, Igreja dos Mares. Aqui pisaram vários Santos. São João Paulo II, Madre Tereza de Calcutá, Irmã Dulce, um território Santo. Lindalva, bem-aventurada Lindalva, foi martirizada aqui. Então, a Cidade Baixa, eu diria, tem uma vocação turística no sentido amplo, ecológico, cultural e, principalmente, religioso. Porém, não temos atenção dos poderes públicos, infelizmente, não é? De não valorizar esse potencial, de não oferecer a essa região a estrutura adequada e necessária, de não preservação e valorização desses ambientes, desses lugares, desses pontos turísticos que, apesar de serem visitados, poderiam ser mais requalificados, *requalificados*, né? E poderiam ser mais atraentes a partir de uma visibilidade maior. Tanto Santa Dulce como aqui, os dois santuários lá, bem mais novos, aqui que tem uma história mais antiga, não é? A Basílica estará completando, no próximo ano, 270 anos e nós não temos a estrutura de um santuário, verdadeiramente, não é? [...] Aqui vem muita gente do centro da cidade. As sorveterias daqui atraem muito. Não é essa coisa da tradição? O sorvete da Ribeira, o acarajé, a gastronomia daqui da região, a moqueca, o pirão de aipim. São muitos os atrativos. E esse apelo do religioso. Por exemplo, hoje, primeira sexta-feira do mês, o povo tem uma devoção muito grande ao senhor do Bonfim. Última sexta-feira e primeira de cada mês. O número de fiéis aumenta e a última sexta-feira e primeira do ano é uma coisa que você não tem ideia. Infelizmente, nós não temos como calcular ou como comprovar numericamente o número de pessoas, mas eu calculo, sei lá, umas 500 mil pessoas, 600 mil pessoas, sei lá. É um fluxo muito grande. Engarrafa a cidade toda, as missas são campais. Para você ter uma ideia, nós celebramos 13, 15 missas. Essa praça fica loootada [ênfase]. Em termos de expressão religiosa, é muito mais do que a festa.

A experiência de fé como principal atrativo do Turismo Religioso é mencionada pelo depoente G1:

[...] territorialmente, na maioria dos Santuários e tudo, você está em centros afastados. E aqui não, a gente está dentro de um bairro. Com todas as suas condicionantes de um bairro. Um bairro iminentemente residencial, que tem toda uma vida que circula em torno dessa coisa e que, às vezes, ele não interage tanto também com isso, não tem essa percepção. Quando a gente fala que precisa ter um trabalho forte de levar via Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe], via o NAI [Núcleo de Articulação Institucional de Itapagipe], por exemplo, esse entendimento e das possibilidades de oportunidade é para isso. Então a governança tem que trabalhar nessa diretriz de trazer suas oportunidades e fazendo essas articulações, para que crie essa ambiência favorável, para que

você consiga dinamizar esse roteiro como um fator diferencial. Por exemplo, na cidade de Salvador hoje, se você olhar, você tem o Centro Histórico, que concentra o maior número de igrejas de um patrimônio arquitetônico maravilhoso que você tem. E na Península de Itapagipe, você tem o quê? Você tem a fé. Você tem experiência religiosa, né? [...] Você tem a parte arquitetônica, a igreja do Bonfim, por exemplo, e tudo, mas você precisa trabalhar patrimônio cultural, experiência de fé. Tanto é que o trabalho que a gente desenvolveu lá foi muito nessa questão da experiência de fé [...] E essa experiência de fé, ela integra-se com a permanência do turista que precisa de uma infraestrutura. Por exemplo, você tem a loja de Santa Dulce, né? No Bonfim, você tem aquela loja de coisa que poderia ter muito mais o artesão, de ter um *souvenir* identitário [...] Tem lá uma réplica da relíquia, alguma coisa assim, como Santa Dulce tem, através do café, através da lojinha, que foram coisas que, durante o processo de prototipagem, isso foi trabalhado com eles, para serem desenvolvidos. Mas os outros locais também precisam. Ao longo do caminho da fé, você pode ter outros artesões, outras coisas, sendo que são negócios que são dinamizados, porque o acolhimento, o peregrino, ele vai fazer a coisa da fé, mas ele quer comer. Ele quer levar lembrança.

Os elementos materiais e imateriais fazem parte do atrativo turístico, que, em alguma medida, são percebidos de forma diferente e peculiar por parte de cada turista. A experiência de fé perpassa os aspectos religiosos, culturais e, por vezes, patrimoniais, configurando, portanto, tipologias diferentes do turismo. Segundo Costa (2009, p. 39):

[...] um conceito mais completo de turismo cultural deve ser construído considerando-se também uma análise mais ampla das motivações de seus participantes, das características de seu objeto e de seu público, da sua interatividade ou vivência de experiências culturais e das possíveis inter-relações com a preservação e a educação por meio do patrimônio cultural.

A Península de Itapagipe retrata uma ambiguidade em sua paisagem com exuberante potencial e vocação para o turismo, mas enfrenta sérias dificuldades e vulnerabilidades sociais. Nessa perspectiva, conforme aponta Schweizer (2011), alguns de seus antigos prédios e indústrias foram abandonados e viraram ruínas. Ao que parece, não se tem critérios claros e definidos urbanisticamente para a sua configuração territorial.

Os depoentes A6, A5, F3 e G2 comentam sobre o potencial de exploração dos atrativos físicos e simbólicos voltados para o Turismo Religioso e outras tipologias do turismo:

Bom, eu acho que, falando do local Uruguai, Alagados, já é um *patrimônio histórico* [grifo nosso]. Esse é um patrimônio histórico, né? Porque, quando você fala Alagados, o único lugar que mantém esse nome, Alagados, é o Uruguai. Porque Alagados foi uma nomenclatura dada pelo governo, para fazer aquelas divisões entre onde tinha mangue, palafitas, para o desenvolvimento das casas, uma melhoria. Tem Massaranduba, tem Alagados, Jardim Cruzeiro, Ribeira, Alto do Cabrito, tudo Alagados. Do Lobato faz parte do Lobato. Tem aquela parte do “boiadeiro”, Alagados. Então Alagados 1, 2, 3, 4, 5. Alagados, uma nomenclatura de divisão pública do governo do Estado, que hoje é a CONDER [Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia]. Mas o Alagados que ficou foi o Alagados aqui do Uruguai. Porque, quando construiu a igreja, que é, nos Alagados, é o *patrimônio histórico, cultural* [grifo nosso], é essa colina aqui, com a igreja. A relevância é a igreja fundada pelo Papa [...] Então, esse é o patrimônio. Está tendo a requalificação, a revitalização do entorno, mas precisa cuidar desse patrimônio

central, que é a igreja, que é o templo, a igreja católica [...] aqui mesmo, o desenvolvimento aqui nos Alagados, não tem os potenciais financeiros o suficiente. A gente faz o que pode, busca doação, de tudo quanto é canto, para poder tapar os buracos. Mas ela precisa de uma requalificação, precisa de uma reforma contundente, a que tinha, que tem. Então, tem que cuidar. É real, tem que cuidar. São patrimônios. Outro patrimônio histórico são as pessoas idosas, que são os patrimônios, matéria viva, prima viva, que são as pessoas que contam. É memória, essa memória, então, é um patrimônio mesmo, é memória das pessoas. (Entrevistado A6).

Salvador tem 372 igrejas, Salvador tem uma Santa, uma Beata, uma serva de Deus. Salvador tem quatro Basílicas. Salvador tem o maior conjunto barroco latino-americano. Aqui, na igreja, a gente tem os cinco santos de Salvador: Beata Lindalva, São José de Anchieta, Papa São João Paulo II, Santa Teresa de Calcutá e Santa Dulce. Tudo isso a gente tem. E o que é que precisava? Transformar isso num produto atraente para o mercado. O que é um produto atraente pro mercado? É um lugar que você possa vender um pacote de 5 dias. Por exemplo, Aparecida. O que foi que Aparecida fez? Aparecida, obviamente, é o maior destino, 12 milhões. Segundo maior destino do mundo. Só perde para Guadalupe, de turismo religioso. Mas o que foi que o mercado fez em Aparecida? Ninguém vende pacotes. Aparecida, todo mundo vende pacotes, Aparecida, Guaratinguetá, Canção Nova, Campo do Jordão. Então, mesmo Aparecida, embora tenha um fluxo de peregrinos que vai ali, do interior de São Paulo, faz o bate-volta, sai de noite de casa chega de manhã em Aparecida e passa o dia e volta duas noites viajando. (Entrevistado A5).

Há um bom tempo já, pouco antes da pandemia, a gente já inaugurou o caminho da fé, que liga a Conceição da Praia, a Basílica da Conceição da Praia até o Santuário do Senhor do Bonfim, que é um caminho da fé oficial. Do Santuário de Santa Dulce até a Basílica do Senhor do Bonfim, também temos toda uma sinalização do caminho da fé, falando da fé católica também, da religião matriz africana, temos pontuado. Nós hoje impulsionamos grandes eventos da religião católica, como foi a festa de Santa Dulce agora, que aconteceu dia 1º de agosto a dia 13 de agosto, que é o dia mundial do Vaticano de Santa Dulce dos Pobres, com a vasta programação, onde nós fizemos aí, durante esses 13 dias [...] a festa é da OSID [Obras Sociais Irmã Dulce], mas nós, através do município, impulsionamos o evento com toda a programação, com todo o apoio que podemos fazer nessa festa. Levar o nome de Santa Dulce, que é a primeira Santa do Brasil, baiana e soteropolitana ao nível mais alto. A gente conseguiu, com isso, atingir o Brasil inteiro, até fora do Brasil, com programas através do jornalismo. Tivemos vários programas nacionais, tivemos aqui divulgação durante esses treze dias, conseguimos levar a santa também para vários outros lugares da cidade, através da Santa Peregrina, através das procissões, das carreatas que fizemos, e também com essa ocupação daquela região do Largo de Roma, da Praça Irmã Dulce, que foi muito importante. E também o que estamos fazendo, impulsionando outros eventos também, como é a festa do Senhor do Bonfim, que a prefeitura tem um olhar super especial, inclusive para toda aquela região. Toda aquela região foi transformada, foi reformada. Todo o entorno da Basílica do Senhor do Bonfim foi [...] reformado há pouco tempo, na gestão do prefeito ACM [Antonio Carlos Magalhães] Neto e a gente tem feito várias intervenções. Temos uma visão também em relação aos Alagados. Foi o único local que três santos pisaram. A gente vai tá impulsionando isso. Teve João Paulo II, Madre Tereza de Calcutá e a própria Irmã Dulce, que teve um trabalho gigante dentro dos Alagados. E hoje nós estamos buscando ali fazer, dentro desse turismo religioso, dessa programação, junto com a Pastur [Pastoral do Turismo], que a gente tem que lembrar também das 372 (igrejas) que nós temos aqui em Salvador. A gente está fazendo toda a programação do turismo religioso, de fé católica. Que a gente está fazendo esse roteiro hoje, passando pelas principais igrejas e falando um pouco de cada igreja, falando um pouco de cada santo representa dessa igreja e das festas de santo também. A gente também fez um grande impulsionamento da festa de Santo Antônio. A gente conseguiu fazer a trezena de Santo Antônio, focando muito na região do Santo Antônio do Carmo, da festa de Santo Antônio que a prefeitura também fez o grande impulsionamento e tivemos grandes resultados. Então, vamos aí fazer essa programação e vamos continuar fazendo uma programação religiosa, como a festa de Santa Bárbara também, que nós fazemos na região do Pelourinho, e também agora a gente vai ter a missa campal, que

a gente deve começar a partir de setembro, ali no Pelourinho também, com a Irmandade dos Homens de Preto, que a gente vai fazer aquela missa que tem, pra fora, uma grande missa campal, que é uma religião de matriz africana. Então, esse investimento que a Prefeitura vem com essa visão, com certeza a gente vai impulsionar ainda mais. E a Festa de Santa Dulce é muito importante pra nós, porque a gente precisa tirar um pouco da Santa Dulce, por ela ser uma santa contemporânea, a gente precisa mostrar a importância e o tamanho de que é que você tem uma santa. Potencial. Potencial, você tem uma santa. Somente eu, é uma opinião minha pessoal, que aqui há 10 anos, o potencial que teremos de visitação à cidade de Salvador por causa da Santa Dulce, ela vai crescer muito. Então, eu acredito que é isso. É um investimento que a prefeitura faz na Santa Dulce, faz no caminho da fé, faz naquela região da Península que está repaginando a região católica, trazendo também empreendimentos, hotéis. E a gente vai ocupar aquela região com certeza, não só para lá religião, mas também pelas suas belezas naturais que temos naquela região. Patrimônio histórico. Então, a gente vai impulsionar cada vez mais. A gente tem outros eventos também com o próprio Santuário de Santa Dulce, com a Basílica do Senhor do Bonfim, que a gente vai trazer esse sincretismo tanto da primeira sexta-feira do mês, como da última sexta-feira do mês, como também as procissões do dia 13 de Santa Dulce, que a gente quer fazer cada vez mais, com os guias de turismo também, capacitando esses guias de turismo, explicando mais a história. (Entrevistado F3).

Eu acho que, assim, o turismo religioso é um segmento do turismo. Então o turismo, pra ser bom pro visitante, ele precisa ser bom pra comunidade. Então, essa questão de infraestrutura básica, ela é necessária, pra que atraia qualquer tipo de turismo. Então, como você falou, eu não chego a nenhum destino em que eu não tenha acessibilidade, onde eu não tenha voo direto. Então, você vai ver que a partir de agora Bom Jesus da Lapa vai aumentar exponencialmente a visita o ano inteiro, porque tem voo direto. E aí é uma questão estratégica de política pública. Eu preciso entender que, diferente do segmento de sol e praia, o turismo religioso não tem sazonalidade [...] Então, é uma miopia você não aproveitar todos os recursos que esse segmento pode lhe trazer. Esse segmento tem especificidades. Eu tenho pessoas de mais idade, então, por isso, eu preciso ter umas condições para poder atender. Eu tenho um público dentro do território, do religioso, que ele é aquele fiel. E aquele fiel, ele aceita passar até perrengue, né? [risos]. Aquilo que ele tem. Então, assim, dentro do turismo religioso, você tem também a divisão de classes. Você tem aquele peregrino que se dispõe a pegar um ônibus, a pegar um carro qualquer, a ficar hospedado em qualquer lugar, a dormir de qualquer jeito, a comer qualquer coisa. Só que você também tem um público bem qualificado e que ele paga muito bem para se hospedar bem, para comer bem. Porque ele não fica o tempo todo ali. Ele não fica o tempo todo no religioso. Tem um período em que ele quer conhecer a cidade, em que ele quer comer bem, em que ele quer conhecer a gastronomia, em que ele quer conhecer a vida social, em que ele quer conhecer, ele quer levar presentes. O turista sempre quer isso. Ele quer levar, ele quer estender a experiência dele para aqueles que ficaram e também se mostrar. Então, hoje, você precisa ter lugares bonitos para fotografar, que sejam instagramáveis. Hoje você tem que pensar em ter conexões wi-fi, porque até o peregrino mais pobrezinho que tem, tem um celular dele que se comunica com a família. Tem o *souvenir* também, né? O *souvenir*, então, assim, essa questão da lembrança, ela é uma forma de monetizar os espaços. A gastronomia, em todas as religiões, você tem também, porque as pessoas precisam comer e beber, que é uma fonte de renda interessante. Se você chega hoje no Mosteiro do Salvador, você tem lá uma confeitaria das monjas, você tem um *bricelet*, você tem uma geleia fantástica [ênfase] então você tem produtos que elas fazem tematizados para o ano todo. Agora, ali, nós também temos o kit do Dia dos Pais, que tá uma delícia! Então, assim, daqui a pouco estão começando a preparar. O Mosteiro do Salvador [...] lá em Coutos, que é onde tem a experiência da hora média do roteiro é caridade de Fé. Se você chega no que é antiquíssima e que é um licor maravilhoso, é um licor fino. E é um licor que é tão procurado, que tem épocas do ano que você não tem. Elas não conseguem atender a demanda. Então, só pra você ter uma ideia que também o Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas] percebeu que essa produção precisava ser melhorada. Então, foi criado rótulos. Foi feito todo um trabalho de recolocação no mercado. Então, o bricelet era vendido em apenas um lugar, e

a embalagem era supertímida. Hoje ela tem a confeitaria das monjas, com os produtos, vocês sabem, multiplicado várias vezes. Hoje tem o *bricelet* doce e o *bricelet* salgado. Hoje tem geleia de tamanho grande e geleia pequenininha. Então, assim, são questões que a gente trabalha e que elas percebem o seguinte, olha como a atividade do turismo é interessante. E aí é a questão também de você quebrar alguns paradigmas e perceber o seguinte: existem irmãs, existem religiosos de todos que são mais empreendedores do que outros e conseguem perceber ali uma oportunidade de ganho independente da fé. Todo mundo precisa de dinheiro. Todo mundo tem conta para pagar. Para poder pagar essas contas, eu preciso de dinheiro. O dinheiro não vai cair do céu, isso já se sabe [...] Então esse é o ponto de conexão. É perceber o seguinte: Como vocês podem ganhar dinheiro com isso? Você paga tão caro para entrar no Vaticano! Você paga tão caro para poder comer lá com os freis em São Paulo! Porque tem lista de espera por um *buffet* caríssimo. Então, são essas questões que você pode fazer uso. Só que alguns conseguem, outros não. Então, por exemplo, a gente conseguiu fazer o café franciscano com os freis. Então, tá caminhando com esse café. Muito gostoso. Você consegue ver, como eu te falei aqui, o licor no desterro. Você tem o pão de Santa Dulce, eu acho que é muito pouco utilizado. Eu já disse isso várias vezes. O panetone, ele não tem que ser um produto do Natal. Já que tem o frutone o ano todo [...] Sabe, isso tem que ser um produto que tem que estar muito e não tá, ele tá apagado. (Entrevistado G2).

Em relação à demanda por uma requalificação dos equipamentos turísticos e de infraestrutura para os atrativos turísticos da Península de Itapagipe, especialmente no “Território de Fé”, os Entrevistados A1, A3, F1 e F4 comentaram:

Nós vivemos aqui um atraso muito grande. Muito grande nesse sentido. Nós não temos aqui, na Cidade Baixa, um bom restaurante. Hotel, não tem. Não tem hotel aqui [...] Não tem pousada. Você tem motéis por aqui, mas hotel mesmo não tem. E desde que eu me lembro, quando ainda se falava do processo de canonização de Irmã Dulce, nós tivemos várias reuniões com os poderes públicos a respeito disso. Eu me lembro que se falava de um tipo de hospedagem, tinha um nomezinho que eu não lembro agora. Se falou de tudo isso e nada foi feito. Nada foi feito. Se falava de investimento ali em torno de Irmã Dulce. Nada, nada, nada, nada, nada! [ênfase]. Nós temos uma demanda particular aqui. Sempre chegam grupos nas madrugadas, que viajam a noite toda, ônibus, mas chegam aqui de manhã cedo. Não tem uma lanchonete para tomar café. Aqui nós não temos. Porque, nos santuários (Aparecida, por exemplo), você tem espaço de acolhimento aos romeiros, que tem o sanitário, tem o refeitório, tem um ambiente para você cuidar de criança. Eu sempre falo isso aqui. E nós não temos. Aí as pessoas ficam aí na praça, esperando a igreja abrir. Aí, anda para um lado, anda para o outro, sem tomar café, não tem. Aí o que acontece é com as padarias que tem aí embaixo, entendeu? Mas, aqui, o santuário precisava oferecer isso também, não é? Um acolhimento ao Romeiro. Um espaço de acolhimento. Muito importante. Eu sofro muito com isso, porque, quando acordo e abro a porta, vejo o pessoal aí, assim. Às vezes, meio-dia também, ficam comendo ali na rua, nos bancos, porque alguns trazem o seu próprio alimento [...] porque não pode ir para um restaurante. Esses grupos de peregrinos, que são mais pobres e nós não temos estrutura. Aliás, não tem estrutura nenhuma. As demandas são levadas para a Irmandade. Temos reuniões periódicas. Mas falta vontade política. Leva e não volta, alguma coisa não anda. Não anda, não anda. (Entrevistado A1).

[...] veja só, hotel é um problema gravíssimo em Itapagipe. A gente tem as irmãs aqui do lado. A gente não vem visitar aqui ou fica lá na cidade, pra instalar, né? É, olha o que o povo faz. O povo vem aqui, visita aqui, vai no Bonfim, toma o sorvete na Ribeira e vai embora. Ah, sim, não dorme aqui, não come aqui, não passeia aqui, não compra aqui. Então, a economia de Itapagipe não gira. É o processo, sabe? Não tem aquela coisa de fazer. Não dá pra gente fazer funcionar. Então, qual é o objetivo? Fazer com que funcione. A gente tem um hotel, só que é

das irmãs, que fica aqui atrás, na Luís Tarquínio, na Casa São José [...] A irmã que toma conta da casa, né, a Albertina. E é uma pousada, um restaurante-pousada. É simples, né? São eles um pouco divulgados, sabe? Eles divulgam, mas, assim, a divulgação deles, principalmente a gente. Porque quem vem pra aqui a gente indica pra lá. Quem vai pra Bonfim, indica pra lá, porque é o único que tem. Agora, o prefeito sancionou aqui o abrigo, pra poder construir um hotel. Mas a gente não sabe quando vai ser isso, porque hoje o terreno tá cedido pra gente. Porque o terreno da gente é a Unidade de Pronto Atendimento [UPA]. Aqui, que eles pediram a UPA e deram em troca o abrigo pra gente usar de estacionamento, pra eles construir na UPA. Aí eles construíram a UPA, deram o abrigo. Aí agora a gente vai colocar aqui com os carros da gente que tá lá. A gente estaciona lá. Então, sim, construiu os prédios do lado. A gente tem lá o lugar de martírio da Beata Lindalva, fica lá. Então, a gente construiu uma capela. Eles vão fazer o quê? Uma capela de martírio da Beata Lindalva. O hotel, se for um hotel que for explorar romeiros, como é o caso, vai ser uma coisa ótima [...] Mas aqui não tem. A gente tem um projeto no meio, antes de começar: a briga das irmandades [...] as irmandades brigaram com o padre, eles brigavam entre eles. Se fala acertar, é uma deposição do reitor. Porque eles estão se achando tanto, a ponto de querer tirar um reitor, que fez tanta coisa pelo lugar. Mas ele [o reitor] foi importante para aquela região de um jeito de fazer um trabalho comunitário, que ele tirou as pessoas pedintes dali. Tinha um pedinte ali, ele tirou e fez com que eles trabalhassem em economia, ele fez economia geral. Tudo, eles têm ação social ali, pra eles, pra as famílias, dão aula pras crianças, sabe? Quem tem autoridade de tirar e colocar o padre é o Cardeal. Eles não têm autoridade de nada. Eles não mandam em nada. Agora, eu não sei como é que está o processo, mas só quem tem essa autoridade é o Arcebispo. Mas que é um trabalho que eles iam fazer lá de hotel, inclusive a outra gestão da Irmandade [...] Então, assim. Aqui são os hotéis, né? É não são hotéis tipo aquele da Pinto de Aguiar, que são... não. Aqui são hoteizinhos mesmo, que são assim. Então, assim, eu não tenho como indicar. (Entrevistado A3).

A gente precisa da iniciativa privada. A gente está procurando parceiros. Ou adquire, ou entrega em Contrato de Comodato, ou o Investimento, o Abrigo São Pedro. O Abrigo São Pedro está lá, inutilizado, a gente está tentando. É, primeiro, um prédio histórico, segundo uma localização maravilhosa que você vai ter no mar da Baía de Todos os Santos. E ao lado não só das obras assistenciais de Irmã Dulce, mas quase perto da nossa igreja e querendo fazer um hotel ali. Então isso já está no radar. Estamos correndo atrás, estamos pesquisando, estamos correndo atrás, procurando um parceiro privado que pegue, reforme, faça. Então, há essa infraestrutura. A prefeitura está fazendo o seu papel, entendeu? Portanto, é que também, com a reforma do Largo de Roma, com a reforma das outras praças que são muito movimentadas, com a reforma do Porto da Lenha, logo debaixo da igreja do Bonfim, que era um local aonde as pessoas iam lá, um local lindo, maravilhoso, está sendo totalmente requalificado, com a reforma dos Alagados. Então, toda a infraestrutura para angariar e trazer o turismo religioso para a nossa cidade, a prefeitura está correndo atrás e está providenciando, entendeu? Aí, em relação à segurança, nós temos aqui, com certeza! Todo nosso parque de iluminação pública é de LED [*Light Emitting Diode* – Diodo Emissor de Luz], que a gente pode fazer em relação [à segurança]. Em relação aos postos policiais, é mais com o governo do Estado, não posso falar. A Guarda Municipal tem o seu papel, mas hoje a gente está focada mais lá no Centro Histórico. Depois de muitos assaltos, muita demanda de violência, o prefeito quis também se meter e foi pra cima e colocou uma guarda. Tanto é que nós temos dez prefeituras, várias. Distrito, no centro histórico, foi feita uma equipe central lá, lá no centro histórico, só para dar segurança aos turistas, para a gente não estar perdendo os turistas de mim para a sociedade, por causa da segurança. Então, em relação a todo o nosso papel de estrutura, eu tenho certeza que a prefeitura está fazendo com maestria. (Entrevistado F1).

Em relação à acomodação dos turistas e peregrinos, a gente entende, sem dúvida, vai ter no segundo momento, tá, porque a gente entende que não é para trazer a gente de fora para poder fazer a transformação. É quem está lá transformar. Aqui tem uma casa, ela está apta para receber o *Airbnb* [*Air Bed and Breakfast* – Ar, cama e café da manhã]. Mas aí existem outros critérios, porque, quando a gente trabalha, nossos critérios são os mesmos do Ministério do

Turismo. Então, tem que estar dentro do Cadastur [Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos]. Então, assim, por exemplo, se você me perguntar, a hotelaria é muito... O grau de leitos é muito pequeno, a qualidade também é muito incipiente. Então, é algo que precisa ser melhor trabalhado, estruturado. Mas, assim, eu acredito mais num parceiro público-privado fazer alguma ação. Mas a gente tem nossos cursos de qualificação, tanto na parte de manipulação de alimentos como na parte de hospedaria, de como servir um hóspede, fazer atendimento, enfim, dar as boas-vindas, para que ele se sinta em casa e que ele todas as vezes retorne àquele destino. (Entrevistado F4).

Nesta seção, o foco da análise foi o contexto da governança do “Território de Fé” da Península de Itapagipe, especialmente as unidades de análise escolhidas. Foram apresentadas as principais iniciativas e ações voltadas para a governança do turismo, bem como o papel dos atores envolvidos direta ou indiretamente no processo do Turismo Religioso, partindo de uma análise teórico-empírica dos elementos da gestão social proposta. Por fim, discorreu-se sobre os atrativos materiais e imateriais e as suas condições de oferta de serviços do Turismo Religioso.

Na próxima seção, serão apresentadas as limitações e fragilidades da governança do turismo que subsidiaram a construção de um *framework* e uma agenda de propostas de ações voltadas para a requalificação do itinerário de fé voltado para o desenvolvimento local.

7 PROPOSTA DE UM *FRAMEWORK* E DE AÇÕES DE INTERVENÇÃO NO “TERRITÓRIO DE FÉ” DA PENÍNSULA DE ITAPAGIPE

Nesta seção, apresenta-se as limitações e fragilidades da governança do turismo na Península de Itapagipe, uma proposta de *framework* teórico-empírica construída em alinhamento com a revisão de literatura e com o modelo formulado e emergido das pesquisas e dos estudos de campo, bem como a formulação das ações propositivas, que buscam responder ao problema da pesquisa.

Consoante Porter (1991, p. 95, tradução nossa), que utilizou a expressão *framework* no sentido de “forças competitivas” para tratar da estrutura da indústria: “Um *framework* [...] abrange muitas variáveis e procura capturar grande parte da complexidade da concorrência real. Os frameworks identificam as variáveis relevantes e as perguntas que o usuário deve responder para desenvolver conclusões adequadas a um determinado setor e empresa”²³

Importa lembrar que a criação de uma teoria é resultado da combinação entre o uso do arcabouço teórico existente, que pode ser expresso num *framework* preliminar, e os dados da pesquisa empírica. Deste modo, no caso desta pesquisa, as informações da investigação no campo foram comparadas à estrutura conceitual e, simultaneamente, foi observado o que poderia emergir desses dados para compor o modelo final, como recomenda Layder (1998).

Nessa lógica, o *framework* preliminar permitiu estabelecer, entre os conceitos de Governança Territorial e Turismo Religioso, campos de estudo centrais desta pesquisa, uma consistência teórico-empírica construída com base na identificação de convergência e alinhamento entre seus propósitos e as ações de requalificação do Turismo Religioso no “Território de Fé” a ser pesquisado.

Espera-se contribuir para ampliar a participação social nos benefícios advindos dessa atividade econômica, reduzir a desigualdade social, fomentar a simetria dos poderes locais, dentre outros benefícios, em confrontação com modelos tradicionais de desenvolvimento e apregoados pelo *mainstream*. Estes trazem antigos paradigmas e uma lógica exclusiva do capital ainda muito presente na sociedade contemporânea.

²³ A *framework*, such as, the competitive forces approach to analyzing industry structure, encompasses many variables and seeks to capture much of the complexity of actual competition. Frameworks identify the relevant variables and the questions which the user must answer in order to develop conclusions tailored to a particular industry and company.

A utilização de um *framework*, segundo Eisenhart (1991), pode facilitar a compreensão da investigação do problema em relação a esquemas práticos e pode acomodar, de forma mais natural, as perspectivas práticas dos investigadores. Neste sentido, a autora afirma que é possível estabelecer três tipos de *frameworks*, a saber:

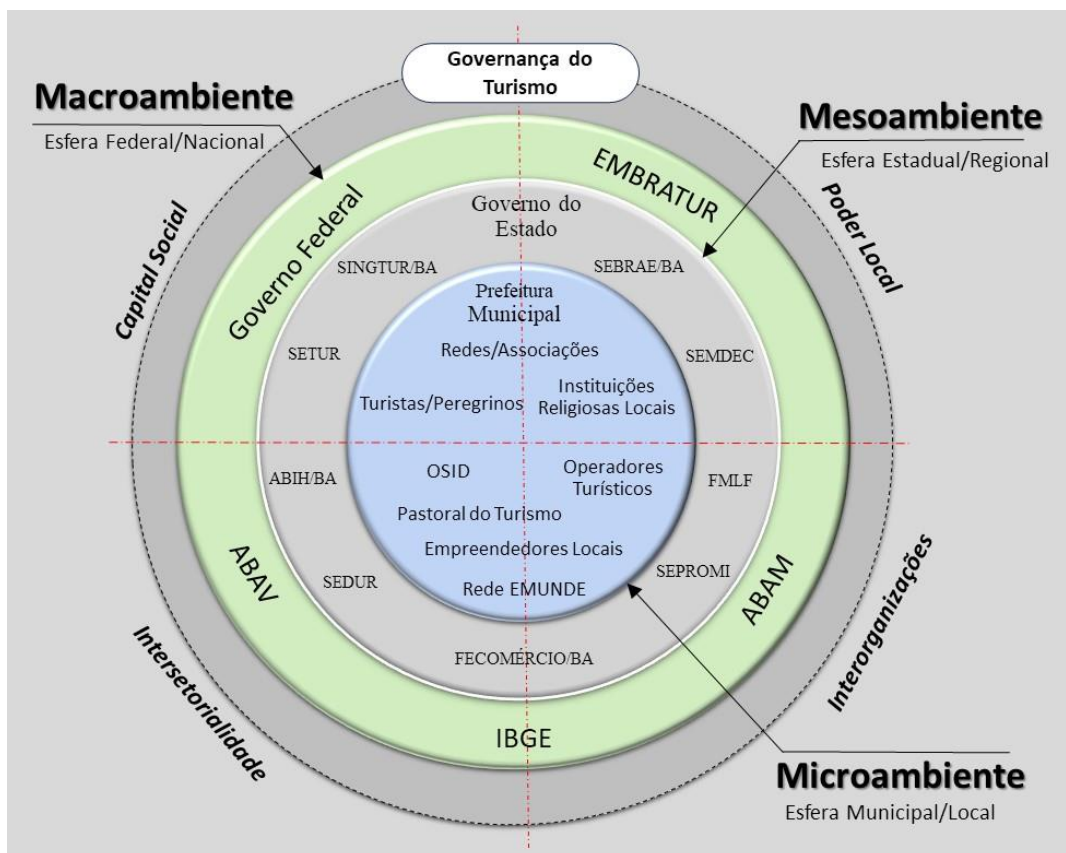
- a) teórico – estrutura que guia a pesquisa, confiando em uma teoria formal; isto é, a estrutura é construída usando uma explicação estabelecida e coerente de certos fenômenos e relações;
- b) prático – orienta a pesquisa, usando “o que funciona” na experiência ou no exercício de fazer algo por aqueles diretamente envolvidos nela;
- c) conceitual – esqueleto de justificação e não uma estrutura esquelética de explicação baseada na lógica formal ou na experiência acumulada. O arcabouço conceitual é um argumento que inclui diferentes pontos de vista e o resultado de uma série de fatores, para que se adote algum ponto. A adoção de ideias ou conceitos serve como guia para a coleta de dados em um estudo particular e/ou para outros modos nos quais o dado de um estudo particular será analisado ou explicado.

Desta forma, há um conjunto de ideias-chave acerca da necessidade de um *framework* de investigação, que se propõe a colocar em diálogo um campo teórico e um campo empírico.

O *framework* tem uma intencionalidade orientada pelo problema de investigação. Isto é, baseia-se em teorias das quais adota aspectos, conceitos e relações que se articulam como uma rede coerente e lógica dentro de um quadro geral de teorias com e sobre as quais é projetado. Esses conceitos são entendidos como os mais pertinentes e relevantes para o problema de investigação (EISENHART, 1991).

O *framework* preliminar, apresentado neste trabalho, baseia-se nas interrelações entre os aspectos constitutivos da Gestão Social, da Governança Territorial e do Turismo Religioso, tendo como fundamento o equilíbrio dos aspectos ambientais, sociais e econômicos preconizados no desenvolvimento sustentável. A Figura 41 apresenta o *framework* proposto para o Turismo Religioso, expressado pela interface com elementos da Gestão Social: capital social, poder local, interorganizações e redes intersetoriais.

Figura 41 – Proposta de *Framework* da Governança do Turismo Religioso



Fonte: elaboração própria.

A proposta de *framework* da Governança do Turismo Religioso apresentada tem o objetivo de sintetizar, em um só arcabouço, os vários atores sociais envolvidos direta ou indiretamente no contexto da governança do turismo na Península de Itapagipe, em suas esferas e âmbitos de atuação engendrados pelas dimensões da Gestão Social implícitos na Governança Territorial: capital social, poder local, interorganizações e intersectorialidade. Neste sentido, intenta-se demonstrar que a articulação harmônica e equilibrada dos atores sociais nos vários níveis ambientais, tendo como eixo comum a governança do Turismo Religioso, pode trazer resultados significativos e duradouros de inclusão e bem-estar social para todo o território.

7.1 PRINCIPAIS LIMITAÇÕES E FRAGILIDADES NA GOVERNANÇA DO TURISMO RELIGIOSO

Nesta seção, destaca-se as principais limitações e fragilidades da governança do Turismo Religioso na Península de Itapagipe, na perspectiva de diversos atores, para subsidiar a construção de uma proposta de ações para a requalificação da governança do território no

sentido mais amplo e pleno, que contemple e atinja as principais questões e demandas para um Turismo Religioso mais inclusivo, mais participativo, mais sincrético e sustentável.

Foram identificadas as seguintes limitações e fragilidade da governança do turismo para subsidiar a proposta de uma agenda de ações com a finalidade de requalificar o itinerário do “Território de Fé” na Península de Itapagipe:

- a) percebe-se a falta de uma estrutura executiva permanente e de uma liderança legítima para coordenar e articular ações, projetos e iniciativas junto aos diversos envolvidos ou *stakeholders* voltados para o fortalecimento do Turismo Religioso, conforme apontado por um dos entrevistados:

[...] o grande gargalo está nessa estrutura executiva. Porque essa estrutura executiva é igual a um cifrão. Eu sou uma líder, por exemplo. Eu sou uma líder de coordenação. Mas eu não posso dedicar meu tempo todo a isso. Eu não sou remunerada. Para isso, eu tive as minhas missões. Eu precisava ter o quê? Uma equipe executiva. Tem que pagar. E é isso que eu estou dizendo. Eu precisaria ter essa parte executiva, que é cifrão. Onde é que você arranja esse cifrão? Esse é o grande gargalo. (Entrevistado D1).

- b) percebe-se a falta de visão de negócio e de maior profissionalização para o desenvolvimento do Turismo Religioso na região de Itapagipe, como ilustra a fala desse mesmo depoente:

Vamos para o *business*. Em termos de *business*, nós somos altamente carentes, porque nós não temos o elo da cadeia produtiva estruturado. Nós temos as potencialidades, que são os pontos turísticos, mas falta em infraestrutura, seja de alimentação, de hospedagem, de logística, de *souvenirs*, de tudo. Então, isso precisa ser estruturado, mas é aquela coisa: O que vem primeiro, o ovo ou a galinha? Não é isso? Os empresários e empreendedores locais dizem: Cadê o cliente? O processo de desenvolvimento local, como qualquer processo, óbvio, não é um produto, é um processo. E é um processo de médio e longo prazo. Então, quem trabalha em arranjos produtivos tem que pensar em ações de curto prazo, para animar o time de médio e de longo. Em 2019 ainda, antes da pandemia, nós fizemos uma visita, na época, ao prefeito ACM [Antonio Carlos Magalhães] Neto. Quem foi nessa visita? Eu, representando o projeto Território Santo, porque idealizei e fiz a coordenação. A representante e Superintendente das Obras Sociais, e o Arcebispo. Fizemos essa reunião. O prefeito validou a proposta, por que nós precisávamos o quê? De ações de melhoria de infraestrutura urbanística como uma etapa inicial de todo esse processo de desenvolvimento local (Entrevistado D1).

- c) percebe-se a falta de comunicação, articulação e integração, por parte do poder público e da iniciativa privada, em relação aos projetos, com demais *stakeholders*, acerca dos objetivos dos projetos, bem como articulação com outros projetos em níveis ambientais (macro, meso e micro) diferentes, que se concatenam e se integram.

Assim sendo, alguns projetos parecem não concatenar-se em cadeia ou rede com outros projetos e não chegam ao público ou consumidor final, que, por vezes, também não conhece o objetivo nem os benefícios do projeto:

[...] agora, assim, o poder público também sozinho puxando? Não vai, até porque governança não é para poder público. Eu acho que desenvolvimento territorial é para a sociedade civil organizada ser a liderança, na minha visão. Por quê? Porque até os líderes são passageiros. Quem é que fica no território? Quem mora e quem trabalha? Um processo de desenvolvimento desse, um projeto dessa natureza, um projeto não, um programa dessa natureza tem que estar na mão da sociedade civil organizada. (Entrevistada D1).

d) não obstante a importância da Igreja Católica e de seus santuários, que se configura como a religião com o maior número de fiéis, excluir as outras religiões da agenda de discussões e proposições para o fortalecimento da economia do turismo na região parece enfraquecer, em alguma medida, a intenção de potencializar o Turismo Religioso da Península de Itapagipe. Neste sentido, há uma forte percepção dos entrevistados, sobretudo os pertencentes às outras confissões religiosas, que aludem e questionam a ausência de outras religiões no Projeto Território Santo²⁴ ou ASPLTS (Arranjo Produtivo Local do Território Santo), que privilegia apenas da religião católica:

[...] então, foram quatro que se tornaram Santos, que passaram por aquele território. Por isso, a ideia de colocar, que aí não é uma ideia nossa, é uma ideia... Aí nós começamos a fazer um conjunto de debates, que a gente considerava, inclusive considera... Por exemplo, no levantamento do Observatório do Racismo Ambiental, você vai encontrar muito mais terreiro de Candomblé e muito mais igreja evangélica do que a igreja católica. Nós sabemos que o território santo é um *marketing*, é uma marca que foi instituída. Mas, se você está num território onde você tem uma diversidade de denominações religiosas e você se consolida enquanto uma linha religiosa e não estabelece um diálogo, então esse era um outro debate que a gente trazia para o centro, para que isso entrasse no processo de pensar o território santo. Então, isso era importante no processo. Outra questão é que você pode estar estimulando também a intolerância religiosa, a separação, a fragmentação, o conflito à medida em que você consolida essa marca sem levar em consideração as demais religiões. Ao contrário, você deve estimular o diálogo interreligioso. Então, esse era um outro debate que a gente fazia. Como é que você vai pensar um território que vai ter projeção, um volume, vai mexer profundamente com a economia do território e as iniciativas dos territórios estão fora do debate? (Entrevistado B1).

²⁴ Trata-se de um projeto que objetivou: estruturar o turismo receptivo no Santuário de Irmã Dulce e seu entorno, devido à proximidade da canonização de Irmã Dulce, pensando em aspectos de infraestrutura, meios de hospedagem, agenciamento de roteiros, alimentos e bebidas e outros; estabelecer uma governança específica para o turismo religioso no Santuário de Irmã Dulce e seu entorno; garantir a qualidade do receptivo, sempre feito por pessoas da comunidade local que conheçam a história de Irmã Dulce, para transmitir com fidelidade o que a Irmã representou para os baianos; priorizar projetos que desenvolvam o território em termos sociais e econômicos. (Informação extraída de slides cedidos pela Coordenação do Comitê APLTS, em 2023).

Quando a gente ia falar principalmente com as instituições que estão há muito tempo, que trabalham com o social, eles falavam que *o território santo não me pertence*. E a gente ouviu isso da Rede CAMMPI [Comissão de Articulação e Mobilização dos Moradores da Península de Itapagipe]. A gente ouviu isso de outras instituições mais estruturadas, de que esse território, eu não pertence a esse recorte territorial aí. Eu não me vejo nele. Então, por isso que se dissolveu. Então, a gente tem atuação na Cidade Baixa, onde concentra igrejas católicas de grande relevância. Mas não pode minimizar, não pode ofuscar as outras instituições que estão lá, também ligadas à religião, como eu falei pra você. Então, tem sempre espíritas muito potentes, assim, sabe, de uma representatividade muito interessante; tem igrejas evangélicas que merecem serem chamadas para discussão; tem os terreiros, tem terreiros interessantes, a quantidade de terreiros que tem. Fazer esse mapeamento ali. Então, assim, é muito injusto o holofote. Isso é só para a igreja católica, né? (Entrevistado G2).

Você tem hoje alguns fatores limitadores da expansão desse turismo na península. Primeiro, porque ele está focado muito na questão do turismo religioso católico. Então, como é que você insere os outros? Porque você tem várias dinâmicas que podem estar acontecendo com as outras religiões também. (Entrevistado G1).

Então são coisas que dá para se desenhar, dá para se projetar. Agora tem que ter apoio, tem que ter recursos. Ninguém vem de mágica do céu, com a mão abanando, fazendo as coisas, fazer um banho de imersão, fazer uma vivência no Candomblé, momento *griot*, vir tomar banho de folhas aromatizantes no final de semana, se purificar mesmo, não sei, uma coisa assim bem... passar as folhas, né? Eles fazem mesmo. Já é uma parte da cultura que é uma parte que saiu do terreiro, na verdade, entendeu? Porque aquilo ali é um sacudimento, né? Você limpa a sua limpeza, de energia. Então, as folhas, elas são importantes dentro da matriz africana, porque, sem elas, a gente não faz nada. O senhor, o médico verdadeiro dentro do candomblé, é o *ossanha*, porque ele tem o poder da cura através das folhas. Então, é uma coisa que saiu do terreiro, para que fosse mais popularizado, que tivesse umas ali. Sabe? Aí as pessoas começaram a aderir de uma forma diferente, né, porque primeiro tinha um banho, só existia um banho de pipoca lá em São Lázaro, porque ali, realmente, tem hoje a igreja que aderiu realmente às pessoas de matriz africana. A missa dele é a coisa fantástica, mas que acontece em 16 de agosto. Que vai ser a caminhada Azoany. No Pelourinho, a gente desce pra... até a federação. É aberto, vai tocando atabaque, ele bota um carro de som na rua. Sai do Pelourinho e vai pra São Lázaro. As baianas, é muito bonito, com os tabuleiros de pipoca na cabeça. É uma coisa linda! Linda! A puxada Azoany dele é muito bonita. E a Azoany é uma das qualidades do Omulu, que é da vó dele, que ele cultua, é ancestral. E nisso ficou, né? A missa é tocada de atabaque. É muito forte [ênfase], gente, sabe? Essa adesão ficou perfeito, perfeito [ênfase]. Eu amo ir para aquela missa dia 16 de agosto, porque realmente você sente que... deve lotar. Oxe, acho que o Deus vai ficar até lá fora, né? De 6 horas até 5 horas da tarde, que é a hora que sai a procissão dele. Meu filho, é gente que passa e sai de lá até... Faz aquele [...] Faz o entorno, lá pela... por ali mesmo e retorna para a igreja. Na Federação, certo. E retorna para a igreja. É o dia todo a mesa dele entupida de gente. É muita gente, muita gente! Porque, olha, depois da pandemia, o santo mais louvado hoje dentro do candomblé é o *Omulu*. *Omulu* e a *Ossanha*. Porque ele é o dono da doença. Foi muita oferenda para *Omulu*, para a gente não morrer. Entendeu? Então a gente se apegou muito a ele mesmo, o senhor da cura. Entendeu? *Omulu* é um orixá. É um orixá [...] Oxum, o oxumaré, ele definiu uma, não sei se chama, enfim, ele ficou uma parte mulher e uma parte homem e tudo mais enfim, que dali, o problema foi tão grande pra ele, pra Logum Edé, que ele teve que virar de fato um orixá, por conta da penitência que teria sido pra ele. Mas isso é como se fosse um imaginário daquilo ali, né? Porque, na verdade, na verdade, o que fala da dualidade de Oxumaré e a dualidade de Logum Edé, não é a questão do gênero, é a questão da própria ritualística. Quando você fala a cobra, você não sabe se ela é macho ou é fêmea. Entendeu? (Entrevistado A4).

e) os grandes atrativos e santuários são os maiores beneficiários em relação aos investimentos públicos e doações por parte de instituições privadas. As demais instituições, de menor porte ou de maior vulnerabilidade, recebem menos recursos, o que, em alguma medida, não contribui para o desenvolvimento local e bem-estar social de forma equânime e integrada. Alguns depoentes relataram que o direcionamento desses recursos não acontecia de forma equitativa e equilibrada nem tampouco recebiam orientações para o acesso a esses e para os investimentos, conforme destacam os entrevistados a seguir:

[...] para subsidiar o plano de bairros. Então, nós provocamos vários debates e também para ajudar no debate sobre a questão do “território santo”, porque o processo de governança do “território santo”, inicialmente, tinha uma lógica – hoje eu não sei bem, porque eu não tenho acompanhado –, mas de uma lógica de repetição das mesmas lógicas. Você não faz desenvolvimento territorial, se você não tem os atores como protagonistas no processo. Então, no primeiro momento do processo, tinha, mas muito... sem reconhecer o papel e a importância da rede no processo de desenvolvimento local. Como se o “território santo” fosse algo separado do processo [...] Aí discutiu, debateu muito. Tivemos muita resistência, inclusive com quem fazia a gestão da rede do “território santo”. Porque a gente queria ser, de verdade, protagonista e decidir onde deveriam as coisas acontecerem. Que não podia continuar as intervenções sendo no meeesmo [ênfase] lugar, os investimentos no meeesmo [ênfase] lugar, nas áreas que sempre foram mais estruturadas e as áreas mais, menos estruturadas, elas ficarem recebendo um pouquinho aquilo que caía. Então, esse debate a gente fez muito [...] Até porque a Irmã Dulce andou foi nos Alagados [...] A Irmã Dulce só existiu efetivamente enquanto consolidação do seu trabalho, da sua luta e da sua obra, porque ela atendia exatamente os povos que moravam em Alagados. Pois é [ênfase]. Foi a vida dela dedicada aos Alagados. Não é por isso que é o território considerado território Santo, né? Porque lá passou Madre Teresa, porque lá passou João Paulo II, porque lá tinha Irmã Dulce, porque lá ainda tinha a Madre que foi assassinada. (Entrevistado B1).

[...] o que falta, realmente, a dificuldade da gente é essa, porque existe associações, pessoas responsáveis por isso e aquilo e aquilo, mas você não tem como chegar, você não chega, entendeu? Se chegar, é por um acaso, pela fé, pelo orixá, é que a gente consegue chegar e fazer as coisas, no peito e na raça. Mesmo aqui, a gente faz dessa forma e as coisas chegam assim, mas é complicado essa parte de você ter o apoio dessas pessoas, dessas associações, para que você faça um trabalho aqui na Cidade de Baixa. (Entrevistado A4).

f) considerando que o território da Península de Itapagipe é considerado santo, uma vez que alguns santos estiveram nesse local, entende-se que há pouca exploração das suas potencialidades, dos seus atrativos simbólicos e materiais, sobretudo para o Turismo Religioso. Essa percepção é confirmada pelos Entrevistados D1 e A5:

Um território que tiveram três santos em vida. Eu acho que, no mundo, é um dos poucos locais, se não... não sei se é o único, mas vou dizer que, no Brasil, é. No Brasil, que tiveram em vida três santos: SantaTeresa de Calcutá, São João Paulo II e Santa Dulce. Os três tiveram aí no

Uruguai. Então, já é um território Santo. É uma Terra Santa, que nós *não* aproveitamos isso para atrair os devotos católicos. (Entrevistado D1).

[...] ninguém vende Aparecida, todo mundo vende com o pacote. Isso eles chamam ali o roteiro da fé. Então, eles ampliaram e todo mundo que vai termina. Já fui com a Paróquia a Aparecida. Não é a PASTUR [Pastoral do Turismo], é o pároco. A PASTUR não faz viagem. Com o pároco, já fui. Então, a gente vai para Guarulhos, pega o ônibus, onde já está lá esperando, vai pra Aparecida. Tem os roteiros lá em Aparecida. No outro dia, vai pra Guaratinguetá e vai pra Canção Nova, depois sai, volta pra Aparecida, dorme, depois vai pra Campo do Jordão, passou dois dias em Campo do Jordão. Você faz um pacote de cinco dias. Isso é o turismo religioso, a peregrinação que vai com o padre, que celebra todo dia. Não é um turista que entra na igreja, viu a porta aberta e entrou, mas é um turista que vem rezar. Então, o que foi que a gente entendeu? Que embora Salvador tivesse um destino em Santa Dulce, Centro Histórico, se a gente sistematizasse roteiros, nós teríamos aí cinco dias para o turista ficar, que é o que as agentes, a Catedral Viagem de São Paulo, hoje a maior agência de turismo religioso do Brasil, Catedral Viagem faz. É esse pacote que já ampliou, a gente já sugeriu, a gente já trabalhou, e ele vendia o primeiro pacote com Itaparica. Então, é o turista que vem pra passar 6, 7 noites. Porque ele tem o que fazer, rezando com quem vai a Jerusalém. Ele tem o que fazer, rezando durante 3 dias. É como se fosse até um processo de um retiro. Então, ele tem o que fazer. Quais são esses roteiros? O roteiro Caridade de Fé, que vai da Conceição da Praia ao Bonfim. Então tem até essa região, né? Pronto, aí vamos lá. É os prolegômenos. Depois, o roteiro arte-fé, que é o centro histórico. Ah, mas centro histórico todo mundo sabe o que foi. Não como roteiro. Não pra tomar um café feito pelos frades dentro do convento de São Francisco. É, só que esse café é um café simples, franciscano, um café franciscano, dentro do convento. Entendeu? Isso aí é experiência, que a gente, com a consultoria do Sebrae [Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas], já criou. Não para ir para o Mosteiro de São Bento de Coutos, o Mosteiro do Salvador, ser recebido ao som dos sinos, participar da oração média, com as irmãs cantando e tocando cítaras, e depois almoçar a refeição que as irmãs fizeram, sendo atendidas por elas, e comprando os produtos que eram... alguns produtos viraram produtos, uma marca das monjas com embalagem, tudo isso com consultoria de Sebrae. E o outro roteiro, é o roteiro dos conventos, porque, no entorno do centro histórico, que é o que a gente chama aqui de centro antigo, existe um colar de conventos históricos: a Igreja de Santana, Convento do Desterro, Convento da Lapa, Convento da Piedade, Convento do Salete, Convento de São Raimundo e a Igreja de São Pedro, que é uma experiência histórica, cultural e gastronômica. Porque a Igreja de Santana é linda, é uma igreja linda, toda restaurada, toda bem cuidada. A Igreja de Santana é uma igreja linda, mas também está enterrada Maria Quitéria. A Igreja do Convento do Desterro, o mais antigo convento feminino das Américas, onde está enterrada a serva de Deus, que já é a serva de Deus, Madre Vitória da Encarnação, e onde as irmãs produzem o licor mais famoso da Bahia há mais de 300 anos. E os biscoitos e tal. É, tem tudo com agendamento. Depois o Convento da Lapa, onde está enterrada a Sórora Joana Angélica, heroína da independência. O convento da Piedade, que é um monumental belíssimo, tem o Museu dos Capuchinhos na Bahia e em Sergipe. O Convento do Salete, onde está enterrada a Beata Lindalva Justo. O Convento de São Raimundo, com adoração perpétua ao Santíssimo Sacramento é belíssimo! Muito emocionante e termina aqui no restaurante que fica do lado da Igreja de São Pedro, pro almoço e tal. Quer dizer, são roteiros, três roteiros. Se ele [o turista] vem, pode fazer cinco dias, ainda tem o dia de praia, que ninguém vem pra Bahia que não vai no dia da praia. Tem aquele dia livre, de Mercado Modelo. Isso foi construído pro mercado, aí o que foi que a gente viu? Começar a lutar por infraestrutura. Você tem que ir no mercado [...] tem também uma agência, uma ou duas agências no Paraná, de emissivo, que são coisas importantes, certo? A Dulce Tours, eles que estão criando, para o roteiro de Santa Dulce. Eles criaram o roteiro também só com Santa Dulce, e a Dulce Tour está implantando. Agora do mercado, que essa é a história da Pastoral do Turismo não cria, não criou agência, a gente não quer ter uma agência. A gente quer que o mercado se fortaleça, se organize e siga com a sua lógica, com a sua *expertise*, sabe? Porque, senão a gente vai... E a Pastur meio que orientando em termos, assim, da importância da memória etc. A gente criou o selo, é o selo, é o roteiro de

fé em Salvador. Então, as agências que a gente acompanha na formatação do roteiro, a gente chancela com a marca da Pastur, mas com Roteiro de Fé em Salvador. É uma chancela. Os guias que participam da nossa formação têm um *bottom* da Pastur, pra dizer que esse tem formação pra turismo religioso. (Entrevistado A5).

g) outro aspecto de fragilidade apontado pelo Entrevistado D1 refere-se ao caráter transitório de alguns membros da comissão do “Território Santo”, na medida em que algumas pessoas designadas por algumas instituições (ONGs, Universidades etc.), eventualmente, não faziam mais parte delas. Assim sendo, deixavam de participar das referidas comissões, o que trazia descontinuidade e dificuldades para o andamento dos processos:

Mas o que é que nós tivemos? Dois impasses. Nós tivemos a pandemia, que foi um problema, porque isolou as pessoas. Segundo [...] nós tínhamos muitos parceiros institucionais transitórios. O que é isso? Hoje eu sou funcionária da Instituição A, amanhã eu não sou mais. Hoje eu sou professora da Instituição, amanhã eu não sou mais. Então, esses parceiros foram se desarticulando. Não sei identificar quem, quais são. Eu dei um exemplo, não estou dizendo que são. Mas professores e parceiros que estavam envolvidos no processo, de repente perderam as conexões com as instituições. Perde um pouco, inclusive, a memória. (Entrevistado D1).

h) percebe-se que a inserção da comunidade nas atividades laborais relacionadas à qualificação e operação do turismo ainda são insuficientes e aquém das necessidades. Na visão de um entrevistado, o foco e o entendimento do poder público acerca da qualificação do turismo está prioritariamente voltado para as obras de infraestrutura e não para a formação e capacitação dos autóctones:

[...] porque a infraestrutura é das prioridades, né? Mas o humano é a prioridade da prioridade. A capacitação. A capacitação, porque precisa, porque você faz um ambiente bonito, você faz um ambiente bonito, mas você não cuida dele, não favorece as pessoas que moram aqui. (Entrevistado A6).

i) falta de planejamento integrado e sinérgico dos roteiros de fé, para dar sentido de potencializar e otimizar as rotas nos atrativos turísticos da Península de Itapagipe, bem como ampliar o tempo de permanência do turista no território, como avaliaram alguns depoentes:

[...] então, precisa ter, porque o Santuário está ali como um equipamento. O Bonfim está como um equipamento, como um atrativo. A Sagrada Família está ali como um atrativo, tá certo? Agora, porque as ações também têm que ser feitas com o morador local, para que ele conheça esses equipamentos, que ele participe, seja parte integrante. Então, você tem um trabalho fantástico do Mercado IAÔ, que durante a Trezena de Santa Dulce, que vai lá com o *food* móvel

dela, de comida. Então, pronto, beleza. Mercado IAO está aqui praticando. Tem o Museu do Sorvete. Como é que isso conecta o Museu do Sorvete no Sol e Mar da Bahia, que é uma... a própria Sorveteria da Ribeira. A própria Rede náutica também, no aspecto náutico, também integrando aqueles barcos todos, né? Então, tem os barcos, você tem os passeios que vão lá pro subúrbio, tá entendendo? Você tem o observatório, a Marina Nova que tá lá. Então, como é que você traz passeios de lá pra cá? [...] Na realidade, precisa você ter um plano estruturante para o desenvolvimento do turismo religioso do ponto de vista mais completo, vamos dizer assim, com várias experiências da coisa, inserindo a rede de apoio nesse processo. Fazendo experiência [...] Dizer que hoje existe uma dificuldade localmente das agências de receptivo de vender o roteiro Caridade de Fé. Porque, ah, o roteiro você pode fazer ele ou completo, ou parte dele. Aí você tem, ah, mas eu tenho um outro, tem outro, porque a gente está, do ponto de vista da governança, um projeto que a gente vem tocando, essas agências fazendo o seguinte: óh, tem cinco agências que estão vendendo! Tem uma, tem que ter uma operadora. Essa operadora vai criar os pacotes e aí você pode ter o seguinte: Eu tenho, você tem dois ou três, vamos organizar juntas e coletivamente, e você sai uma Van, vamos, vocês rateiam o custo sobre o valor e você viabiliza a experiência. E viabilizando essa, vai criando o hábito, você vai massificando. E o que precisa é você massificar. (Entrevistado G1).

[...] e nós fizemos um *famtour* de visitação com 40 operadores de turismo no Recôncavo. Para que eles vissem a requalificação do museu e a da Capela também [...] o baiano também tem que fazer turismo dentro da própria Bahia. E aí é uma escola, que você pega para fazer uma visitação ao museu, e depois faz uma missa. Ou leva uma missa e depois faz uma visitação para o museu. Você tem que fazer com que esses circuitos, eles tenham uma gestão de sustentabilidade do próprio negócio. (Entrevistado F4).

[...] por exemplo, as da economia do mar [...] a gente contou, barcos na Enseada dos Tainheiros, têm 1.500 barcos na Enseada dos Tainheiros, mais ou menos, um número assim, porque foi contado. Desses, têm os barcos das marinas, os veleiros, as lanchas, os barcos grandes. Vai ter a porção de barco pequenininho, que faz turismo para o cara ali, leva em ilha de maré, volta, nessa sai para pescar, não sei o quê. Então, tem uma porção de barcos pequeninhos. E esses barcos todos, eles geram atividades no território, que vai desde o cara que faz a vela do barco, do que conserta a fibra, do que faz a almofada, da pessoa que faz os salgadinhos para a lancha levar. Então, tem uma outra economia aí. Eu acho que essa articulação dessas economias pode ajudar muito mais. Se essa atividade econômica, voltada para o turismo religioso, se atrelar a outras atividades econômicas, e para mim o que se destaca no caso da Itapagipe é a questão da economia do mar, que ainda é uma coisa que está um pouco discutida ainda no Brasil. Tem muito movimento agora. Está começando a dar mais *caldo*, enxergar o mar como uma fonte econômica. Salvador tem a metade do território do mar e vem a culinária, enfim. É, e cabe um bocado de coisa. E essa relação que está passando, que precisa estabelecer com o mar, que eu acho que pode ajudar o outro. (Entrevistado G3).

j) a falta de conscientização da comunidade sobre a importância da economia do Turismo Religioso para trazer melhoria e qualidade de vida das pessoas ainda se configura em um grande desafio. Neste sentido, os entrevistados chamam a atenção para esta preocupação, pois é necessário, premente e importante uma atuação junto à comunidade, para municiar seus moradores com as informações, competências e habilidades, para serem protagonistas e não coadjuvantes nesse processo:

As pessoas que estão hoje envolvidas nesse desenvolvimento estrutural, que têm muitos moradores que estão trabalhando nessa obra, eles vão começar a ter consciência de que eles hoje

estão trabalhando nessa obra por causa de um melhoramento, por causa de um desenvolvimento no local que eles moram. Então, por que veio de onde? Quem provocou é um ponto, já é uma conscientização. Por que que está construindo isso aí? Eu passo nas ruas e as pessoas me perguntam: O que está acontecendo lá em cima? Eu paro e vou falar. E aí tem as próprias lideranças do campo, que também deve ter participado. Eles mesmos estão dizendo... Ah, mas eu... E o que é isso aqui? É o quiosque? Vai ser tudo organizado, bonitinho, pra você vender, você fazer isso? Então... Ah, mas como é que eu faço para cadastrar? Você tem que ter sua legalidade, legalizar as pessoas, legalizar seu mês, seus direitos. Já vai despertando a consciência, a conscientização das pessoas que precisam pensar melhor, ampliar um pouco, já tem, olha já, são fases, né? Então, eu trabalhei naquela obra, então não serei eu a destruí-la. E também, nem as pessoas que eu vejo, que eu vou deixar destruir, porque foi eu que fiz. Então, eu vou dizer, eu não preciso trabalhar. Olha, eu sei o trabalho que eu tive, e aí eu ganhei dinheiro para construir. E quem construiu nos deu essa possibilidade de melhorar de vida, de trazer uma pessoa sem passar vergonha. Na minha porta tem um esgoto e na minha casa eu poder ter uma dignidade de receber alguém, de sair do anonimato da marginalização. Ponto. Já é um desenvolvimento grande. Esse é [...] o meu olhar, minha forma de ver e de começar a conscientizar essas pessoas. Mas sempre aos poucos e aos pouco mesmo. É um trabalho de formiguinha. Essas pessoas, para receber um instrumento para trabalhar, como por exemplo, um quiosque [...] (Entrevistado A6).

[...] para mim, seria, primeira coisa é comunicação. Uma campanha de comunicação efetiva, uma comunicação. A palavra seria efetiva mesmo, né? Chamando atenção pra fora e pra dentro, porque também, assim, faz muita comunicação pra fora e pra dentro faz pouca, né? A comunicação pra dentro da cidade, pra dentro do bairro, pra dentro do bairro, pra entender isso, né? Precisa educar o morador de Itapagipe, pra entender o que é o turismo religioso, porque que é importante. Além da questão da fé, né, de tudo isso que tá no... A questão do que ele gera de economia dentro do bairro pode beneficiar a vida de todo mundo. (Entrevistado G3).

k) falta de equipamentos e infraestrutura turística:

[...] você tem gargalos do ponto de vista de... você não tem estacionamento para os ônibus de turismo parar. Os empresários de bares e restaurantes não se enxergam no processo e não percebem a oportunidade. Momento de baixo potencial também, porque eles não estão participando desse momento de sensibilização. Foram chamados para alguns, mas eles também não percebem esse fluxo que gera para eles um retorno. Então, vocês têm muita questão do turismo de sol e praia. O peregrino que vai para lá, o ticket médio de um peregrino não é tão alto, não é tão alto, é um ticket médio relativamente baixo... é o volume. Ganha-se no volume. Mas para você ter volume e a permanência dele no local, nas igrejas, enfim, naquela rota. É o tempo de permanência e volume de quem chega. Então, você tem hoje uma Catedral [Agência] “da vida”, que é a maior operadora de turismo religioso católico que a gente tem no Brasil, que já tem regularmente no roteiro dela, o “Caridade de Fé”, que pega cidade baixa e todas as coisas. Mas, por exemplo, você não tem uma infraestrutura de hospedagem na península, adequada, que possa suprir essa necessidade. Se tiver 150 pessoas querendo se hospedar hoje lá, você não tem. Você tem [...] que é próximo, em frente a Irmã Dulce, do lado. O abrigo [...] Tem um abrigo. É, na parte de trás, na Boa Viagem, que tem condições de receber, mas é muito pequena, ele é pequeno. Você tem uma outra pousada, você tem algumas camas e cafés que não estão organizados do ponto de vista de infraestrutura, para receber um contingente desse. (Entrevistado G1).

[...] a gente sabe que é Salvador inteiro. Principalmente, pontos turísticos. Eles são mais visados. Então a segurança precisa ser reforçada e melhorada, entendeu? Estacionamentos para ônibus, porque a gente pode chegar com muitos ônibus ali na frente, mas, por exemplo, quando chega 10 guias com 10 ônibus, não tem esse suporte. Tem um estacionamento na frente, que precisa ser criado, baias exclusivas, como a gente vê em Aparecida do Norte e em

outros estados. Então, precisa que aqui na Bahia se faça isso. É um grande potencial, o turismo religioso. Vai crescer, vai crescer muito, mas precisa segurança e acessibilidade, e esse local para o estacionamento dos ônibus. Ainda nesse momento, ainda não tem hotéis próximos. Tem uma pousada [...] que fica ao lado, mas ela é bem pequena, não comporta, assim, um grande número de turistas. O Café de irmã Dulce, ela atende, assim, a grupos pequenos, quando a gente chega, mas, por exemplo, até um ônibus, ele comporta, quando vem dos outros estados, né? Logo cedo, pra tomar o café e depois começar a visitação. Mas, se for três, quatro ônibus, ele não comporta [no Bonfim] não tem, porque tem até aquele [...] mas tudo precisa ser programado e agendado. Então, a gente já está falando de um turismo crescente, já precisa estar com esses espaços disponíveis, independentemente de você agendar ou não. Tem que ser pensado esse espaço, pelo menos para um café, para um turista, que comporte um grande número de pessoas. (Entrevistado E1).

Então, assim, para o peregrino, o que que seria, se a gente não tivesse uma casa de repouso, mas se tivesse uma biblioteca, um centro de acolhimento, e depois que ele vivesse essa visitação, depois que ele cumprisse todo o seu ritual religioso, ele pudesse chegar ali com um artesanato? Um centro maior de artesanato, mas que tivesse um local onde ele pudesse descansar um pouco até passar para a sua próxima etapa. Então, o que acontece? Terminando aquela visitação, ele volta, porque não tem uma outra opção. Então, visitação do Memorial. O Memorial fica na capela. Tudo bem. Está ali descansando daquele tempo até o grupo todo terminar. Um centro de acolhimento, um local... um ponto de apoio, eu não sei... de apoio pra ficar ali. Às vezes, tem peregrinos que vêm de interiores, que eles vêm de manhã toda e, no final da tarde, eles não ficam hospedados em Salvador. Os locais mais próximos, eles vêm muito assim cedo e voltam. Então, se pensar num local desse, que tenha uma água, né? Um lanche, uma lanchonete. Uma lanchonete maior, um local. O restaurante, principalmente, que seja com poder com valor menor, que ele possa almoçar e ali ele ficar até o fim do dia. Isso precisa ser pensado. Eu já até coloquei, de oportunidade de se conversar. Agora, parece que vai fazer um hotel ali, o abrigo, mas isso aí é coisa que a gente já fala, assim, quando é que ele vem? Nessa própria estrutura que já tem ali, já pode-se pensar um local para o almoço, porque já está crescendo. Não precisa ir tão longe... A gente aqui Bom Jesus da Lapa, aqui na Bahia, que você leva os grupos. Eles têm toda uma estrutura de recepção para o peregrino, sabe? Então, assim, quando você chega. Voltando a Aparecida, a partir do momento que você já chega, já tem os profissionais guias de turismo. Eles já estão ali orientando, que já passa pra equipe que trabalha ali no Santuário. Se você precisar de algo que você imaginar em Aparecida, aparece uma pessoa ali pra te dar este suporte. É uma água, o melhor caminho, onde você sentar pra descansar. A gente tem muito que aprender isso daí é, e trazer mesmo pra gente e implantar ali. Porque a península itapagipana comporta aquela região de Irmã Dulce, comporta, entendeu? Isso daí vai abraçar toda a comunidade, vai gerar emprego e renda para aquelas pessoas que moram ali mais jovens, que moram ali mais perto, eles vão estar inseridos como monitores, porque lá eles não vão sair, mas eles vão estar ali como monitores, para orientar esse receptivo ali dentro. O turista é uma pessoa que já teve a sua curva de realização. Então, normalmente, é uma pessoa que já está, digamos assim, com sua questão financeira resolvida, já está numa fase já madura. Então, ele quer estar bem cuidado. Quer dizer, você é abordado por um mendigo, abordado por até mesmo uma pessoa local, mas que está sem aquele cuidado mínimo, né? Isso, muitas vezes, afugenta. É importante a identificação com o uniforme, entendeu? Pra ser já identificado, a partir do momento que ele se aproxima. Então, ele sabe que ali ele está contando com suporte pra qualquer informação que ele possa precisar, passa segurança. É prioridade, muito prioritário, para acontecer. Uma das reivindicações nossas é ter ali um balcão de um centro receptivo, para o turista chegar ali, ele saber, ele se dirigir ali naquele local. Ali vai ter profissionais qualificados para dar informações não só sobre o Memorial, mas também sobre a cidade, porque a maioria dos peregrinos, ele vem, cumpre essa parte, mas eles querem conhecer a cidade de Salvador, entendeu? Porque tem histórias. Eles não querem vir ao Pelourinho. Eles querem ter a igreja da Basílica, a catedral Basílica, né? Eles querem conhecer ali, nos pontos turísticos. Então, uma das reivindicações, desde quando começou a se montar o território santo, eles dizem que precisa

ali ter um local, um receptivo, com os profissionais guias de turismo, para receber esse peregrino, esse turista. (Entrevistado E1).

[...] e eu acho que ainda precisa melhorar bastante. Porque ali tem, assim, bastante atrativo que pode fazer feiras ali até, naquele espaço que tem ali. Eu acho que ficaria bacana no Largo, entendeu? É, fica muito ainda abandonado ainda, né? Aqui, no caso, tem a rota, uma rota que eu sugeri um tempo atrás, mas depois eu peguei a Náutica da cidade Baixa e a de São Joaquim. Porque a gente tem um Observatório aqui na Ribeira, certo? Então, a gente queria agregar essas duas rotas é, mas o Observatório é na orla aqui da Ribeira, entendeu? Então a Rede EMUNDE [Rede Mundial de Étnico Empreendedorismo] está tentando trazer isso, porque a gente fez o forró do Jegue já há dois anos, precisa estruturar, porque ele está fazendo assim também, querendo trazer os Saveiros. Tem corrida náutica, mas a Rede EMUNDE/Observatório faz tudo com muito esforço, porque a prefeitura, ninguém sabe e propõe realmente a ajudar, para soltar a verba para poder fazer. Eu já percebi que, pra eles, não é interessante. Porque acho que é questão de política mesmo. ACM [Antonio Carlos Magalhaes] Neto não tinha voto aqui na Cidade Baixa. Então, é uma questão política, entendeu? De não soltar. E hoje continua assim. É a mesma coisa. Faz aquele “armengue” nas praças, depois não tem manutenção, não tem nada. Praças bonitas, que a gente podia estar fazendo eventos, entendeu? Tanto, sim, como é que se diz, capoeira, maculelê, um encontro de jovens, como é que se diz, das igrejas, entendeu? Fazer um congresso, uma coisa assim, porque tem. Aqui, a Praça do Dendezeiros, também, existe o Monumento de Luis Tarquínio. Você sabia que aqui a gente tem o...Aqui! Tem uma figura muito importante? O monumento de Luís Tarquínio fica aqui embaixo, onde era, na verdade, o que ele construiu. O cara foi assim, o que revolucionou mesmo em termos de indústria, deu emprego digno aos negros. Ali dentro, eles tinham, eram praticamente, é uma morada que tinha até cinema, onde tinha as fábricas de Luís Tarquínio. E hoje só tem um monumento que agora que deram uma consertadazinha na coisa e acabou, que era uma coisa também que eu acho que seria muito forte, porque a gente não tem um grupo turístico de dizer assim... vamos fazer o pacote, tem uma, como é que se diz, o que a gente na verdade precisa é isso aqui na cidade baixa. Olha, eu vou passar o pacote pra agência de viagens. Os turistas aqui de Salvador, eles só querem levar pra Estrada do Coco ou pra Barra, sabe? E existem outras coisas de se ver aqui, gente. Tem a festa da Boa Viagem, tá morrendo, no 1º de Janeiro. Está morrendo e era uma festa muito bonita, porque é uma atração marítima, entendeu? Então, eu acho que eles estão querendo revitalizar isso, jogando pro Humaitá. Agora está saindo, Jesus está indo pro Humaitá, pra vir pra igreja. Isso nunca aconteceu. Ele saía mesmo ali na frente da igreja. Mas tudo bem, eles estão querendo revitalizar o Humaitá que, realmente, está abandonado. Eles saíram, que iam botar um *ferryboat* ali, não sei o que, não sei o que, não botou nada. Está lá abandonado. Então, tudo assim fica aqui pela metade. Ninguém tem esse interesse. É uma questão política, porque eles não têm interesse de fazer isso. Tem muita coisa que essa rota mesmo, essa rota náutica da Cidade Baixa, ela agrega o receptivo da Lavagem do Bonfim. (Entrevistado A4).

7.2 AÇÕES PROPOSITIVAS PARA UMA REQUALIFICAÇÃO DO TURISMO RELIGIOSO VOLTADO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Não obstante as iniciativas empreendidas pelos atores sociais públicos e privados, constatou-se, empiricamente, que essas ações não esgotam novas possibilidades de requalificação da governança do Turismo Religioso. Dentre as dificuldades de potencializar a governança do turismo em sua plenitude de forma sustentável, destacou-se definir claramente as ações em suas respectivas esferas ambientais e atores sociais, o que se

denominou macroambiente, mesoambiente e microambiente. Para além da definição e do estabelecimento das ações, a articulação das esferas de modo transversal é indispensável, para permitir melhor operacionalização e entrega ao consumidor final, no caso em questão, o turista e os peregrinos.

Principais ações propositivas:

- a) viabilizar um convênio junto à instância governamental, para a criação de uma associação voltada à captação de recursos para investimento e operação de uma estrutura (pessoal, material, insumos, tecnologia, processos etc.);
- b) criar uma estrutura organizacional executiva, para a gestão, coordenação e articulação com os diversos atores sociais;
- c) definir/contratar um profissional com representatividade, competências e habilidades em gestão organizacional, para não só exercer a liderança e coordenação, mas também articular com representantes das organizações públicas e privadas nos macroambientes, mesoambientes e microambientes, mas, sobretudo, assegurar a entrega das demandas de qualificação da governança do turismo;
- d) elaborar um projeto estruturante para um Turismo Religioso abrangente, participativo e inclusivo, que contemple as demandas de todos os atores sociais (interorganizações) para potencialização da infraestrutura e dos equipamentos turísticos, bem como dos atrativos voltados para o desenvolvimento local e benefícios para a comunidade (intersectorialidade);
- e) criar comissões e grupos de trabalho em caráter permanente, para possibilitar o estabelecimento de um padrão de governança estável e contínuo;
- f) definir e estabelecer claramente as ações no âmbito local, estadual e nacional em seus respectivos ambientes (macro, meso e microambiente) e articular, de forma transversal e integrada, para garantir as etapas de implantação, operacionalização e entrega de projetos e ações ao consumidor final, no caso em questão, o turista e os peregrinos;
- g) inserir, na agenda de projetos e ações da governança de turismo, além da religião católica, as demais religiões, a exemplo das religiões evangélica, espírita e as de matriz africana, no caso a Umbanda e o Candomblé, entre outras, estruturando, configurando e incluindo esses espaços religiosos como destinos turísticos;

- h) estabelecer a isonomia no direcionamento e aplicação dos recursos econômicos e financeiros nos projetos e ações relacionados à infraestrutura e aos equipamentos para os atrativos turísticos e seus espaços;
- i) planejar, de forma integrada e sinérgica, os roteiros de fé, buscando maior otimização das rotas e envolvendo maior número de destinos turísticos do território de Itapagipe. Neste sentido, ampliar a permanência do turista ou peregrino no território, para que outras tipologias de turismo sejam combinadas, a exemplo do turismo gastronômico, turismo náutico, turismo de lazer etc.;
- j) definir claramente a cadeia de serviços e suas redes interorganizacionais, integrando o processo de produção e comercialização de produtos e serviços dos vários tipos de segmentos relacionados ao Turismo Religioso;
- k) capacitar as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com o Turismo Religioso no território de Itapagipe;
- l) envolver os moradores nas atividades laborais do Turismo Religioso;
- m) dar amplo conhecimento à comunidade acerca dos projetos relacionados ao Turismo Religioso, bem como os seus benefícios, para se conquistar maior engajamento nesse processo;
- n) rediscutir o padrão arquitetônico e a configuração urbana da Península de Itapagipe congruente com a oferta dos serviços turísticos à luz das demandas do território (Exemplo: espaço de acolhimento aos romeiros, turistas e peregrinos, estacionamento para ônibus, restaurantes, acomodação, demais atrativos e espaços etc.);
- o) estabelecer um programa de profissionalização para os empreendedores locais voltado para a cadeia de negócios do Turismo Religioso.

Esta seção apresentou uma proposta de *framework* para a governança do Turismo Religioso, as principais limitações e fragilidades na governança no atual contexto do Turismo Religioso e também um conjunto de ações propositivas e de intervenção, visando a requalificação da Governança Territorial voltada para a potencialização do Turismo Religioso da Península de Itapagipe. Na seção seguinte são apresentadas as considerações finais do estudo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, são apresentadas as considerações finais do estudo, fundamentadas no material empírico – coleta, tratamento e análise dos dados –, com os objetivos e a questão norteadora ancorados na construção teórica, para dar sustentação à análise dos dados coletados. Resgata-se e articula-se o propósito inicial e a motivação com o processo de pesquisa, a emergência dos dados e os objetivos estabelecidos, no sentido de apresentar os resultados e principais achados. Intentou-se expressar uma síntese das principais constatações dentro de uma perspectiva teórica e prática. Por fim, aborda-se as limitações verificadas no processo de pesquisa e as sugestões para a realização de estudos futuros.

Esta tese partiu da premissa de que a Governança Territorial voltada para o Turismo Religioso promovido no território de fé na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, apresenta limitações e fragilidades que dificultam a potencialização do turismo religioso desse território como força propulsora do desenvolvimento local.

Teve-se a seguinte questão norteadora: Como a Governança do Turismo Religioso promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local?

Neste sentido, o objetivo geral foi entender como a governança do Turismo Religioso promovido no “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse itinerário como força propulsora do desenvolvimento local.

O objetivo geral foi desdobrado em cinco objetivos específicos:

- a) levantar e analisar os elementos históricos, patrimoniais, sociais, econômicos, culturais, ambientais e religiosos que caracterizam as potencialidades do “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, para a promoção do desenvolvimento local;
- b) identificar as principais iniciativas e os projetos implantados para a promoção do “Território de Fé” na Península de Itapagipe dirigidos para potencializar o Turismo Religioso voltado para o desenvolvimento local e promover bem-estar social;
- c) investigar o papel desempenhado pelos principais representantes de Instituições religiosas, Líderes de Redes e Associações de Moradores, Empreendedores Locais, Operadores Turísticos, Gestores Governamentais estaduais e municipais, Organizações Não Governamentais e Fundações, que evidenciasse iniciativas no contexto da Península de Itapagipe, Salvador, Bahia;

- d) identificar os fatores que limitam a capacidade e a qualidade da Gestão Social e da Governança do “Território de Fé”, de modo a potencializar o desenvolvimento local;
- e) propor uma agenda de ações, no âmbito da Governança Territorial e da Gestão Social, que vise requalificar e potencializar o Turismo Religioso na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia.

O primeiro objetivo específico foi atingido com a revisão teórica exposta nas seções 2 e 4, nas quais foram abordados os aspectos conceituais do turismo, suas tipologias, e do Turismo Religioso especificamente, no sentido de dar suporte à compreensão dos atrativos turísticos imateriais (simbólicos) e materiais (físicos) no “Território de Fé” na Península de Itapagipe. Ademais, esses fundamentos teóricos articulados com o material empírico objeto da análise, exposto na subseção 6.3, contribuíram para compor a resposta ao objetivo geral.

Na seção 2, buscou-se apresentar o cenário do setor de serviços e suas projeções de crescimento, para dar suporte à economia do turismo como um vetor de considerável importância (RUSCHMANN, 2016) e suas tipologias e segmentos, em especial o Turismo Religioso com seus elementos atrativos físicos e simbólicos (ABUMANSUR, 2013; BENI, 2019; CORRÊA; CAON, 2002; DIAS, 2003b; DIAS; SILVEIRA, 2003; SECALL, 2002; SILVEIRA, 2007).

Na seção 4, discutiu-se os conceitos e as abordagens do Turismo Religioso de uma forma mais abrangente. Buscou-se trazer, em primeira análise, uma perspectiva do atrativo imaterial e simbólico e, complementarmente, uma perspectiva material e física do Turismo Religioso. No que se refere à reflexão relativa aos aspectos da experiência de fé como elemento simbólico e imaterial do Turismo Religioso, alguns teóricos deram suporte. Quanto à religião (ABUMANSUR, 2013; PRANDI, 2001; SANCHIS, 2018), quanto à experiência do sagrado e do profano (BASTIDE, 2001; BECK, 2016; BERGER, 1985; BERGER; ZIJDERVELD, 2012; ELIADE, 2018; OTTO, 2017), da fé (TILLICH, 1980) e dos rituais (CROATTO, 2010; GEERTZ, 2022; GENNEP, 2013). No tocante aos aspectos físicos e materiais do Turismo Religioso (DIAS, 2003b; DIAS; SILVEIRA, 2003; SECALL, 2002; SILVEIRA, 2007).

Não obstante o território da Península de Itapagipe dispor de destacados atrativos turísticos materiais e imateriais em várias perspectivas – histórica, patrimonial, cultural etc. –, que fazem da região um potencial polo econômico, social e ambiental por meio do turismo, especialmente o Turismo Religioso, há uma expressiva demanda de requalificação. Esta requalificação do itinerário de fé refere-se, sobretudo, à governança do território em sua

perspectiva social, para uma oferta de equipamentos turísticos e de infraestrutura e preservação dos atrativos simbólicos voltados para a experiência de fé que norteie a motivação do Turismo Religioso.

O segundo e terceiro objetivos específicos foram alcançados, conforme demonstrado nas seções 3 e 6. As referências da literatura acerca da Governança Territorial foram trabalhadas na seção 3. Partiu-se do aprofundamento conceitual da Governança para um enfoque da Gestão Social categorizada em quatro dimensões constitutivas: capital social, poder local, redes interorganizacionais e intersetorialidade. Estas dimensões, formadoras da gestão social na governança, constituem a principal contribuição teórica da tese.

Na seção 6, apresentou-se o contexto da governança do Turismo Religioso na Península de Itapagipe, tendo como recorte as unidades de análise do território, que representam o objeto de análise. Foram também apresentadas as principais iniciativas e os projetos voltados para o Turismo Religioso e ainda os principais atores envolvidos direta ou indiretamente nos referidos projetos. As hipóteses teóricas foram evidenciadas e corroboradas em direção a uma demanda de requalificação da governança do turismo na perspectiva da Gestão Social. Constatou-se que, apesar dos projetos e das ações de qualificação do Turismo Religioso, bem como do desempenho por parte dos principais atores que estão envolvidos nesse processo, o Turismo Religioso em Itapagipe ainda requer um conjunto de iniciativas e ações que o potencializem no itinerário de fé como força propulsora do desenvolvimento territorial.

Na seção 3, intentou-se trazer algumas reflexões acerca da gestão territorial com o apoio de aspectos conceituais de governança (DAVOUDI *et al.*, 2008; FISCHER, 1991; PECQUEUR, 2004), de território local (DALLABRIDA, 2007, 2016; FUINI, 2015; SANTOS, 1994, 1998, 2004, 2014, 2020a), da gestão social (CANÇADO, 2013; FRANÇA FILHO; EYNAUD, 2020) e de suas interconexões com os atores sociais dentro de uma perspectiva das suas relações no processo de governança e gestão, com base nas dimensões do capital social (BURT, 1992; D'ARAÚJO, 2010; GRANOVETTER, 1973; PUTNAM, 2008), do poder local (FISCHER, 1991, 1992, 1993, 2002; HARDY; CLEGG, 2009; MORGAN, 1996), das interorganizações (ELCHE; MARTINEZ-PÉREZ; GARCÍA-VILLVERDE, 2017; FISCHER, 2002, 2012b) e da intersetorialidade (JUNQUEIRA, 2004, 2014).

O quarto objetivo foi atingido na seção 7, subseção 7.1, que apresenta as principais limitações e fragilidades da governança do Turismo Religioso. Os resultados obtidos com as entrevistas semiestruturadas com os atores descritos e a observação participante apontam para

um conjunto de fragilidades e vulnerabilidades que dificultam o aproveitamento dos recursos e atrativos, sejam eles imateriais ou físicos. Essas fragilidades subsidiaram a confecção de uma agenda de propostas de ações voltadas para o desenvolvimento local do território, que visam potencializar o Turismo Religioso no “Território de Fé”.

O quinto e último objetivo específico foi alcançado com o exposto na seção 7, subseção 7.2. Considerou-se como resultado a apresentação de uma proposta de agenda de ações e de um *framework* fundamentado nas análises teórico-empíricas, por meio da articulação das dimensões da Governança Territorial, da Gestão Social – capital social, poder local, redes interorganizacionais e intersectorialidade – e do Turismo Religioso, por meio dos seus elementos físicos e simbólicos.

Considerando o atingimento dos objetivos propostos, na sequência, apresenta-se algumas conclusões acerca do processo de inquérito e dos achados. Neste sentido, essas considerações são disponibilizadas, partindo-se dos temas/dimensões da pesquisa.

Quanto à Governança Territorial, como gestão do espaço e do território, viu-se um esforço, por parte do poder público e das organizações civis, para caracterizar e configurar o Território de Itapagipe como um polo turístico e um território santo, com base em algumas poucas iniciativas. Entretanto, o modelo de gestão adotado parece não dar conta das demandas econômicas, sociais, ambientais e culturais do território, para potencializar o Turismo Religioso e seus atrativos para o desenvolvimento local.

Considerando que o território guarda em si uma complexidade e uma natureza multifacetada, as estratégias para atender às demandas de diversos atores e ainda da preservação dos atrativos, da elevada vulnerabilidade econômica e social, dentre outras, requer grande articulação entre poder público, iniciativa privada e organização civil organizada, dentre outras, de forma dinâmica, flexível e transversal.

Neste sentido, o desdobramento da Governança Territorial, por meio da Gestão Social, parece revelar um hiato ainda maior, a considerar, como assevera Fischer (1991), que governança é articulação. Nesse contexto, verificou-se ausência de alguns elementos centrais da GS, que poderiam apoiar essa articulação. Percebeu-se, em alguns casos, que a articulação entre os atores ou *stakeholders*, quando acontecia, era realizada de forma isolada, descoordenada e fragmentada, carecendo, portanto, de uma colagem desses fragmentos, por meio dos elementos da GS, para formar uma unicidade, a fim de que os projetos ganhem robustez e vigor e, em consequência, sejam percebidos pelos turistas e pela sociedade.

Uma das características específicas do capital social é o sentido percebido pelos entes sociais, como confiança, regras de reciprocidade e cadeia de relações sociais. Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Assim como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e é suprido pelos agentes privados (PUTNAM, 2008).

Granovetter (1973), em caráter pioneiro, categorizou os laços sociais existentes entre as pessoas de uma sociedade. Distinguiu como fortes, aqueles nos quais os indivíduos despendem mais tempo, intensidade emocional e trocas e, como fracos, aqueles nos quais o investimento é menor ou nulo, como, por exemplo, os mantidos com pessoas conhecidas. O autor destaca a importância das relações concretas e das estruturas ou “redes”, tendo como origem a confiança e o desencorajamento da má-fé, compreendendo, portanto, o grau de integração (laços) entre indivíduos e grupos.

De modo geral, observou-se, no universo da pesquisa realizada, heterogeneidade no que se refere ao estoque de capital social entre os principais *stakeholders*, entendendo-se como capital social o grau de confiança, de participação, de reciprocidade e cooperação. Verificou-se uma variação, portanto, no nível de confiança, por exemplo, entre os diversos atores. Isto quer dizer que existem níveis de capital social elevado, moderado e baixo, quando se classifica desse modo.

O baixo nível de confiança evidenciado entre a comunidade, as associações e os *stakeholders*, em alguns casos, sobretudo junto aos órgãos governamentais e ONGs, parece estar relacionado à percepção e ao sentimento dos moradores e das associações em relação aos projetos, empreendimentos e ações voltados para o Turismo Religioso na Península de Itapagipe. Assim, os seguintes fatores, dentre outros que, por vezes, impactam na falta de credibilidade da população junto a esses *stakeholders*, foram identificados: falta de comunicação e envolvimento da comunidade, exclusão social dos benefícios, baixo ou nenhum impacto na qualidade de vida das pessoas. Essa baixa confiança em atores fora do eixo endógeno da comunidade limita as possibilidades de pontes de relacionamento que auxiliem a comunidade a fortalecer o Turismo Religioso e a melhorar as condições de desenvolvimento.

Em contraponto, constatou-se um elevado grau de capital social, por assim dizer, em alguns *stakeholders*. Este parece ser o caso dos agentes governamentais, ao considerar os grandes investimentos voltados ao fortalecimento do Turismo Religioso nos santuários e nos

entornos do Território de Itapagipe, como demonstração de confiança, mesmo sendo questionado por tantos o tratamento assimétrico dos investimentos para diferentes instituições religiosas da própria região.

De forma geral, pode-se considerar que há um estoque de capital de grau moderado, pois as pessoas reconhecem a importância e o relevo do “Território de Fé” e, em alguma medida, acreditam na perspectiva de que a potencialização da economia do turismo pode trazer benefícios. Entretanto, ficam na expectativa de que apenas o poder público assuma o protagonismo nesse processo e realize as ações.

Em relação à estrutura de poder local, observou-se, notadamente, que havia espaço para ampliação do diálogo entre as organizações (redes de interorganizações) e os setores junto à comunidade local. No caso em questão, percebeu-se que algumas poucas iniciativas tiveram um viés mais participativo, sobretudo na elaboração e construção dos planos territoriais, o Arranjo Produtivo Local do Território Santo, o Plano de Bairros de Itapagipe etc. Entretanto, ao longo dos anos, esse esforço de participação e integração foi perdendo o “fôlego”, e as estruturas de poder foram migrando de um modelo *bottom-up* para um modelo *top-down*, além do que as relações e iniciativas passaram a configurar-se de forma isolada, fragmentada e com muito pouca articulação entre os atores ligados ao turismo religioso na Península de Itapagipe.

Quanto às redes interorganizacionais, ficou claramente evidenciado que entidades e organizações direta ou indiretamente envolvidas com a dinâmica do Turismo Religioso atuam de forma isolada e fragmentada. Portanto, parece que não atuam como preconiza Fischer (2012b), ao mencionar que as interorganizações são constituídas por organizações diferenciadas, conectadas por propósitos comuns, isto é, integradas.

O incentivo à participação dos sujeitos sociais (usuários e demais interlocutores) tem sido uma mudança importante na estratégia de solução dos problemas enfrentados pela população desfavorecida economicamente. Pretende-se, assim, identificar interesses e demandas do contexto local com base no conhecimento de necessidades sociais, tendo em vista a aplicação eficaz dos recursos financeiros (GÓES; MACHADO, 2013).

Quanto à intersetorialidade, verificou-se que muitos projetos e ações empreendidos no Território de Itapagipe não apresentaram um caráter inclusivo e participativo, no sentido de assegurar a isonomia e equanimidade dos resultados e benefícios para a comunidade do entorno do “Território de Fé”. Os ganhos e benefícios foram, em alguma medida, indiretos, secundários e colaterais.

Quanto aos questionamentos iniciais, constatou-se que havia uma demanda por requalificação do itinerário de fé, verificado por meio das dimensões da Gestão Social – capital social, poder local, redes de interorganizações e intersetorialidade –, por um lado, e a agenda de proposição de ações, por outro. Este achado confirma a tese de que a governança do Turismo Religioso promovido pelo “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse itinerário como força propulsora do desenvolvimento territorial, em alinhamento com os seguintes teóricos: Fischer (1997, 2002, 2012b), Kassahun (2010), Putnam (2008) e Tammajinda (2013).

Conclui-se que as dimensões da Gestão Social na Governança Territorial, que emergiram, sobretudo nas visitas a campo, como ausência e inseridas como fatores limitantes à potencialização do Turismo Religioso e da governança do Turismo Religioso, serviram de subsídio e de base para a formulação das ações propostas, para atender às demandas e dissipar assimetrias que formam um todo harmônico. Ficou indicado, portanto, que capital (confiança, participação, reciprocidade e cooperação), poder local (simetria), redes de interorganizações (parcerias) e intersetorialidade (redes setoriais) podem (re)qualificar o itinerário de fé como força propulsora do desenvolvimento territorial.

Não obstante a contribuição da articulação teórico-empírica para o estudo do fenômeno e do debate acerca da Gestão Social como perspectiva da Governança Territorial, observou-se, no decorrer desta pesquisa, que algumas dimensões mostraram-se limitadas e insuficientes para uma generalização em outros contextos, no sentido de se proceder a uma análise mais conclusiva acerca do fenômeno estudado. As dimensões, por exemplo as que tratam das interorganizações e da intersetorialidade, trazem, em certa medida, uma subjetividade e complexidade tanto no levantamento e tratamento dos dados quanto na análise. Neste sentido, o aprofundamento e a análise acerca dessas interconexões, para melhor associar a eficácia dos seus resultados para determinados atores e grupos, pode contribuir para futuras pesquisas relacionadas aos temas abordados.

Considerando a complexidade da aplicação das categorias/dimensões relacionadas à governança, capital social, poder local, interorganizações e intersetorialidade em outras realidades, é necessário e importante analisar eventuais peculiaridades e especificidades manifestadas em outros contextos, para enriquecer o trabalho, ampliando e potencializando suas possibilidades para futuras generalizações.

Neste sentido, sugere-se, para futuros estudos relacionados a essas temáticas, a elaboração de um ciclo de planejamento que contemple a implantação, operacionalização das

ações, bem como a avaliação da eficácia e efetividade das ações, dos ajustes e das correções de eventuais desvios. Esse planejamento deve ter como parâmetro as dimensões da governança, da gestão social e do Turismo Religioso, além do desdobramento das dimensões em indicadores que possam assegurar uma relação simétrica de poder entre os *stakeholders*.

Entendendo que nenhuma análise pode ser definitiva, acredita-se que o conteúdo exposto nesta tese pode possibilitar novas investigações que permitam o aprofundamento cada vez mais amplo do conhecimento sobre os temas abordados.

Este estudo pode orientar a análise dos papéis de outros *stakeholders* que não os identificados neste trabalho, em outros territórios que tenham potencial para o Turismo Religioso ou mesmo em territórios e espaços que já tenham o Turismo Religioso estruturado e em funcionamento, ressaltando as suas especificidades.

REFERÊNCIAS

- ABUMANSSUR, E. S. Ciências da religião aplicada ao turismo. *In*: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas: Paulus, 2013. p. 615-625.
- ACSELRAD, H. **Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- ADHIKARI, K. P.; GOLDEY, P. Social capital and its “downside”: the impact on sustainability of induced community-based organizations in Nepal. **World Development**, [s.l.], v. 38, n. 2, p. 184-194, 2010.
- ALTMAN, C. Caminhos da fé movimentam o turismo religioso no Brasil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, Caderno Turismo, 12 set. 2023. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/turismo/2023/09/12/interna_turismo,1560247/caminhos-da-fe-movimentam-o-turismo-religioso-no-brasil.shtml. Acesso em: 1 out. 2023.
- ANDRADE, J. V. **Turismo fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.
- ANDRADE, P.; MENESES, J. Censo 2010: antigas questões e novos desafios interpretativos à Sociologia da Religião. **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão, v. 11, p. 1-17, 2013.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- ANSARAH, M. G. R. **Turismo: segmentação de mercado**. São Paulo: Futura, 1999.
- ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Washington, v.18, n. 4, p. 543-571, 2008.
- ARAÚJO, E. T. Gestão social. *In*: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.
- ARAÚJO, L. M. Análise de *stakeholders* para o turismo sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 91-99, 2008.
- AULET, S.; VIDAL, D. Tourism and religion: sacred spaces as transmitters of heritage values. **Church, Communication and Culture**, Roma, v. 3, n. 3, p. 237-259, 2018.
- AUSTIN, J.; STEVENSON, H.; WEI-SKILLERN, J. Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? **Entrepreneurship Theory and Practice**, Waco, TX, v. 30, n. 1, p. 1-22, Jan. 2006.
- BAGNASCO, A.; LE GALÈS, P. Introduction. European cities: local societies and collective actors? *In*: BAGNASCO, A; LE GALÈS, P. (eds.). **Cities in Contemporary Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. p. 1-32.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, M. **Turismo e o legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BASTIDE, R. **As religiões africanas no Brasil**: contribuições a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971. v. 2.

BASTIDE, R. **O candomblé da Bahia**: rito nagô. São Paulo: Companhia da Letras, 2001.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 189-217.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, M. W.; GASKEL, G. (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 39-63.

BECK, U. **O Deus de cada um**: a capacidade das religiões de promover a paz e o seu potencial de violência. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2019.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização**: na aurora do século XXI. São Paulo: Hucitec, 1996.

BERGER, P. L. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulus, 1985.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, P. L.; ZIJDERVELD, A. C. **Em favor da dúvida**: como ter convicções sem se tornar fanático. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria geral dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade**. Fragmentos de um dicionário político. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, PT: Porto Editora, 2008.

BOISIER, S. Sociedad del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, MS, v. 2, n. 3, p. 9-28, set. 2001. DOI: <https://doi.org/10.20435/interações.v2i3.583>

BOURDIEU, P. Forms of capital. *In*: RICHARDS, J. C. (ed.). **Handbook of theory and research for the sociology of education**. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Setor de serviços cresce 10,9% com altas nas cinco atividades pesquisadas**. Brasília: MTP, 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2022/02/setor-de-servicos-cresce-10-9-com-altas-nas-cinco-atividades-pesquisadas>. Acesso em: 30 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. Boletim de Inteligência de Mercado no Turismo. **Turismo Religioso**. 10. ed. Brasília: Rede de Inteligência de Mercado no Turismo, jul. 2022b. Disponível em: <http://bibliotecarimt.turismo.gov.br/SitePages/BIMT%2010%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o%20-%20Turismo%20Religioso.aspx>. Acesso em: 6 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Observatório Nacional do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2022 - Ano Base 2021**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2021. v. 49.

BRASIL. Ministério do Turismo. Subsecretaria de Gestão Estratégica. **Anuário Estatístico de turismo 2020**. Ano Base 2019. Volume 47. 2. ed. Brasília: Ministério do Turismo, Março, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Nº. 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm. Acesso em: 20 ago. 2023.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2022.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizations analysis**. London: Routledge, 1979.

BURT, R. S. The network structure of social capital. *In*: SUTTON, R.; STAW, B. (ed.). **Research in organization behaviour**. Greenwich, CT: JAI Press, 1992. p. 345-423.

CAIO, C. A. UEPG Humanit. **Applied and Social Sciences Linguistics, Ltéter, and Arts**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 53-58, jun. 2004.

CAMPOS, A. C. **PIB cresce 2,9% em 2022 e fecha o ano em R\$9,9 trilhões**: crescimento foi puxado pelas altas nos serviços e na indústria. Rio de Janeiro: Agência Brasil, 2 mar 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-03/pib-cresce-29-em-2022-e-fecha-o-ano-em-r-99-trilhoes>. Acesso em: 30 maio 2022.

CAMPOS, G. W. de S. **Um método para análise e co-gestão de coletivos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CANÇADO, A. C. Gestão social: um debate para a construção do campo. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 191-209, maio/out. 2013. DOI: <https://doi.org/10.9771/ns.v4i6.31252>

CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R.; TENÓRIO, F. G. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300002>

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COHEN, S. A.; COHEN, E. New directions in the sociology of tourism. **Current Issues in Tourism**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 153-172, 2019. DOI: 10.1080/13683500.2017.1347151

CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

CORRÊA, H. L.; CAON, M. **Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes**. São Paulo: Atlas, 2002.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: Senac; SESC SP, 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CROATTO, J. S. **As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião**. São Paulo: Paulinas, 2010.

DALLABRIDA, V. R. A Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento Territorial: uma aproximação conceitual. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 44-60, 2007. DOI: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v2i2.13130

DALLABRIDA, V. R. **Território, governança e desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArts, 2016.

D'ARAÚJO, M. C. S. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

DAVOUDI, S. *et al.* Territorial, Governance in the making. Approaches, Methodologies, Practices. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, Barcelona (ESP), n. 46, p. 351-355, 2008.

DIAS, R. O turismo religioso como segmento do mercado turístico. *In*: DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. (orgs.). **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas, SP: Alínea, 2003b. p. 7-37.

DIAS, R. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003a.

DIAS, R.; SILVEIRA, E. J. S. **Turismo religioso: ensaios e reflexões**. Campinas, SP: Alínea, 2003.

DONALDSON, J. A. Tourism, development and poverty reduction in Guizhou and Yunnan. **The China Quarterly**, Cambridge, n. 190, p. 333-351, jun. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0305741007001221>

DOWBOR, L. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo? São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DURKHEIM, É. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Paulus, 2021.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. *Academy of Management. The Academy of Management Review*, New York, v. 14, n. 4, p. 532-550, Oct. 1989. DOI: <https://doi.org/10.2307/258557>

EISENHART, M. A. Conceptual frameworks for research circa 1991: ideas from a cultural anthropologist; implications for mathematics education researchers. *In: UNDERHILL, R. (ed.). Proceedings of the thirteenth annual meeting of the North American chapter of the international group for the psychology of mathematics education*. Blacksburg: Virginia Polytechnic Institute and State University, 1991. p. 202-220.

ELCHE, D; MARTÍNEZ-PÉREZ, A; GARCÍA-VILLAVARDE, P. M. Inter-Organizational Relationships, Knowledge Strategy and Innovation in Clusters of Cultural Tourism. **Journal of Regional Research Investigaciones Regionales**, Alcalá, ES, v. 39, p. 17-37, 2017.

ELIADE, M. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2018.

EMERSON, M. R.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Participant Observation and Fieldnotes. *In: ATKINSON, P. et al. Handbook of Ethnography*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2001. p. 352-368.

ERTUNA, B.; KIRBAS, G. Local community involvement in rural tourism development: the case of Kastamonu, Turkey. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Ilhas Canárias, v. 10, n. spe., p. 17-24, 2012.

FERREIRA, A. B. H. **Miniaurélio**: o minidicionário de língua portuguesa. Curitiba: Positivo, 2004.

FERRETI, S. F. **Repensando o sincretismo**. São Paulo: Edusp; Arché, 2013.

FILORAMO, G.; PRANDI, C. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

FISCHER, T. A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais. Salvador, Bahia, cidade puzzle. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 74-88, maio/jun. 1997. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7906>. Acesso em: 22 ago. 2022

FISCHER, T. Desenvolvimento territorial como campo de convergências. *In: JUNQUEIRA, L. A. P. et al. Gestão social: mobilizações e conexões*. São Paulo : LCTE Editora, 2012a. p. 308-321.

FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas: aprendendo com fragmentos e configurações do local. *In: FISCHER, T. Gestão contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 13-23.

FISCHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 113-120, abr. 2012b. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572012000100010. Acesso em: 10 fev. 2022.

FISCHER, T. **Instituições, interorganizações e gestão do desenvolvimento territorial**. Salvador: Escola de Administração da UFBA; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

FISCHER, T. O poder local no Brasil: temas de pesquisa e desafios da transição. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 86-92, abr./jun., 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8971>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FISCHER, T. **Poder local: governo e cidadania**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FISCHER, T. Poder local: um tema em análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 105-113, out./dez. 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/8734>. Acesso em: 3 mar. 2022.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda. *In*: FISCHER, T. (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002. p. 12-32.

FISCHER, T.; MELO, V. P. Organizações e Interorganizações na Gestão do Desenvolvimento Sócio Territorial. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 11, ed. esp., p. 13-41, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-9110002>

FITOUSSI, J. P. **La démocratie et le marché**. Paris: Grasse, 2004.

FLEXOR, M. H. O.; SCHWEIZER, P. J. **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Salvador: EDUFBA, 2011.

FLYVBJERG, B. Five misunderstandings about case-study research. **Qualitative Inquiry**, [s.l.], v. 12, n. 2, p. 219-245, Apr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077800405284363>

FRANÇA FILHO, G. C.; EYNAUD, P. **Solidariedade e organizações: pensar uma outra organização**. Salvador: EDUFBA, 2020.

FRANÇA FILHO, G. C.; MAGNELLI, A.; EYNAUD, P. Para superar o divórcio entre economia e sociedade: diagnóstico crítico e notas propositivas em um contexto de pandemia. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 11, n. 20, p. 167-184, maio/out. 2020. DOI: <https://doi.org/10.9771/ns.v11i20.36609>

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. London: Pitman Publishing, 1984.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob a economia patriarcal**. 28. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992.

FUINI, L. L. A governança territorial no circuito das malhas do Sul de Minas Gerais. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 141-148, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/JTRNFByqFkm6wQv8BXCprXc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 out. 2022.

FUINI, L. L. **Território e competitividade**: relações, teorias e aplicações. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

GAULEJAC, V. D. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007. (Coleção Management, 4).

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901995000200008>

GÓES, F. T.; MACHADO, L. R. S. Políticas educativas, intersetorialidade e desenvolvimento local. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 627-648, abr./jun. 2013.

GOMES, L. **O caminho do peregrino**: seguindo os passos de Jesus na Terra Santa. São Paulo: Globo, 2015.

GOMES, I. **Setor de serviços cresce 10,9% com altas nas cinco atividades pesquisadas**. Agência de notícias IBGE. Estatística econômica, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32953-setor-de-servicos-cresce-10-9-em-2021-e-supera-perdas-de-2020>. Acesso em: 5 maio 2023.

GRANOVETTER, M. The strength of weak ties. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May 1973. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2776392>. Acesso em: 3 jun. 2022.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (ed.). **The sage handbook of qualitative research**. London: Sage, 2005. p. 191-215.

GURGEL, G. **Lavagem do Bonfim une turismo, cultura e fé em Salvador**. Brasília: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/lavagem-do-bonfim-une-turismoc-cultura-e-fe-em-salvador>. Acesso em: 17 mar. 2023.

HAN, B-C. **O desaparecimento dos rituais**: uma topologia do presente. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HARDY, C.; CLEGG, S. R. Alguns ousam chamá-lo de poder. In: CLEGG, S. R. *et al.* **Handbook de estudos organizacionais**: reflexões e novas direções. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2. p. 260-289.

HARRISON, J. S; FREEMAN, R. E. *Stakeholders*, social responsibility, and performance: empirical evidence and theoretical perspectives. **Academy of Management Journal**, New York, v. 42, n. 5, p. 479-485, 1999.

HAYWOOD, K. Responsible and responsive tourism planning in the community. **Tourism Management**, [s.l.], v. 9, n. 2, p. 105-118, 1988.

HERVIEU-LÉGER, D. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/23/22107>. Acesso em: 3 mar. 2023.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 42, n. 1, p. 39-56, Sep. 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/27589722_El_turismo_como_disciplina_cientifica. Acesso em: 12 abr. 2022.

JUNQUEIRA, L. A. P. A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 25-36, jan.-abr. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000100004>

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade. In: BOULLOSA, F. **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 106-108.

KASSAHUN, S. Social capital as catalyst for community development: a case for poor localities in Addis Abeba, Ethiopia. **Journal of Sustainable Development in Africa**, Pennsylvania, v. 12, n. 6, p. 122-139, 2010. Disponível em: https://jsd-africa.com/Jsda/V12No6_Fall2010_B/PDF/Social%20Capital%20As%20A%20Catalyst%20for%20Community%20Development.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

KOTLER, P.; KARTAJAYA, H.; SETIAWAN, I. **Marketing 5.0**: tecnologia para a humanidade. Rio de Janeiro: Sextante, 2021.

LAVILLE, C. Um diálogo entre o objeto e o método: reflexões acerca da metodologia de pesquisa. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 5, n. 9, p. 119-128, 1999. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v5i9.2760>

LAVILLE, J.-L. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, PT, v. 84, p. 7-47, mar. 2009. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.378>. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/379>: Acesso em: 8 out. 2021.

LAYDER, D. **Sociological practice**: linking theory and social research. London: Sage, 1998.

LINDSTROM, D. P. How representative are snowball samples? Using the Ethnosurvey to study Guatemala-U.S. migration. **The Annals of The American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia-USA, v. 666, n. 1, p. 64-76, 2016. DOI: 10.1177/0002716216646568

MAIO, C. A. Turismo religioso e desenvolvimento local. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, ano 12, n. 1, p. 53-58, jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.5212/publ.humanas.v12i1.503>

MALINOWSKI, B. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Ubus, 2018. (Coleção temas da atualidade).

MALUF, R. B. O arranjo produtivo local de confecções da Rua do Uruguai. *In*: FLEXOR, M. H. O.; SCHWEIZER, P. J. **Península de Itapagipe**: patrimônio industrial e natural. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 65-92.

MAYERS, J. **Stakeholders power analysis**. London: IIED, 2005.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research in practice**: examples for discussion and analysis. San Francisco: Jossey-Bass, 2002.

MINAYO, C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MITCHELL, R. L.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. Towards a theory of stakeholder identification and salience defining the principle of who and what really counts. **Academy of Management**, New York, v. 22, n. 4, p. 853-886, out. 1997.

MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NAPOLEÃO, E. **Vocabulário Yorùbá**. Rio de Janeiro: Pallas, 2011.

NUNES NETO, F. A. A invenção da tradição: a “devoção” ao Senhor Bom Jesus do Bonfim na Bahia. **Interfaces científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju, v.1, n. 2, p. 45-55, fev. 2013.

OBRAS SOCIAIS IRMÃ DULCE. **Portal Osid**. Salvador: OSID, 2023. Disponível em: www.irmadulce.org.br/osid/p%C3%A1gina/conteudo/nossa-historia. Acesso em: 5 out. 2023.

OLIVEIRA, C. D. M. **Turismo religioso**. São Paulo: Aleph, 2004.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? *In*: CACCIA-BAVA, S.; PAULICS, V.; SPINK, P. (org.). **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002. p. 11-31.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos** – Guía práctica. Madrid: OMT, 2005. Disponível em: https://www.ucipfg.com/Repositorio/MGTS/MGTS14/MGTSV-07/tema2/OMTIndicadores_de_desarrollo_de_turismo_sostenible_para_los_destinos_turisticos.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **International Tourism Highlights**. Madrid: OMT, 2022. Disponível em: <http://https://www.e-unwto.org>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ORLIKOWSKI, W. J.; BAROUDI, J. J. Studying information technology in organizations: research approaches and assumptions. **Information System Research**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 1-28, 1991. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23010611>. Acesso em: 22 set. 2022.

OTTO, R. **O sagrado**: os aspectos irracionais na noção do divino e sua relação com o racional. Petrópolis: Vozes, 2017.

PAGÈS, M. *et al.* **O poder das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.

PATTON, M. Q. **Qualitative research and evaluation methods**. Thousand Oaks: Sage, 2002.

PECQUEUR, B. **Territoire et gouvernance**: quel outil pertinent pour le développement? Gouvernance locale et développement territorial, le cas des pays du sud. Paris: L'Harmattan, 2004.

PEREIRA, J. Religião e poder: os símbolos do poder sagrado. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, MG, ano 2, v. 3, p. 80-107, maio 2008.

PETERS, B. G. O que é governança? **Revista do Tribunal de Contas da União**, Brasília, n. 127, p. 28-33, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/87#:~:text=Resumo,com%20a%20sociedade%20mais%20ampla>. Acesso em: 15 maio 2023.

PIMENTEL, T. D. *et al.* Governança territorial como estratégia de gestão social do desenvolvimento. In: FERREIRA, M. A. M.; EMMENDOERFER, M. L.; GAVA, R. (org.). **Administração pública, gestão social e economia solidária**: avanços e desafios. Viçosa: UFV, 2011. p. 223-245.

PONTES, M. R. **Irmã Dulce dos Pobres**: uma Santa do nosso tempo. Salvador: Obras Sociais Irmã Dulce, 2022.

PORTER, M. E. Towards a dynamic theory of strategy. **Strategic Management Journal**, Montreal, v. 12, n. esp., p. 95-117, 1991.

PORTES, A. Social capital: its origins and applications in modern sociology. **Annual Review Sociology**, Palo Alto, CA, v. 24, p. 1-24, 1998.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. V. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAMOS, V. **IBGE**: turismo na Bahia cresce acima da média nacional. Salvador: Canal Rural, 28 jul. 2023. Disponível em: [https://www.canalrural.com.br/nacional/bahia/ibge-turismo-na-bahia-cresce-acima-da-media-nacional/#:~:text=O%20turismo%20na%20Bahia%20cresceu,nacional%20\(8%2C6%25\)](https://www.canalrural.com.br/nacional/bahia/ibge-turismo-na-bahia-cresce-acima-da-media-nacional/#:~:text=O%20turismo%20na%20Bahia%20cresceu,nacional%20(8%2C6%25)). Acesso em: 23 ago. 2023.

REED, I. A. Poder: dimensões relacional, discursiva e performática. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 473-510, maio/ago. 2014.

REZENDE, F. C. **Da exogeneidade ao gradualismo**: inovações na teoria da mudança institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 27, n. 78, p. 113-194, fev. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/DgStXbm64BJf7vHBvjDvvmc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 out. 2022.

RICHARDS, G. Production and consumption of European cultural tourism. **Annals of Tourism Research**, [s.l.], v. 23, n. 2, p. 261-283, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(95\)00063-1](https://doi.org/10.1016/0160-7383(95)00063-1)

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROCHA, G. **Irmã Dulce**: a santa dos pobres. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

RODRIGUES, A. A.; FARIA, J. H. Desenvolvimento territorial e gentrificação: reflexões sobre governança urbana e critérios de justiça. In: DENARDIN, V. F. **Desenvolvimento Territorial**: olhares contemporâneos. Londrina: Mecenaz, 2019. p. 141-151.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROWLEY, T. J. Moving beyond dyadic ties: a network theory of stakeholder influences. **The Academy of Management Review**, New York, v. 22, n. 4, p. 887-910, 1997.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papyrus, 2016.

SALVADOR. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Fundação Mário Leal Ferreira. **Plano de Bairros de Itapagipe**. Salvador: SEDUR, 2021.

SANCHIS, P. **Religião, cultura e identidades**: matrizes e matizes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: EdUSP, 2020b.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EdUSP, 2014.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2020a.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Territorio, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SCHWEIZER, P. J. Patrimônio histórico: quando a cidade vira mercadoria. *In*: FLEXOR, M. H. O.; SCHWEIZER, P. J. **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 135-141.

SECALL, R. E. **Turismo y religión: aproximación a la historia del turismo religioso**. Málaga: Universidade de Málaga, 2002.

SERAFIM, M. C. Capital social. *In*: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 31-34.

SHINDE, A. K.; OLSEN, D. H. Reframing the intersections of pilgrimage. *Religious Tourism and sustainability*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 461, 2023. DOI: 10.3390/su15010461

SILVA, F. R. M. Redes interorganizacionais. *In*: BOULLOSA, R. F. (org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 155-158.

SILVA, J. E. **Devoção do Senhor Bom Jesus do Bonfim – 270 anos**. Salvador: Assessoria de Marketing Executivo da OSID, 2015.

SILVEIRA, E. J. S. Turismo religioso no Brasil: uma perspectiva local e global. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 33-51, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v18i1p33-51>

SOARES, M. V. R. Ações em rede da CAMMPI e NAI. *In*: FLEXOR, M. H. O.; SCHWEIZER, P. J. **Península de Itapagipe: patrimônio industrial e natural**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1, p. 7-250.

SOUZA, J. G.; SOUZA, L. N.; SPINOLA, N.D. Ascensão e queda de um Centro Industrial Urbano: a Península de Itapagipe em Salvador/Bahia. **Revista Baru**, Goiânia, v. 5, n. 2, p. 341-362, jul./dez. 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/341231683_ASCENSAO_E_QUEDA_DE_UM_CENTRO_INDUSTRIAL_URBANO_A_PENINSULA_DE_ITAPAGIPE_EM_SALVADORBAHIA. Acesso em: 30 out. 2023.

STAKE, R. Case studies. *In*: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (ed.). **Strategies of Qualitative Inquiry**. 2a ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2003. p. 134-164.

STAKE, R. E. Case studies. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. London: Sage, 2000. p. 443-466.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed Bookman, 2008.

TAMMAJINDA, R. **Community participation and social capital in tourism planning and management in a Thai context**. 2013. 300 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Lincoln University, Jefferson City, MI, 2013. Disponível em: <https://researcharchive.lincoln.ac.nz/server/api/core/bitstreams/b1b69e29-b561-44a4-9320-86fa040278cd/content>. Acesso em: 16 ago. 2022.

TEIXEIRA, A. S. **Afroturismo e o resgate da dignidade do povo negro**: estudo de caso das manifestações culturais da Casa de Oxum na Península de Itapagipe – BA. 2023. 149 f. [dissertação] – Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

TEIXEIRA, C. **Bahia em tempo de província**. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1985.

TILLICH, P. **Dinâmica da Fé**. São Leopoldo-RS: Editora Sinodal, 1980.

TOSUN, C. Expected nature of community participation in tourism development. **Tourism Management**, [s.l.], v. 27, n. 3, p. 493-504, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517705000130>. Acesso em: 11 maio 2022.

TOSUN, C. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. **Tourism Management**, [s.l.], v. 21, n. 6, p. 613-633, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517700000091>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TOSUN, C.; THIMOTY, D. J. Arguments for community participation in the tourism development process. **The Journal of Tourism Studies**, [s.l.], v. 14, n. 2, p. 1-15, Dec. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237203991_Arguments_for_Community_Participation_in_the_Tourism_Development_Process. Acesso em: 14 abr. 2022.

TRIVINÕS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2013.

VÁZQUEZ DE LA TORRE, M. G. M.; FERNÁNDEZ, E. M.; NARANJO, L. M. P. Turismo religioso: estudio del Camino de Santiago. **Gestión Turística**, Santiago (CL), n. 13, p. 9-37, Jun 2010. DOI: <https://doi.org/10.4206/gest.tur.2010.n13-01>. Disponível em: <http://revistas.uach.cl/index.php/gestur/article/view/3507>. Acesso em: 30 maio 2023.

VILHENA, M. A. Ritos religiosos. In: PASSOS, J. D.; USARSKI, F. **Compêndio de ciência da religião**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2013. p. 513-524.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2014.

WACHTEL, N. **A fé na lembrança**: labirintos marranos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 69-73, jul./set. 2003. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237025119_O_QUE_CONSTITUI_UMA_CONTRIBUICAO_TEORICA. Acesso em: 6 mar. 2022.

WILLIAMSON, O. E. The Economics of Organization: the transaction cost approach. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 87, n. 3, p. 548-577, 1981. DOI: 10.1086/227496

WISANSING, J. Towards community driven tourism planning: a critical review of theoretical demands and practical issues. **AU-GSB e-Journal**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 47-59, 2008.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International Tourism Highlights – 2020 Edition**. Madrid: UNWTO, 2021. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284422456>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ZAOUAL, H. **A nova economia das iniciativas locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A; Consulado Geral da França; COPPE/UFRJ, 2006.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada

GOVERNANÇA TERRITORIAL: UMA ANÁLISE DAS POTENCIALIDADES DO TURISMO RELIGIOSO NO “TERRITÓRIO DE FÉ” EM SALVADOR, BAHIA

Orientações gerais: este roteiro de entrevista deve ser aplicado aos representantes das instituições religiosas, líderes comunitários, turistas e peregrinos, empreendedores locais, operadores turísticos, gestores governamentais municipais e estaduais, representantes de Organizações Não Governamentais (ONG)/Fundações.

No início da entrevista:

1. Apresentação do entrevistador – estudante de doutorado da Universidade Federal da Bahia.
2. Agradecimentos iniciais.
3. Apresentar os objetivos da pesquisa.
4. Duração prevista.
5. Aspectos éticos e de confidencialidade da pesquisa. Não haverá divulgação.
6. Solicitar autorização para a gravação da entrevista. Ressaltar que será transcrita.
7. Coletar dados pessoais sobre o entrevistado (nome, idade, gênero, escolaridade, ocupação, renda, tempo na residência, etnia, participa ou está envolvido com a atividade de turismo direta ou indiretamente.

No final da entrevista:

1. Solicitar, do entrevistado, indicação de alguém que possa fornecer informações relevantes acerca do turismo religioso.

Entrevistado (a):

Data de aplicação: ___/___/___

Grupo de Entrevistados

() Poder Público:

() Setor Privado:

() Terceiro Setor/Organizações Não Governamentais:

() Organizações Religiosas:

Bloco 1 – Governança Territorial

1. Qual a sua percepção sobre a qualidade da gestão do turismo na região de Itapagipe, especificamente, no “Território de Fé” (delimitado entre o Santuário de Santa Dulce dos Pobres e a Paróquia dos Alagados e São João Paulo II)?
2. Quais são as principais iniciativas e projetos de desenvolvimento do “Território de Fé” voltados ao turismo religioso que você conhece?
3. Quais são os principais resultados da gestão do turismo nesse território?
4. Quais são as principais dificuldades e entraves da gestão do turismo religioso no território para potencializar o turismo religioso?
5. Quais são as suas sugestões para potencializar a gestão do turismo religioso no “Território de Fé”?

Bloco 2 – Gestão Social (Capital Social, Poder Local, Interorganizações e Intersetorialidade)

1. Como você percebe o relacionamento e o envolvimento da comunidade local no turismo religioso do “Território de Fé”?
2. Você ou sua instituição participa da gestão turismo religioso? Se sim, de que forma se dá essa participação e em que instância (Conselhos, Fóruns, Associações etc.)?
3. Em quais aspectos você ou sua instituição poderia ampliar a contribuição no turismo religioso?
4. Como se dá a relação das instituições entre si no que se refere ao grau de confiança,

cooperação e reciprocidade voltados para o turismo religioso no “Território de Fé”?

Bloco 3 – Turismo Religioso

1. O que você entende por Turismo Religioso?
2. Quais os atrativos turísticos que você destacaria no “Território de Fé” (patrimônio histórico e cultural, experiência religiosa, gastronomia, ambientais etc.)?
3. Quais desses atrativos demandam uma requalificação ou melhoria? Como melhorar essas dimensões/aspectos?
4. Na sua visão, como estão as condições de infraestrutura turística (acesso, acomodação, segurança etc.) do “Território de Fé”? Quais são os aspectos que demandam uma requalificação ou melhoria?
5. Quais estratégias você adotaria para atrair os turistas religiosos para o “Território de Fé” e como promover experiências significativas para esse público específico?
6. De que forma as manifestações culturais, as festas e os rituais religiosos poderiam ser potencializados, assegurando a sua preservação?
7. Você gostaria de mencionar adicionalmente algo sobre o Turismo Religioso no “Território de Fé”?

APÊNDICE B – Protocolo de observação

Quadro 11 – Protocolo de observação – Bloco 1

Bloco 1 – Categorias da Gestão Social – Dimensões	Indicador
Capital Social	Relações de confiança Participação associativa Reciprocidade Cooperação
Poder Local	Hierarquia Simetria Centralizado/Descentralizado
Interorganizações	Parcerias
Intersetorialidade	Tipologia das redes

Quadro 12 – Protocolo de observação – Bloco 2

Bloco 2 – Governança Territorial	Indicador
Governança	Planejamento Qualidade Métodos Ferramentas Desempenho Resultado Avaliação Transparência
Território/Espaço	Infraestrutura local Saneamento Patrimônio Mobilidade

Desenvolvimento Local	Dinamismo econômico Emprego Condições de moradia Espaços públicos destinados ao lazer Políticas públicas Meio ambiente
-----------------------	---

Quadro 13 – Protocolo de observação – Bloco 3

Bloco 3 – Turismo Religioso	Indicador
Turismo	Equipamentos turísticos Hotéis/Acomodações Transporte Serviços Qualidade Acesso
Turismo Religioso	Atrativos Santuários Motivação
“Território de Fé”	Itinerário Experiência Crença Profano Sagrado Fé

APÊNDICE C – Termo de Consentimento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da Pesquisa intitulada **“Governança territorial: uma análise das potencialidades do turismo religioso no “Território de Fé” em Salvador, Bahia”**, sob responsabilidade do pesquisador Me. Paulo Rafael Monteiro Nascimento, orientado pela Profa. Dra. Tânia Maria Diederichs Fischer, que busca entender como a governança do turismo religioso promovido pelo “Território de Fé” na Península de Itapagipe, em Salvador, Bahia, Brasil, pode (re)qualificar esse território como força propulsora do desenvolvimento local?

O(a) Sr(a) está sendo convidado a participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, por gentileza, assinasse este documento no sentido de o(a) Sr(a) autorizar a execução da entrevista. Asseguro que toda a nossa conversa será tratada de caráter confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Reafirmo que sua participação é voluntária e, a qualquer momento, você tem o direito de não aceitar a participação na entrevista, de responder, recusar ou retirar seu consentimento a qualquer momento e impedir o uso do gravador digital. Esta atitude não lhe causará nenhum dano. Para qualquer outra informação, o(a) Sr(a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (79) 988831994.

Paulo Rafael Monteiro Nascimento

Pesquisador responsável

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações).

Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Salvador (BA), _____, _____, _____

Assinatura do(a) participante